



HISTÓRIA

*Questões
&
Debates*

26/27

ISSN 0100-6932

APAH – ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

História

— *Questões & Debates* —

ANO 14 - N° 26/27 JANEIRO A DEZEMBRO 1997

Editor: Luiz Carlos Ribeiro

Conselho Editorial: Ronald José Raminelli (Presidente)
Luiz Carlos Ribeiro (Secretário)

Aldair Tarcisio Rizzi, Ana Maria de O. Burmester, Anamaria Filizola, Carlos Alberto Faraco, Carlos Roberto A. dos Santos, Euclides Marchi, Maria Ignês Mancini de Boni, Marionilde Dias B. de Magalhães, Márnio Teixeira Pinto, Ronald José Raminelli, Sérgio Odilon Nadalin, Sylvia Maria P. de Araújo.

Conselho Consultivo:

Ana Cleide Cesário (UEL), Caio Cesar Boschi (UFMG), Carlos Guilherme Mota (USP), Edgar Salvadori De Decca (UNICAMP), Hilário Franco Junior (USP), Iraci del Nero da Costa (USP), Joana Neves (UFPb), Renato Janine Ribeiro (USP), Sandra Jathay Pesavento (UFRGS)

Historia: Questões & Debates

Publicação semestral da Associação Paranaense de História – APAH

**Caixa Postal 1538
80001-970 Curitiba – Pr**

Capa: SPITZWEG, Karl. Der Bücherwurm. 1850. Óleo sobre tela. 49,5 x 26,8 cm.

Editoração e Capa: Amiraldo M. de Gusmão Júnior, Ana Letícia Ventura B. Barbosa, Fernando Gelati, Maria Helena Morimitsu.

A opinião emitida nos artigos é de exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Publicado com o apoio do Instituto Goethe de Curitiba e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

HISTÓRIA: QUESTÕES & DEBATES
Associação Paranaense de História – APAH
Curitiba – janeiro – dezembro, 1997

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....	3
-------------------	---

HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA REGIONAL

Cecilia Maria Westphalen: Os Cursos de Pós-Graduação em História da UFPR	6
Márcia Dalledone Siqueira: Fazendo História – PGHIS: 25 anos.....	20

DEBATE COM A HISTORIOGRAFIA ALEMÃ

Berthold Zilly: A Guerra como painel e espetáculo. A história presentificada em <i>Os Sertões</i> de Euclides da Cunha.....	46
Jörn Rüsen: História entre a modernidade e a pós-modernidade.....	80

COMENTÁRIOS:

Ronald Raminelli	102
Marionilde Brepohl de Magalhães	109

Jörn Rüsen: Explicar o holocausto – de que jeito? O livro de Daniel Goldhagen criticado à luz da teoria da história.....	116
---	-----

COMENTÁRIOS:

Dennison de Oliveira	132
Francisco Carlos Teixeira da Silva	144

LINHAS DE PESQUISA

MESA REDONDA: CULTURA E PODER

Carlos Alberto Antunes dos Santos: Por uma história da alimentação.....	154
Euclides Marchi: Religião e Igreja: A consolidação do poder institucional	172

Maria Helena Capelato: A Propaganda Política no Varguismo e no Peronismo: Aspectos teórico-metodológicos de uma análise sobre história política.....	196
Renan Frighetto: A relação entre cultura e poder na antigüidade tardia: O exemplo da Espanha Visigótica.....	219

MESA REDONDA: ESPAÇO E SOCIABILIDADE

Eni de Mesquita Samara: Famílias e Cidades: Espaços de sobrevivência e de sociabilidade no século XIX.....	231
Luiz Geraldo da Silva: A noção de sociabilidade nas obras de Kant e Norbert Elias.....	244
Sérgio Odilon Nadalin: Demografia histórica, espaço e sociabilidade.....	257

RESENHA

Marionilde Brepohl de Magalhães: O holocausto de Goldhagen.....	270
--	-----

APRESENTAÇÃO

*Não existem, nas vozes que escutamos,
ecos das vozes que emudeceram? Se
assim é, existe um encontro marcado,
secreto, entre as gerações precedentes e
a nossa.*

Walter Benjamin

Este número é inteiramente dedicado à memória do ***Evento PGHIS 25 anos***, realizado em outubro de 1997, como ato comemorativo do jubileu dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná.

A existência deste Programa, que já levou a público 144 dissertações de mestrado e 13 teses de doutorado, sem contar com a publicação de inúmeros artigos, resenhas, livros e coletâneas, bem como a promoção de inúmeros eventos científicos e culturais, representa um momento de decisiva importância para a historiografia regional e nacional. Não por acaso, é a APAH - Associação Paranaense de História quem se vincula a esta iniciativa. Afinal, desde sua criação, boa parte de seus sócios, dos colaboradores da revista e de seus diretores participaram ou ainda participam dos debates acadêmicos promovidos no Departamento de História da Universidade Federal do Paraná. Por isso, nada mais natural do que esta co-editoria.

Vinte e cinco anos de pesquisa e ensino significam, num país como o Brasil, um considerável patrimônio, principalmente se levarmos em conta as imensas dificuldades por que passa a Universidade Pública e as Ciências Humanas em geral. No entanto, consideramo-nos ainda *no estágio inicial “da pesquisa”*. Pois estamos conscientes de que o conhecimento não se produz senão a passos muito lentos, após muito tempo de reflexão, após um longo trilhar por um caminho que nos conduz ao passado, um passado que não se revela a menos que o investiguemos com profundidade e paixão.

Sim, pois estamos plenamente de acordo com Max Weber, quando afirma que:

sem a embriaguez singular, de que zombam todos os que se mantêm afastados da ciência, sem essa paixão, sem essa certeza de que milhares de anos se escoaram antes de você ter acesso à vida e milhares se escoarão em silêncio, se você não for capaz de formular aquela conjectura; sem isso, não se possuirá jamais a vocação de cientista.

Neste volume, a APAH e o PGHIS trazem a público os temas apresentados por ocasião do ***EVENTO PGHIS 25 anos***, que foi um momento de celebração e ao mesmo tempo uma oportunidade de reflexão sobre nosso papel político e cultural.

Aqui encontraremos dois artigos que se propõem a traçar uma retrospectiva a respeito do programa, desde a sua criação até a atualidade, tanto sob o ponto de vista institucional, como no que se refere às suas linhas programáticas.

A segunda seção se ocupa de temáticas fundamentais para a historiografia contemporânea: “as relações da História com a memória”, a “Literatura feita História”, a “História entre a Modernidade e a Pós-Modernidade”.

Finalmente, uma terceira seção que se subdivide em dois conjuntos de textos, tem por objetivo a divulgação das duas linhas de pesquisa que norteiam o PGHIS na atualidade: *Cultura e Poder e Espaço e Sociabilidades*. Nesta, encontraremos algumas abordagens que constituem a orientação das pesquisas de nossos alunos e professores.

Este trabalho, que reflete um esforço conjunto de divulgação da produção científica em História na Universidade Federal do Paraná, não seria levado a cabo sem o apoio de algumas instituições, a quem queremos manifestar nossos sinceros reconhecimentos.

Em primeiro lugar, ao Instituto Goethe, co-patrocinador do evento e da Revista; à Associação Paranaense de História, pela realização de mais esta atividade conjunta; à Pró-Reitoria de Pós-

Graduação e Pesquisa da Universidade Federal do Paraná; ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e à Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior - CAPES. Finalmente, aos professores e alunos do curso, tributários de todos os méritos deste programa.

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Coordenadora dos Cursos de Pós-Graduação em História

OS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

Cecília Maria Westphalen

Professora Emérita do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

A Pós-Graduação, por sua natureza e objetivos, intimamente ligada à pesquisa, surgiu na Universidade Federal do Paraná naqueles núcleos com tradição de pesquisa, inclusive alguns reconhecidos pelo CNPq como centros de excelência.

Ainda que previstos nos Estatutos de 1956 e 1962, os cursos de pós-graduação tiveram início na Universidade Federal do Paraná, em 1965, quando por iniciativa do Professor Metry Bacilla foi criado no Instituto de Bioquímica o curso de pós-graduação em Bioquímica, com a duração de dois anos para obtenção do grau de Mestre, e de três anos para o de Doutor em Bioquímica.

Em 1969, face a nova legislação de reforma universitária, o Conselho Federal de Educação aprovava o Parecer n.º 77/69 que formatava o ensino de pós-graduação no País e ao qual os cursos já existentes deviam moldar-se. Assim, por exemplo, aqueles da USP.

Nesse ano, eram iniciados os cursos de Mestrado em Entomologia pelo Professor Padre Jesus Santiago Moure, e o de Genética Humana pelo Professor Newton Freire Maia.

O novo Estatuto da Universidade Federal do Paraná, aprovado pelo Decreto n.º 66.615, de 21 de maio de 1970, nos artigos 55 e 56, disciplinava os cursos de pós-graduação. Logo a seguir era criada no âmbito da Reitoria, uma Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação com o objetivo de coordenar aqueles já existentes, bem como proceder ao levantamento dos setores da Universidade que oferecessem condições adequadas para a implantação de novos cursos e que pudessem ter a aprovação prévia do Centro Regional Sul de

Pós-Graduação, a qual recebemos.

No ano de 1971, foi organizado pelo Professor Camil Gemael, o Mestrado em Ciências Geodésicas e nós organizamos aquele de História do Brasil.

A Resolução n.º 02/72, de 28 de janeiro de 1972, do Conselho Universitário aprovava a criação do Mestrado em História do Brasil, opções de História Demográfica e História Econômica, montado pela Professora Altiva Pilatti Balhana e por mim, com o apoio do Departamento de História e da Direção da Faculdade exercida pelo Professor Doutor Brasil Pinheiro Machado. Foi, assim, o quinto curso de pós-graduação da Universidade. Instalou-se e começou a funcionar a 1º de outubro de 1972.

Todavia, para chegar-se àquele momento vivido nesta mesma sala, um longo caminho havia sido percorrido. Procurarei lembrar alguns passos decisivos nessa caminhada, dos quais compartilhei.

Sem dúvida, a iniciação na pesquisa de campo, foi proporcionada aos alunos de História pelo Professor José Loureiro Fernandes, levando-nos à observação e ao estudo do *fandango* em Caiobá e da *congada* da Lapa.

Quando retornou à cátedra, após um dos seus licenciamentos para o exercício de cargos políticos, freqüentamos o curso do Professor Brasil Pinheiro Machado que nos indicou para leitura primeira, Gilberto Freyre. Timidamente, abrimos as páginas de *Casa Grande e Senzala*. Que encontros, que sustos. Que admiração! Gilberto Freyre procurava atingir a “história íntima”, a história “de dentro” que é, na verdade, a história da vida dos homens, atingida seja pela porta da *casa grande* seja pela da *senzala*.

Certamente, as jovens professoras de História da América e de História Moderna e Contemporânea, começavam a escapar das malhas da historiografia tradicional, ainda que no meu caso as exigências acadêmicas “de cada macaco no seu galho”, como dizia Sergio Buarque de Holanda, me houvessem retido por maior tempo.

A Professora Altiva, porém, na iluminação de sua juventude e da sua determinação, seguindo a lição sempre dada pelo seu catedrático Bento Munhoz da Rocha Netto: “há na cátedra

universitária, um dever supremo... o dever da verdade, libertada da moda, do gosto tirânico da época... O universitário tem o dever da verdade. O dever de respeitar-se a si mesmo. E a coragem de, sendo preciso, ser o único a marchar com o passo certo”, partiu para a Itália ainda em 1953, a fim de realizar estudos de aperfeiçoamento e especialização. Lá também, como aqui, não havia a pós-graduação *stricto sensu*.

Estudou na *Facoltà de Scienze Politiche e Sociale dell'Università degli Studi di Firenze: Storia Moderna, Storia e Legislazione Coloniale, Sociologia, Geografia Economica e Política, Etnografia*; assim também no *Istituto Agronomico per l'Ultramarine*, os *Problemi migratori nel mondo*. Viajou e realizou levantamentos em arquivos da região do Vêneto, no norte da Itália, de onde procedeu a maioria dos imigrantes italianos vindos para o Paraná. Estudou e teve orientação de professores como Renato Biasutti, Aldo Sestini e Paulo Toschi.

Regressou como uma *expert* em imigração italiana e, sobretudo, com uma visão que ultrapassava os quadros da historiografia tradicional, encaminhando-se para uma história demográfica.

Eu, já titular da Cátedra de História Moderna e Contemporânea, que defendi em 1957, também procurei no ano seguinte os centros europeus. Estudei na Universidade de Colonia, com Richard Konetzke, Theodor Schieder, Hermann Kellenbenz. Na Universidade alemã aperfeiçoei o rigor da crítica histórica e a disciplina do trabalho científico, sobretudo nos seminários. Ao regressar, minha primeira iniciativa foi a proposta de instituição do Seminário de História. O meu encontro intelectual foi, todavia, com a nova história francesa. Em Paris, estudei com Fernand Braudel, Jean Meuvret, Frédéric Mauro, Ruggiero Romano.

Face à legislação, não foi possível a criação institucional do Seminário de História. Partimos, assim, às Cátedras de História Moderna e Contemporânea, História Antiga e Medieval, História do Brasil e História da América, com os respectivos Catedráticos, Cecília Maria Westphalen, Homero Batista de Barros, Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, esta já doutora e docente-livre,

respondendo pela Cátedra no licenciamento do seu titular, para a criação do Departamento de História.

Tínhamos como objetivo organizar e dinamizar os trabalhos docentes e discentes do curso de História da Faculdade de Filosofia, bem como desenvolver um programa de pesquisa histórica a partir das renovadas posições teóricas e metodológicas da História que aprenderemos na Europa.

O Departamento de História iniciou suas atividades científicas pela realização de um seminário de revisão da historiografia paranaense que objetivou a análise da obra de historiadores do Paraná por meio da crítica de suas fontes, métodos e técnicas de trabalho, resultados alcançados, com a finalidade de se conhecer a real situação da historiografia regional do Paraná, e os problemas que nela ainda restavam por ser abordados, equacionados e estudados.

Partiu-se da necessidade do estabelecimento de um quadro de referências para se construir a História do Paraná, a partir do conceito de *história regional*, dentro do quadro maior da História do Brasil, ou seja, como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto, de um regionalismo social e não simplesmente geográfico, considerando-se ainda que cada uma das histórias regionais tem uma ambientação que a diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização, ou seja, de espaço social, conforme modelo que nos fora proposto por Brasil Pinheiro Machado.

Dos estudos desse Seminário resultaram formuladas as seguintes questões principais:

1) A necessidade de maiores pesquisas, amplas e profundas, com base em fontes primárias, donde a necessidade do levantamento de fontes para a História do Paraná, de modo ordenado e sistemático em arquivos locais, nacionais e estrangeiros.

2) A necessidade de novas aberturas teóricas, metodológicas e temáticas, deixando-se o simples recitativo dos *fatos*, e procurando-se alcançar a história das *conjunturas* e das *estruturas*, e enfatizando-se a história econômica e social, com o emprego de novas técnicas, como as *quantitativas*.

Essa atenção que o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná deu à *história regional* foi deliberada e consciente, mesmo programática e tomada como estratégia operacional, considerando-se, de um lado, as oportunidades e as possibilidades da pesquisa de campo, e, de outro, a convicção teórica de que, pelo estudo do regional, se pode chegar até mesmo à construção de modelos teóricos, válidos para a história das economias, sociedades e civilizações.

Assim, as diretrizes operacionais do Departamento de História, face às conclusões do Seminário, conduziram os seus trabalhos científicos para a história econômica e social regional, visando, na formulação proposta por Altiva Pilatti Balhana, construir um quadro tão completo quanto possível da sociedade e da economia paranaenses, e que possibilitasse traçar paralelos e apontar contrastes com aqueles de outras regiões do Brasil e do mundo. O objetivo último seria, assim, o da *história comparada* tal como se a entende hoje.

Desta maneira, estava delineada a orientação e traçado o programa de pesquisas que o Departamento de História deveria cumprir nos anos 60.

Três projetos prioritários: 1. *Levantamento e Arrolamento de Arquivos*; 2. *Navios e Mercadorias no Porto de Paranaguá*; 3. *História Demográfica do Paraná*, orientados por mim e pela Professora Altiva Pilatti Balhana e aos quais se agregaram os demais professores do Departamento e alunos da graduação em sua iniciação científica, sobretudo, a partir do Programa de Implantação do Regime de Dedicção Exclusiva, elaborado por nós em 1969, e aprovado pelos órgãos superiores da Universidade.

O interesse, quer pela população tradicional, como pelas novas estruturas demográficas resultantes da imigração moderna, levaram o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, a consolidar em 1969, sua linha de pesquisa em história demográfica do Paraná, objetivando reconstituir o quadro completo da sociedade e economia paranaense.

Nesse quadro, foi dada especial atenção ao estudo

quantitativo da população e das estruturas sociais e econômicas paranaenses.

Duas vertentes foram estabelecidas como campos operacionais de pesquisa:

a) Estudo da população tradicional, a partir de registros paroquiais (batizados, casamentos e óbitos) e de listas nominativas de habitantes (censos coloniais), além de outras fontes complementares.

b) Estudo da população moderna, a partir de listas de entradas de imigrantes, de passaportes, de hospedarias de imigrantes, de contratos de alimentação e transporte de núcleos coloniais e outros, assim também de registros paroquiais, como os livros do *status animarum* e outros.

Desde esse momento, de importância para o grupo de pesquisadores de Curitiba porque aprovado o Projeto de História Demográfica do Paraná pelos órgãos superiores da Universidade que, para a sua implantação ampliou os regimes de trabalho docente e contratou novos professores, a pesquisa teve como quadro de referência, na sua problemática e metodologia, os trabalhos realizados na França e na Inglaterra, no campo da demografia histórica, respectivamente pelos grupos de pesquisadores do *Institut National d'Études Démographiques* - INED, liderados por Louis Henry, e do *Cambridge Group for the History and Social Structure*, conduzidos por Peter Laslett.

Os anos de 1970 e 1971 foram de suma importância para a concretização dos cursos de pós-graduação em História. Destacarei três indicadores.

A conjuntura, aliás, fazia pensar em estudos mais sérios. Por nossa iniciativa, e por intermédio da ANPUH, promovemos mesa-redonda sobre “O estado atual da Pesquisa Histórica no Brasil”, por ocasião da XXIII Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência - SBPC, realizada em Curitiba, em 1971.

Essa mesa-redonda concluiu que: a) A maioria dos pesquisadores de História do Brasil não eram brasileiros, eram sobretudo norte-americanos e ingleses; 2) A maioria das instituições

acadêmicas brasileiras não se dedicava à pesquisa, apenas à docência; 3) Uma grande parte dos pesquisadores nacionais não possuía formação científica ou orientação segura para a pesquisa; 4) E que, apesar do aparecimento recente de alguns núcleos de pesquisa, o país ressentia-se de um órgão capaz de centralizar e racionalizar os poucos recursos destinados à pesquisa histórica.

Na ocasião, participaram das discussões José Honório Rodrigues, Francisco Iglesias, Eurípedes Simões de Paula, Alice Piffer Canabrava, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, e outros, enfatizando o problema principal da pesquisa histórica no País, o recolhimento e controle das fontes, ou seja, a urgente definição da política nacional de arquivos.

As conclusões dessa mesa-redonda, coincidentes com o trabalho já realizado no Departamento de História, muito contribuíram para a afirmação dos nossos programas.

Em 1970, voltei a Paris, estudando novamente com Fernand Braudel, Frédéric Mauro, e tornei-me aluna também de Louis Henry e de Jacques Bertin.

Realizando estágio no *Laboratoire de Graphique*, da 6ª Seção da *École des Hautes Études*, sob a direção de Jacques Bertin, comecei a empregar o computador na pesquisa que realizava sobre o comércio exterior do Paraná, nos séculos XVIII e XIX, e a utilizar técnicas da Semiologia Gráfica, criadas por Bertin.

Em Curitiba, a Professora Altiva Pilatti Balhana simultaneamente realizava o curso de computação com o Professor Euro Brandão, que iniciava as atividades do Centro de Computação Eletrônica da UFPR.

Foi por recomendação da Professora Altiva Pilatti Balhana que frequentei o curso de Louis Henry, na Sorbonne, iniciando-me no método da reconstituição de famílias.

Em outubro de 1971, sob os auspícios do *Centre National de la Recherche Scientifique - CNRS*, realizou-se em Paris, o Colóquio Internacional nº 543, sobre *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 à 1930*, organizado por Frédéric Mauro. Nessa época, segundo o testemunho de Mauro, a mensagem da história quantitativa

já havia sido revelada a um certo número de pesquisadores de Salvador, Curitiba, São Paulo e Rio de Janeiro, todos de formação francesa, que, em demografia histórica e em história econômica, praticavam a introdução do quantitativo no estudo da História do Brasil.

O Colóquio foi de extraordinária importância, significando um marco na renovação dos estudos históricos brasileiros. Primeiro, porque realizou uma radiografia da situação dos estudos quantitativos no Brasil e de seus primeiros resultados. Segundo, pela ressonância do evento que fez, de fato, conhecida e divulgada nos meios acadêmicos brasileiros, a prática acadêmica de história quantitativa. Finalmente, porque após a publicação das Atas do Colóquio, a prática de História do Brasil, não mais poderia retroceder do ponto de vista metodológico.

Entre os 67 participantes do Colóquio, estavam presentes Ernest Labrousse, Louis Henry, Pierre Chaunu e Jean Marczewski, na ocasião os mais representativos nomes da história quantitativa européia.

Foi por ocasião do Colóquio que fechamos o corpo docente dos Cursos de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná e os seus currículos. Convidamos pessoalmente os Professores Frédéric Mauro, da Universidade de Paris X e Louis Henry, da *IV Section de l'École Pratique des Hautes Études*, os quais, sem dúvida, seriam respectivamente os *âncoras* para as opções de História Econômica e História Demográfica.

Em História Econômica, o programa consolidou-se metodologicamente em torno da quantificação das atividades econômicas do Brasil meridional, com a observação de variáveis do comércio exterior (movimento de portos, exportações e importações, preços, etc.), bem como do comércio interno de gado, de escravos, de terras e outras. Por sua vez, em história demográfica, o programa consolidou-se com a adoção de metodologia criada por Louis Henry e Michel Fleury, para o estudo das estruturas da população e da dinâmica populacional.

Da própria Universidade, integraram o corpo docente os

Professores Altiva Pilatti Balhana, Brasil Pinheiro Machado, Cecília Maria Westphalen, Charles Kurt Mueller, Helena Isabel Müller, Joseph Patrick McGovern, Maria José Thereza Amorim, Mitiko Okazaki, Oksana Boruszenko e Zélia Milleo Pavão, portadores todos do título de Doutor ou de Mestre. Aceitaram ainda a integrar o corpo docente, como professores visitantes, as Professoras Doutoras Alice Piffer Canabrava, da USP, Katia de Queiroz Mattoso, da Universidade Católica da Bahia, Maria Luiza Marcílio, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Assis e Nícia Vilela Luz, da USP.

Os currículos eram integrados por disciplinas tradicionais, como *Arquivos e Fontes para a História do Brasil*, mas incluía disciplinas novas que seriam construídas a partir do ensino e, sobretudo, das pesquisas em curso, de professores e alunos. Assim, por exemplo, *História Econômica das Sociedades Criadoras de Gado do Brasil Meridional*, *História do Comércio do Brasil Meridional*, *Demografia Histórica*, *História da População Brasileira*, *Política Populacional Brasileira*, *Imigração*, *Colonização e Migrações Internas*. As disciplinas *Arquivos e Fontes para a História Econômica Brasileira* e *Arquivos e Fontes para a História Demográfica Brasileira*, fundavam-se no rico acervo reunido no Departamento de História pelo Projeto Levantamento e Arrolamento de Arquivos. A disciplina *Estatística e Processamento de Dados* em cursos de História, em 1972, era inovadora. O primeiro *folder* dos Cursos trazia a imagem dos velhos cartões perfurados IBM, evidenciando que o emprego de computadores seria medular.

A primeira turma selecionada era de alto nível. Sua base foi constituída pelos professores assistentes e instrutores do próprio Departamento de História: Odah Regina Guimarães Costa, Jayme Antonio Cardoso, Ruy Christovam Wachowicz, Beatriz Pelizzetti, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Sérgio Odilon Nadalin, Márcia de Campos Graf, Ana Maria Bumester, Maria Inês de Boni, Marisa Budant, Elvira Hara Kubo, Jair Mequelusse. Da Universidade Estadual de Ponta Grossa, Aida Mansani Lavalle; da Universidade Estadual de Maringá, Nadir Aparecida Cancian; da Universidade Federal de Santa Catarina, Walter Fernando Piazza, Rosemari Pozzi Eduardo, entre os 25 selecionados.

Possuindo o Departamento de História da Universidade Federal do Paraná, tradição de pesquisa consolidada, conforme Processo n.º 1377/73 - CNPq, foram os seus Cursos de Pós-Graduação reconhecidos como centro de excelência, pelo CNPq, o que lhes dava consistência e prestígio.

Aprovados também pelo Centro Regional Sul de Pós-Graduação, conforme exigência da legislação da época, foi encaminhada ao Conselho Federal de Educação, a solicitação de credenciamento que o concedeu pelo Parecer nº 688, de 5 de março de 1974, havendo sido, aliás, o primeiro Curso de Pós-Graduação em História, *stricto sensu*, credenciado pelo CFE, no País.

A nossa preocupação era, embora nossa opção pela história regional, não nos tornarmos provincianos.

Frédéric Mauro veio a Curitiba, no inverno de 1973, ministrando *Novas perspectivas da História Econômica*, Louis Henry no verão de 1974. Este último ministrou a disciplina de *Técnicas de Análise em Demografia Histórica*, curso que resultou em manual publicado pela Universidade Federal do Paraná, difundido no Brasil e no mundo de língua portuguesa, traduzido e organizado pelos Professores Altiva Pilatti Balhana e Jayme Antonio Cardoso.

Por sua vez, professores e mestres da Universidade Federal do Paraná, passaram a realizar curso de Doutorado, na França, com Frédéric Mauro, história econômica, e com Louis Henry, história demográfica. Também com Hubert Charbonneau, em Montréal. Assim, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Jayme Antonio Cardoso, Sergio Odilon Nadalin, Ana Maria Burmester e Jair Mequelusse. Pouco depois, em cursos de pós-doutorado, Odah Regina Guimarães Costa e Beatriz Pelizzetti.

Nessa conjuntura, é de referir-se a importante contribuição metodológica de Jacques Bertin, do *Laboratoire de Graphique da École de l'Hautes Études en Sciences Sociales*, cujo curso ministrado em Curitiba, em 1975, resultou na publicação do manual, traduzido do francês, *A neográfica e o tratamento gráfico da informação*, pela Universidade Federal do Paraná.

O alargamento dos interesses científicos de pesquisa levou

em 1978, à adoção de nova opção nos cursos de Mestrado, aquela de História Social, para a qual foi de relevante importância a orientação teórica e metodológica de Adeline Daumard que, por três vezes, esteve em Curitiba.

Da sua presença e do trabalho realizado com professores da Universidade Federal do Paraná, resultou o livro *História Social do Brasil, teoria e metodologia*, publicado também pela Universidade, e de grande repercussão na historiografia recente do País.

Márcia de Campos Graf que já fizera o doutoramento em São Paulo com Maria Beatriz Nizza da Silva, realiza também pós-doutoramento em Paris, com Adeline Daumard.

A produtividade do Mestrado que, em avaliações da CAPES chegou ao conceito A, levou à organização de um curso de Doutorado em História Demográfica, em funcionamento desde 1982, contando, além dos franceses, com especialistas de outros países, como Artur Imhof, Jorge Somoza e Hector Perez Brignolli. É preciso alertar que foi preciosa e de importância a participação de inúmeros especialistas brasileiros, oriundos de outras instituições universitárias ou de órgãos governamentais de pesquisas populacionais.

Os Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná mantiveram estreitas relações com centros franceses, haja vista o projeto de cooperação internacional entre a UFPR/CNPq e o Centro Pierre Leon/Université de Lyon/CNRS; aquele entre a CAPES e o Ministério das Relações Exteriores da França, ou, ainda, a participação de professores paranaenses nos grupos de pesquisa da *Commission Internationale d'Histoire des Mouvements Sociaux et des Structures Sociales*, do CISH/UNESCO.

Com esta ampla integração entre pesquisadores franceses e brasileiros, abriram-se também os canais de comunicação e cooperação com outros centros internacionais interessados em História do Brasil. Assim, os Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná, receberam diversos professores franceses visitantes, além de Frédéric Mauro, o primeiro deles; Jacques Lesourd, Louis Henry, Jean Glénisson, Jacques Bertin, Jean

Pierre Berthe, Alfred Sauvy, Jacques Dupâquier, Hubert Charbonneau (canadense de formação francesa), Jean Delumeau, Albert Soboul, Charles-Olivier Charbonnell, Adeline Daumard, Ronald Hübscher, Alain Bideau, Antoinette Fauve-Chamoux.

Além dos franceses, evidenciando o amplo leque da abertura conceitual e metodológica dos cursos, também participaram das atividades da Pós-Graduação em História da UFPR, os professores: Thomaz Skidmore, Herbert Klein, Robert Levine, Stuart Schwartz, Ralph della Cava, Dale Tomich, Todd Diacon, dos EUA; Thomaz Holloway, Joseph Forewaker, Peter Burke, da Inglaterra; Jaroslau Rudnycki, meio canadense, meio alemão, meio ucraniano; Hermann Kellenbenz, Jürgen Schneider, Arthur Imhof, da Alemanha; Alberto Gallo, Salvatore Carbone, da Itália; Eddy Stöls, J.H. van Houtte, da Bélgica; Henk Gilhuis, da Holanda; Antonio José Saraiva, Antonio Henrique Oliveira Marques, Miriam Halpern Pereira, de Portugal.

Deve também ser referida a participação de professores paranaenses no projeto *Impacto maciço da imigração no Cone Sul da América*, reunindo pesquisadores brasileiros, argentinos, chilenos e uruguaios, sob o patrocínio do Instituto Pan-americano de Geografia e História/OEA.

Deste modo, a abertura internacional, com vistas à atualização científica e metodológica de professores e alunos de História da Universidade Federal do Paraná foi de eficiente intercâmbio cultural.

Os Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná foram indicados para recepção de estudantes estrangeiros, pelo Seminário Latino-Americano de Pós-Graduação, realizado em Caracas, em novembro de 1983, sob o patrocínio da UNESCO.

O intercâmbio de professores e alunos foi mais longe, haja vista que, no período considerado, os Cursos receberam, para o Mestrado e Doutorado, estudantes oriundos de Universidades do Japão.

Até aqui, em grande parte desta palestra, fiz um exercício de memória. Certamente, ela me traiu por muitas vezes. Não tanto pela minha idade, mas pelos bloqueios que a vida nos obriga. Também

me desobrigo de relatar o que se tem passado nos últimos anos. Os professores Sergio Odilon Nadalin e Marion de Magalhães estão melhor informados e, portanto, mais capacitados para fazê-lo.

Um dia qualquer, ao contrário da minha formação, demonstrarei a vocês que o modelo de Toynbee é aplicável às nossas realidades...

Todavia, desejo terminar com as palavras que pronunciei há 25 anos e que, para mim, continuam vivas e pertinentes. Seria demasiadamente longa a enumeração de livros, teses, artigos, comunicações produzidas, o que, aliás, foi feito pelos Cursos.

“Foi com esta colheita que pudemos chegar a este momento. Nós, historiadores que, mais do que ninguém, procuramos apreender o ritmo da mudança, compreendemos que esse (o da instalação dos cursos de pós-graduação) é um instante decisivo na vida do Departamento de História desta Universidade”.

“Estamos colocando toda a nossa força em curso que se pretende dinâmico, produtivo, renovador. Estamos empenhando toda a nossa responsabilidade profissional em curso que se objetiva sério, respeitado e ouvido. Estamos colocando toda a nossa esperança em um curso que, deliberada e conscientemente, se deseja constituir uma Escola de História do Brasil.”

Foi uma tarefa pesada para todos, administradores, professores e alunos, mas que a cumprimos com trabalho e confiança em nossos valores.

Manter os cursos de pós-graduação em níveis de reconhecimento da comunidade científica nacional e internacional, continua um trabalho pesado. Estradas reais, segundo o velho ditado inglês, somente são construídas com árduos trabalhos.

Não importam a escola adotada, a metodologia, os modelos teóricos. O que importa é a seriedade científica e a competência na solução das problemáticas enfrentadas. Se a nossa teoria não resolve o nosso problema, é a teoria que deve ser mudada, jamais o problema abandonado.

Em nome do Departamento, em meu nome, agradeço a todos

que, no passado, no presente e no futuro, aos professores e alunos, desde o mais antigo ao mais recente, a possibilidade científica e metodológica dos cursos de pós-graduação em História, pelos anos já vividos e que ainda viveremos.

Desejo encerrar com uma palavra especial de agradecimento a dois colegas que, por motivo de saúde, não estão hoje presentes, mas que formaram o trio ABC na história dos nossos Cursos: Alti e Brasil. Este, pelos ensinamentos, orientação e apoio. E ela, pela inteligência, a agilidade de raciocínio, a firmeza e, sobretudo, a lealdade.

Muito obrigada.

FAZENDO HISTÓRIA - PGHIS: 25 ANOS

Márcia Dalledone Siqueira

Professora do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

A ciência progride por etapas, algumas surpreendentes, mas outras rotineiras, fruto do trabalho paciente, cotidiano e perseverante de muitos que nem sequer aparecem. “Comparada à construção de um edifício inacabado, a ciência progride com a contribuição de todos os pesquisadores e cientistas, por menor que seja e por mais insignificante que a princípio possa parecer. Não há trabalho científico que seja destituído de valor virtual” (Korolkovas). Boletim nº10

A história dos Cursos de Pós-Graduação em História está intimamente articulada à história do Departamento, da Universidade, do ensino superior e de toda uma sociedade. É o que nos deixa perceber esta reconstituição dos 25 anos de sua trajetória. Algumas das tendências registradas nos permitem refletir sobre o perfil desses Cursos, talvez como ponto de partida para redesenhar sua participação na coletividade.

O Curso de Pós-Graduação, criado em 1972, é o resultado do somatório de esforços e pesquisas desenvolvidas pelos professores do Departamento de História - DEHIS desde a sua fundação (1959). Trata-se de uma tradição de ensino e pesquisa na área, que remonta à antiga Faculdade de Filosofia Ciências e Letras, fundada em 1938.

Com o surgimento do DEHIS, a ênfase na pesquisa é renovada, uma vez que a finalidade precípua era: *pesquisa histórica notadamente regional, o estudo da teoria da História, sessões de seminário sobre o ensino da História ou qualquer outro problema da Ciência Histórica*. (1ª. Ata, 1964:2)

Para cumprir tais objetivos, fazia-se necessário investir tanto no ensino quanto em seus profissionais. O DEHIS começou, assim, a desenvolver projetos de pesquisa e a coordenar didaticamente o curso de História, além de ministrar disciplinas em outros cursos afins.

O ensino ministrado era tido como dinâmico e atualizado: “(...) o conteúdo das matérias prelecionadas está em acordo com as modernas correntes da historiografia universal, abandonando-se o simples recitativo de *fatos*, procurando a história das *conjunturas* e das *estruturas*. Da mesma maneira, e atendendo às solicitações do mundo presente, procura realizar uma história, sobretudo econômica e social, crítica e objetiva, fundada no método científico”. (Relatório, 1971:4)

Soma-se a isso a prática do *seminário*, embrião do DEHIS, além do contato com a documentação primária em arquivos e bibliotecas.

Consolidado o Departamento, com a participação de quatro professores, o momento era de ação. O primeiro passo foi marcar um Seminário de cunho interdisciplinar congregando professores e estudiosos da História do Paraná, com objetivo de promover a revisão historiográfica paranaense com base nas obras de nossos historiadores. A análise previa a crítica das fontes, métodos e técnicas de trabalho, indicação de temas que possibilitassem um mapeamento da real situação da historiografia do Estado. Levantar, enfim, os problemas e as questões que deveriam ser trabalhados, equacionados e/ou resolvidos.

Essa nova perspectiva continha em si a idéia de análise crítica do quadro historiográfico regional. Tratava-se de um momento singular que nortearia marcadamente as atividades futuras desenvolvidas pelo DEHIS.

O primeiro seminário foi apresentado pelo professor Brasil Pinheiro Machado, que focalizou a obra intitulada *História do Paraná*, de Romário Martins. O Seminário acolheu a participação não só dos membros do Departamento – professora Cecília Westphalen, dando ênfase à história regional, professora Altiva Pilatti Balhana, voltada a estudar os movimentos migratórios –, mas também com

pesquisadores e intelectuais especialistas em outras áreas, tais como: João José Bigarella, da Geografia Física; José Loureiro Fernandes, que desenvolvia projetos relativos a populações indígenas; Júlio Estrella Moreira, médico, com um grande interesse na busca de documentação histórica no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro; Carlos Stellfeld, cujo interesse privilegiava a datação; Osvaldo Pilotto e Liguará Espírito Santo, estudiosos dos aspectos educacionais. A interdisciplinaridade se fazia presente.

Em sua análise, o professor Brasil destacou pontos fundamentais que, posteriormente, levaram o grupo a reflexões. O tema central girava em torno de questões relativas à história regional – entre elas o próprio conceito de história regional, dentro do complexo da história do Brasil. Ressaltando que a história regional tem uma ambientação própria, o meio geográfico como fator de especificidade, indaga, então, da possibilidade de escrever uma história geral do Paraná.

O debate instigante dos intelectuais suscitou os seguintes posicionamentos: de acordo com o professor Brasil, no conceito de história regional se faz presente a necessidade de associar a história dos grupos humanos regionais, da adoção de um regionalismo social e não de um regionalismo simplesmente geográfico. Nesse sentido, para ele, deveria ser levado em conta que cada uma dessas histórias regionais tem uma *ambientação* que a diferencia das outras, um cenário próprio, entendendo o termo no sentido de espaço social como caracterização. Nessa perspectiva, a possibilidade de escrever uma história geral só pode ser realizada quando precedida de grande número de estudos monográficos com base num trabalho amplo e aprofundado de pesquisa envolvendo a história regional. Tais pressupostos confrontavam-se com a situação em vigor, na qual imperava a *estreiteza de fontes históricas*, fazendo-se urgente o levantamento sistemático de fontes e de sua utilização racional.

Já Cecília Westphalen definia o contorno e as exigências da história regional ao afirmar: “(...) não pode significar simplesmente uma soma de histórias particulares. Ela supõe uma composição unitária que estende seu âmbito tanto no tempo como no espaço, ela exige assim, sobretudo, unidade e estruturação.”¹

Nesse repensar e rediscutir a História do Paraná foram traçadas as linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Departamento.

E, nesse Seminário, está a origem de toda a nossa atuação, nós nada mais fizemos do que seguir as linhas traçadas naquele momento.²

Mas os projetos de pesquisa só se consolidam ao longo de 1961. A partir de então são registradas pesquisas tendo um professor-coordenador responsável sobre temas apontados, de um lado, através dos seminários e, de outro, devido ao interesse particular de cada pesquisador. Assim, a professora Cecília começa a trabalhar com o *Comércio exportador e importador do Paraná, através do porto de Paranaguá*; a professora Altiva, com uma preocupação direcionada à história demográfica, busca localizar, levantar e analisar fontes no arquivo do Estado, bem como no arquivo de São Paulo, referentes à população tradicional do Paraná - *Levantamento de fontes para a História do Paraná*. Surgia também um projeto integrado dos professores Brasil e Altiva, sobre os russos brancos estabelecidos nos Campos Gerais, mais tarde executado pela professora Oksana Boruszenko direcionado à *Colonização ucraniana no Paraná*. Esse projeto estava inserido num universo mais amplo envolvendo questões referentes ao estudo das transformações da estrutura agrária dos Campos Gerais. Desdobramentos então ocorrem, e outros núcleos coloniais são incluídos. Visando ao ordenamento das fontes e privilegiando a história regional, o professor Brasil propôs o levantamento sistemático de fontes documentárias para a História do Paraná. Interessada pelos aspectos populacionais relativos à imigração, a professora Altiva desenvolve o projeto *Comportamento político dos colonos de Santa Felicidade*.

Mais uma vez as atenções estão voltadas à pesquisa, priorizada através dos projetos elaborados, notadamente aquela referente ao levantamento de arquivos locais, de interesse para a História: arquivos públicos e arquivos privados, administrativos, judiciários, eclesiásticos, cartoriais, paroquiais, de empresas e mesmo de particulares. Complementando esta preocupação primeira, é instalada a sala de seminários que abriga a Biblioteca, além de um

espaço destinado à leitura.

A Biblioteca, que nasce do esforço pessoal dos professores/pesquisadores, aos poucos ia tomando corpo e tornava-se motivo de orgulho. Uma vez que as verbas oficiais eram limitadas, o acervo avolumava-se à medida que os próprios pesquisadores doavam livros, revistas especializadas, material de pesquisa. Também contava-se com a colaboração de outras instituições, que enviavam exemplares, ou ainda de professores visitantes.

A professora Cecília conta uma passagem interessante, quando da presença do professor Francisco de Paula Soares, durante uma Banca de Mestrado, no final da década de 70: “(...) ele visitou a Biblioteca (esse é um outro ponto alto), que também se deve à professora Altiva porque ela ficou, ela é que ficava horas lá na Biblioteca, com as revistas e pedidos, fizemos as coleções, algumas a gente ganhou, por exemplo a gente tem os Anais dos Annales, que ganhamos do professor Fernand Braudel. E ele visitando a biblioteca, já tínhamos aqueles aparelhos todos e ele virou assim para nós e disse: *Meninas vocês construíram um Império.*”³ [grifo nosso]

Sem dúvida, e por muitos anos a Biblioteca constituiu num laboratório a serviço da Ciência Histórica, à medida que os documentos e os levantamentos de fontes primárias se multiplicavam e eram recolhidos em seu acervo, assim como as monografias e posteriormente as dissertações de mestrado. Mas a Biblioteca não resistiu ao tempo, e em 1992 teve seu acervo incorporado à Biblioteca do Setor de Educação e Ciências Humanas.

Com a Lei de Diretrizes e Bases de 1962, o incentivo à pesquisa é reforçado.

O ensino superior passava a ter por objetivo a pesquisa, o desenvolvimento das ciências, letras e artes, e a formação de profissionais de nível universitário (art. 66). Esta agora passa a ter por objetivo, a educação e o ensino, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, a cultura filosófica, científica, literária e artística em geral, bem como formar profissionais de nível universitário e cooperar, por

todos os meios, com o sistema de educação do povo (art. 2º). Tudo, com vistas às realidades brasileiras, os problemas regionais e os superiores interesses da humanidade.⁴

Assim, os projetos iniciais do Departamento se desdobram e ampliam. O *Levantamento de fontes* desenvolve-se em duas áreas: história demográfica e história regional. São incluídos dois projetos: *O preço de terras na região cafeeira do Paraná* e *Ação empresarial do Barão do Serro Azul na conjuntura paranaense 1874-1894*, coordenados pela professora Odah Regina Guimarães Costa. Apesar de a ênfase recair sobre a história do Paraná, outras áreas também se traduzem em alvo de pesquisas. Este é o caso do projeto *Comédias de Plauto*, sob a responsabilidade da professora Neusa de Castro Guimarães, que objetivava a análise das instituições sociais e as condições culturais da vida romana, através das obras de Plauto.

Quanto ao corpo discente, em julho de 1960, um grupo de acadêmicos, preparados por seus respectivos professores do curso de História, participa em São Paulo do I Congresso Nacional de Universitários de História, iniciativa que vai servir de incentivo para a fundação do Centro de Estudos de História, que congrega os alunos do curso. As pesquisas desenvolvidas pelo Centro dão origem à Revista de História a partir de 1962, destinada a divulgar os trabalhos realizados pelos acadêmicos.

A Revolução de 64 traz novamente mudanças no estatuto do magistério superior (Lei nº4881 - A/65). Esta lei declara indissociados o ensino e a pesquisa e transforma os departamentos na menor unidade universitária.

O DEHIS ao longo da década de 60 direciona seus esforços para o curso de graduação, dedicando-se às atividades do magistério e mantendo pesquisas em torno da História do Paraná.

Concomitantemente vai ocupando espaços em nível local e nacional através de palestras, conferências, cursos de extensão proferidos e a participação em congressos científicos, atestando a

presença de professores de outras instituições brasileiras e européias – a exemplo dos professores Suares Amora e Eduardo de Oliveira França de São Paulo, Jean Roche de Toulouse, Guy de Holanda do Rio de Janeiro, Fernand Veriauiem de Liège, entre outros. Enfim, se há um conagraçamento científico, há também o desabrochar de um trabalho de fôlego reconhecidamente de excelência no panorama nacional.

Em especial destaca-se o projeto *Levantamento e Arrolamento de Arquivos* que, além de objetivos de ordem científica, englobava os de ordem didática, a formação e o preparo profissional dos estudantes de História.

O contato diário e pessoal entre pesquisadores e estagiários que cumprem tarefas em comum e visam os mesmos objetivos, é o meio mais eficaz para a formação de jovens pesquisadores. Somente pela prática orientada pelos mais experientes é que os jovens estudantes serão, de fato, iniciados na pesquisa científica.⁵

O projeto conta com a coordenação direta do DEHIS, além de recursos financeiros da Fundação Educacional do Estado do Paraná - FUNDEPAR, mediante convênio.⁶ Os louros advindos de tanto esforço inovador ocorrem em encontro nacional.

Esse projeto contribuiu para a nossa afirmação na ANPUH. Outro marco foi a edição pelo departamento nacional de arquivos, da obra “arquivos paranaenses”, com as fichas de levantamentos e arrolamentos [...] Fomos os primeiros a proceder esse levantamento, e o fizemos a nível estadual, orientando os professores dos outros cursos. A partir do nosso projeto todo o país começou a fazer o mesmo. Demos assessoria para várias Universidades e Estados. Ele tinha diversas funções, como mobilizar alunos da graduação e pós, professores, através do trabalho em cartórios e igrejas. Disso resultou a fomentação das pesquisa no interior do Estado, contribuindo para o desenvolvimento da nossa historiografia. Nosso boletim surgiu nessa fase.⁷

Nesse contexto tem um peso ainda maior a publicação do *Boletim* do DEHIS, sob os auspícios do Conselho de Pesquisa da Universidade do Paraná. O número um, intitulado *Alfaia e jóias do antigo colégio dos Jesuítas em Paranaguá*, circula em junho de 1962. O objetivo maior é o de divulgar pesquisas até então originais relativas à história regional. Os boletins marcam presença até 1984, perfazendo um total de 29 volumes; mas os recursos são escassos o que dificulta a sua publicação após essa fase.

Aos poucos o círculo idealizado vai se fechando: os interesses dos professores/pesquisadores quanto à história paranaense levam ao desenvolvimento dos seminários, que, por sua vez, estimulam projetos, cujos resultados são publicados nos boletins e reavaliados nos seminários.

Contribui para um alçar vôo nacional o II Simpósio da Associação Nacional dos Professores de História do Ensino Superior em 1962. Conta com a presença de quase todos os historiadores brasileiros dessa conjuntura. Tal evento promove um intercâmbio mais intenso entre os colegas. Então, é o momento em que os nomes dos professores Brasil Pinheiro Machado, Bento Munhoz da Rocha Netto, Cecília Maria Westphalen, Altiva Pilatti Balhana, Homero de Barros, Odah Guimarães Costa, Ruy Wachowicz, Oksana Boruszenko, Jayme Antonio Cardoso, entre outros, despontam no cenário da produção científica nacional, com diversos títulos sobre temas regionais, apresentando projetos originais, sobretudo aqueles referentes às fontes.

Os esforços dos anos sessenta permitiram que, na década seguinte, esse grupo de professores se sentisse credenciado e habilitado para assumir as tarefas da criação de um Curso de Pós-Graduação, em nível de Mestrado.

Os estatutos da Universidade (1962 e 1965) já previam cursos de aperfeiçoamento, especialização e mesmo doutorado, com vistas ao aprimoramento dos conhecimentos, através do estudo aprofundado de temas. Porém, incentivo maior é dado em 1968 em face da nova legislação de reforma universitária, que preconizava a criação de centros regionais de pós-graduação, conforme o Decreto n.º 63.343 de 1º de outubro de 1968.

Mas as reformas seriam ainda mais amplas. Em 1970 a UFPR sofre uma nova reestruturação em decorrência do Decreto n.º 64.386 de 9 de maio de 1969. Assim, a Universidade se estrutura em sete Institutos com a atribuição de ministrar o ensino e a pesquisa básica e onze Faculdades destinadas ao ensino profissional e à pesquisa aplicada. Ciências Humanas, Letras e Artes é um dos Institutos, e nele se insere o Departamento de História.

Também os curso de graduação sofrem alterações, com a implantação de dois ciclos: um, comum a todos os cursos ou a grupos de cursos afins, e outro, específico à área de concentração. A matrícula passa a ser por disciplina, com a presença de pré-requisitos, créditos e regime semestral. Nos departamentos são instituídos os colegiados com atribuições didáticas de orientação, coordenação e fiscalização das atividades do curso.

Na seqüência das reformas (Decreto n.º 66.6/5/70), as Cátedras são extintas. Segundo a professora Cecília, substitui-se o “feudo da cátedra pelo soviet do departamento”.⁸

O Departamento, como uma fração universitária, passa a ter certa autonomia ao elaborar tanto seus planos de trabalho como sua proposta orçamentária. É de sua competência propor a admissão, relotação ou afastamento dos professores e demais servidores, bem como o regime de trabalho a ser cumprido.

A implantação das reformas introduzidas em 1970 não chega a ter efeito, uma vez que nova reforma em 1973 leva à aprovação de novo estatuto em novembro de 1974, que institui a Universidade como autarquia de regime especial. Assim, as unidades universitárias são definidas como órgãos simultaneamente de ensino e pesquisa; passa a compreender setores do sistema comum e da pesquisa que se reúnem em departamentos. O DEHIS passa, então, a integrar o Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes.

O momento político pelo qual passa a Universidade possibilita mudanças que favorecem sob o ponto de vista científico os centros de pesquisa por excelência. Trata-se da implantação do regime de tempo integral e do aumento do quadro de professores. Uma passagem ilustrada pela professora Cecília oferece uma idéia da

mentalidade da época:

Eu fazia parte de uma Comissão de Mudança do Regimento da Universidade, e as reuniões eram feitas lá no setor de Agronomia, porque o diretor de lá era da comissão, e também um professor da Engenharia. Era a comissão do RETIDE (Regime de Tempo Integral e Dedicção Exclusiva). Conversando com os outros, eram cinco professores, eu e mais quatro. Como dizia o Professor Maack, homens e fêmeas, só eu de fêmea. Ele não falava bem o português, dizia: alunos homens e alunos fêmeas. Estávamos ali trabalhando e de repente o da Engenharia, não vou dizer o nome para não melindrar, também já morreu, disse: “você não imagina que teve uma professorinha lá de História que teve a petulância de pedir RETIDE. Aí, eu pulei e disse: - ah, não diga!- Sim senhor, é uma professora que já fez especialização na Europa, já é livre docente, já tem trabalhos publicados, está pedindo e passa o dia todo lá dentro da Faculdade trabalhando.”⁹

Acoplado ao plano de tempo integral é realizado o Seminário sobre Fernand Braudel, revelando-se num momento definidor de vários projetos de pesquisa.

O Estatuto Universitário de 1970 também dedica um capítulo à pesquisa (cap. IV, arts.63-69) explicitando as modalidades de incentivo à pesquisa, entre elas: concessão de bolsas especiais, auxílios para projetos específicos, capacitação do corpo docente, intercâmbio, promoção e participação em congressos, divulgação dos resultados das pesquisas. Enfim, a Universidade se obriga a carrear recursos para as atividades de pesquisa.

Com o aumento das pesquisas e a maior participação em eventos científicos nacionais, o DEHIS recebe a solicitação do *Centro Regional Sul de Pós-Graduação* para a criação do Curso de Pós-Graduação. Uma pesquisa conclui que entre as Universidades do Sul do Brasil (Santa Catarina, Porto Alegre, Santa Maria, Pelotas), é a UFPR que tem condições de abrigar tal curso. Como era

autorizado apenas um curso por região, para não multiplicar, somente o DEHIS teve a recomendação, por ser considerado centro de excelência pelo Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq.¹⁰

A apreciação favorável consta do primeiro relatório do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação, no seguinte teor:

(...) Convidado pelo Centro Regional Sul de Pós-Graduação, órgão integrante do Ministério da Educação e Cultura, que realizara pesquisa prévia e verificadora das possibilidades de implantação de cursos de pós-graduação em História, na região Sul, apenas a UFPR seria possuidora de *massa crítica* requerida para tais cursos, o Departamento de História apresentou, em fevereiro de 1971, pré-projeto de Cursos de Pós-Graduação em História, ao referido Centro constando que o mesmo apresentava *condições de ser aprovado em vista de sua estrutura e massa crítica responsável*, conforme Parecer do Professor Darcy Closs, foi o mesmo aprovado pelo Centro Regional Sul de Pós-Graduação em História na UFPR, objetivando o Mestrado, com área de concentração em História do Brasil e apresentando as opções de História Econômica e História Demográfica. O Conselho Universitário pela Resolução n.º 2/72, de 28 de janeiro de 1972, criou os Cursos de Pós-Graduação em História, mestrado em História do Brasil.¹¹ [sem grifo no original]

Como justificativa para a criação do Curso de Pós-Graduação foram apresentados dois pontos básicos: um, quanto à formação de professores de História para o ensino médio; outro, para a formação de técnicos, especialistas e pesquisadores nas várias áreas das disciplinas históricas. Quanto ao primeiro:

(...) a formação de professôres para o ensino médio, constitui, no momento, em virtude das carências *quantitativas* e, sobretudo, *qualitativas* do pessoal do ensino médio, no País, a preocupação fundamental dos administradores educacionais. (...). Desta maneira, a formação de professôres de História insere-se nas

prioridades do planejamento nacional e regional, uma vez que a História constitui uma das disciplinas obrigatórias do currículo mínimo, indicada pelo CFE, para todos os sistemas de ensino médio do País, federal e estaduais.¹² [sem grifo no original]

Acrescentava-se nesse sentido que, sendo a História uma ciência cuja dimensão está no tempo e que trata a sociedade no tempo, havia necessidade de formar um professorado altamente capaz de renovação conceitual e metodológica que se desejava implantar no ensino médio. E essa tarefa competia ao DEHIS e às Faculdades de Educação. Neste sentido tornava-se imperiosa a implantação de cursos de pós-graduação, para melhorar a formação dos auxiliares do ensino superior e professores de História em estabelecimentos de ensino.

Quanto ao segundo objetivo do curso, discorre sobre a formação de historiadores, assentada na pesquisa científica:

(...) Justamente o que dá personalidade, que caracteriza como centro do saber que avança contínua e progressivamente, é a comunicação constante entre a atividade didática, quando o acúmulo da experiência passada e conhecida, nas áreas específicas da sua preocupação, é transmitido aos jovens que se iniciam, tornado-os co-participantes do acervo cultural da Humanidade, e a atividade da pesquisa original, quando a ciência se afirma ou caminha mais longe, por intermédio dos mais experientes que devem, no entanto, ter sempre ao seu lado jovens, a fim de que recebam treinamento e sejam, por sua vez, iniciados na pesquisa científica.¹³

No ano de 1972 inicia a primeira turma¹⁴ e, com ela, definem-se alguns recortes norteadores, em torno dos quais se desenvolve a maioria das pesquisas para as dissertações de Mestrado.

O professor Brasil profere a aula inaugural dos Cursos, em 1º de outubro de 1972, às 10 horas, na sala da Congregação, detendo-se sobre as recentes posições da historiografia brasileira e as diretrizes

científicas que devem conduzir os cursos de pós-graduação em História.¹⁵

Em relatório apresentado para fins de credenciamento do curso consta: “As diretrizes assumidas quando da organização em 1959, do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná conduziram suas atividades científicas e didáticas para a adoção de algumas linhas de pesquisa voltadas para a história econômica e social, objetivando reconstituir um quadro tanto quanto possível da sociedade e da economia paranaense”.¹⁶

Partiu-se da necessidade do estabelecimento de um sistema de referências para se construir a História do Paraná, desde o conceito de história regional, dentro do complexo da História do Brasil, ou seja: *como a história dos grupos humanos regionais, com a adoção, portanto, de um regionalismo social, e não simplesmente geográfico, e considerando-se que cada uma dessas histórias regionais têm uma ambientação que diferencia das outras, usando-se o termo ambientação no sentido de caracterização, ou seja de espaço social*¹⁷.

Dessa reflexão resultaram questões quanto à necessidade de maiores pesquisas, com base nas fontes primárias, bem como de um levantamento das mesmas de modo ordenado e sistemático, além de novas abordagens metodológicas e temáticas privilegiando-se as conjunturas e estruturas, não mais o simples recitativo dos fatos.

Assim, as linhas de pesquisa estabelecidas a partir desse seminário de revisão crítica da historiografia paranaense são direcionadas para o estudo da formação e composição dos efetivos populacionais e das estruturas sócio-econômicas do Paraná.

Essas linhas de pesquisa revelaram-se extraordinariamente fecundas, propiciando suportes para a realização de projetos muito específicos, bem como para a estruturação e planejamentos curriculares bastante dinâmicos nos seus cursos de graduação e pós-graduação.

Para exemplificar o nível de integração obtido, basta notar que as áreas de concentração do Pós-graduação em História do Brasil foram estabelecidas em consonância com o desenvolvimento das

pesquisas em curso.

As linhas de investigação de maior força aglutinadora, não somente por integrar número significativo de professores e alunos, mas também pela sua alta produtividade, são *Levantamento de Arrolamento de Arquivos*, *Quantificação das atividades econômicas paranaenses* e *História Demográfica do Paraná*.

E isso pode ser comprovado observando os temas trabalhados pelos professores do departamento em seus projetos de mestrado. Na área de História Econômica: Beatriz Pellizzetti - *Um capítulo do Pioneirismo Italiano: Vale do Itajaí*; Carlos Roberto Antunes dos Santos - *Preços dos Escravos na Província do Paraná*; Odah Regina Guimarães Costa - *O Preço de Terras em Içara nas décadas de 1940 a 1960*. Na área de História Demográfica: Ana Maria de Oliveira Burmester - *População da Vila de Nossa Senhora da Luz de Curitiba no século XVIII, segundo os registros paroquiais*; Elvira Mari Kubo - *Paróquia de Nossa Senhora da Luz de Curitiba nos séculos XIX, exploração sumária dos dados demográficos*; Jair Mequelusse - *Estrutura da população e domicílio da Vila de Paranaguá no séc. XVIII, segundo listas nominativas*; Jayme Antonio Cardoso - *Listas Eleitorais de Curitiba no Período Provincial*; Márcia de Campos Graf - *População Escrava na Província do Paraná Segundo as Matrículas Efetuadas para Fins de Emancipação entre 1873 a 1886*; Maria Ignês Mancini de Boni - *População da Vila de Curitiba, Segundo as Listas Nominativas de Habitantes 1765-1785*; Marisa Budant Schaaf - *Estrutura dos Domicílios Curitibanos no final do Século XVIII, Segundo as Listas Nominativas de Habitantes*; Ruy Christovan Wachowicz - *Estudo Retrospectivo do Comportamento Demográfico da População Polonesa da Paróquia de Sant'Anna de Abranches, 1871-1971* e Sérgio Odilon Nadalin - *Dinâmica da População Luterana Alemã em Curitiba- 1866-1970*

Segundo depoimento da professora Odah, quanto à criação do pós-graduação, ela afirma: “Eu vi a criação do pós como uma necessidade de se formar os novos professores e outros pesquisadores. Os cursos de pós são fundamentais para a projeção nacional e internacional do Dehis. As linhas de pesquisas

fundamentais são a História Econômica, Social e Demográfica, porque abriram perspectivas para novas análises e para a formulação das linhas atuais, que são da maior significação histórica”.¹⁸

Nesse momento em toda a UFPR havia quatro cursos de pós-graduação¹⁹. Nas Ciências Humanas, o de História era o único. De acordo com o Parecer n.º 688/74 de 7 de março de 1974 do Conselho Federal de Educação, tratava-se do único Curso de Pós-Graduação em História credenciado no país, que contava também com o reconhecimento do Conselho Nacional de Pesquisa como centro de excelência, conforme parecer de novembro de 1973.

Implantado no sistema europeu, inicia as aulas em outubro, tendo por finalidade aproveitar o período de férias dos professores visitantes, que assim poderiam participar diretamente dos cursos. Tal prática foi adotada até 1977. A partir de então foi marcado o início do curso para março, visando acompanhar os cronogramas das agências financiadoras de bolsas de estudos que correm com o ano escolar.

Quanto aos financiamentos, contava-se também com recursos da CAPES, através do programa de professor visitante estrangeiro - PVE, e do Ministério das Relações Exteriores da França, por meio do Consulado francês, além de um financiamento junto ao FNDCT por meio da FINEP. Podemos citar alguns nomes como: Frédéric Mauro, Louis Henry, Jacques Bertin, Adeline Daumard, Jean Delumedu, Jean Glenisson, Albert Sooul, Jean Pierre Berth, Jacques Depaquier, Michel Rochefort todas da França, Peter Eisenberg, Herbert Klein, Emílio Willems, Josephine Femel Pacheco, Edmund Stephen Urbanski dos Estados Unidos; Antonio Saravia de Portugal; Alberto Gallo da Itália; Humbert Charbonneau e Yaroslau Rudnick do Canadá; Arthur Imhof e Hermann Kellenbens da Alemanha. Além de nomes nacionais, entre eles: Maria Beatriz Nizza da Silva, Anita Novinsky, Ana Amélia Camarano Morevia, Maria Luiza Marcílio, Mary Garcia Castro, Gadiel Prusi, José Pedro Esposel, Nícia Villela Luz, Ciro Flamarion Cardoso, Jayme Pinski, entre tantos outros.

O Curso de Pós-Graduação mostra-se revelador e produtivo tanto no que diz respeito à docência como à pesquisa. O volume de pesquisas aumenta e os temas pouco a pouco se superam. As duas

linhas iniciais, História Demográfica e História Econômica, em poucos anos precisam ser ampliadas através de uma nova opção, a História Social.

Já no final de 1974 a professora Altiva propõe ao Colegiado do Curso de Pós-Graduação que passe a estudar a possibilidade da abertura de nova área de opção no Mestrado em História do Brasil, aquela de História Social. Isto, em virtude de inúmeras solicitações recebidas nesse sentido, mas, sobretudo, como um dos melhores frutos do curso prelecionado em Curitiba pela professora Adeline Daumard, grande especialista na matéria que se manifesta a favor dessa nova opção, quer pelas linhas de pesquisa desenvolvidas pelo Departamento de História, quer pelas possibilidades de fontes primárias existentes no Brasil.²⁰ O que só ocorre a partir de 1977.²¹ No entanto, a própria professora Adeline Daumard colabora no currículo e planejamento das atividades.

A partir da implantação do Pós-Graduação, o Departamento de História entra num processo ascendente e afirma, uma vez mais, em nível nacional e mesmo internacional, sua tradição de pesquisa. Seus membros na totalidade se fazem mestres e dentre eles a maioria dá prosseguimento aos seus estudos partindo para o doutoramento em outras instituições. É a hora de ampliar os horizontes, entrar em contato com novos centros pesquisadores, renovar as experiências de pesquisa. Neste contexto, graças a uma política nacional, professores do DEHIS obtêm seu doutorado na Europa e no Canadá²². Tal aprimoramento científico rapidamente repercute no nível de ensino dos cursos de graduação e pós-graduação.

A revolução “copérnica” operada em termos de conhecimentos logo se reflete no cotidiano do DEHIS, em que posturas ideológicas diferenciadas levam a ações políticas também diferentes.

Os anos oitenta assistem a um debate historiográfico que traz à tona novas questões que interferem no trabalho de produção de História, influenciando inúmeros pesquisadores do mundo acadêmico. São as propostas teórico-metodológicas do marxismo, o encaminhamentos da *Escola de Annales* e o impacto das reflexões de autores como Foucault, Thompson e Hobsbawm, entre outros.

Vários professores abandonam seus enfoques demográficos e econômicos e passam a trabalhar com outros quadros conceituais.

Assim, para adentrar nos aspectos qualitativos da produção científica do Departamento e para compreendê-la de forma consistente e profunda, não se poderá isolar essa produção do debate nacional em torno da influência do marxismo e da contribuição das ciências sociais que, estimuladas sobretudo pelos historiadores dos *Annales*, provocam uma renovação também na historiografia brasileira e paranaense. Retiram a História dos domínios estreitos do exclusivamente político e que, no caso do Paraná, abrem espaços para opções que ultrapassam o estritamente demográfico e econômico. Aos poucos as amarras que obrigavam o enquadramento dos trabalhos do historiador nos parâmetros rígidos de um mecanismo pouco criativo se rompem. E isto aparece de modo especial na produção das teses de doutorado dos professores do DEHIS, refletindo essa *virada* na escolha dos temas, das metodologias e das questões teóricas que embasam as pesquisas.

O próprio Departamento passa por transformações que definem novas possibilidades de trabalho, com pesquisas voltadas para a exploração de temáticas que vão além dos parâmetros das linhas de História Demográfica e da História Econômica. É, sem dúvida, o prenúncio de que a década de oitenta representa a consolidação do que se passa a denominar *História Social*, como matriz de grande parte da produção científica. Por decorrência, redefine-se o perfil historiográfico de parte dos pesquisadores e do próprio Departamento.

A década de 80 representa também um período de grande avanço. Consolida mais um curso de pós-graduação em História do Brasil em nível de Doutorado, mantendo ainda como opção preferencial a História Demográfica, com base na tradição do DEHIS e do trabalho de fôlego realizado em função da busca e levantamento das fontes.

A idéia de implantação do Doutorado, porém, surge a partir do credenciamento dos Cursos de Pós-Graduação em 1979, quando é feita consulta ao Conselho Nacional de Pós-Graduação.²³ O que foi aprovado em 25 de fevereiro de 1981. Mas o doutorado só é

implantado no ano seguinte através da Resolução n.º 04/82 de 22 de janeiro de 1982, do Conselho Universitário da UFPR. Assim, *no dia 12 de março de 1982, foi, pelo Magnífico Reitor, instalado o Doutorado em História.*²⁴

Quanto à opção em História Demográfica, era justificada pela sua importância no âmbito da ciência.

A Demografia Histórica, tal como foi cientificamente estruturada a partir da década de 1950, com seus métodos próprios e rigorosas técnicas de análise, desempenha, como aliás foi observado por Jacques Dupâquier, no século XX, no campo das ciências sociais, um papel comparável àquele desempenhado no campo das ciências exatas, pela Astronomia, no século XIX. (...) No Brasil, em geral, e no Paraná, em particular, considerando o excepcional crescimento populacional e a grande variedade de elementos étnicos na composição de sua população, são necessários estudos que tratem, com metodologia e técnicas adequadas, dos problemas de demografia, procurando utilizar as fontes primárias existentes e, ainda, na sua quase totalidade jamais exploradas²⁵.

Somam-se ainda as motivações que levam ao estudo das populações presentes e passadas e de seus comportamentos demográficos, pois nos países

(...) subdesenvolvidos foi, sobretudo, a formulação de políticas econômico-sociais, e de programas de desenvolvimento regional e nacional, que passaram a exigir estudos de população mais extensas e profundos. Eram necessárias análises demográficas, não só da situação presente, mas também aquelas destinadas ao conhecimento das tendências seculares da população e dos fatores que condicionaram a atual distribuição geográfica do povoamento e das atividades sócio-econômicas, indispensáveis à compreensão do desigual desenvolvimento regional²⁶.

Na época, na Universidade existiam apenas quatro cursos de Doutorado credenciados: Genética, Entomologia, Engenharia Florestal e História. Uma vez mais o DEHIS assume a vanguarda das Ciências Humanas, impondo sua tradição em pesquisa científica. É o momento de investir intensamente; alguns de seus professores/pesquisadores partem para uma nova empreitada, os cursos de pós-doutoramento nas universidades da Europa, e há um aumento considerável de convênios com centros de pesquisas internacionais²⁷.

Cresce também o número de professores visitantes tanto de instituições nacionais e como internacionais. Reflexos são sentidos em nível de graduação, com a melhora e o reajuste de currículos e programas. Dessa forma, o DEHIS passa a ocupar todos os espaços possíveis no que se refere ao ensino, pesquisa e extensão, seja no plano científico - formador, seja administrativo e político.

Até mesmo os convênios se expandem, a exemplo do curso de especialização ministrado aos professores de 1º e 2º graus na Fundação Educacional da Região de Joinville - SC.²⁸ E, ainda, o Convênio CNPq / CNRS, Programa - Comissão Fulbright, oferecendo oportunidade de colaboração de professores norte-americanos, apoio cultural do Instituto Goethe com os recursos do DAAD da Alemanha; Cooperação UFPR / Centre Pierre Leon / CNPq/ CNRS para o projeto Demografia Histórica.

O DEHIS rompe suas fronteiras qual uma máquina a toda capacidade; as idéias fervilham, é um solo fértil voltado à ciência. Mudanças são pensadas em nível curricular, tanto da graduação como do pós-graduação. Reflexo de novos tempos, de amadurecimento científico e de uma integração maior ensino-sociedade.

Tais mudanças só ocorrem na década seguinte, em virtude das ameaças políticas que põem em risco as conquistas trabalhistas, levando a um processo acelerado de aposentadorias. Assim, no desfecho dos anos oitenta um grande número de professores-pesquisadores titulados iniciam o processo de saída, movimento que continuará na década seguinte, deixando um vazio no DEHIS que está sendo preenchido por novos profissionais habilitados, não menos qualificados. Conseqüentemente, inicia-se um novo momento político, que se reflete diretamente na pesquisa e no próprio eixo norteador

do Departamento.

Mas os bons ventos param de soprar a partir de 1987, quando um telex do Ministro da Ciência e Tecnologia informa sobre o congelamento do número de bolsas para o pós-graduação no Brasil. A partir de então a política nacional interferirá diretamente quanto aos sucessivos cortes de verbas destinadas ao pós-graduação.²⁹

Foi necessária a adaptação à nova realidade; assim no PGHIS são feitas reflexões, em virtude de mudanças propostas pelo CEP. Primeiro, porque os Cursos de Pós-Graduação da UFPR sofrem os reflexos das universidades federais do Brasil, “começando pelos obstáculos à renovação do quadro docente e pelo conseqüente envelhecimento e falta de motivação dos professores. (...) adiciona-se o fato de que os Cursos de Pós-Graduação ainda não foram incorporados realmente à estrutura da Universidade, dependendo inclusive de recursos financeiros externos para seu funcionamento (Capes, Cnpq, etc.)”.³⁰ Segundo, porque, quanto ao conceito de linhas de pesquisa, era o momento de serem formuladas discussões suficientes para o seu aprofundamento. “(...) não há, por exemplo, uma linha de pesquisa que originalize e dê unidade às pesquisas em História Social, dando inclusive sustentação à sub-área de concentração concernente.”³¹

Essa questão estava intimamente relacionada à necessidade de flexibilizar a estrutura curricular dos cursos, até então demasiadamente rígida: “(...) estamos discutindo nova proposta curricular; porém, para que o mesmo não seja simplesmente mudança de forma, e mais, não adquira aspectos de ‘invertibilidade’, (...) é fundamental para sua viabilidade a implantação de linha(s) de pesquisa(s) que congreguem realmente os docentes em torno de eixos norteadores comuns, a exemplo da história demográfica.”³²

Mas, para pôr este plano em prática, fazia-se necessário o aumento do corpo docente, uma vez que não havia mais recursos suficientes para trazer professores visitantes estrangeiros.

Como terceiro ponto, criticava-se a gradativa diminuição da produção discente. Para reverter a situação era: “(...) fundamental acionar os professores orientadores instando-os a planejarem com

seus orientandos os cursos e as atividades nas diversas disciplinas, no sentido de estimular os estudantes a produzir “papers” articulados ao grande projeto de investigação que desenvolvem.”³³

Atendendo a essas preocupações foi reelaborado o Regimento dos Cursos de Pós-Graduação cujos objetivos eram: “Ampliar e aprofundar conhecimentos no campo da História, desenvolvendo a criatividade na investigação histórica, bem como qualificar pessoal para o exercício das atividades profissionais do historiador, de ensino e da pesquisa”.³⁴

Os anos 90 inauguram um novo tempo, o das mudanças, pressionadas agora pela CAPES. Os professores em consenso perceberam que “(...) o nosso programa (deve) atender para a tendência estacionária da pequena produção discente e elevado fluxo e tempo médio de titulação.”³⁵

A saída diante de tal situação era a reforma curricular, levando-se em conta o perfil profissional, a metodologia de trabalho, os pressupostos, a flexibilidade curricular, o pré e co-requisitos, além das linhas de pesquisa do DEHIS.

Uma grande discussão foi iniciada contando com a participação de professores e estudantes em seminários e reuniões promovidas pelo DEHIS e colegiados de cursos. Quanto às linhas, sugestões foram apresentadas pelos professores:

Foi explicado que a opção pelas linhas de pesquisa propostas teve por base um determinado eixo temático. Considerou-se que história econômica não representava um eixo temático, mas uma opção metodológica e como tal ela pode estar presente nas demais linhas de pesquisa. E que, desde 1990, as linhas de pesquisa estão sendo discutidas, com o objetivo de ampliar o diálogo entre as Ciências afins e desenhar o perfil acadêmico do DEHIS.³⁶

Mas a reforma curricular dos cursos só ocorreu em 1992. Assim, após um período de dois anos de discussões e propostas chegou-se à conclusão que a reforma deveria abranger concomitantemente cursos de graduação e pós-graduação, possibilitando com isso a formação de profissionais de História, em níveis diferenciados, porém integrados entre si.

Para tanto o novo currículo pautou-se na experiência de um grupo de professores do DEHIS que desenvolveu junto aos alunos de graduação o projeto de pesquisa *O viver em uma sociedade urbana: Curitiba, 1890-1920*.³⁷ Tratava-se de uma temática comum em torno de uma problemática e de todo um trabalho de levantamento e arrolamento de fontes nos arquivos locais. “O êxito da proposta estimulou a discussão do próprio conceito de áreas de concentração do Departamento e de seus Cursos em um mesmo esforço comum.”³⁸

Foram dessas preocupações que surgiram as propostas para a reformulação dos currículos dos cursos de graduação e pós-graduação - sendo mantidos os princípios básicos de flexibilidade curricular - acompanhando também as transformações advindas com a mudança do perfil da clientela dos cursos. Diferindo das turmas iniciais, agora os candidatos não se interessam pela especialidade, sobretudo do Doutorado em História Demográfica, opção que limitava o ingresso, uma vez que grande parte da clientela dirigia seus interesses para outros campos da História, principalmente o da História Social. Por outro lado, cada vez mais as Instituições de Ensino Superior - IES passam a exigir a titulação. Uma pressão salutar foi exercida, estimulada não só pelos estudantes recém-graduados, que se traduziam em clientela majoritária, bem como pelos profissionais do ensino médio e superior.

Assim, a nova proposta curricular em resposta às pressões da demanda, privilegia como áreas de concentração a História das Populações, História das Idéias, História Urbana, e Imaginário, Cultura e Política,³⁹ transformadas em linhas de pesquisa, congregando professores/pesquisadores, bem como alunos de graduação e pós-graduação.

Mas a prática de tais linhas se mostrou penosa, uma vez que o número de professores/pesquisadores credenciados se altera. Em resposta à política governamental muitos se aposentaram. Em consequência, a renovação advinda de tal processo integra ao quadro docente professores em fase de capacitação desenvolvendo temáticas que privilegiam os mais diversos aspectos da Ciência Histórica.

A forma mais racional de resolver o impasse foi a redução das linhas de pesquisa, implantando agora apenas duas grandes linhas: Espaço e Sociabilidade, e Cultura e Poder, ambas vinculadas à área de concentração em *História, Cultura e Sociedade*.⁴⁰

Quanto à linha de pesquisa Cultura e Poder, “objetiva o entendimento da relação entre as formas de organização material e simbólica e as manifestações de poder nas visões de mundo, discursos, enfim, todas as formas de representação social podem ser entendidas enquanto participantes de processos de modelagem de comportamentos, hábitos e atitudes ou, no limite, da imposição de uma relação de dominação”. Para tanto, contempla temas como cultura política, imagem e poder, mito e utopia, elites e instituições, acomodações e resistências, razão e sentimento na política, religião e sociedade.⁴¹

Já a linha de pesquisa Espaço e Sociabilidades, “através de linhagens historiográficas recentes consideram a possibilidade de uma cultura do social. Essa é uma inversão que aponta para a constituição de campos privilegiados de conhecimento, dentre os quais se inserem as relações entre o espaço e as sociabilidades concernentes (...) Assim, a linha de pesquisa se define em função da compreensão de como o indivíduo se integra e vive sua integração nos grupos e camadas sociais.”⁴²

Ao completar 25 anos o PGHIS é chamado uma vez mais a dar respostas à realidade que ora se apresenta, acompanhando a política nacional. Cabe-lhe agora uma dupla tarefa: a de sobreviver num período de cortes orçamentários desenvolvendo pesquisas e congregando pesquisadores, e a de rapidamente recompor seu quadro docente mantendo alto grau de capacitação, não fugindo assim da sua tradição. Sem dúvida, é um grande desafio. Mas não podemos esquecer que ao lado de um grande patrimônio cultural, o PGHIS construiu também um patrimônio científico, mercê da dedicação entusiástica de seus membros, que legam sucessivamente a herança do trabalho, dedicação e pesquisa às gerações futuras.

NOTAS DE REFERÊNCIA

- 1 WESTPHALEN, 1988. p. 5.
- 2 Cecília WESTEPHALEN, entrevista de 06/07/94.
- 3 Cecília WESTPHALEN, entrevista 06/07/94
- 4 WESTPHALEN, 1987. p. 81
- 5 DEHIS. Boletim n.º 10 - 1970. Projeto n.º 1. Levantamento e Arrolamentos de Arquivos. Altiva Pilatti Balhana e Cecília Maria Westphalen. p. 2
- 6 Ibid p. 16
- 7 Odah Guimarães COSTA, entrevista 1995
- 8 WESTPHALEN, 1988. p. 58
- 9 Cecília WESTPHALEN, entrevista, 06/07/94.
- 10 Processo n.º 1377/72 do CNPq.
- 11 DEHIS. Relatório dos Curso de Pós-Graduação em História, Mestrado em História do Brasil, ano letivo 1972-3. In: 9 Ata da reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História realizada em 11 de outubro de 1973
- 12 DEHIS. Relatório, 1971. p.5.
- 13 DEHIS. Relatório, 1971. p.11-12.
- 14 Primeira turma de mestrado selecionou 25 candidatos, a saber, por área de opção: Aida Mansani Lavalle, Américo da Costa Souto, Beatriz Pelizzetti, Carlos Roberto Antunes dos Santos, Eliena Arruda Wolf, Ernesto Cassol, Casso Vieira, Helga Belatscke, Loraine Slomp Giron, Marisa Correia de Oliveira, Nadir Aparecida Cancian, Odah Regina Guimarães Costa e Rosemay Possy Eduardo, na área de História Econômica; Ana Maria Burmester, Elvira Mari Hara, Jair Mequelusse, Jayme Antonio Cardoso, João Correia de Andrade, Márcia de Campos Graf, Maria Ignês Mancini de Boni, Marisa Budant, Rene Mussalan, Ruy Christovam Wachowicz, Sérgio Odilon Nadalin e Walter Piazza, na área de História Demográfica. (3 Ata de 4 ago 1972, p. 4)
- 15 Ata da reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. 1º out. 1972.
- 16 Relatório 1984.
- 17 BALHANA, Altiva & WESTPHALEN, Cecília. Relatório: os estudos brasileiros no Departamento de História, 1971. p. 1.
- 18 Odah Guimarães COSTA, entrevista 1995
- 19 Em 1969 são implantados os Mestrados em Entomologia e Genética Humana, em 1971 Mestrado em Ciências Geodésicas, em 1972 História do Brasil (28 jan 72) e Engenharia Florestal (6 out 72).

20 Ata da Reunião do Colegiado dos Cursos de Pós-Graduação em História da UFPR, realizada em 30 de dez. de 1975.

21 Processo n.º 7 67.288/74 de 25 de junho de 1974, para funcionamento a partir de 1977.

22 Doutoraram-se no exterior: Oksana Boruzsenko. Integração de Imigrantes ucranianos no Brasil. Munique, 1972; Carlos Roberto Antunes dos Santos. L'économie et la société esclavagiste au Paraná (Brésil) de 1854 a 1887. Paris, 1976; Jayme Antonio Cardoso. Essai d'utilisation des listes electorales dans l'étude de la population du Paraná (Brésil) vers. 1870. Paris, 1977; Sérgio O. Nadalin. Une paroisse d'origine germanique au Brésil; la communauté Evangelique Lutherienne au Curitiba entre 1866 et 1969. Paris, 1978.; Ana Maria Burmester. Population de Curitiba au XVIII siècle. Montreal, 1981.

23 40 Ata de 28/12/79

24 DEHIS. Relatório, 1984. s.p.

25 Ibid.

26 Ibid.

27 Cursaram Pós-Doutorado: Márcia de Campos Graf. O escravo na sociedade paranaense do século XIX. Paris, 1982; Carlos Antunes dos Santos. O custo da vida: a estratégia de abastecimento agro-alimentar. Paris, 1984; Odah Guimarães Costa.

28 71. Ata de 18 agosto 1986

29 PGHIS. Ata de 25 de novembro de 1987.

30 PGHIS. Ata de 04 de outubro de 1989. p.40.

31 Ibid.

32 Ibid.

33 Ibid. p.41.

34 PGHIS. Relatório, 1989. p.140.

35 PGHIS. Ata de 13 de junho de 1990.

36 PGHIS. Reforma Curricular, 1990. p.90.

37 Participaram do projeto os professores: Ana Maria Burmester, Maria Ignês Mancini De Boni, Elvira Mari Kubo, Regina Gouvea, Mariza Budant Shaf e Márcia Dalledone Siqueira.

38 UFPR. PRPPG. *Cursos de pós-graduação catálogo geral*. Curitiba: UFPR, 1995. p.310.

39 Ibid. p.313-314.

40 PGHIS. Ata de 06 de novembro de 1996. p.62.

41 Ibid.

42 Ibid.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

COSTA, O. Entrevista, jun. 1995. Curitiba.

DEPARTAMENTO de História da Universidade Federal do Paraná. Livros de Atas das reuniões, 1964/1997.

_____. Livros de Atas das reuniões do colegiado de pós-graduação, 1972/1997.

_____. Relatórios do pós-graduação, 1972/1997.

_____. Boletim, 1962/1984.

MARCHI, E. et. alii. Trinta anos de historiografia: um exército de avaliação. In : *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH v. 13 nº 25-26, set 92 - ago 93. p. 133-141.

PAULA, E. S. A Universidade e a Faculdade de Filosofia Ciências e Letras. In : *Revista de História*. São Paulo: 54 abr.-jun: 523-529. 1963.

PILOTO, V. *Universidade Federal do Paraná: primórdios, modernização, vitórias*. Curitiba: Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense - Gráfica Vicentina, 1976. 116 p.

WACHOWICZ, R. C. *Universidade do mate: história da UFPR*. Curitiba: APUFPR, 1983. 189 p.

WESTPHALEN, C. M. *Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná: 50 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1988. 164 p.

_____. *Universidade Federal do Paraná: 75 anos*. Curitiba: SBPH-PR, 1987. 116p.

A GUERRA COMO PAINEL E ESPETÁCULO A HISTÓRIA PRESENTIFICADA EM *OS SERTÕES DE EUCLIDES DA CUNHA*¹

Berthold Zilly

Professor de Literatura Brasileira da
Universidade Livre de Berlim – Alemanha

Entre a ciência e a literatura

É geralmente aceita a tese de que, não fosse o livro de Euclides da Cunha, a guerra de Canudos teria caído no semi-esquecimento do grande público, como tantos outros conflitos, movimentos populares, guerras civis e externas, revoltas, quilombos, greves, acontecimentos quase sempre caracterizados por massacres contra os de baixo, bastando uma rápida comparação com a Balaia-da, a guerra do Paraguai, os Mucker, a revolta da Vacina, o Contestado, o Caldeirão e outros. E realmente, o Centenário da guerra no sertão parece ter comprovado abundantemente essa tese, pois, apesar das muitas pesquisas de José Calasans sobre “Canudos não euclidiano”², raramente se fala sobre o evento sem que se mencione o escritor e seu livro, apesar das muitas e em grande parte fundadas críticas à parcialidade de seu depoimento, à falta de tratamento profissional das fontes e ao caráter datado ou contraditório de muitos das suas avaliações. Se o mito Canudos, como evento-chave da história brasileira, se deve em grande parte a Euclides, este, por sua vez, também virou mito, como um explicador, intérprete, preceptor do Brasil, de modo que temos aí dois mitos complementares, quase simbióticos, alimentados pelo mesmo fascínio do heroísmo fracassado.

A incorporação do livro de Euclides nos cânones da literatura nacional e universal³ relativamente pouco se deve ao seu valor documental ou historiográfico. Pois o autor não passou muito tempo no próprio campo de batalha, menos de três semanas, o que é pouco

em uma guerra que durou onze meses e que teve antecedentes de décadas senão de séculos. Além disso, no tratamento das fontes, Euclides geralmente tem um procedimento pouco digno de um historiador, sendo algumas vezes leviano ou até irresponsável se pensarmos naquilo que diz sobre as prédicas do Conselheiro as quais comenta, obviamente sem tê-las lido, como se tivesse seguido o lema tácito de certos críticos literários: “Não li, não gostei”.⁴ Quase todas as informações fatuais e muitas das suas avaliações e reflexões se encontram em outros autores também, de modo que, sem exagerar demais, podemos dizer que, se não existisse o livro de Euclides, saberíamos as mesmas coisas sobre a guerra de Canudos que sabemos hoje, ou seja, não perderíamos nada em termos de fatos e muito pouco em termos de hipóteses e conclusões, das quais até poderíamos dispensar algumas. Ele não era o primeiro a escrever um livro sobre Canudos, era, de certa forma, um dos últimos entre os autores contemporâneos e as testemunhas oculares,⁵ de modo que sua originalidade dificilmente poderia consistir na apresentação de novos fatos, mas também não consiste, ao contrário do que ele anuncia programaticamente na nota preliminar, na inserção da guerra no arcabouço das teorias evolucionistas sobre as interações entre raça e civilização, seguindo as teses de Nina Rodrigues.⁶

O que explica, pois, o extraordinário êxito de *Os Sertões*, junto ao público letrado, junto à opinião pública em geral, junto aos críticos literários, junto aos próprios historiadores que durante décadas deixaram de empreender pesquisas de maior vulto sobre Canudos, já que Euclides haveria escrito o livro definitivo sobre o assunto? Talvez um dos motivos seja justamente o caráter abrangente dessa obra, de *summa*, junto com a sua indefinição ou, melhor, a sua multiplicidade de gêneros literários, essa capacidade de reunir quase todas as informações, atitudes, formas possíveis de outros enunciados relatos, poemas, pichações de paredes, artigos e livros sobre a guerra, incorporando portanto vários tipos de texto: crônica, lenda depoimento, diário, tratado geográfico, etnográfico e historiográfico, “formas simples” populares,⁷ mas também romance, ensaio, discurso forense e político, oração fúnebre, amalgamando tudo num estilo relativamente coeso, próprio, inconfundível. Quanto às três formas básicas da literatura, a epopéia, o drama, a lírica, o livro as reúne todas, como muitos críticos já

têm apontado, enfatizando principalmente os traços de epopéia e tragédia, sendo a versificação embutida em *Os Sertões* objeto de estudo recente de Augusto de Campos.⁸ É um livro-síntese, reunindo grande diversidade de temas, pontos de vista, métodos de pesquisa, ideologias, quase uma enciclopédia do sertão, “digerindo” todo tipo de textos anteriores sobre o assunto, obra polissêmica, por isto mesmo sugestiva, instigando a imaginação do leitor, convidado pelo sem número de reticências a continuar o trabalho do autor. Este expõe com a maior clareza a sua falta de clareza, radicaliza as suas hesitações e contradições, exacerba os paradoxos.⁹ É muitos livros num só.

Para conhecer e representar a originalidade do sertão, no fundo imperscrutável, que não se deixa equacionar cientificamente, que não cabe nas categorias dos maiores pensadores, como Hegel ou Humboldt, para fazer jus ao caráter enigmático e paradoxal da guerra, avesso às interpretações racionais e coerentes, o autor lança mão de métodos e recursos não científicos, almejando ao ideal do “consórcio da ciência e da arte”,¹⁰ uma alternância de ciência literarizada e de literatura escrita com certo rigor científico. Entenda-se por ciência toda procura, combinação e apresentação sistemática e metódica de conhecimentos, verificáveis por outros especialistas, inclusive nas ciências sociais. A literarização ora abandona ora atenua a sistematização, o procedimento metódico, a verificabilidade, para dar vazão à subjetividade, ao exagero, à fantasia, contidas e controladas porém pela busca ansiosa, quase fanática da verdade.¹¹

As contínuas incursões na literatura não são apenas uma questão de gosto estético, mas também uma postura intelectual. A estrita preponderância da função referencial obrigaria o autor à objetividade, à sobriedade, a um estudo atilado e paciente das fontes históricas, à pesquisa sistemática, e sobretudo à coerência intelectual, a um ponto de vista relativamente fixo, o que excluiria vistas contraditórias, fenômenos sobrenaturais, notícias falsas como aquela sobre o assassinio da mulher e da mãe que o Conselheiro teria cometido, excluiria a empatia com os “os jagunços” a plurivocidade, o multiperspectivismo. A coerência intelectual e ideológica, indispensável num livro didático ou acadêmico, é substituída pela coerência estética e estilística. Mas a arte não apenas ajuda a captar

melhor a complexa e contraditória realidade do sertão, mas também contribui para sugerir e impor ao leitor as visões que dela tem o autor.

A retórica a serviço da representação pictorial e teatral

Para atingir o máximo de sugestividade, o autor, já que falou do “consórcio da ciência e da arte”, na busca de efeitos literários, faz empréstimos a outras artes, principalmente à pintura e ao teatro, criando quase uma espécie de *Gesamtkunstwerk*, uma obra de arte totalizadora, intermedial, intersemiótica, embora construída com palavras escritas apenas, dentro da literatura cientificada e ciência literarizada. Em vez de descrever e narrar “diretamente” situações e eventos, ele o faz pelo viés de uma suposta reprodução verbal de obras plásticas e cênicas representando essas situações e eventos. Euclides encena a história, como se nos guiasse por uma exposição ou nos convidasse para ver uma peça de teatro.¹² Apelando para quase todos as dimensões da percepção, da emocionalidade e do intelecto, o teatro é uma das artes mais abrangentes, mais sensoriais, de maior impacto na mente humana, de modo que não surpreende que Euclides, apesar do seu pendor cientificista, vez por outra tenha sido tachado de barroquizante, já que o barroco praticou abundantemente a mistura das artes e dos gêneros literários, a visualização pela linguagem, com grande predileção pela teatralidade.¹³ A tarefa do historiador poético consiste menos em pesquisar detalhes fatuais e sua conexão causal, como seria de se esperar em um pensador positivista, do que em (re) construir situações e peripécias decisivas ou típicas, memoráveis, elucidativas.¹⁴

Para não deixar nenhuma dúvida a respeito dessas intenções pictórico-teatrais, Euclides usa e abusa de metáforas pertencentes às artes plásticas e cênicas.¹⁵ Claro que muitas delas são de uso corrente e portanto um pouco gastas e empalidecidas, mas a sua extraordinária cumulação evidencia a preocupação pictorial e encenatória do autor, a sua intenção de visualizar e, embora em menor grau, também de sonorizar intensamente os fatos relatados, embora

ele pudesse tê-los pictorizado e teatralizado sem usar essas metáforas, o que realmente fez em muitos trechos.

O caráter profundamente retórico de *Os Sertões*, a sua oralidade erudita, sofisticada, altissonante, talvez não seja um traço exatamente barroco, sendo a retórica basicamente uma técnica verbal, de caráter pragmático e poético, proveniente da Antigüidade, mas é no barroco que ela recebeu uma configuração especial, requinte e grandiosidade, muito influente nas letras portuguesas e brasileiras, a tendência para o exagero, as hipérboles, a redundância, o hermetismo, a sobrecarga de alusões e conotações, a sinonímia rica, o excesso de epítetos ornamentais, a festa verbal — antítese da sobriedade, objetividade, clareza denotativa da linguagem científica.

¹⁶ Ecoam na prosa euclidiana o fausto, a pompa, a solenidade das prédicas de um Antônio Vieira, secularizado porém, racionalizado, pelo menos à primeira vista, mais próximo do discurso político, ético e judicial. Se há retórica, também há paródia de retórica, principalmente da retórica belicista do governo, do exército e da imprensa, máquinas propagandísticas ridículas mas eficientes (p.e. nas páginas 291 e 292).

Essa teatralidade tenciona direcionar o olhar, o ouvido e o intelecto do leitor para uma recepção extremamente sensorial, visual, acústica, emocional, associativa, graças a uma força quase irresistível de evocação, presentificação e memorabilização, de modo que o leitor, transformado em espectador, dificilmente consegue se livrar daqueles quadros emocionantes e lancinantes. Pois Euclides, como quase todos os escritores, não quer apenas ser lido, mas quer induzir o leitor a determinado tipo de leitura, quer garantir, que a sua mensagem seja percebida “corretamente”. ¹⁷

Uma das primeiras resenhas da tradução alemã, na *Süddeutsche Zeitung*, ¹⁸ chamou Euclides de “Heródoto do hinterland”. Inicialmente, fiquei intrigado, primeiro porque o próprio Euclides nunca fez alusão a Heródoto, que eu saiba, segundo, porque essa fórmula poderia ser entendida como restrição à sua universalidade, o que porém não foi a intenção do crítico. Depois me lembrei daquilo que Walter Benjamin disse, no famoso ensaio sobre Leskov, *O Contador de histórias*, a propósito de Heródoto que

pertenceria à tradição daqueles que, diferentemente dos que mergulham na história da terra natal, têm algo a contar porque, viajando muito, fizeram experiências em terras longínquas, dignas de serem comunicadas aos seus conterrâneos. E o forte de Heródoto é justamente a narração cênica, com muitas elipses, enigmas, anedotas, boatos, lendas, mitos, a integração de vozes alheias, sem necessariamente passá-las pelo crivo da verificação crítica como faria Tucídides, este sim citado por Euclides nas notas à segunda edição (p. 584). Heródoto, assim como Euclides, abre mão de uma posição firme e coerente, admitindo tendencialmente diversas versões do acontecido, narrativas subjetivas ou fantasiosas da história, aproximando-se um pouco à visão de João Ubaldo Ribeiro: “O segredo da Verdade é o seguinte: não existem fatos, só existem histórias”,¹⁹ sem que o autor de *Os Sertões* abrisse mão do conceito da História com maiúscula, una, apesar de todos os seus meandros e contradições, e da busca da Verdade. Essa História e essa Verdade consistem não só de histórias mas também de imagens, evocadas pela magia da palavra, sejam telas, desenhos, fotografias, cenas teatrais, reais ou imaginadas.

Há um trecho programático na p. 177, linha 580, onde, depois de um “parêntese” quase ilegível hoje, de cunho evolucionista, socialdarwinista e racista, o autor de repente, poderíamos dizer “de chofre”, como adora se expressar arcaicamente, interrompe o discurso científico, obviamente insatisfeito com aquelas considerações tidas como pseudo-científicas hoje em dia:

“Deixemos porém, este divagar pouco atraente. Prossigamos considerando diretamente a figura original dos nossos patrícios retardatários. Isto sem método, despretensiosamente, evitando os garbosos neologismos etnológicos”.

“Sem método”! Esse pouco caso que ele de repente faz da ciência pode ser lido também como auto-crítica. E prossegue:

“Sejamos simples copistas. Reproduzamos, intactas, todas as impressões, verdadeiras ou ilusórias, que tivemos quando, de repente, acompanhando a celeridade de uma marcha militar, demos de frente, numa volta do sertão, com aqueles desconhecidos singu-

lares que ali estão abandonados há três séculos”.

“Impressões, verdadeiras ou ilusórias” expressão mais digna de um pintor ou romancista finissecular do que de um cientista e historiador escrupuloso, preocupado com fatos. Esse esboço de um procedimento estético, relegando as pretensões científicas a um segundo plano, tem localização estratégica no livro: finaliza o subcapítulo sobre a evolução étnica da população sertaneja, relativizando os seus raciocínios centrais, e preludia um trecho central, antológico do livro, a IIIª parte do 2º capítulo, “O Homem”, que todos conhecemos, começando com a frase: “O sertanejo é, antes de tudo, um forte”. Tudo o que se segue seria, portanto, a descrição de um quadro, um segmento da realidade, imaginado como desenho, pintura, escultura que o autor, feito copista, só estaria reproduzindo, um understatement extremado, pois na verdade ele empreende uma espécie de tradução intersemiótica, ou seja a passagem das artes plásticas para as artes poéticas. De qualquer forma, o cronista-cientista capitula diante do pintor-encenador-escritor, tendência assinalada por Gilberto Freyre já nas reportagens que Euclides escreveu de Canudos para o *Estado de S. Paulo*: “Porque mesmo nestas notas de repórter ele se mostra o escritor que procura fazer parar as figuras, nos seus momentos artísticos ou, melhor, esculturalmente mais expressivos e também mais dramáticos, para os descrever parados e em plena pompa de suas linhas”.²⁰

Assim, Euclides pára, sustém e fixa o fluxo da história, dividindo e subdividindo-o em situações apresentadas como quadros e, na medida em que estes se movem, como cenas, quadros movidos, quase movies. As imagens estáticas predominam, naturalmente, nos dois primeiros capítulos, mais descritivos, *A Terra* e *A Luta*, enquanto a partir de *A Luta*, quando a dramaticidade vai se intensificando, elas se tornam mais dinâmicas, mais teatrais. Mesmo os quadros estáticos, no entanto, são ao mesmo tempo dramáticos enquanto as cenas movimentadas sempre têm algo de pictorial ou de estatuário, até o fim do livro, resultando em oxímoros provenientes dessa simultaneidade de paralização e dinamismo, por exemplo no episódio do “jagunço” negro, levado para a degola (p. 536). Euclides partilha a predileção pelas estátuas e pelo estatuário da cultura finissecular,

apontada pelo crítico suíço Jean Starobinsky. Falar em traços pictoriais num texto dramático poderia parecer contraditório, pois a pintura significa estagnação, e o drama movimento, ao passo que as duas tendências se combinam melhor na epopéia, que tradicionalmente intercala na narração de eventos sucessivos longas descrições de quadros e imagens, como ocorre na *Ilíada*, por exemplo na famosa descrição do escudo de Aquiles. Não é por acaso que *Os Sertões* freqüentemente é chamado de epopéia, epopéia sem a tradicional tranquilidade narrativa porém, nervosa, com os movimentos flagrados em quadros de uma imobilidade tensa, dinâmica, explosiva, por exemplo nas contorções da “natureza morta”, expressão evidentemente de duplo sentido.

Parece-me que o pendor à pictoricidade não é apenas um recurso literário, individual e ao mesmo tempo típico da última virada de século, tanto do naturalismo como do parnasianismo, e não é apenas um velho recurso retórico para captar os ânimos dos ouvintes. Também tem algo a ver com a postura científica do autor e da época. Na ciência, para se estudar movimentos, vibrações, ondas, sons, transformações, processos de vários tipos, às vezes complexos, intransparentes, imperceptíveis a olho nu ou a ouvido nu, extremamente rápidos ou lentos, extremamente grandes ou pequenos, indo do átomo até às galáxias, costuma-se isolar fragmentos de um todo, situações momentâneas, desacelerando ou até parando movimentos rápidos, acelerando outros, lentos, diminuindo ou aumentando partes da realidade. O médico bate chapas, o físico faz um oscilograma, o biólogo desenha figuras, constrói modelos tridimensionais, todos fotografam ou filmam, preferencialmente com câmera lenta ou câmera acelerada. No videoteipe, pode-se até “congelar” o filme, para estudar a imagem parada. Há uma certa afinidade entre a morte e a pesquisa científica, já que para certos exames e desenhos de seres vivos, o pesquisador espera a sua morte, como faz o anatomista, ou mata-os, como faz o entomologista, ou também o botânico que leva as plantas, decepadas e secadas, ao seu herbário para melhor poder estudá-las, fixá-las em imagens. Cientistas e desenhistas retratam a realidade, seja minuciosamente, seja de modo mais abstrato, para captar e realçar aqueles traços essenciais, fixando ou compondo aquelas imagens elucidativas que de outro modo escapariam à

percepção humana. O »consórcio da ciência e da arte«, com fins cognitivos e persuasivos, inclui o consórcio da ciência com a pintura e com o teatro, ambos porém transfigurados, “traduzidos” em literatura em *Os Sertões*.

É um teatro evocado por um historiador poético, com postura de professor, advogado, acusador perante o tribunal da Civilização e da Posteridade. Em última análise, essa retórica evocadora de quadros e cenas visa a captar e a emocionar o público constituído dos letrados do Brasil e do mundo, sentado por assim dizer num vasto anfiteatro ao redor do autor que declama em alta voz a sua mensagem. Quer dizer que a arte está a serviço da busca da verdade histórica e da ética política: a construção de uma nação civilizada, com direito à vida e cidadania para todos, e a condenação pelo menos moral dos assassinos governamentais e seus cúmplices, inclusive a indústria bélica européia.

Um drama em cinco atos

Vamos dar uma olhada na composição do livro como um todo, na sua macro-estrutura. É interessante observar que na edição da Aguilar, organizada por Afrânio Coutinho em 1966, as personagens históricas sejam apresentadas como “*dramatis personae*”.²¹ E realmente o livro, de certo modo, é construído como um drama em cinco atos, aos quais os oito capítulos se configuram da seguinte maneira:²²

<i>A Terra, O Homem, A Luta:</i>	I ato
<i>Travessia do Cambaio:</i>	II ato
<i>Expedição Moreira César:</i>	III ato
<i>Quarta Expedição:</i>	IV ato
<i>Nova fase da luta, Últimos dias:</i>	V ato

Ou seja, o primeiro ato seria a exposição, apresentando o

“teatro da guerra”, metáfora corriqueira na época, além disso os personagens, possíveis motivos do conflito e o início do mesmo, porém ainda meio afastado do próprio arraial, em Uauá, terminando com a frase significativa: “Estava pronto o cenário para um emocionante drama da nossa história” (p. 284). Na primeira parte deste “ato”, a própria terra surge como encenador ou, pelo menos, como cenógrafo, preparando o palco para os homens, os índios, os bandeirantes, os jesuítas, os vaqueiros, os canudenses e os soldados. Volta e meia a terra intervém na ação, ajudando os sertanejos, através do clima, da fauna e flora, da construção de montanhas que funcionam como fortalezas e bastiões. Se a história natural tem funções de cenógrafo, as de diretor de teatro ficam com a história humana, às vezes porém narrada em imagens da natureza, correntes de água, grupos de animais, organismos vegetais, ou deuses pré-olímpicos, titãs e anteus, ligados à terra. As viagens que o narrador faz produzem uma série de quadros e cenas que o “viandante” contempla preferencialmente a partir de duas tribunas elevadas, miradouros, quase camarotes de teatro: o alto da serra de Monte Santo e o morro da Favela, estratégico na história da guerra. Mais para o fim aparece outro miradouro, o morro onde fica o quartel-general, a leste de Canudos.

Na apresentação do principal protagonista humano, o sertanejo, o autor dificulta o seu próprio esforço encenador, caracterizando-o, em comparação com o gaúcho, como pouco vistoso, festivo, heróico, empreendendo portanto a teatralização de um tipo anti-teatral. A guerra toda aparentemente não tem nada de grandioso, de sublime, de heróico, é o assalto de militares ineptos e criminosos contra caboclos retardatários e fanáticos, um “matadouro” que normalmente seria desprezado pela História, pois carece “das gloriosas chacinas das batalhas clássicas”, da “selvaticidade épica das grandes invasões” (p. 538).²³ Mas graças à força evocadora da oratória euclidiana a “Campanha de Canudos”, que nem é chamada de guerra no subtítulo do livro, entra sim na História, encenada como uma grande tragédia, e o não-herói, o sertanejo, vai se revelando, na sua resistência sobre-humana, como o único herói, numa transfiguração quase milagrosa, de apoteose.

O segundo ato que nos apresenta a primeira batalha séria,

da expedição Febrônio de Brito, com crescente tensão dramática, é uma pequena peça de teatro em si, como todos os “atos” dessa tragédia, terminando em farsa:

“Os lutadores embaixo seguiam como atores infelizes no epílogo de um drama mal representado. Toda a agitação de dous dias sucessivos de combates e provações tinha o repentino desfecho de uma arruaça sinistra”. (p.312).

Euclides atribui, de vez em quando, aos próprios partidos beligerantes intenções teatrais, um comportamento de espectadores, ou até de encenadores. Assim, nos primeiros “atos” os sertanejos vão os soldados, ao passo que os soldados é que vão os sertanejos no último. No fim do epílogo deste 2º ato aparecem só os sertanejos, vencedores piedosos, carregando os companheiros mortos para casa.

O terceiro ato já apresenta um primeiro grande clímax, a catástrofe da expedição Moreira César, que se desenrola também como um drama em si, com exposição, colisões, retardamentos, sub-peripécias, peripécia, desenlace, mais uma vez vergonhoso para o exército. Este, igual o inimigo, tende desde o início a uma visão teatral da campanha, considerando o primeiro recontro cena promissora, ilusão ironizada pelo narrador no discurso indireto livre:

“Foi uma diversão gloriosa e rápida. O inimigo furtara-se ao recontro. Volvidos minutos, a ala tornou à linha da coluna entre aclamações, enquanto o antigo toque de ‘trindades’ era agora o sinal da vitória, soava em vibrações altíssimas. O comandante-em-chefe abraçou, num lance de alegria sincera, o oficial feliz que dera aquele repelão valente no antagonista, e considerou auspicioso o encontro. Era quase para lastimar tanto aparelho bélico, tanta gente, tão luxuosa encenação em campanha destinada a liquidar-se com meia dúzia de disparos”. (p. 345)

Mas o desfecho foi uma desilusão para a tropa:

...toda a população de Canudos contemplava aquela cena dando ao trágico do lance a nota galhofeira e irritante de milhares de assovios estridentes, longos, implacáveis...

Mais uma vez o drama temeroso da guerra sertaneja tinha o desenlace de uma pateada lúgubre”. (p. 363)

A derrota do exército é uma tragédia, à qual no entanto os jagunços reagem outra vez como se fosse uma farsa. A partida da tropa de Canudos é descrita quase como uma instrução para um cameraman:

“O desfecho foi rápido. A última divisão de artilharia replicou por momentos e depois, por sua vez, abalou vagarosamente, pelo declive do espigão acima, retirando. Era tarde. Adiante até aonde alcançava o olhar, a expedição, esparsa e estendida pelos caminhos, estava, de ponta a ponta, flanqueada pelos jagunços...” (p. 363)

O seu fictício ponto de vista não é, como ordinariamente, do lado do exército, mas do lado dos sertanejos que vêem a tropa fugindo. E, sendo esse ato no fundo outro drama em si, ele tem, como todo drama completo, um epílogo, que é uma decoração teatral do caminho de fuga, quase uma via crucis, uma exposição blasfêmica e infernal dos soldados caídos, por parte dos conselheiristas, um anti-cemitério, servindo de espantalho para futuras expedições que não tardarão em aparecer. Citemos o ponto alto desse preparo teatral:

[...] Um pormenor doloroso completou esta encenação cruel: a uma banda avultava, empalado, erguido num galho seco, de angico, o corpo do coronel Tamarindo. Era assombroso... Como um manequim terrivelmente lúgubre, o cadáver desaprumado, braços e pernas pendidos, oscilando à feição do vento no galho flexível e vergado, aparecia nos ermos feito uma visão demoníaca. [...] (p. 368)

Segue o IV ato, decisivo, prefigurando mas ainda não trazendo a decisão final, pois termina com o semi-fracasso do grande assalto de 18 de julho, narrado no V subcapítulo, central, importantíssimo, o único com título dado pelo próprio Euclides, ou

seja, “O assalto”, o mais longo do livro todo. Na exposição desse mini-drama, o próprio exército pratica um ato teatral, comemorando com uma salva o 14 de julho, dia do assalto à Bastilha, feriado nacional e internacional, seguido de vários outros dias de festa, antecipando precocemente a comemoração da vitória tida como certa. Termina a exposição na p. 446: “Toda 1ª coluna penetrava, reunida, a arena do combate”. Depois de muitos percalços, vai-e-vens, uma peripécia muito especial: novo revés da tropa, equivalendo desta vez não à uma vitória dos canudenses mas à uma continuação do empate existente desde fins de junho, uma guerra de trincheiras, parecida com a de Verdun, vinte anos mais tarde, com a frente de combate imóvel por mais de dois meses. A batalha de 18 de julho, prenunciada na primeira parte por ocasião dos “higrômetros singulares”, ou seja, do soldado e do cavalo mumificados, na p. 112, em vez de trazer a decisão final, funciona como o clássico retardamento dramático. Esta semi-derrota do exército é encenada pelo comandante-em-chefe, através do telégrafo, diante dos olhos da nação como uma vitória, aparência desfeita pela ironia sarcástica do autor.

O V ato, *Nova fase da luta e Últimos dias*, apresenta ação menos heróica e mais metódica do lado do exército, sendo os comboios de burros, comandados pelo próprio ministro da guerra, os verdadeiros heróis das tropas legais, ao passo que a atuação mais lancinante e heróica é a dos sertanejos, com o desenlace definitivo do drama todo, sendo retardado porém por muitos avanços e recuos. Enfim, a relação entre vaiadores e vaiados se inverte, numa cena em que caem por terra as torres da igreja nova, na p. 505, símbolos e baluartes reais da combatividade e resistência dos sertanejos.

A batalha como ficção real e a ambigüidade do espectador-narrador

Mas a cena talvez mais “espetacular”, narrada sistematicamente em metáforas teatrais que vão se tornando denominações próprias, cena vista como espetáculo não só pelo autor mas até por

parte dos próprios protagonistas, um drama portanto não apenas metafórico, mas de certa forma real, é o “complemento do assédio”, no dia 24 de setembro de 1897.²⁴ É o ponto alto da tendência euclidiana de sugerir que a própria história se apresentaria como peça de teatro. O evento-tema, a batalha que resulta no fechamento do sítio de Canudos, começa na p. 523, linha 82; sendo narrada “epicamente”, de modo plástico e ilustrativo, é verdade, mas não exatamente como uma peça de teatro, até a linha 141 na p. 524. A partir da linha 142 porém, até a linha 202, p. 526, o narrador relata a batalha como “um ato de tragédia” (p. 525, linha 154), enfocando também a parcela temporariamente ociosa do exército que está observando o combate como se estivesse no teatro, a partir do acampamento, perto do comandante-em-chefe, com ótima vista para o arraial todo, a leste do arraial.²⁵

A cena é seguida de uma espécie de epílogo, até a linha 218, resumindo em linguagem referencial os resultados desta “refrega”, detalhes do fechamento do cerco, culminando no balanço final: “A insurreição estava morta”- a última, dramática frase do penúltimo capítulo de *Os Sertões*.

Trata-se de um combate vivenciado não só pelo narrador, mas também pelo próprio autor, pois naquela data ele estava em Canudos, sem se identificar no entanto, sem aparecer na 1ª pessoa do singular ou do plural, como por vezes faz. A correlação de forças se inverteu, em relação às primeiras três expedições. Diante da vitória iminente, a guerra se apresenta aos soldados sob aspectos lúdicos, de modo que metade da tropa pode se transformar em público, torcendo pela vitória da outra metade, vendo a guerra quase como um divertimento, um jogo esportivo, um passatempo.

Nesta cena, podemos observar mais uma vez a imbricação entre pictoricidade e dramaticidade. Há uma sucessão rápida, dramática de acontecimentos, visando a um clímax, porém sustidos, contidos, paralisados para poderem ser descritos como quadros. Essa tendência descritiva na narração de uma sequência de fatos se manifesta no uso sistemático do imperfeito como tempo gramatical do passado, em vez do pretérito perfeito como seria de se esperar num relato sobre um drama. Além de o imperfeito expressar a

repetitividade e rotina das situações de combate, ele desacelera os eventos, permitindo um olhar contemplativo para a realidade, preocupado com detalhes, paciente, minucioso, traduzindo também um certo envolvimento emocional do sujeito falante, um gesto explicativo, dêitico, convidando o leitor a acompanhar os acontecimentos tintim por tintim, fazendo o filme dos acontecimentos passar diante de nós, em câmara lenta. Por vezes o uso do imperfeito parece estranho, contrário à dramaticidade dos fatos, um oxímoro sintático, por assim dizer, como nas linhas 154-159:

“Diante dos espectadores estendia-se, lisa e pardacenta, a imprimadura, sem relevos, do fumo. Recortava-a, rúbro e sem brilhos, - uma chapa circular em brasa - um Sol bruxuleante, de eclipse. Rompia-a, porém, de súbito, uma lufada rija.”

“Rompia-a, porém, de súbito...” é uma combinação curiosa de um advérbio expressando rapidez e surpresa com um tempo gramatical enfatizando o caráter estagnado ou processual, lento, de uma situação e evocando a simultaneidade entre o desenrolar da cena e a sua observação pelo espectador-narrador. Estranha igualmente a expressão “lufada rija”, um verdadeiro oxímoro, já que lufada geralmente é um processo dinâmico, ao passo que rijo caracteriza situação estática, fixa, estagnada. Também se poderia dizer que “lufada” representa o elemento dramático, e “rija” o elemento pictorial.

Esta cena é um resumo da guerra toda: de um lado os sertanejos, encurralados, acuados, bombardeados pela artilharia ao sul e do lado dos soldados-espectadores e combatidos pela infantaria do lado oposto, ao norte, derrotados quase, morrendo, mas lutando, isolados, como leões contra o agressor que tem como aliado o país todo, quase o mundo todo. A vitória neste combate é condição decisiva e prenúncio da vitória final do exército. Os soldados-espectadores se comportam como espectadores de um combate de teatro, uma luta de boxe, em que houvesse mocinhos e vilões, com as simpatias claramente repartidas. Consideram a batalha real como “ficção estupenda”, uma realidade encenada e percebida como não real, sem levar a sério as vítimas. E no fim do combate, no fechamento do cerco, os próprios soldados no palco passam a se comportar como

espectadores, aclamando-se a si mesmos: “Ouvia-se, porém, longínquo, um ressoar de brados e vivas” (p. 526), aplauso que logo depois se funde com o dos companheiros nos “camarotes”.

Essas exclamações, não citadas literalmente, são as únicas palavras, rudimentares, que se podem ouvir. Pois esse espetáculo que se desenrola debaixo do comandante-em-chefe, dos oficiais e soldados não combatentes, entre os quais o “narrador sincero”, é mudo. Não se ouvem diálogos, como normalmente os há no teatro, porque não há e nunca houve diálogo, comunicação, negociação entre o exército e a comunidade de Canudos, além de vaias e palavrões, mas também não se ouvem as palavras trocadas dentro de cada partido beligerante, por causa da distância, mudez que dá prioridade à percepção visual da cena, excetuando o ruído dos canhões e fuzis que substituem as palavras. A inaudibilidade das vozes humanas para o narrador facilita a estetização do combate, pois caso se ouvissem gritos de dor ou de luto, poderiam eventualmente, como já fizeram em outra cena, impor à artilharia um cessar-fogo (p. 516).

Implicitamente as manifestações são reprovadas. De certa forma, falta aos soldados-espectadores competência ética e estética, pois cometem dois erros: comportam-se diante desse combate real como se fosse uma peça de teatro, e comportam-se diante dessa peça como se fosse uma farsa ou um dramalhão. O narrador, e com ele os letrados do Brasil, e com eles os do mundo inteiro, também assumem a perspectiva de espectadores, são vizinhos, são cúmplices dos soldados, esperando e desejando com eles a vitória do exército, mas distanciando-se deles ao mesmo tempo. Narrador e leitor são dilacerados entre duas perspectivas e atitudes: a dos espectadores-soldados e a de espectadores críticos desses espectadores que estão representando um espetáculo dentro do espetáculo, desempenhando o papel escandaloso de público indigno, mal-educado, bárbaro. Euclides evoca portanto uma espécie de meta-teatro, encenando criticamente a encenação da batalha pelos soldados-espectadores. Faz-nos sentir o mesmo constrangimento que nos acometeria se na peripécia de um drama de Sófocles um espectador ao nosso lado comesse a falar alto, a apoiar um dos partidos conflitantes, vaiando, dando gargalhadas, batendo palmas. O que irrita tanto a ele como a nós é que seus co-espectadores não sentem, não avaliam, não

entendem o que está acontecendo no palco lá embaixo. O que está se desenrolando diante dos olhos dele e nossos, nas ruínas fumegantes de Canudos, é um fato real que por sua vez é uma tragédia, como já apontamos. A reação desses “curiosos” não está à altura do gênero e do tema, eles carecem de cultura, de sensibilidade, de consciência trágica, não se dão conta de que lá embaixo se está destruindo “o cerne de uma nacionalidade”, a “rocha viva da nossa raça” (p. 559). Eles não se emocionam com a desgraça dos vencidos, com a derrota de uma comunidade heróica, com o fim de um projeto social fascinante, condenado, mas ao mesmo tempo admirado, um pouco às escondidas, pelo próprio Euclides, e, graças à sua força de persuasão, por nós também.

Esse distanciamento implícito do narrador em relação aos soldados-espectadores não deixa de ser problemático também. O narrador invisível, e com ele os leitores, ou seja nós também, somos induzidos a ver o ocaso de Canudos com um olhar teatral, e a criticar-nos ao mesmo tempo por isto, justamente porque, além do horror e do luto, sentimos também prazer estético, um pouco mais refinado do que o dos soldados, certo, porque mesclado, além das reminiscências literárias, com consciência de culpa e compaixão pelos perdedores. Nem por isso, entretanto, o narrador-espectador intervém junto aos seus companheiros militares, não solta nenhum grito de protesto, não pede para poupar pelo menos a vida das mulheres e crianças. Afinal, ele pertence, como nós pertencemos, ao mesmo partido beligerante. Essa vacilação entre a perspectiva dos espectadores-soldados e a rejeição indignada dessa mesma perspectiva, a camaradagem do narrador com os militares e a sua condenação implícita, expressa a ambigüidade dos intelectuais progressistas, que costumam defender o povo emocional e verbalmente e que na prática se aliam às classes dirigentes, por ideologia, por ambição, por necessidade profissional. O narrador não se distancia dos soldados enquanto combatentes; estes têm que lutar, têm que matar, têm que vencer, mas se distancia dos soldados enquanto espectadores que não deveriam sentir prazer satisfazendo a curiosidade, não deveriam vaiar, patear, dar brados e vivas.²⁶ Depois da luta teriam que andar de luto, como o próprio narrador, como o autor, como os leitores, como nós. Se a matança tem que acontecer, que aconteça, acompanhada porém de comoção

e sentimento de mea-culpa — única atitude digna diante de uma realidade que é uma tragédia e que só pode ser representada como tal.

Pode-se especular sobre a função teatral das palavras do próprio narrador, extremamente eloquente diante dessa tragédia muda que observa e da qual faz parte. Parece-me que aqui, como no livro de um modo geral, ele retoma e amplia o papel do coro da tragédia clássica, comentando os acontecimentos, lamentando as vítimas, acusando os vencedores, invocando os valores da Nação e da Civilização, clamando pelo Destino, dirigindo-se à posteridade, apelando para o juízo da História.

A percepção da guerra como teatro, velho recurso literário, que também se encontra, ainda que em grau bem menor, incipiente, em outros escritos da época sobre Canudos, é facilitada pelas armas de longa distância e especialmente pela artilharia, que aqui está, em parte, ao lado dos espectadores, do narrador e de certa forma também do leitor. A sua perspectiva portanto é muito semelhante à do artilheiro, que, embora combatente, pode se dar ao luxo de contemplar o teatro da guerra com certa serenidade e isenção, pois as conseqüências da sua atuação não o afetam diretamente, principalmente quando ele dispõe da superioridade total do poder de fogo. É o caso do exército em Canudos, onde só um dos partidos beligerantes tem canhões que mandam a morte à uma parte do palco da batalha, sem que as vítimas possam replicar. Foi a total superioridade das armas de longa distância que também permitiu aos americanos transformar a guerra do Golfo em espetáculo televisado.

Há outro motivo dessa teatralização, que aproxima o escritor-historiador do estrategista: ambos precisam de uma visão de conjunto da multiplicidade aparentemente caótica dos acontecimentos simultâneos e sucessivos, organizando-os, ordenando-os mentalmente no espaço e no tempo, o militar para dirigi-los, o autor para narrá-los. Isso vale de modo especial para Euclides da Cunha, tenente reformado, adido ao ministro da guerra, companheiro de muitos oficiais em Canudos desde a Escola Militar, que em muitos trechos do seu livro não pode abster-se de dar palpites ulteriores aos comandantes. Em *Os Sertões* há vários enfoques na narração de combates, há o

olhar de baixo, do participante envolvido no caos, não entendendo nada do que está acontecendo, do tipo de visão parecida com a que Fabrice del Dongo na batalha de Waterloo, no romance *La Chartreuse de Parme*, de Stendhal, mas há também a visão aquilina do perito militar. E justamente a batalha de 24 de setembro é dividida em três trechos, contada com três diferentes enfoques narrativos:

- a) uma perspectiva mais de dentro de campo de batalha, com enfoques variados, tanto do lado dos sertanejos como dos soldados, com pouca visão do conjunto, mas com narrador onisciente, ficcional, pois é claro que o autor não entrou no arraial naquele dia (p. 523, linha 82, até p. 524, linha 141);
- b) a batalha como espetáculo visto a partir de um ponto de vista fixo, de cima do morro onde fica o acampamento, como uma arquibancada, a leste de Canudos, o observador abrangendo o arraial todo, desde o bairro Casas Vermelhas tomado naquele dia pela tropa, ao norte, e até aos canhões do morro da Favela, ao sul, com os últimos defensores de Canudos no meio, sendo triturados, perfeita visão de conjunto, estratégica, incluindo a reação dos soldados não combatentes, com relativamente pouca ficcionalização, pois o narrador, sem ser onisciente, só conta o que o autor pode ter visto (p. 524, linha 142, até p. 526, linha 202, com epílogo até linha 218);
- c) visão de conjunto, de cima também, mas focalizando só a ação coletiva dos defensores de Canudos, representada como espécie de corrente de águas ou maré, sem metáforas teatrais, sem abranger criticamente o exército e seu papel de espectador da batalha (p.529, linha 1, até p. 531, linha 89).

Apoteose e escárnio - epílogo

A força das imagens euclidianas se deve também ao seu

caráter alusivo em relação a cenas antiquíssimas do imaginário ocidental, mais ou menos conscientemente lembradas pelos leitores, imagens quase arquétipos. É curioso observar que esse autor que se considerava ateu, que como jornalista se desculpava junto aos seus leitores por ter assistido a uma missa,²⁷ se tenha valido tão amplamente de recursos estilísticos, de imagens, motivos, mitos de origem bíblica, aliás também pagã, de cenas míticas, primordiais da Humanidade. A forte impregnação religiosa do livro não se deve só à temática, uma guerra contra um movimento camponês sócio-religioso, mas certamente também ao efeito estético, também retórico, almejado pelo autor que escreve um livro “vingador”, “de ataque” (p. 583), querendo impressionar, entristecer, indignar. Quando evoca o que acontece com a cortina sobre o teatro da guerra, com essa “imprimadura, sem relevos, do fumo” sentimos um calafrio que vem das profundezas da nossa cultura e da nossa emocionalidade:

“Recortava-a, rubro e sem brilhos — uma chapa circular em brasa — um Sol bruxuleante, de eclipse. Rompia-a, porém, de súbito, uma lufada rija. Pelo rasgão enorme, de alto a baixo aberto, divisava-se uma nesga do arraial [...]” (p. 525).

A sugestividade da cena se deve ao seu pano de fundo bíblico, à evocação do que ocorreu na hora da morte de Jesus, que o evangelista Lucas narra assim: “E era já quase a hora sexta, e houve trevas em toda a terra até a hora nona, escurecendo-se o sol; e rasgou-se ao meio o véu do templo”.²⁸ E na versão do evangelista Mateus: “E Jesus, clamando outra vez com grande voz, rendeu o espírito. E eis que o véu do templo se rasgou em dois, de alto a baixo; e tremeu a terra, e fenderam-se as pedras. E abriram-se os sepulcros, e muitos corpos de santos, que dormiam, foram ressuscitados[...]”.²⁹ O paralelismo é patente: a batalha ocorre em volta e em cima dos templos de Canudos, dois dias depois da morte do “Bom Jesus”, comunicada ao leitor duas páginas antes, de modo que se pode dizer aproximativamente que a eclipse seguiu a sua morte. A vinculação cronológica entre a morte do Conselheiro e o rasgamento do véu sobre a “Jerusalém de taipa” é muito estreita, devendo chegar a ser uma quase simultaneidade na mente do narrador naquele dia que é a condenação à morte de Canudos, sem que durante a batalha alguém

no exército saiba da morte do Conselheiro dois dias antes.³⁰ Só no fim do dia 24 é que surge o boato, confirmado no dia 2 de outubro por Antônio Beatinho (p. 564), de que ele poderia ter morrido (p. 532). Quer dizer que os espectadores, incluindo o narrador-espectador, poderiam ou até deveriam associar o fim de Canudos com o fim do seu líder-fundador: “A insurreição estava morta” (p. 526). É a última frase deste sub-capítulo, e embora seja uma hipérbole, pois a guerra ainda vai durar umas duas semanas, além das possíveis dúvidas em relação ao caráter insurrecional da comunidade, é a tradução de uma profunda verdade. Realmente, em linhas essenciais, o Conselheiro e os seus seguidores morreram no dia do complemento do assédio, pois este êxito das tropas do governo foi a garantia absoluta e irrevogável da sua vitória, tornando além disso impossível a fuga dos últimos sobreviventes. Em termos dramaturgicos é lógico esse trecho finalizar o capítulo “Nova fase da luta”, o da batalha decisiva.

O capítulo seguinte, “Últimos dias”, é, em termos de ação militar, epílogo só, pois o fim do enredo está inexoravelmente delineado, sendo conhecido ao leitor, não só pela notória realidade da história, mas também pela própria trama do livro, definida de antemão. Como todo bom dramaturgo, Euclides não abre mão de obstáculos ao desenlace previsível, evidenciando, até exagerando talvez as dificuldades da vitória final, acentuando o heroísmo do sertanejo na hora do seu ocaso, sugerindo a perspectiva da sua ressurreição, ilusória no plano real: “O inimigo desairado revivesceu com vigor incrível” (p. 529). Curiosamente, a batalha que resultou no complemento do cerco, tão teatralmente vivida e encenada pelos participantes como pelo narrador, aparentemente terminada com o triunfo total do exército — essa batalha na realidade continua. No último capítulo, o leitor se dá conta de que o fim de “Nova fase da luta”, que parecia coincidir com fim da batalha decisiva da guerra toda, foi um truque do autor. Como na realidade extra-literária, o fio dos acontecimentos continua ele não pode ser ignorado no livro, sendo retomado no capítulo seguinte, final, intitulado “Últimos dias”. Em outras palavras, ao desenlace daquele “ato de tragédia” (p. 525) que parece o fim de uma batalha, uma cesura, não corresponde nenhuma cesura no plano dos eventos reais, ou seja dos combates.

Por que então essa interrupção do fluxo narrativo diante do fluxo ininterrupto dos eventos? Certamente para dar maior destaque ao fechamento do cerco, que na verdade, como o leitor surpreso vai vendo em seguida, não termina o dia, pois ocorre no começo da tarde, nem termina a “refrega” (p. 524) que continua, termina porém toda uma fase da guerra, coroando esforços do exército, iniciados já em fins de junho, portanto há três meses atrás. Um tal sucesso merece o realce, o ponto de exclamação do hábil encenador da História, que é Euclides da Cunha. O corte do fluxo narrativo também é acompanhado de uma mudança na técnica narrativa, pois o resto da batalha, contado no capítulo seguinte, embora continue sendo encenado, narrado de modo plástico e presentificador, deixa de ser apresentado como cena de teatro ou contado em metáforas teatrais, que cedem lugar a metáforas aquáticas e marítimas. O conjunto dos defensores de Canudos age como “uma vaga revolta, desencadeando-se num tumulto de voragem” contra os sitiantes que formam uma espécie de barragem contra o “torvelinho furioso” dos canudenses (p. 529/530). Parece quase um prenúncio da barragem que o exército e o DNOCS construiriam décadas depois, querendo represar, em vão aliás, as vagas revoltas da memória de Canudos.

Se a continuação da batalha de 23/24 de setembro de 1897, depois do fechamento do cerco, não aparece mais em forma teatral, é também porque os soldados-espectadores de repente se vêem forçados, pela combatividade ressurrecta dos canudenses, a abandonar a platéia e os camarotes, a se retransformar em combatentes, substituindo a contemplação pela preocupação de se proteger e defender contra as balas daqueles que já pareciam vencidos, mas cujo seu “paroxismo estupendo acobardava os vitoriosos” (p. 531).

Porém o destino dos Canudenses está selado, sendo a sua resistência só um “estrebuchar dos vencidos” (p. 527). A comunidade e o seu líder morrem mesmo. Depois, porém, prosseguindo e parodiando as reminiscências bíblicas, dá-se uma espécie de ressurreição simbólica e caricaturesca do “Messias de feira”, empreendida pelo exército: “Desenterraram-no cuidadosamente. [...] e a face horrenda, empastada de escaras e de sânie, apareceu ainda uma vez ante aqueles triunfadores” (p. 572). Os fariseus e as

autoridades romanas pelo menos não profanaram o crucificado, permitindo a José de Arimatheia sepultá-lo dignamente. Depois, Jesus saiu do túmulo, tornou a ser vivo e eterno, teve a sua epifania. Ao contrário, a saída do túmulo que o exército proporciona ao “Bom Jesus” de Canudos, é uma profanação, um sacrilégio, um escárnio. A força do governo que é, na visão dos Canudenses, e quem sabe, na de Euclides também, o “Anticristo”, arroga-se funções divinas, desenterrando o Conselheiro, fazendo-o ressuscitar, não para provar que está vivo mas para provar que está morto. E essa falsa ressurreição acontece duplamente, através do decepamento da cabeça, como também através da fotografia tirada por Flávio de Barros, ambos meios de identificação e de pesquisa, mas também de humilhação e de sensacionalismo.³¹

Entretanto, os dois objetos, o crânio e sua imagem, têm destino não calculado pelo exército, testemunhando contra ele, graças aos depoimentos do escritor e do fotógrafo. Levar a cabeça para a grande cidade, para mostrá-la em público, como dá a entender Euclides, e para submetê-la ao exame científico, é uma encenação macabra, indigna da missão civilizatória reclamada pelos militares, pondo-os no mesmo nível bárbaro dos canudenses que, depois da sua vitória sobre a 3ª expedição, tinham, lembremo-nos, pendurado o coronel Tamarindo, morto, numa árvore, “feito uma visão demoníaca” (p. 368). De igual modo, o exército tenta apresentar o Conselheiro, além de troféu de guerra e prova da morte do “*famigerado e bárbaro agitador*” (p. 572), como visão demoníaca. Anos mais tarde, o crânio queimou num incêndio da Faculdade de Medicina em Salvador. O retrato porém sobreviveu, virando a peça mais conhecida e divulgada do álbum de Flávio de Barros. Paradoxalmente, essa fotografia — numa curiosa analogia com outro libertador malgrado das massas camponesas na América Latina, o “Che” — embora encomendada por seus assassinos, virou relíquia de um mártir, devido à semelhança com representações populares de Cristo, fazendo do Conselheiro um ícone das esperanças de salvação e de renovação, dentro e fora do âmbito religioso. Basta pensar no Movimento dos Sem-Terra, que considera o fundador de Canudos um dos precursores da organização do povo do campo na luta pela sua libertação. No caso do líder sertanejo, sendo a fotografia o único retrato autêntico que existe,

este personagem importante da história brasileira sobrevive no plano imagético apenas como morto. É com o desfile do crânio ante os atores e leitores, triunfo guerreiro e ritual de pesquisa científica, que tanto o exército como Euclides concluem as suas encenações da guerra de Canudos. A fotografia como o livro, embora encomendados pelas elites, mantêm viva a memória do líder popular vencido, imortalizando-o.

A narração imagética e teatralizadora transforma o passado em história, esconjurando o esquecimento, transfigurando e eternizando eventos e personagens. Graças, em grande parte, ao livro de Euclides, esse demiurgo da memória, o Conselheiro e o seu povo tiveram, no plano simbólico, uma imediata ressurreição e repetidas apoteoses, confirmadas no Centenário de Canudos em 1997, formando parte constitutiva do imaginário nacional e base de legitimação para reivindicações políticas. Com cada nova releitura de *Os Sertões* ficamos novamente comovidos, escandalizados, entristecidos, ouvindo o escritor-orador-encenador Euclides da Cunha evocar diante dos nossos olhos e ouvidos, com sua magia verbal presentificadora, painéis e cenas daquele fascinante projeto social e seu trágico malogro.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Artigo baseado na conferência proferida em 18 de setembro de 1998 num encontro do Curso de Pós-graduação em História na Universidade Federal do Paraná, Curitiba, incluindo também elementos de várias palestras minhas sobre temas afins, a primeira sobre “Metáforas pictoriais e teatrais em *Os Sertões*”, no Haus der Kulturen der Welt, de Berlim, em julho de 1995, num simpósio sobre “História como encenação, o caso de *Os Sertões* de Euclides da Cunha”. Dei outras palestras sobre a temática na Universidade Federal do Ceará e no IFCS da Universidade Federal do Rio de Janeiro, em setembro de 1996, na Casa Euclides da Cunha em São José do Rio Pardo e no encontro do grupo de trabalho interdisciplinar “Clíope”, organizado pelo Centro Angel Rama da USP em Campos do Jordão, em agosto de 1997, na Universidade do Estado do Rio de Janeiro e na Universidade Federal do

Sergipe, em setembro de 1997, no Museu da República, do Rio de Janeiro, em outubro de 1997. Agradeço aos colegas que participaram nesses encontros, e especialmente a Isabel Lustosa, as suas valiosas sugestões.

2 Por exemplo em: José Calasans, “Canudos não euclidiano: fase anterior ao início da Guerra do Conselheiro”, in: José Augusto Vaz Sampaio Neto et alii, *Canudos. Subsídios para a sua reavaliação histórica*. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. 1-21. Ver também Robert M. Levine, *Vale of Tears: Revisiting the Canudos Massacre in Northeastern Brazil, 1893-1897*, Berkeley, Los Angeles, Oxford: University of California Press, 1992, pgs. 1-10, 59-65. Marco Antonio Villa, no seu compreensível e necessário ceticismo crítico em relação às fontes históricas, me parece ir longe demais, chamando o impacto de *Os Sertões* “danoso”; se o foi, é resultado de leituras inadequadas deste clássico que não levam em conta a sua literariedade; ver Marco Antonio Villa, *Canudos: O povo da terra*. São Paulo: Ática, p. 7, ver também pgs. 8-13, 246-265. Mais complacente com Euclides da Cunha se mostra Frederico Pernambucano de Mello, *Que foi a guerra total de Canudos*, Recife: Stahli; Zürich: Stähli, 1997, por exemplo na p. 233.

3 Numa pesquisa da revista *Veja*, publicada em 23/11/1994, entre 15 conhecidos intelectuais brasileiros sobre os livros mais representativos do país, *Os Sertões* recebeu o maior número de “votos”. Em janeiro de 1995, na “Bestenliste”, a lista mensal dos melhores livros recém-publicados em língua alemã, pesquisa organizada pela emissora de televisão alemã Südwestfunk entre 35 críticos alemães, suíços e austríacos, a tradução alemã de *Os Sertões*, publicada em outubro de 1994 sob o título *Krieg im Sertão*, pela editora Suhrkamp em Frankfurt am Main, saiu em 3º lugar, num mercado editorial que conta com 70 mil novos livros todo ano, dos quais dez mil de ficção. Nas universidades norteamericanas, *Rebellion in the Backlands*, traduzido por Samuel Putnam, publicado pela primeira vez em 1944, pela Chicago University Press, é um *must* nos cursos de letras, antropologia e história, sendo um *longseller* com mais de doze edições.

4 Euclides comenta fontes históricas que não leu, p.e. as prédicas do Conselheiro, p. 249, aproveita outras sem crédito, reproduz boatos, transcreve diários de soldados que deixa no anonimato, não faz nenhum esforço para preservar documentos, como p.e. esses diários, ou cartas de »jagunços«, as prédicas do Conselheiro. Parece mais um folclorista, pois mostra bastante zelo documental quando se trata de reproduzir poesia popular, fontes marginais para um historiador profissional da época, mais preocupado com fatos militares, econômicos, políticos. Sobre a relação de Euclides com as suas fontes ver Leopoldo Bernucci, *A Imitação dos sentidos. Prógonos, contemporâneos e epígonos de Euclides da Cunha*, São Paulo:

Edusp, 1995. As citações de *Os Sertões* se referem à seguinte edição: Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo: Brasiliense, 1985.

5 Ver p.e. Paulo Emílio Matos Martins, “O rei dos jagunços e a historiografia de Canudos”, in: Manoel Benício, *O Rei dos jagunços. Crônica e de costumes sertanejos sobre os acontecimentos de Canudos*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Jornal do Commercio/Fundação Getúlio Vargas, 1997, p. XI-XVII (a 1ª edição é de 1898).

6 Jacqueline Hermann, “Canudos sitiado pela razão: o discurso intelectual sobre a ‘loucura’ sertaneja”, in: *História. Questões e Debates*, ano 13, n° 24, Curitiba: UFPR, 1996, p. 126-150.

7 André Jolles, *Formas Simples: Legenda, Saga, Mito, Ditado, Caso, Memorável, Conto, Chiste*. Tradução de Álvaro Cabral. São Paulo: Cultrix, 1976.

8 Uma caracterização concisa e convincente da composição e do estilo de *Os Sertões* se encontra em Franklin de Oliveira, *Euclides: A espada e a letra. Uma biografia intelectual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983, especialmente os capítulos: “Um problema de ontologia literária”, p. 13 e seguintes, e “O Universo verbal de *Os Sertões*”, p.47 e seguintes. Sobre a versificação em Euclides: Augusto e Haroldo de Campos, *‘Os Sertões’ dos Campos. Duas vezes Euclides*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1997.

9 O narrador “finge a apresentação de um simpósio de sábios”, Walnice Nogueira Galvão, *Os Sertões, o canto de cólera*, in: *Nossa América*, São Paulo: Memorial da América Latina, n° 3 (1990), p. 88-103. Em outro artigo a mesma autora disse: “A repetição incessante de afirmações contraditórias oferece a possibilidade de se ler dois livros num só. Num deles, os rebeldes são heróicos, fortes, superiores, inventivos, resistentes, impávidos. No outro eles são ignorantes, degenerados, racialmente inferiores, anormais, atributos que impregnam também, por extensão, seu líder Antônio Conselheiro e o próprio arraial onde viveram”, Walnice Nogueira Galvão, “*Os Sertões* para estrangeiros”, in: W.N.G.: *Gatos de outro saco. Ensaios críticos*, São Paulo: Brasiliense, 1981, p. 62-84, p. 81.

10 Carta a José Veríssimo, in: Walnice Nogueira Galvão / Oswaldo Galotti, *Correspondência de Euclides da Cunha*, São Paulo: edusp, 1997, p. 143. Na mesma carta escreve: “Eu estou convencido que a verdadeira impressão artística exige, fundamentalmente, a noção científica do caso que a desperta — e que, nesse caso, a comedida intervenção de uma tecnografia própria se impõe obrigatoriamente — e é justo desde que se não exagere ao ponto de dar um aspecto de compêndio ao livro que se escreve, mesmo porque em tal caso a feição sintética desapareceria e com ela a obra de arte”, *ibidem*, p. 144.

11 Para elucidar um pouco a intrincada questão do(s) gênero(s) de *Os Sertões* talvez seja útil dar uma rápida olhada em Roman Jakobson e nas seis funções por ele definidas em qualquer ato comunicativo, inclusive na literatura, ou seja as funções expressiva, referencial, metalingüística, fática, apelativa (que ele chama de conativa) e, para nós a mais importante: a poética. Ora, em Euclides não há uma função claramente predominante, antes observamos um revezamento contínuo, no lugar da função mais marcante, entre a expressiva, a referencial, a poética e a apelativa, estando as outras, temporariamente no pano de fundo, sempre presentes. O próprio Euclides parece não ter muita certeza sobre qual seria a função preponderante. Na nota preliminar, ele dá a entender que é a função referencial, ou seja o relato objetivo sobre um contexto extralingüístico, sob a ótica de teorias de evolução biológica e social. Mas já na primeira parte, a mais científica, que deveria ser a mais objetiva, sobre a terra, o leitor se dá conta de que não se trata de um estudo predominantemente acadêmico, longe disso, pois o autor volta e meia se empolga pelos »gongorismos “de um Rocha Pita ou pelas »perspectivas majestosas, que se desdobram ao Sul, trocando-as pelos cenários emocionantes daquela natureza torturada...” (p.103); “Dá a impressão dolorosa que nos domina ao atravessarmos aquele ignoto trecho de sertão — quase um deserto — quer se aperte entre as dobras de serranias nuas ou se estire, monotonamente, em descampados grandes...” (p.105). Esse tipo de geografia e geologia, é chamado pelo próprio autor de “concepção aventureira” (p.103). Assinalemos também o episódio do soldado aparentemente adormecido (p. 112) que lembra o poema *Le dormeur du Val*, de Rimbaud. Mesmo nesta parte mais científica do livro, há portanto forte presença das funções expressiva, poética e apelativa. Por outro lado, eu acharia problemático construir uma oposição entre essas funções, principalmente entre a referencial e a poética. Pois o que seria esta última sem a relação com a realidade histórica extra-literária? Suponhamos que *Os Sertões* fosse um livro puramente ficcional, um romance histórico, com a fantasia tão solta e livre como em *As Minas de prata*, de Jose de Alencar, supondo que a guerra de Canudos nem tivesse acontecido, que o livro só aludisse a outras guerras parecidas, de modo que abrisse mão da pretensão de veracidade histórica. Creio que *Os Sertões* não teria o mesmo impacto que tem, mesmo ao nível puramente literário. Não é possível dissociar a função referencial da poética, pois o impacto desta se deve em parte àquela. Ver Roman Jakobson, “Lingüística e poética”, in: Roman Jakobson, *Lingüística e comunicação*, São Paulo, Cultrix, 1969, pgs. 118-162.

12 Foi-me útil e instigante o uso que o recém-falecido historiador francês Georges Duby faz do conceito de “encenação” no seu livro sobre uma batalha na Idade Média em que se defrontaram os exércitos francês e

alemão: Georges Duby, *27 juillet 1214. Le dimanche de Bouvines*, Paris: Gallimard, 1973. Ele enxerga essa batalha e a sua memória como um antropólogo, colocando as duas coisas no seu contexto cultural. Interpreta a apresentação desse evento nas fontes e na historiografia posterior como encenação e mitificação, dando a entender que já os próprios protagonistas agem teatralmente, visando o efeito sobre os homens e sobre Deus, ostentando status e importância, sendo empreendida uma segunda encenação pelos cronistas e historiógrafos que narram e analisam o evento para louvar ora a monarquia, ora a nobreza e os cavaleiros, ora a igreja, ora o exército, ora a nação, conforme interesses posteriores, quer dizer colocando a batalha numa perspectiva teleológica. As metáforas teatrais usadas por Duby, no entanto, parecem ser dele mesmo, o que contradiz um pouco a sua pretensão antropológica de compreender a batalha através do ambiente cultural da época do evento e das épocas que o rememoram. A interpretação das fontes e dos estudos historiográficos como encenação obedece em grande parte ao desejo de ordenar e presentificar o evento de maneira plástica e ao mesmo tempo crítica ao leitor hodierno, tanto ao especialista como ao leigo. Duby portanto combina a crítica das fontes com um discurso organizador e evocador sobre o evento em toda a sua sensorialidade e concretude, o que explica talvez o seu grande êxito junto ao público, muito além do mundo acadêmico. A análise que o autor faz das encenações empreendidas por testemunhas, cronistas e historiadores resulta também numa encenação, embora criticamente refratada, mas de leitura agradável.

Como historiógrafo, Euclides tem algo desse olhar participante e antropológico de Duby, e como testemunha ele encena e teatraliza a guerra de Canudos muito mais conscientemente e sistematicamente do que faz Guilherme de Brito, testemunha ocular e principal cronista, com a batalha de Bouvines. O verdadeiro diretor de teatro, que introduz inclusive as metáforas teatrais na narração do evento, no caso da batalha medieval, é o próprio Duby, que como bom conhecedor do teatro clássico, limita a duração do enredo a um dia só, o que Euclides não pode fazer já que o seu assunto é uma guerra toda, mas ele o faz em certos trechos, com determinados episódios da guerra, p.e. as batalhas de 3 de março, 18 de julho, 23/24 de setembro de 1897.

Aliás, as própria realidade vem ao encontro da sua representação teatral, com a sua unidade de lugar, enredo, líder em um dos partidos beligerantes, tempo de ação claramente delineado, com sua sequência transparente de começo, poucas grandes peripécias, desenlace teatral, montanhas circundantes servindo de arquibancadas, de modo que os próprios fatos parecem convidar o historiador à sua teatralização, muito mais do que no caso de guerras comparáveis, porém dispersas, desconexas, intransparentes,

como no Contestado, que durou quatro anos, sem líder único, sem centro único, aglutinador.

13 Ver Monika Bosse / André Stoll (org.), *Theatrum Mundi: Figuren der Barockästhetik in Spanien und Hispano-Amerika. Literatur - Kunst - Bildmedien*. Bielefeld: Aisthesis, 1997.

14 Ora, essa junção da poesia com a pintura naturalmente é um antiqüíssimo recurso literário, aparecendo por exemplo no ditado de Horácio “Ut pictura poesis”, quer dizer que a poesia seja como a pintura, sendo igualmente antiga a relação entre prosa narrativa e o teatro. A representação de uma realidade factual ou ficcional como se fosse descrição de obras das artes plásticas ou cênicas é um antigo recurso da literatura para impressionar e empolgar intensamente, através de todos os sentidos, a alma e o espírito do leitor, a sua imaginação, emocionalidade e memória, sendo muito usada por autores finisseculares, tanto do naturalismo como do parnasianismo.

Cabe chamar a atenção para o fato de o próprio Euclides ter sido desenhista e fotógrafo do sertão; se as tomadas fotográficas se perderam, conservaram-se boa parte dos seus croquis, geralmente vistas panorâmicas de Canudos ou perfis das montanhas circundantes. Ver Euclides da Cunha, *Caderneta de Campo*, São Paulo: Cultrix, 1975, pgs. 10 e 55, onde fala dessas atividades; ver também os croquis reproduzidos a partir das pgs. 53 e 126, no mesmo livro. Parece que a morfologia da terra fascinou o desenhista mais do que o próprio arraial.

O tema “Euclides e a fotografia” ainda não foi explorado, que eu saiba. Ele foi a Canudos com uma máquina fotográfica moderna, portátil, porém nunca se teve conhecimento de fotos tiradas com ela. Por outro lado, há fortes indícios de que, ao escrever *Os Sertões*, ele tinha diante de si pelo menos algumas fotos de Flávio de Barros, p.e. a de Antônio Conselheiro exumado, a do jagunço preso, a do cadáver humano nos destroços do arraial, a de Canudos em chamas.

Pode-se especular que, se Euclides tivesse conhecido o cinema, certamente teria usado metáforas provenientes dessa nova arte também. Pois nas entrelinhas esta está presente, de modo que em vários trechos se pode falar até de um olhar cinematográfico, usando perspectivas panorâmicas, travelling, zoom, focalização de determinados objetos, close-up, virada para a direita, para a esquerda etc. É como se o autor tivesse extrapolado da câmara e do binóculo, ambos mencionados diversas vezes no livro e usados pelo próprio autor, algumas potencialidades do cinema moderno, incipiente na época.

15 Eis uma lista, incompleta, dessas metáforas pictoriais (a) e teatrais (b):

a) Quadro, imagem, pintura, desenho, escultura, estátua, estatuário, arquitetura, arquiteto, copista, natureza morta, debuxo, moldura, molduragem,

rendado, cariátide, relevo, imprimadura, sombreado, focalização das imagens, linhas esculturais, plástica estupenda, primor de estatuária, modelado em lama, fotografia, trágicas exposições, modelar, fotografar, estereografar, colher em flagrante, pintar, desenhar, arquitetar, malear, rebater-se, esbater-se, talhar;

b): teatro, drama, dramático, protagonista, anfiteatro, espetáculo, enredo, ação, prelúdio, cenário, palco, gambiarra, telão, ato de tragédia, coturno, camarotes, comparsa, papel, perfil, figura, ator, episódio, episódio truanesco, tragédia, trágico, peripécia, desenlace, desfecho, manequim, divertimento, lance teatral, platéia, espectador, binóculo, intervalo, aclamações, aplauso, aplaudir, salva, ovações, vaia, corrimaça, vivas, arena, epílogo, encenação, agitar os binóculos, patear, estrugiam bravos, desenrolar-se, representar um drama, apoteose.

Naturalmente, várias dessas metáforas têm duplo sentido, por exemplo “apoteose”, o que não enfraquece o caráter teatral da narração, pelo contrário. A apoteose, por exemplo, caracteriza duplamente o sertanejo, como imagem teatral, definitiva, que se grava na memória do espectador; mas também como tipo social transfigurado, glorificado, consagrado. É verdade que volta e meia as expressões de origem teatral, na medida em que os eventos são apresentados não como um drama metafórico, mas como um drama real, vão perdendo parcial ou totalmente a sua função metafórica, para tornar-se denominações próprias, p.e. na representação da batalha p. 524-526.

16 Ver Roberto de Oliveira Brandão, “Presença da oratória no Brasil do século XIX”, in: Leyla Perrone Moisés, *O Ateneu: Retória e Paixão*, São Paulo: Brasiliense/EDUSP, 1988, pgs. 213-226, especialmente pgs. 223-226.

17 É o que o teórico da literatura alemão Wolfgang Iser chama de leitor implícito, ou seja um conjunto de dispositivos e condições de recepção, que o texto ficcional oferece aos leitores, orientações prévias que fazem parte da própria estrutura dos textos. Estes só ganham realidade nos atos de leitura, ou pelo menos na possibilidade de serem lidos, quer dizer que na sua composição, na sua estrutura narrativa, no seu estilo já estão presentes as coordenadas de sua recepção, da atualização dos seus significados na mente do leitor, já está prefigurado no texto, como fôrma a ser preenchida por determinados atos de leitura, embora diversos entre si, como potencial de efeitos estruturados, embora infinitos: Wolfgang Iser, *Der implizite Leser, Kommunikationsformen des Romans von Bunyan bis Beckett*. München: Fink, 1972.

18 Hanno Zickgraf, *Herodot des Hinterlandes: Euclides da Cunhas gewaltiges Epos vom »Krieg im Sertão«*, in: *Süddeutsche Zeitung*, München, 9/11/1994.

19 João Ubaldo Ribeiro, mote do romance *Viva o povo brasileiro*,

Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984, p. 6.

20 Gilberto Freyre, “Introdução”, in: Euclides da Cunha, *Canudos: Diário de uma expedição*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. XVII.

21 Ver Euclides da Cunha, *Obra Completa*, org. por Afrânio Coutinho, 2 vols., Rio de Janeiro: Aguilar, 1966, (2ª edição 1995), vol. II, pgs. 77-87. Ver também o ensaio de Afrânio Coutinho: *Os Sertões, obra de ficção*, no mesmo volume, pgs. 57-62.

Vamos deixar de lado aqui os inegáveis traços épicos de *Os Sertões*, apontados por muitos críticos, mas que já constituem outro tema. Deixemos de lado também o aspecto da tragicidade, embora caiba melhor aqui, pois está ligado ao da teatralidade, mas não exclusivamente, pois pode haver tragicidade fora do teatro. De qualquer forma gostaria de dedicar a este tema, extenso demais para o presente artigo, um estudo à parte.

Mas é claro que as freqüentes caracterizações do livro como drama e tragédia por um lado e como epopéia por outro lado, estão intimamente ligados à dualidade, enfatizada por nós, entre representação ora pictorial, correspondendo mais à epopéia, ora teatral, correspondendo mais à tragédia, e que se manifesta, no plano sintático, na alternância entre os pretéritos imperfeito e perfeito.

22 Karsten Garscha, professor de literaturas românicas da Universidade de Frankfurt am Main, chama o livro de “tragédia em 5 atos, quatro expedições e a fase final da luta”: Karsten Garscha, “Ein Meilenstein: Euclides da Cunha’s monumentaler brasilianischer Klassiker *Krieg im Sertão*”, in: *Frankfurter Rundschau*, Frankfurt am Main, 29/11/1994, suplemento” *Literatur-Rundschau*.

23 Euclides parece vacilar entre ironia e empolgação com respeito ao tradicional discurso grandiloqüente e glorificador nas histórias das guerras.

Ver também a seguinte declaração de intenção estética e moral do autor: “Mas que entre os deslumbraamentos do futuro caia, implacável e revolta; sem altitude, porque a deprime o assunto; brutalmente violenta, porque é um grito de protesto; sombria, porque reflete uma nódoa — esta página sem brilhos...”, *Os Sertões*, p. 538.

Se a guerra não tem o brilho esperado, principalmente do lado das tropas legais com seus desmandos ilegais, a degola dos prisioneiros masculinos por exemplo, claro que as páginas que relatam essa guerra têm que ostentar tanto mais brilho, para lutar contra a indiferença e o esquecimento, justamente para que não se cumpram previsões pessimistas como estas: “Ademais, não havia temer-se o juízo tremendo do futuro. A História não iria até ali.” (ibidem, p. 537 e 538), ou “O Sertão é o homizio” (ibidem p. 538), ou “A animalidade primitiva, lentamente expungida pela civilização, ressurgiu, inteiriça. Desforrava-se afinal. Encontrou nas mãos, aos invés do machado

de diorito e do arpão de osso, a espada e a carabinha. Mas a faca lembrava-lhe melhor o antigo punhal de sílex lascado. Vibrou-a. Nada tinha a temer. Nem mesmo o juízo remoto do futuro.” (ibidem, p. 538).

24 Não é fácil determinar com absoluta certeza a data dessa batalha, é provável que tenha acontecido, no essencial, em 23 de setembro, alongando-se até o dia seguinte, pois a data do 23 geralmente é indicada como a do fechamento do cerco, ver José Augusto Vaz Sampaio Neto et alii, *Canudos: Subsídios para a sua reavaliação histórica*, Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986, p. 73. Porém a “Cronologia da Campanha de Canudos”, no apêndice do mesmo livro, indica o 24/9, o que não é de se admirar, porque essa cronologia se baseia em *Os Sertões*. Nos mapas anexados ao mesmo livro, a linha do »cerco 23 de setembro« passa bastante longe das Casas Vermelhas, expugnadas na batalha por nós analisada. Parece mesmo que a operação toda levou dois dias, ocupando no 2º dia, 24/9, muitas casas ao norte de Canudos, justamente na área das Casas Vermelhas, bairro ao norte de Canudos, de que fala Euclides (linha 96), de modo o escritor poderia ter concentrado os dois dias da batalha do cerco em um dia só, por óbvios motivos estéticos e de suspense. Ver também o depoimento de outra testemunha ocular: Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares: *A Guerra de Canudos*. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 178 e seguintes. O próprio Euclides, como jornalista, indica o 23/9 como fechamento do cerco, escrevendo na sua correspondência ao *Estado de S. Paulo* no dia 24 de setembro: “Completo hontem o cerco de Canudos, a luta correrá vertiginosamente, agora. Os sucessos de hoje o indicam”, Euclides da Cunha, *Canudos. Diário de uma expedição*. Introdução de Gilberto Freyre, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 91. No seu diário, Euclides é menos claro, ver Euclides da Cunha, *Caderneta de campo*, Introdução, notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade, São Paulo: Cultrix, 1975, pgs. 55 e 56. É provável que o cerco se tenha fechado mesmo no dia 23, mas que se tenha cingido mais estreito e tornado realmente estrangulador, mais tangível e observável para os não combatentes apenas no dia seguinte, 24/9, data em que chegou pela primeira vez um grande contingente de prisioneiros ao acampamento do exército; ver Euclides da Cunha, *Os Sertões*, p. 531 e p. 532. Se o autor de *Os Sertões* deixa a data ambígua, é que esse detalhe meramente factual importa pouco para a sua encenação da história.

Um coronel e cronista da guerra de Canudos, Emídio Dantas Barreto, mais tarde político e membro da Academia Brasileira de Letras, indica o dia 23/9 como fechamento do cerco, Dantas Barreto, *Destruição de Canudos*, Pernambuco: Jornal do Recife, 1912, pgs. 250 e 251: “A 23 o batalhão de policia do Amazonas, ao mando do capitão do exercito Candido Mariano, e ainda, dirigido pelo tenente-coronel Siqueira de Menezes, tomou a estrada da Varsea da Emma e o sitio ficou desde logo completo, fôrte, capaz de

resistir a qualquer tentativa de evasão e vice-versa. Para garantia de semelhante operação nos restavam alguns batalhões que constituíam a reserva necessária. O facto foi, então, comunicado para diversos pontos do paiz e todos sentiram a alegria expansiva que decorrerá dessa manobra feliz. O desenlace de tão encarniçada luta estava claro; a ninguém era dado imaginar um elemento perturbador, que o desviasse do seu termo fatal”. Parece que estas poucas frases realitivamente sóbrias se referem aos mesmos acontecimentos que Euclides da Cunha narra tão sugestiva e teatralmente em quatro páginas do seu livro, p. 523-526. Para Euclides, o fato abstrato, seco, objetivo importa menos do que o fato concreto, palpável, observável, emocionante. O historiador positivista menciona o dia 23/9, fazendo jus à cronologia objetiva, mas o narrador-espectador-presentificador prefere o dia 24, porque aí o cerco se tornou espetáculo, prestando-se melhor para ser relatado de modo sensorial. A comparação com o livro do “colega” revela toda a virtuosidade na dramaturgia e na retórica presentificadora de Euclides. Dantas Barreto naturalmente se dá plenamente conta da importância do evento para a guerra toda, também é sensibilizado pela teatralidade da destruição final de Canudos que chama de “scena da emocionante tragédia” (p.IV), sem no entanto, salvo raras veleidades literárias, traduzir essa teatralidade dos próprios acontecimentos em forma narrativa e estilo. O mesmo vale para outros relatos de oficiais.

25 Desde Fernando Nery, organizador da edição de 1933 da Editora Francisco Alves, alguns editores deram a esse trecho o entretítulo de “Cenário de tragédia”, expressão tomado do próprio Euclides, pois ele na verdade é apresentado como um ato de tragédia. A introdução de entretítulos por parte de alguns editores e tradutores, valendo-se dos itens nos sumários de cada das oito partes do livro e de palavras-chave dentro do próprio texto — tradição naturalmente seguida por Afrânio Coutinho na edição da Aguilar, e também, até certo ponto, por mim na tradução alemã — reforça a teatralidade inerente do livro. Ver Walnice Nogueira Galvão, “Introdução”, in: Euclides da Cunha, *Os Sertões*, Edição crítica de Walnice Nogueira Galvão, São Paulo: Brasiliense, 1985, p. 23.

26 Manifestações de escárnio e triunfo sobre os canudenses já foram censuradas anteriormente pelo narrador, por exemplo nas pgs. 505 e 506.

27 Ver Euclides da Cunha, *Canudos: Diário de uma Expedição*, Rio de Janeiro: José Olympio, 1939, p. 74, onde justifica perante os seus leitores, num tom semi-irônico, a sua presença numa missa a que fora convidado por dois frades franciscanos alemães em Cansanção, a meio caminho entre Queimadas e Monte Santo: “Não me apedrejeis, companheiros de impiedade; poupae-me, livres pensadores, iconoclastas ferozes!”.

Sobre a presença de imagens e motivos bíblicos em *Os Sertões* ver Walnice

Nogueira Galvão, *Os Sertões, o canto de cólera*, in: *Nossa América*. São Paulo: Memorial da América Latina, nº 3 (1990), p. 88-103; republicado em: Ana Pizarro (org.), *Pa lavra, literatura e cultura na América Latina*, 3 vols., São Paulo: Memorial; Campinas: Unicamp, 1994, vol. 2, p. 615-633. Ver tb. Flávio Aguiar, *A Volta da serpente: Um estudo sobre Os Sertões de Euclides da Cunha*, artigo ainda inédito.

28 “O Evangelho segundo S. Lucas”, 23 (44-45), in: *O Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Traduzido em português por João Ferreira de Almeida. Lisboa: Depósito das Escrituras Sagradas, 1963, p. 178.

29 “O Evangelho segundo S. Mateus”, 27 (50-52), in: *O Novo Testamento de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Traduzido em português por João Ferreira de Almeida. Lisboa: Depósito das Escrituras Sagradas, 1963, p. 66.

30 Nem no dia 28 de setembro Euclides da Cunha sabia disso com toda a certeza: Euclides da Cunha, *Caderneta de Campo*, Introdução, notas e comentário por Olímpio de Souza Andrade, São Paulo: Cultrix, 1975, p. 69. E outro cronista escreveu que em “fins de setembro corria com alguma insistência o boato da morte de Antônio Conselheiro [...]. Entretanto, desde 2 de outubro foi a notícia confirmada pelos prisioneiros, que asseveravam ter ido *para o céu* o lendário asceta”, Henrique Duque-Estrada de Macedo Soares, *A Guerra de Canudos*, Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985, p. 229 e p. 230.

31 “Terminada a guerra, tratou o exército de dar ampla divulgação ao material fotográfico de Flávio de Barros, tornando-o objeto de exposição pública. Em 2 de fevereiro de 1898, apenas quatro meses após o final dos combates, a *Gazeta de Notícias* trazia o seguinte texto de propaganda: ‘Campanha de Canudos[...] Curiosidade! Assombro!! Horror!!! Miséria!!!!’ e convidava seus leitores a assistirem a ‘cenas de toda a guerra de Canudos tiradas no campo da ação pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros, por consenso do comandante em chefe das tropas’”, Cícero Antônio F. de Almeida, *Canudos. Imagens da guerra. Os últimos dias da Guerra de Canudos pelo fotógrafo expedicionário Flávio de Barros*. Rio de Janeiro: Museu da República/ Lacerda Editores, 1997, p. 26/27, sobre a foto do Conselheiro ver p. 80 e 81; sobre a política informacional do exército ver p. 24/25. Sobre a cobertura da guerra na imprensa brasileira da época, ver Walnice Nogueira Galvão, *No Calor da hora: a Guerra de Canudos nos jornais, 4ª expedição*. São Paulo: Ática, 1977.

A HISTÓRIA ENTRE A MODERNIDADE E A PÓS-MODERNIDADE

Jörn Rüsen

Professor de Teoria da História da Universidade de Bochum - Alemanha

Tradução: Peter Naumann, Porto Alegre

Revisão: Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília

O meu artigo se divide em seis partes.¹ A primeira se ocupa com os novos enfoques da história como disciplina científica, que conduziram à pós-modernidade. A segunda parte é um excursus que trata da lógica da história enquanto disciplina científica. Ele deve mostrar por quê e como ela deve reagir a uma crise de orientação em seu contexto cultural e social. Na terceira parte apresento algumas concepções das etapas da modernização na historiografia. A quarta parte contém uma crítica pós-moderna da ciência histórica moderna. A quinta se ocupa com alguns elementos da historiografia e da teoria histórica pós-modernas, e a sexta e última parte discute a questão de como se poderia atingir um equilíbrio entre elementos modernistas e pós-modernistas na ciência histórica e na historiografia atuais.

As origens do pensamento pós-moderno estão no campo da arte, onde sempre encontramos uma aguda sensibilidade para novas demandas de orientação na vida humana. Posteriormente ele se estendeu por todo o âmbito das ciências humanas, especialmente da História. É considerado chique falar sobre a pós-modernidade enquanto tendência predominante em todas as áreas da vida cultural nas sociedades altamente desenvolvidas. Essa atitude aponta para um sentimento generalizado de que o contexto da vida contemporânea sofreu modificações fundamentais. Ela expressa uma idéia de nosso próprio modo de vida, segundo a qual ele abandonou suas formas normais, tradicionais e familiares da auto-compreensão. A discussão sobre a cultura pós-moderna e as peculiaridades pós-modernas de nossa situação de vida é indício de uma profunda crise no processo de modernização. Isso é uma trivialidade, mas deve ser dito.

Quero sugerir rapidamente os tópicos mais importantes dessa crise. No tocante à economia, a modernização e a modernidade são sinônimos de um crescimento constante do bem-estar por meio do avanço da industrialização. O pensamento pós-moderno reflete o fato de que esse crescimento continuado haverá de levar inevitavelmente a uma catástrofe ambiental, se continuarmos na modalidade moderna da exploração da natureza para produzir o bem-estar. No tocante à vida social, a sociedade moderna é uma sociedade caracterizada pelo princípio da igualdade, da *égalité*. Modernização significa um desenvolvimento histórico que conduz a uma igualização progressiva das relações entre as pessoas. Mas a experiência pós-moderna relativamente à vida social afirma existir um profundo abismo entre diferentes grupos sociais, que resulta em aumento da desigualdade. Todos nós conhecemos o Conflito Norte-Sul, que está assumindo formas cada vez mais acirradas. Também não podemos passar ao largo das desigualdades sociais que estão aumentando em nossas próprias sociedades. No tocante à política, modernização significa democratização: a modernidade é uma forma democrática de organização do poder político. Mas nesse contexto a idéia da pós-modernidade não se apresenta de forma tão nítida como deveria. Assim, para citar um exemplo, nunca encontrei objeção de teóricos pós-modernos à democracia enquanto sistema político dominante nas sociedades modernas. Apesar disso, existe uma tendência na evolução da política de nossos tempos, que se volta contra as formas predominantes da vida política. Penso aqui na tendência contra as grandes estruturas como, por exemplo, os estados-nação, caracterizados por seus mecanismos de coerção unificadora. Essa tendência faz com que setores menores da vida humana e a multiplicidade das culturas entrem no jogo político. Ao lado disso existe ainda uma outra experiência na vida política, que aponta para uma crise da modernidade. A democratização em escala mundial vem acompanhada de violações crescentes dos princípios da organização democrática do poder político, isto é, de violações dos direitos do homem e do cidadão. Como se pode conferir sempre nos relatórios anuais da Anistia Internacional, a modernização é um processo que conduz em todos os lugares do mundo a uma violação crescente dos direitos fundamentais da pessoa.

Por fim - e creio que esse é um dos itens mais importantes na discussão das ciências humanas - a modernização é sinônimo de racionalização. Modernidade quer dizer que o homem desenvolveu a capacidade de organizar a vida humana conforme conhecimentos e descobertas devidas à racionalidade e à pesquisa científica. Essa capacidade foi combinada com as promessas dos grandes pensadores do início da Idade Moderna: com a promessa de erigir por via da racionalização o império do homem (*regnum hominis*). Ocorre que entretanto estamos vivenciando um fenômeno oposto. Temos a sensação de estar perdendo progressivamente as fontes do sentido e da significância de nossa própria vida. As fontes do sentido e do significado na vida cultural estão secando.

Esses quatro aspectos da crise da modernização podem ser resumidos nos seguintes termos: na opinião dos intelectuais, a atual crise da consciência de si das sociedades altamente desenvolvidas é caracterizada por uma crise da noção do progresso. Jean-François Lyotard caracterizou-a ao dizer que não haveria mais as “grandes narrativas” que pudessem formar a autocompreensão das sociedades modernas. Uma “grande narrativa” é uma história que se baseia na categoria fundamental do progresso. O indício mais claro dessa crise do pensamento centrado na noção do progresso é a teoria do pós-história, que parte de um fim da história; de acordo com ela já estamos vivendo além das estruturas temporais que constituem a história. Pós-história não é a mesma coisa que pós-modernidade, mas o indício mais radical da crise do pensamento centrado na idéia do progresso, que encarna o problema decisivo de nossa auto-compreensão histórica. Concordo completamente com Jürgen Habermas que, em 1985, falou da “nova opacidade” (*neue Unübersichtlichkeit*) da situação de nossa vida.

A pergunta, que quero formular e à qual quero responder agora, é se a história e a historiografia podem enfrentar essa crise de orientação.

II

Essa pergunta me leva à segunda parte do meu artigo. Ainda me parece necessário enfatizar o fato de que os historiadores se ocupam sobretudo com a vida do presente e com o futuro, não com o passado. Os professores de história contam a seus alunos, assim como os catedráticos universitários de história contam a seus estudantes, que o objeto da história seria o passado. Mas isso não é correto. Ocupamo-nos com o passado, mas não no sentido simples de que teríamos um interesse exclusivo nela. Peço licença para uma pequena digressão epistemológica para mostrar a plausibilidade desse argumento. Quero apresentar-lhes uma concepção da estrutura lógica fundamental do pensamento histórico. Essa digressão deverá mostrar que o pensamento histórico depende de problemas de orientação no presente, em virtude da lógica que lhe é essencial. Creio que o pensamento histórico enquanto processo cognitivo é constituído por cinco fatores. Cada um é condição necessária e seu conjunto é a condição suficiente da possibilidade do conhecimento histórico.² O primeiro fator é constituído por interesses práticos de orientar a vida humana segundo as transformações temporais. Enquanto disciplina acadêmica, a história se fundamenta na práxis da vida; e em última instância seus impulsos, seus desafios, suas perguntas orientadoras não brotam apenas dela, mas de seu nexos com a vida no presente. Sua intenção propriamente dita, o direcionamento de sua força cognitiva, são determinados pela experiência presente da transformação no tempo, que os historiadores compartilham com seus contemporâneos. Esse interesse pela orientação da práxis da vida se dirige ao passado: rememoramos para compreender a vida presente. E é precisamente isso que define a história como uma força especificamente cultural. A história é uma interligação, uma síntese de passado e presente, que co-envolve simultaneamente uma perspectiva sobre o futuro. Essa interligação surge por intermédio de diretrizes para a experiência do passado, que determinam o trabalho dos historiadores na forma de perspectivas históricas. Essas perspectivas - que poderiam ser denominadas a filosofia da história mais ou menos oculta na história constituem o segundo fator fundamental do conhecimento histórico. A teoria da modernização,

que influenciou muitas interpretações da história moderna é um bom exemplo de um tal direcionamento orientador da visão sobre a experiência do passado.

O terceiro princípio da história constitui sua natureza acadêmica de ciência empírica (no sentido mais amplo do termo). Ele é o princípio do método histórico enquanto conjunto de regras que orienta o trabalho de pesquisa do historiador. A pesquisa é o modo pelo qual os historiadores introduzem os diagnósticos empíricos do passado na perspectiva, na qual o passado é investido do caráter de uma história dotada de sentido.

Muitos historiadores acreditam que o processo do conhecimento histórico está concluído contanto que tenham retirado as informações do material das fontes e colocado essas informações em uma perspectiva que interliga presente e passado. Esquecem-se, todavia, do fato de que ainda precisam apresentar a perspectiva histórica empiricamente concretizada em forma também histórica, isto é, como um texto. Na produção dessa forma eles recorrem a princípios de significância e significado, que não coincidem com as concepções teóricas de perspectivas históricas e com as regras de método da pesquisa histórica. Enquanto formas da apresentação, esses princípios constituem o quarto fator do conhecimento histórico (foram sobretudo eles que entraram no campo visual do enfoque pós-moderno da história, para o qual a poética e a retórica da historiografia desempenham um papel dominante).

O quinto e último fator do conhecimento histórico é a função prática que o conhecimento histórico exerce em sua forma historiográfica. Podemos caracterizá-lo genericamente como a função de orientar a práxis da vida humana em meio às transformações no tempo. Ela tem uma dimensão dupla, interna e externa. A dimensão externa relaciona-se com os padrões culturais da atividade prática. A história fornece a esses padrões de sentido e significado uma idéia da mutação temporal. Ela capacita as pessoas para viver sua vida com uma concepção temporal dotada de sentido. A dimensão interna da orientação da vida humana em meio às transformações no tempo é denominada identidade histórica. A história oferece ao *self* (eu) das pessoas uma idéia da mutação no tempo, de modo que eles podem

continuar sendo eles mesmos em meio às transformações da vida.

III

Passemos agora ao terceiro tópico, no qual pretendo apresentar um breve panorama do processo de modernização no pensamento histórico. Esse processo está caracterizado por uma tendência generalizada à racionalização. Essa tendência ocorreu em três ondas ou surtos evolutivos. O primeiro foi o Iluminismo. Ele dotou o primeiro fator do conhecimento histórico, a necessidade prática de orientação no tempo, de um teor específico, vinculando-o no plano da essência à razão. A aplicação da estratégica metódica da argumentação racional com vistas a diagnósticos empíricos e teóricos tornou-se condição necessária do surgimento da forma cognitiva da evocação histórica.

Até hoje somos tributários desse princípio. Geramos um saber por via metódica; e esse é o resultado do Iluminismo. O segundo surto de racionalização na Ciência da História foi trazido pelo historicismo do séc. XIX. Com vistas à tendência geral de racionalização, o historicismo elaborou uma estratégia sistemática da regulamentação metódica da pesquisa histórica. Podemos denominar esse sistema “o” método histórico. No fim do séc. XIX ³ essa concepção de método foi apresentada na forma de manuais - o que é um indício de sua institucionalização na história de molde acadêmico. Penso no Manual do método histórico (*Lehrbuch der historischen Methode*) de Ernst Bernheim, publicado pela primeira vez em 1889, e na Introdução aos Estudos Históricos (*Introduction aux études historiques*) de Charles Victor Langlois e Charles Seignobos, publicada em 1898. O Iluminismo não dispusera de uma concepção tão abrangente do método histórico enquanto conjunto de regras da pesquisa histórica. O terceiro surto de racionalização ocorreu depois da virada do século; ele levou à ciência moderna da história no sentido mais estrito do termo. Os paradigmas mais conhecidos desse estágio de racionalização são a concepção marxista da história, a escola francesa em torno da revista *Annales* e a concepção alemã

da história social (às vezes denominada Escola de Bielefeld). O novo elemento de racionalidade da história, que caracteriza os três paradigmas em diferentes formas de manifestação, é a utilização de construções teóricas como meios da interpretação histórica. Max Weber interpretou esses elementos teóricos da interpretação histórica como tipos ideais, como recursos conceituais auxiliares, teoricamente elaborados, para a interpretação das informações providenciadas pelo material das fontes.

Antes de chegar à crítica pós-moderna do nível de racionalidade atingido até agora, preciso mencionar dois traços distintivos do pensamento histórico, que são de fundamental importância e que perpassam as diferentes épocas e formas de manifestação bem como diferenciações da história.

O primeiro é a idéia de que a história abrange a totalidade da evolução no tempo. A modernidade no pensamento histórico levou à idéia “da” história. Antes de meados do séc. XVIII ainda não se podia falar “da” história. No lugar dessa totalidade ou desse totem temporal que abrangia o passado, o presente e o futuro, havia apenas histórias, narrativas, historiografias, mas não a representação mental (*Vorstellung*) de um fenômeno denominado “a história”. A história refere-se a uma entidade efetiva da mudança histórica, que se compõe no passado, no presente e no futuro em uma totalidade abrangente. O Iluminismo conferiu a essa entidade o status de uma concepção na categoria histórica do progresso. O historicismo manteve a concepção, mas modificou a forma categorial na direção do conceito de “desenvolvimento”; e posteriormente a história moderna explicitou isso com as concepções distintas de estrutura e processo. O desenvolvimento da história pode ser descrito como um desenvolvimento na transformação, dessa entidade chamada ‘história’, em um conceito. O historicismo acreditava que a história era constituída pelas forças espirituais da ação humana. Na língua alemã essa crença foi responsável pelo nome das ciências humanas: *Geisteswissenschaften*, ciências do espírito. A escola em torno da revista *Annales*, o marxismo e as diferentes escolas da história moderna, concebida como história social ou história das estruturas, produziram concepções distintas e muito mais complexas dessa entidade que chamamos história. Em uma virada crítica contra a

representação idealista da história, própria do historicismo, elas compreendem a história como constituída por uma relação muito complexa entre forças materiais e espirituais.

O segundo traço distintivo essencial ao pensamento histórico, comum a todas suas manifestações no processo da modernização, é o método. Os historiadores universitários estão mais ou menos convictos da existência de um método racional que lhes permite constatar por via da pesquisa “como as coisas efetivamente se deram” (*wie es eigentlich gewesen*) - para citar as célebres palavras de Ranke.⁴ Pesquisando metodicamente lograr-se-ia compreender o que “a” história foi. O Iluminismo deu o primeiro passo na direção da transformação do método histórico em conceito, quando os procedimentos da crítica das fontes foram sistematizados. O historicismo deu o próximo passo ao formular pela primeira vez a idéia da interpretação histórica como a operação essencial do pesquisador - muitos historiadores acreditam ainda hoje que o procedimento decisivo da Ciência da História, em termos de método, seria a crítica das fontes, o que significa que eles ainda não absorveram a lição que o historicismo deixou no tocante a questões de método. A interpretação transforma meros fatos, resultados da crítica das fontes, em fatos históricos, vinculando-os correspondentemente à idéia da história como uma ligação temporal entre o passado, o presente e o futuro, dotada de sentido. A interpretação transforma resultados empíricos em “história”.

O último passo no desenvolvimento do método histórico foi o já mencionado passo da construção da teoria. Na escola em torno da revista *Annales* isso se dava de forma preponderantemente implícita, ao passo que no marxismo, na história social e na *Gesellschaftsgeschichte* isso se deu de forma explícita, conforme tinha sido proposto e paradigmaticamente realizado pela primeira vez por Max Weber.

IV

Chego agora à crítica pós-moderna do pensamento histórico

moderno. A crítica pós-moderna do processo de modernização da racionalização não é nenhuma invenção dos intelectuais do final do século XX. Alguns elementos fundamentais da crítica pós-moderna da racionalização já se encontram no fim do século XVIII e no início do século XIX. Uma crítica similar surgiu no fim do século XIX. Pode-se afirmar, portanto, que uma postura crítica diante da modernidade foi desde o princípio parte integrante do desenvolvimento da ciência da história em sua forma moderna. Apesar disso, a pós-modernidade contém a forma mais radical da crítica da racionalização na evolução da história. Ela é radical por criticar precisamente aqueles dois elementos básicos que determinam o pensamento histórico moderno: a concepção da história e a concepção do método. Método significa que somente pela racionalidade se pode chegar à compreensão das forças motrizes que constituem a história enquanto objeto da ciência da história. Esta confirmou o processo abrangente de modernização por meio da categoria fundamental do progresso. Essa categoria contribuiu decisivamente para fazer com que o agir humano se orientasse historicamente, sobretudo na política. Ela explicitou uma direção das transformações no tempo, que pôde ser utilizada para direcionar o agir humano para o futuro. Quando olhamos para o passado sob a ótica do progresso enquanto categoria histórica dominante, isso dá ao agir humano contemporâneo uma perspectiva de futuro. Simultaneamente essa espécie moderna do pensamento histórico constituiu uma identidade histórica específica. Com sua compreensão das forças motrizes, que constituem “a” história como totalidade temporal do universo humano, ela fez com que a identidade das pessoas deitasse raízes profundas na essência da história.

Quero ilustrar isso com um exemplo: ao apresentar a história como sendo movida por forças espirituais, o historicismo correspondeu à auto-avaliação da classe média culta que acreditava dever dominar as transformações em curso na esfera humana ou ao menos dever participar dessas transformações, graças a sua competência e criatividade culturais. E quando proclamou a luta de classes como força motriz do desenvolvimento histórico, o marxismo radicou a identidade da classe operária na essência da história e colocou assim os homens em condições de superar a dura faina e os sofrimentos de sua vida, modificando-os por sua própria ação. Pode-se dizer que o

pensamento histórico, com essa forma de apresentação da identidade histórica, deu às pessoas daqueles tempos uma sensação de onipotência. Indivíduos e grupos experimentaram uma dimensão temporal de si mesmos, mediante a qual se tornaram parte integrante da substância histórica. O Iluminismo concebera essa identidade como identidade da humanidade determinada pela razão. O historicismo falava da nação constituída por forças espirituais. Nos paradigmas pós-historicistas da história, o conceito de identidade histórica foi traduzido em concepções de estrutura social. Essas concepções também confirmaram uma identidade histórica, cujos fundamentos localizavam nas profundezas sociais e econômicas da transformação histórica.

Hoje, contudo, a crise do progresso produziu uma crítica radical: afirma-se que essa idéia da história não passa de uma ideologia eurocêntrica sem qualquer base empírica. Como ela estaria destruindo todas as outras formas de identidade cultural, não estaríamos, neste caso, diante de um pensamento histórico orientado sobretudo pela razão, pelo método e pela teoria ou pela argumentação racional, mas diante da vontade das nações européias de exercer o poder sobre o resto do mundo. Essa representação da história seria, portanto, ideológica, destrutiva e não abriria nenhuma perspectiva para o futuro. A única perspectiva de futuro seria a de uma catástrofe.

Um dos pontos mais decisivos da crítica pós-moderna ao pensamento histórico moderno é o seguinte: uma entidade como “a história” nem existiria. Haveria apenas representações do passado, que os historiadores teriam criado por meio das estratégias poéticas e retóricas do discurso narrativo. A concepção pós-moderna da história nega radical e totalmente a idéia de que existiria algo como um único e abrangente processo histórico de evolução da humanidade. A história nem seria uma entidade de fato; ela não seria nada mais do que uma imaginação ficcional. Correspondentemente, a concepção pós-moderna descreve os princípios do pensamento histórico em termos completamente distintos: o que estaria em jogo não seria justamente o método na forma da argumentação racional e das regras da pesquisa empírica, mas sobretudo a poética e a retórica da narrativa. Com isso a concepção do pensamento histórico pós-moderno seria o oposto da ciência da história em sua forma moderna.

O que nos propõe, então, a concepção pós-moderna de história no tocante à função orientadora do saber histórico? Qual é sua alternativa de dar à vida uma orientação para a mudança e para a transformação, que pudesse ser aplicada na vida cotidiana e no agir privado? A resposta é: orientação por meio da imaginação. Como se nega uma entidade real chamada “a história”, essa imaginação histórica é constituída por elementos da ficção. Assim, em princípio, ela não pode orientar o agir prático, pois um agir orientado segundo ficções, conduz à catástrofe completa. De acordo, porém, com meus cinco princípios do conhecimento histórico deve existir uma função de orientação. E, com efeito, a pós-modernidade oferece uma função de orientação na história, embora de natureza muito específica: trata-se de uma espécie de orientação da vida humana que pode ser comparada com sonhos. A psicanálise nos ensinou que necessitamos de sonhos para poder dar conta da realidade. E essa me parece ser a função da historiografia e da teoria da história pós-modernas. De certo modo trata-se aqui de uma compensação dos resultados negativos da ação contemporânea; trata-se de um consolo estético produzido pela memória histórica diante da crise do progresso e da ameaça pela catástrofe, na qual nosso mundo será precipitado pela escalada ininterrupta do processo de modernização.

V

Que novos elementos do pensamento histórico a pós-modernidade produziu na ciência da história? Há um ponto muito importante que define a diferença entre as formas pós-moderna e moderna do pensamento histórico. A forma moderna do pensamento histórico realiza, por meio de sua concepção das transformações no tempo, uma ligação genética entre o passado e o presente. O pensamento histórico moderno dá a impressão de que o passado se move na direção do presente. Essa ligação genética entre o passado e o presente é negada e inteiramente destruída pela historiografia pós-moderna. Com isso, no próprio dizer dos pós-modernos, restituir-se-ia ao passado sua própria dignidade.

Há uma palavra alemã que designa essa dignidade, que pode ser reconquistada por meio do corte dos laços genéticos entre o passado e o presente: *Eigensinn* (sentido próprio, autonomia).⁵ A palavra *Eigensinn* liga o inconfundível significado de ‘autonomia’ a elementos de renitência. Trata-se de uma resistência contra a integração de formas passadas da existência humana em um processo que conduz nossa própria forma de vida. O *Eigensinn* opõe, a essa integração, o sentido. Crianças pequenas, que não querem obedecer a seus pais, são *eigensinnig*: reagem à vontade de seus pais com atos renitentemente determinados por eles mesmos. É desse modo e com essa forma que a historiografia pós-moderna apresenta o passado. Não deveríamos esquecer que já Leopold von Ranke, o principal representante alemão do historicismo, formulou um princípio de *Eigensinn* ao dizer: “Cada época refere-se diretamente a Deus.”⁶ Ranke, no entanto, sempre aceitou ao mesmo tempo a representação de uma evolução temporal abrangente, que interligava o passado, o presente e o futuro na totalidade da história. Essa representação é refutada na concepção pós-moderna da história e da historiografia. Com isso a historiografia pós-moderna combate veementemente a concepção de evolução. A crítica mais radical desse pensamento evolutivo se encontra na teoria da história da última fase de Walter Benjamin. Benjamin⁷ menciona a vinculação da evocação histórica a uma concepção de tempo que ele caracteriza com a expressão metafórica “o bote do instante” (*Tigersprung des Augenblicks*) (Benjamin 1991: 701, 694). Nessa imagem, todo e qualquer encadeamento temporal dos diferentes fenômenos no passado é interrompido em benefício de um evento de natureza única, que adquire assim um significado histórico substancial. Nesse sentido temporalmente condensado, tal evento nos assalta por meio da evocação histórica no passado como o bote de um felino, que invade nossa consciência habitual da mudança temporal na vida quotidiana. Isso já é pós-modernidade antes mesmo de ela ter sido enunciada. Encontramos aqui a mais interessante concepção das representações antigenéticas da história.

Assim, a historiografia pós-moderna produz contra-imagens (*Gegenbilder*), isto é, cenários que contradizem a situação presente. A maioria de vocês deve conhecer alguns deles, tais como foram

apresentados por Carlo Ginzburg, Emmanuel LeRoy Ladurie e outros. Conhecemos a visão de mundo do moleiro Menóquio na virada do século XVI para o século XVII como universo contrário ao nosso. Ginzburg explicou – e isso evidencia a postura essencialmente antimoderna nesse livro famoso – que nós, os europeus cultos, dever-nos-íamos sentir culturalmente mutilados ao apreciar essa cultura específica do passado, encarnada por Menóquio, e que teríamos sido destruídos pelas forças culturais que produziram nossas formas modernas de vida (Ginzburg, 1983:21). Tal historiografia apresenta uma contra-imagem; ela cria uma consciência do que perdemos. Não é por acaso que a maioria das contra-imagens pós-modernas foram extraídas dos primórdios da Idade Moderna e refletem a vida na Europa pouco antes do início da modernização. Pensem também na pequena aldeia de Montaillou nos Pireneus, no destino de Martin Guerre e em uma série de outras pessoas ou grupos sociais pequenos, que nos fascinam tanto por pertencerem a nossa cultura e serem ao mesmo tempo completamente diferentes de nós (v. LeRoy Ladurie, 1982; Davis, 1984).

Essas contra-imagens são apresentadas em formas historiográficas novas. Estamos acostumados a denominá-las narrativas. Essa expressão é, porém, enganosa, pois cada texto historiográfico é narrativo. Além desse significado lógico ou epistemológico, a narrativa se refere a uma forma específica da representação historiográfica, que pode ser distinguida de outras formas. “Narrativa” é uma representação historiográfica que se ocupa preferencialmente com eventos e interações. Se compararmos a História do retorno de Martin Guerre de Natalie Davis com as produções na forma acadêmica usual da história social e econômica, sobrecarregadas com notas de rodapé, estatísticas e gráficos, compreendemos a qualidade da historiografia “narrativa”. Constatamos então a diferença entre narrativa e explicação, entre a descrição cheia de vivacidade e a análise abstrata ou, para recorrer aqui a uma dicotomia metafórica revivificada, a diferença entre a capacidade da empatia calorosa e a teoria fria.⁸

Um outro traço distintivo específico da historiografia pós-moderna é a micro-história. Ela é contraposta à macro-história como sendo a forma mais moderna de representar a história. Apresenta-

se um indivíduo isolado como Menóquio, ao invés de uma sociedade ou classe; fala-se de um segmento biográfico ou apenas de alguns dias ao invés de uma época ou de uma longa evolução; analisa-se um dia ao invés de um século, uma pequena aldeia no lugar de um país ou reino. Esses são os objetos da historiografia pós-moderna.

Que alternativa ao método enquanto princípio da modernidade na ciência da história oferece a pós-modernidade? A historiografia pós-moderna reivindica para si o mérito de ter desenvolvido uma estratégia de pesquisa nova, diferente. Ela se oporia à elaboração e utilização de concepções teóricas. Para caracterizar sua nova aproximação do passado no tocante ao método, historiadores pós-modernos gostam de citar o antropólogo cultural Clifford Geertz (1983), que recomendou a “descrição densa” no lugar da construção teórica. “Descrição densa” é o recurso metódico que deve garantir ao passado a preservação do significado que lhe é peculiar. O passado não deve mais estar submetido às estruturas genéticas, por meio das quais o pensamento histórico moderno as vincula à situação presente, passando por uma linha evolutiva histórica. Essa virada contra as teorias genéticas está estreitamente ligada a um novo enfoque hermenêutico, com o qual se pesquisa a vida dos homens de épocas passadas. Os historiadores agora estão menos interessados em reconstruir as condições estruturais da vida no passado, para explicar com isso a “vida real” das pessoas. Ao invés disso, eles se concentram no modo pelo qual as pessoas vivenciaram e interpretaram seu mundo peculiar. Pesquisam a consciência que as pessoas tinham de suas condições de vida e procuram com isso restituir-lhes uma autonomia cultural no trato com seu próprio mundo, diferente do nosso. No tocante ao método, a estratégia paradigmática dessa nova aproximação da autoconsciência e autocompreensão das pessoas é a história oral (*oral history*).

Quanto aos conteúdos da evocação histórica, pode-se afirmar que a historiografia pós-moderna assume a defesa das vítimas da modernização, sobretudo das camadas sociais inferiores -, bem como, o que não deve ser esquecido, a defesa das mulheres. A história das mulheres e dos gêneros liga-se estreitamente, em grande parte, à concepção pós-moderna da história. Dentre as principais concepções da experiência histórica, a historiografia pós-moderna extrai sua

inspiração da antropologia cultural e da etnologia. Com referência à função orientadora da evocação histórica, a ciência da história, do paradigma pós-moderno, revela um interesse crescente pela qualidade estética da experiência histórica. A história deve elaborar um retrato, um quadro do passado que tenha qualidades estéticas.

A historiografia da modernidade produziu uma forma distinta da apresentação do passado. Costumava descrevê-lo em padrões de ação política e social, para assim poder estar à altura de atividades e formas de identidade similares na vida atual. A historiografia pós-moderna apresenta o passado em uma qualidade estética. O melhor exemplo desse trato do passado é a obra de Jacob Burckhardt que, nesse sentido, é um historiador pós-moderno precoce.⁹

V I

Na parte final do meu artigo chego a uma conclusão talvez previsível. Minha estratégia deve ter sido percebida: após ter apresentado as concepções moderna e pós-moderna da ciência da história de forma antinômica, devo fazer tentar estabelecer uma mediação entre essas posições opostas. Nesse sentido, pergunto: como podemos combinar os elementos modernos e pós-modernos da ciência da história em uma síntese?

Inicialmente quero refutar a concepção radicalmente pós-moderna da pós-história. Não pode existir um fim da história. Essa afirmação pode ser sustentada por razões lógicas e por dados empíricos. No tocante à evidência empírica, o sistema ocidental, centrado no valor da liberdade, não pode representar o fim da história, que todos os outros países do mundo se empenham em alcançar, pois é impossível generalizá-lo em sua estrutura atual para o mundo inteiro. É certo que essa estrutura universal seria efetivamente o fim da história, mas não no sentido de Fukuyama (1992), mas em virtude do simples fato de que sua aplicação em escala mundial resultaria em uma catástrofe ecológica. O sistema ocidental gerou tensões entre os hemisférios Norte e Sul (para não falar das novas tensões Leste-Oeste), que só podem ser solucionadas se o próprio sistema ocidental

se modificar qualitativamente - e essa transformação será de natureza essencialmente histórica.

E no tocante à lógica do pensamento histórico, parto do pressuposto de que os homens, enquanto forem homens, necessitarão, para sua práxis específica de vida, de orientação em padrões temporais. Essa orientação especificamente cultural é alcançada pela narrativa histórica. A vida humana, não importa de que forma, nem pode ser pensada por nós sem a necessidade de uma orientação na mutação temporal por meio da narração de histórias.

Abstraindo dessa refutação da pós-história, a crítica pós-moderna da concepção da história deve ser levada muito a sério. Creio que devemos aceitar essa crítica na medida em que aponta para uma generalização ideológica de uma história individual na direção da história. Esse foi efetivamente o caso no decorrer da modernização, do Iluminismo até nossos dias. Devemos admitir que só há uma multiplicidade de histórias, mas não a história como entidade de fato. E não obstante - esse é meu ponto de vista nessa argumentação, comprometido com o paradigma moderno - necessitamos de uma representação mental da unidade da experiência histórica. Do contrário o pensamento histórico nos conduz ao relativismo total. O preço a ser pago por esse relativismo seria demasiado alto. Ainda necessitamos de categorias históricas, por razões de ordem lógica: sem elas não saberíamos pensar historicamente. Além disso necessitamos de uma concepção de história que corresponda à experiência atual do mundo uno, que se integra cada vez mais (ênfatar a micro-história enquanto vivemos em meio a um processo macro-histórico soa como se quiséssemos reprimir uma experiência ameaçadora, ao invés de enfrentá-la com ajuda da interpretação histórica).

Como podemos produzir, contudo, uma concepção da universalidade da evolução histórica e aceitar simultaneamente que só existe uma multiplicidade de histórias diferentes ou um multiperspectivismo no pensamento histórico? Em meio à multiplicidade das perspectivas históricas, uma unidade da história somente pode ser alcançada por meio de valores universais no procedimento metódico da interpretação histórica. Com efeito

carecemos de um sistema orientador de valores, de um sistema de valores universais que reconheça as diferenças entre as culturas. Penso que existe um valor fundamental que pode ser introduzido em uma estratégia da interpretação histórica: um valor que é universal e justifica ao mesmo tempo a multiplicidade das perspectivas e a diferença. Penso no princípio normativo do reconhecimento recíproco de diferenças na vida humana. Esse princípio pode ser elaborado em uma estrutura cognitiva, e essa estrutura pode produzir um novo acesso à experiência histórica, que liga a unidade da humanidade e da evolução no tempo com a diferença das culturas, por um lado, e com sua multiplicidade, por outro lado.

Com essa idéia orientadora da interpretação histórica pode-se atingir uma síntese adicional de elementos modernos e pós-modernos do pensamento histórico, a síntese da micro e da macro-história. Elas não se excluem. Muito pelo contrário, dependem uma da outra enquanto complementações necessárias. Uma micro-história convincente deve referir-se a condições macro-históricas, caso contrário tenderá a deshistoricizar seu objeto. Precisamos compreender que existe algo parecido com um processo contínuo e abrangente de modernização, independentemente de os homens o terem ou não percebido ou aceito no passado. Mesmo no âmbito do novo enfoque hermenêutico do pensamento dos homens do passado, precisamos conscientizar-nos de que sabemos mais do que eles; não apreciamos devidamente a consciência que os homens têm de seu mundo nem sua autocompreensão, se nos fingirmos artificialmente de bobos.

Mas como as coisas se passam com a facticidade moderna da história? Penso que devemos conceder à argumentação pós-moderna que as possibilidades contrafactuais podem e deveriam desempenhar um papel importante para a interpretação histórica. Isso vale em dois sentidos: ao organizarmos os fatos históricos em concepções, outorgando evidência empírica ao passado, e ao organizarmos as perspectivas históricas em concepções, que atribuem ao passado um sentido e significado para nós, no mundo de hoje.

Quanto à questão dos fatos históricos, precisamos ampliar nossa concepção da crítica das fontes. Precisamos considerar

sistematicamente a percepção da realidade dos homens no passado e deveríamos precaver-nos de transferir-lhes simplesmente nossa própria compreensão da realidade da esfera humana. Assim, para citar um exemplo, deveríamos respeitar os sonhos e as manifestações culturais de forças sobrenaturais como visões e experiências religiosas como fatos históricos incontestes. E deveríamos elaborar as correspondentes categorias históricas do inconsciente e da dimensão espiritual. Elas nos permitiriam ampliar nosso conhecimento de realidades passadas.

No que diz respeito a nossa construção de perspectivas históricas interpretativas, dentro das quais as informações obtidas das fontes obtêm a label de uma história dotada de sentido e significado, deveríamos aceitar e utilizar a idéia das possibilidades contrafactuais como potencial de significado e significância. Ultrapassamos, com isso, o âmbito da afirmação de que as formas de vida do passado evoluíram na direção das formas da vida do presente. Uma tal concepção reveste o passado de uma qualidade imanente por assim dizer utópica. Para expressar essa afirmação em termos filosóficos: em cada instante do passado poderia estar um pedaço do futuro, que a evocação ainda logra apreender. O passado deveria ser evocado como sendo, em princípio, irrealizado e irrealizável. Essa perspectiva poderia ser uma possibilidade de reconhecer-lhe a dignidade, sem separar dela a vinculação temporal do que passou à vida do presente. Um tal passado irrealizado poderá ser representado pelos historiadores, se eles ressaltarem os elementos contrafactuais da vida humana no passado. Citemos um exemplo: nos relatos sobre os milagres nos primórdios da Idade Moderna podemos descobrir uma forma mental de lidar com problemas quotidianos e de expressar padrões de vida humana, que perderam sua dimensão encantada por efeito da racionalização.¹⁰ Uma evocação histórica dessa mentalidade poderia ser mais do que a mera produção de contra-imagens da racionalidade moderna, carregados da nostalgia de um mundo perdido. Poderia ser um desafio para a rememoração desenvolver as qualidade mentais necessárias para superar os limites da racionalidade promotora do desencanto e curar as feridas causadas por ela (e isso evidentemente sem uma regressão simples a estágios anteriores do desenvolvimento intelectual). Não quero dizer que deveríamos

acreditar em milagres como faziam as pessoas do século XVII; mas deveríamos pensar nas estratégias de que essas pessoas dispunham para transcender a realidade e mobilizar forças espirituais e psíquicas, a fim de nos conscientizarmos das chances da criatividade cultural.

Sobre o método histórico gostaria de dizer o seguinte: precisamos aceitar as novas estratégias da hermenêutica para lidar com os modos de vida dos homens no passado. Deveríamos aceitar positivamente o novo valor da subjetividade humana na interpretação do passado. A hermenêutica no sentido pós-moderno está localizada em um plano mais profundo do que a hermenêutica tradicional, que se refere preponderantemente a indivíduos isolados, a suas intenções e a suas interrelações comunicativas. Na concepção pós-moderna, a hermenêutica constitui um fenômeno estrutural. A compreensão e a interpretação de grupos, de classes e de pessoas simples produziram muitas inovações referentes ao método da pesquisa histórica. Apesar disso devemos reconhecer que há uma tensão, uma descontinuidade ou um abismo entre a autoconsciência e a auto-interpretação do homem e das circunstâncias previamente dadas em sua vida; essa ruptura deveria ser examinada e interpretada pelos historiadores.

Isso me conduz ao postulado de uma “descrição densa”. Enquanto estratégia de método, não me parece convincente. Em cada descrição densa oculta-se alguma teoria (será que, por exemplo, qualquer descrição sem categorias explicitadas em teorias é logicamente possível?). Uma descrição que explicita suas linhas mestras teóricas e seu quadro referencial é muito melhor do que uma descrição que apenas alega dizer o que efetivamente ocorreu. Na minha opinião, o novo acesso hermenêutico à história deverá ganhar em plausibilidade se se valer dos recursos cognitivos da construção teórica. Isso parece ser evidente com relação à história das mentalidades. Muitos historiadores utilizam o termo mentalidade, mas constata-se uma confusão conceitual bastante grande quando se trata de explicar o que ele significa.

A ciência da história do paradigma moderno está caracterizada medularmente por uma concepção de racionalidade, razão e método. Frequentemente se abusou dessa idéia da história para fins de legitimação da dominação e do poder. O pensamento

pós-moderno rejeita univocamente essa concepção, em benefício da imaginação e da qualidade estética da evocação histórica. Será possível integrar em uma síntese a razão e a imaginação, a racionalidade e a narrativa, a orientação prática e o fascínio estético? Logicamente isso é possível. Para implementar essa integração na prática, precisamos analisar criticamente o significado instrumental da palavra “razão” e sua influência na dominação por meio da compreensão e do conhecimento. Criticar esse significado instrumental da razão não nos deve levar necessariamente a um novo irracionalismo, risco presente em muitos enfoques pós-modernos da história. Deveríamos reformular os critérios da razão, do método, da argumentação e - peço vênica para usar essa palavra - da racionalidade com referência à estrutura narrativa e ao processo da evocação histórica, assim como deveríamos reformular a influência da evocação histórica sobre a imaginação. Talvez isso traga algum progresso para a concepção da razão na história (Rüsen, 1988: 105-114).

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 O texto se baseia em uma conferência proferida em inglês na Universidade de Helsinki, revisto e completado para fins de publicação. Versões anteriores foram publicadas na Finlândia (1992), na Espanha (1993), na África do Sul (1994) e na Romênia (1995). O artigo retoma certos argumentos já utilizados em dois artigos precedentes: “New directions in historical studies” e “Historical enlightenment in the light of postmodernism”, v. J. Rüsen (1993). V. também Rüsen (1991) e (1992).

2 Uma versão ampliada dessa concepção encontra-se em: “Historik - Überlegungen zur metatheoretischen Selbstausslegung und Interpretation des historischen Denkens im Historismus (und ausserhalb)”, in: Küttler, Wolfgang; Rüsen, Jörn; Schulín, Ernst (edd.). *Geschichtsdiskurs I: Die Epoche der Historisierung*. Frankfurt/Main, 1996.

3 Cf. Jaeger, Friedrich; Rüsen, Jörn. *Geschichte des Historismus*. Eine Einführung. Munique, 1992.

4 Ranke escreveu (1874: VII): “Já se atribuiu à história o ofício de ajuizar o passado, de ensinar os contemporâneos para beneficiar os anos vindouros: o presente ensaio não se arroga ofícios tão elevados; pretende mostrar apenas como as coisas ocorreram efetivamente”.

5 Cf. as reflexões sobre esse termo em Lüdtké (1993: 9 ss.)

6 Ranke (1971: 59)

7 Benjamin (1991: 691-704)

8 Stone (1979:3-24)

9 Cf. meu ensaio “Jacob Burckhardt: Political Standpoint and Historical Insight on the Border of Postmodernism”, in: Rüsen (1993: 147-160) (tradução alemã em: H.-R. Guggisberg (ed.). *Umgang mit Jacob Burckhardt. Zwölf Studien*. Basileia, 1994, pp. 101-116)

10 R. Habermas (1991a) e (1991b: 165-183).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENJAMIN, W. (1991): “Über den Begriff der Geschichte”, in: *Gesammelte Schriften*, Vol. I, 2. Frankfurt/Main, Suhrkamp Verlag.
- DAVIS, N.Z. (1984): *Die wahrhaftige Geschichte von der Wiederkehr des Martin Guerre*. Munique, Piper Verlag.
- FUKUYAMA, F. (1992): *The End of History*. New York, Free Press.
- GEERTZ, C. (1983): *Dichte Beschreibung. Beiträge zum Verstehen kultureller Systeme*. Frankfurt/Main, Suhrkamp Verlag.
- GINZBURG, C. (1983): *Der Käse und die Würmer. Die Welt eines Müllers um 1600*. Frankfurt/Main, Syndikat Verlag.
- HABERMAS, J. (1985): *Die neue Unübersichtlichkeit. Kleine politische Schriften V*. Frankfurt/Main, Suhrkamp Verlag.
- HABERMAS, R. (1991a): *Wallfahrt und Aufruhr. Zur Geschichte des Wunderglaubens in der frühen Neuzeit*. Frankfurt/Main, Campus Verlag.
- _____. (1991b): “Die Sorge um das Kind. Die Sorge der Frauen und Männer. Mirakelerzählungen im 16. Jahrhundert in Bachorski” (ed.): *Ordnung und Liebe. Bilder von Liebe, Ehe und Sexualität im Spätmittelalter und Früher Neuzeit*. Trier, Wissenschaftlicher Verlag.
- JAEGER, F. e J. Rüsen (1992): *Geschichte des Historismus. Eine Einführung*. München, C.H. Beck Verlag.
- LEROY LADURIE, E. (1982): *Montaillou. Ein Dorf vor dem Inquisitor 1294-1324*. Frankfurt/Main, Ullstein Verlag.
- LÜDTKE, A. (1993): *Eigen-Sinn. Fabrikalltag. Arbeitser-fahrungen und Politik vom Kaiserreich bis in den Faschismus*. Hamburg, Ergebnisse Verlag.
- RANKE, L. v. (1874): “Geschichten der romanischen und germanischen

Völker von 1494 bis 1514”, in: *Sämtliche Werke*, 33/34. 2ª ed. Leipzig, Duncker & Humblot.

_____, L. v. (1971): “Über die Epochen der neueren Geschichte”, in: *Aus Werk und Nachlaß*, vol. 2. Th. Schieder e H. Berding (edd.). Munique, Oldenbourg Verlag.

RÜSEN, J. (1988): “Vernunftpotentiale und Geschichtskultur”, in: [Id.] *Historische Orientierung* 246-258.

_____. (1991): “Postmoderne Geschichtstheorie”, in: [Id.] *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewußtseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*. Colônia, pp. 188-208.

_____. (1992): “Moderne und Postmoderne als Gesichtspunkte einer Geschichte der modernen Geschichtswissenschaft”, in: W. Küttler, J. Rüsen & E. Schulín (ed.): *Geschichtsdiskurs I: Grundlagen und Methoden der Historiographiegeschichte*. Frankfurt/Main, Fischer Taschenbuchverlag.

_____. (1993): *Studies in Metahistory*. Pieter Duvenage (ed.). Preterita, Human Science Research Council.

STONE, L. (1979): *The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History*. in: *Past and Present* 85, 3-24

COMENTÁRIO I

Ronald Raminelli

Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal Fluminense
UFF

O embate dos paradigmas modernos e pós-modernos na historiografia constitui um tema caro aos historiadores de minha geração. A crítica à idéia de progresso estabeleceu-se na filosofia do pós-guerra e teve marcada influência na historiografia da década de 1970. Os historiadores da *Nouvelle Histoire* contestavam as teorias e a própria racionalidade do desenvolvimento histórico. Ao mesmo tempo, valorizavam a narrativa histórica, narrativa que por vezes beira a quase ficção. Lembro do grande espanto e fascínio que me causou o livro de Le Roy Ladurie, *Montaillou*.¹ Escrito em uma linguagem pouco usual à época, *Montaillou* abordou o cotidiano de um povoado ao sul da França. Como um etnógrafo do século XIX, Ladurie descreveu em detalhes os comportamentos sexuais, alimentícios e religiosos de homens que viveram na Idade Média. A própria estrutura da obra era singular, pois, como um dicionário, abordava de forma estanque os vários temas, sem se importar como uma síntese, com uma análise capaz de interligar e explicar os comportamentos. O exotismo das atitudes e as curiosidades dos leitores estavam acima da ciência histórica. Essa prática, no entanto, ganhou enorme dimensão posteriormente. Hoje há historiadores franceses que escrevem trabalhos com destacado grau de subjetivismo, mesclando pesquisa documental à muita imaginação.

Minha geração descobriu essa literatura, mas teve uma nítida formação marxista. Os conceitos marxistas eram estudados e debatidos em profundidade. Assim, a discussão teórica era influenciada pelo pensamento marxista, enquanto os novos temas de pesquisas rumavam para outra direção. A grande contribuição de Le Roy Ladurie, Jacques Le Goff e Carlo Ginzburg era introduzir temas novos, perspectivas muito inovadoras no campo da pesquisa. Em raras ocasiões referiam-se à crise dos grandes paradigmas e aos entraves

de empregar as teorias marxistas e estruturalistas na pesquisa histórica. Enfim, as inovações ocorriam no enfoque da pesquisa, nos novos campos do conhecimento histórico, enquanto a teoria era relegada a um segundo plano. A teoria ficava quase como adormecida, tímida frente às possibilidades, ao amplo leque de possibilidades inaugurado pela *Nouvelle Histoire*.

A compartimentação entre teoria e metodologia tornava-se um problema quase insolúvel no momento de realizar pesquisa. O velho marxismo não era capaz de fornecer subsídios teóricos para temas de pesquisa sobre religiosidade, relação de parentesco, cultura popular, vida cotidiana... Para levar adiante essas abordagens seria necessário esquecer o marxismo e a compreensão de um processo histórico. Teríamos então que abraçar Michel Foucault, Pierre Bourdieu e Walter Benjamin. Muitos historiadores dessa geração optaram por uma via menos radical, rompendo em parte com o marxismo. E.H. Thompson e Cornelius Castoriadis trouxeram novas possibilidades de pesquisa, sem contudo abandonar ou recusar totalmente os princípios do marxismo. No meu caso particular, essa perspectiva era inviável, incompatível com os estudos sobre a história moderna. Operários, trabalhadores e sindicalistas, tal como conceberam esses autores, ainda não haviam nascido no século de Luís XIV.

Para nós que nos dedicamos anos de estudo aos escritos de Marx e historiografia marxista era muito difícil seguir os modismos, e nos tornar foucaultianos ou adeptos da descrição densa de Clifford Geertz. Era impensável conceber uma história da cultura descolada da sociedade. Cultura e sociedade são complementares, não necessariamente determinantes, mas parte de um todo indivisível. Foucault e Geertz, por vezes, hiperdimensionam os fatos culturais, dando-lhes significados que estão mais próximos à contemporaneidade dos autores do que aos objetos estudados. A temporalidade era, na verdade, um ponto de discórdia na história que envolvia também o próprio pensamento marxista. A história é um estudo do passado realizado por homens do presente, mas que não devem perder de vista as particularidades, as idiossincrasias do passado. Caso contrário, perde-se a dimensão do presente e do passado.

Nesse sentido, a história antropológica ou antropologia histórica de Jacques Le Goff e Keith Thomas eram propostas sedutoras, propiciando uma análise da religiosidade e da vida cotidiana do passado por intermédio da antropologia. Depois de muito refletir e experimentar esses modelos teóricos da antropologia estrutural e da antropologia cultural americana, dois entraves tornaram-se evidentes. Seria produtivo empregar os modelos concebidos por antropólogos para entender a cultura dos homens do passado? Vale lembrar que os antropólogos realizaram suas pesquisas a partir de trabalhos de campo junto a comunidades africanas, australianas e americanas. As “sociedades primitivas” seriam semelhantes às sociedades do passado? Ao acreditar em feitiçaria, um habitante da Inglaterra do século XVI possuiria uma lógica semelhante aos africanos do Sudão?

Para além do problema das particularidades, os modelos da antropologia pressupunham uma gama de informações incompatível com os poucos registros deixados pelo passado. Desse modo, os historiadores da vida cotidiana e da religiosidade ficavam à mercê de críticas por parte dos antropólogos devido à inconsistência da pesquisa e pela incapacidade de adaptar as teorias antropológicas aos estudos históricos. No final das contas, a promessa de um referencial teórico proveniente da antropologia tornou-se um malogro. Ao longo da pesquisa, os historiadores de minha geração descobriram que história e antropologia possuem diferenças inconciliáveis. O historiador não realiza pesquisa de campo e não pode contar com a riqueza de informações provenientes do trabalho de campo, indispensáveis em uma pesquisa antropológica. Os registros do passado são escassos e muitas vezes indiretos. O problema da crítica documental, aspecto relevante da pesquisa histórica, não era levado em conta pela antropologia histórica. Como usar a documentação inquisitorial para estudar religiosidade sem avaliar a opressão do inquisidor sobre os acusados? Esse procedimento era básico, mas nem sempre foi bem empregado pelos historiadores da *Nouvelle Histoire*, preocupados antes de tudo com as singularidades dos relatos encontrados nos processos. O encantamento pelas fontes ofuscava a pesquisa histórica.

Em *Montaillou*, Ladurie relatou mais do que analisou; a narrativa se sobrepôs a crítica dos dados provenientes da Inquisição.

A narrativa histórica possui suas vantagens, mas a mera descrição dos acontecimentos nos faz remontar aos historiadores do séculos XIX, dedicados a reunir em uma ordem cronológica os fatos marcantes da formação nacional. Entre os historiadores franceses ligados à revista *Annales*, é recorrente a simples descrição de fatos e comportamentos pitorescos. Nesse momento, não são os fatos políticos o objeto de estudo, mas os fatos culturais. As transformações mentais tornaram-se alvo dos historiadores, que se lançaram a tarefa de ordená-las segundo uma cronologia. O simples ordenamento das variações comportamentais era sinal da precariedade teórica, da aversão pelas sínteses e pelas generalizações.

A narrativa e o subjetivismo tornam-se, então, recursos para contornar a crise de paradigmas e a falta informações para reconstruir o passado. A narrativa e o subjetivismo aproximavam a história da literatura e abria um campo promissor no mercado editorial. A história hermética e acadêmica dava lugar uma narrativa capaz de encantar e divertir leitores das mais diferentes origens. Seguindo essa linha, os escritos de Ladurie, Ginzburg, Vovelle, entre outros, alcançaram um surpreendente sucesso editorial. A visão pitoresca do passado passou a freqüentar as listas de livros mais vendidos, dividindo espaço com obras ficcionais. Nelas não havia, portanto, a idéia de processo histórico, a crítica rigorosa dos testemunhos e o rigor teórico presente na historiografia de influência marxista e mesmo weberiana. Por vezes, empregavam sem esmero uma mescla de antropologia e psicologia e se jactavam historiadores preocupados com a interdisciplinaridade. Stuart Clark, historiador inglês, indicou com muita precisão as imperfeições e o descaso teórico entre os estudos sobre as mentalidades realizados pelo grupo dos *Annales*. Clark postulava que a antropologia empregada por Lucien Febvre, Robert Mandrou e Robert Muchambled era evolucionista, completamente superada pela antropologia.

Enfim, para minha geração as perspectivas para a pesquisa histórica não eram satisfatórias. Havia problemas quase insolúveis. A *Nouvelle Histoire* abriu um campo infinito de possibilidade de pesquisa. Somente em raras ocasiões, porém, viabilizava uma análise preocupada em ir além da mera descrição de fatos pitorescos.

Minha trajetória intelectual estava em uma encruzilhada: ou investir em novos objetos e abandonar a história social de influência marxista; ou recusar as perspectivas abertas pela história francesa e abraçar *O Capital*. O caminho escolhido por mim, e por outros colegas, foi superar a dicotomia e experimentar outras possibilidades. No meu caso específico, optei por realizar pesquisa com temas inovadores e preservar alguns princípios do marxismo. Defendia os seguintes pressupostos: a história era um processo; as transformações da história como resultado dos conflitos sociais; o conceito de ideologia; a história como práxis, conhecimento do passado para entender o presente. Recusei, no entanto, as determinações do econômico.

A união entre marxismo e a *Nouvelle Histoire* teve enorme influência de George Duby. Em *As três Ordens ou o Imaginário do feudalismo* e “História social e ideologia dos fenômenos históricos”, Duby destacou a relevância de analisar os fenômenos mentais tendo como pressuposto as ideologias e a sociedade. Em importante trecho do artigo mencionado, o historiador francês teceu o seguinte comentário:

Com efeito, para compreender a ordenação das sociedades humanas e para discernir as forças que as fazem evoluir, é importante dedicar uma igual atenção aos fenômenos mentais, cuja intervenção incontestavelmente é tão determinante quanto a dos fenômenos econômicos e demográficos. Pois não é em função de sua condição verdadeira, mas da imagem que constroem e que nunca fornece o reflexo fiel, que os homens pautam a sua conduta. Eles se esforçam para conciliá-la com modelos de comportamento que são o produto de uma cultura e que mais ou menos se ajustam, no decorrer da história, às realidades materiais²

Com muita sabedoria, Duby concebe os fenômenos mentais, e logo os culturais, como parte de uma totalidade (econômica, demográfica, ideológica e política). As mentalidades somente se tornam inteligíveis se pensadas em uma totalidade, em suas relações

com o âmbito do econômico, político... Esse é um importante vínculo entre Duby e o marxismo, que foi ignorado e negado por boa parte dos historiadores influenciados pela proposta da *Nouvelle Histoire*.

A História pós-moderna trouxe, no entanto, contribuições valiosas para o debate historiográfico. Entre eles vale mencionar a multiplicidade de temas, a abertura de horizontes nunca antes freqüentados pela historiografia. História das mulheres, História de Gênero, História do Imaginário e História da relação do Homem com a Natureza constituem avanços inegáveis do conhecimento histórico. As novas preocupações da História refletem a vida atual, os conflitos, as dificuldades que rondam o cotidiano e povoam as páginas dos jornais. Ao criticar as novas abordagens historiográficas, os estudiosos da História pós-Moderna, particularmente os marxistas, estão equivocados, pois essas constituem as preocupação das sociedades ocidentais neste final de século. A sexualidade, a relação homem e mulher e os problemas ecológicos são debatidos entre amigos, nas revistas, em circuitos distantes do mundo acadêmico. Não há dúvida que esses debates influenciaram a historiografia.

Nesse final de século, um outro aspecto contribuiu para dinamizar a pesquisa histórica. O texto tornou-se mais claro, mais apropriado para difundi-lo a um público mais amplo. Os historiadores passaram a cultivar as belas formas da escrita, por vezes influenciados pelas narrativas literárias. A construção de uma boa trama, os suspenses e as figuras de linguagem podem ser encontrados nas histórias escritas nas últimas décadas. O cuidado com o texto constitui, sem dúvida, um legado importante da *Nouvelle Histoire*. A História tornou-se, portanto, um fenômeno editorial, presente nas listas de livro mais vendidos. Para além dos desvios de percurso, da ênfase exagerada na narrativa em detrimento da pesquisa, o conhecimento histórico tem alcançado indivíduos alheios aos debates acadêmicos. Não são apenas os especialistas que correm às livrarias para comprar o último volume da História da Vida Privada; o público se ampliou. Devemos esse acontecimento à História pós-Moderna.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 LADURIE, Emanuel Le Roy. *Montaillou, cátaros e católicos numa aldeia francesa 1294-1324*. (trad.) Lisboa: Ed. 70, s/d.

2 DUBY George. História social e ideologias das sociedades. In: LE GOFF, Jacques & NORA, Pierre (ed.). *História: Novos problemas*. (trad.) Rio de Janeiro: Liv. Francisco Alves, 1979. p. 131; *As três Ordens ou o Imaginário do Feudalismo*. (trad.) Lisboa: Editorial Estampa/Imp. Universitária, 1982.

COMENTÁRIO II

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Professor Adjunto do Departamento da História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

Eu gostaria de aproveitar neste momento o papel de debatedora para, em linhas muito gerais, e a partir da exposição do Professor Jörn Rüsen, discutir o percurso da historiografia brasileira inspirada nas tendências pós-modernas, segundo o que venho acompanhando nas principais revistas e em congressos e seminários realizados pelos programas de pós-graduação deste país.

No Brasil, os temas e abordagens propostos pela historiografia pós-moderna resultaram, como na Europa, das frustrações que os intelectuais sofreram no pós-68, em que as utopias revolucionárias e até as evolucionárias não vieram a se concretizar.

Acrescente-se, para o caso do Brasil, um outro fator. A redemocratização neste país não veio de encontro à maioria das reivindicações da sociedade; pelo contrário, a crise social e econômica se aprofundou após 1983, e a política, na conjuntura atual, vê-se aprisionada ao restrito espaço institucional. Vale dizer, em nossa história recente, mesmo com a democracia, os diversos movimentos sociais interferem ainda menos agora do que antes no processo político. E o Estado, inspirado no Neoliberalismo, tem reduzido a cada dia seu poder de interferência na sociedade, promovendo uma intensa privatização do público sem uma conseqüente publicização do privado.

É no contexto de intensificação da miséria e do aprofundamento do fosso entre as camadas excluídas do processo econômico e político e a política das elites dirigentes que a história e os historiadores dos anos 90 irão absorver a crise de paradigmas por que passa o mundo contemporâneo: pressão demográfica e imigratória, conflitos étnicos e religiosos, desemprego, degradação ambiental, insegurança da cidadania.

Como na Europa, esta historiografia procura romper com os clássicos modelos histórico-sociológicos; as abordagens sistêmicas são denunciadas como meta-discursos que ocultam sua própria pretensão de poder; a macro história é interpretada como generalizante e determinista; as disciplinas até então auxiliares da História (como a Economia e a Sociologia) são substituídas pela Antropologia e pela Literatura.

Não pretendo fazer um inventário desta produção. Primeiro, pelo tempo que disponho neste debate, e segundo, porque certamente cairia na superficialidade, além de cometer injustiças em minhas críticas, pois reconheço que inúmeros trabalhos valeram-se das novas propostas muito mais como estratégia metodológica do que como um fim em si mesmo. Além disto, nestes últimos trinta anos, a pesquisa histórica no Brasil tem deixado de lado as grandes sínteses (na maioria das vezes, excessivamente generalizadoras) em favor de uma pesquisa empírica mais criteriosa e aprofundada, fruto da profissionalização da História propiciada pela pesquisa acadêmica. Daí se explica também o por que dos estudos de caráter monográfico.

Entretanto, não me furtarei a pelo menos manifestar algumas de minhas preocupações para com minha profissão e para com os rumos da historiografia que se apresenta como pós-moderna.

Reconheçamos que tanto aqui como na Europa a historiografia pós-moderna é inovadora não apenas em seus métodos, mas também nos temas: as relações de gênero, sexualidade, cotidiano, a biografia, a família, os sentimentos, o inconsciente, entre outros, têm dado conta de explicar fenômenos intervenientes no processo histórico, igualmente responsáveis por mudanças sociais, e que eram até então pouco contemplados.

É inovadora também em seus objetos; mulheres, homossexuais, as crianças, o leproso, o escravo, as minorias étnicas, enfim, segmentos sociais que até então não tinham “lugar” na história, que eram preteridos mesmo pelos que enfatizavam as camadas subalternas, profundamente fixados na classe operária como classe universal.. Graças à produção mais recente, creio que temos um quadro mais amplo das inúmeras possibilidades de se recortar uma determinada conjuntura, abandonando a rígida determinação classe -

movimento - partido.

Uma outra novidade: até seu público mudou. Mesmo no Brasil, cuja população não é tão habituada à leitura como na Alemanha, já podemos encontrar editoras comerciais fechando contratos muito razoáveis com nossos profissionais, e divulgando junto aos meios de comunicação esta produção - o que se faz acompanhar de ilustrações coloridas, ricamente encadernadas ou divulgadas em CD-ROMs e, tal como se impõe, com um solgan anunciando ser aquela uma leitura obrigatória, senão revolucionária, tanto para leigos como para especialistas.

Hoje, sem sombra de dúvida, os historiadores atingem um público bem mais amplo, o que, segundo minha avaliação, tem de ser visto como um dado positivo. E isto não se deve apenas às táticas empresariais das editoras. Trata-se também de uma estratégia política: eu diria, uma política da memória; fazer falar os excluídos de ontem pode ser eficaz para atingir subjetivamente o público leitor que, ao se identificar com aqueles personagens com os seus correspondentes de hoje, com eles se solidarizem, e passem a assumir atitudes mais combativas diante do status quo.

Sob esta perspectiva, conforme o historiador Klaus Tenfelde, cumprir-se-á a exigência de que a história dentro de um Estado Democrático deve fomentar a ação democrática ... uma história aplicável, engajada, com a ajuda da qual se possa intervir nas disputas políticas e sociais do nosso tempo.²

Não por acaso, são militantes que elegem estes temas. Feministas frequentemente estudam relações de gênero, o racismo, minorias étnicas, as culturas pré-colombianas ou o Imperialismo, os homossexuais, a discriminação.

Sem entrar no mérito destas produções, tampouco as diferenças teóricas que possuem entre si, gostaria de comentar apenas um dos autores que inspiraram boa parte destes estudos no Brasil, e justifico tal escolha tão somente por ser este, dentre tantos, um pensador que conheço um pouco mais de perto, bem como pela importância de suas reflexões para muitos dos colegas de minha geração: a obra de Michel Foucault.

Os estudos históricos realizados sob a inspiração de Michel Foucault no Brasil datam da década de 80, se não do final da década de 70. E um dos primeiros trabalhos históricos, recordo-me perfeitamente, falava dos suplícios das prisões no século XIX-XX no Brasil, um tema bastante sugestivo para um país que ensaiava a superação de um regime autoritário que se valeu da tortura e do terror. Logo depois, surgiram pesquisas sobre outras instituições disciplinares, como o próprio estado, os hospícios e as fábricas ³ (já no processo de abertura política ou de transição para a democracia), desvendando a normatização do tempo e do espaço como uma prática de diversas instituições do estado liberal.

Mas é sobretudo Microfísica do poder que parece ter influenciado com maior intensidade a historiografia que eu compreendo como pós-moderna.

Na década de 90, proliferam-se estudos sobre os excluídos - segmentos sociais de um país pluricultural, colonizado por uma elite que não promoveu, durante toda a república, a inclusão da maioria da sociedade no universo da cidadania. Estes subgrupos são tratados então como excluídos, como vitimados e oprimidos pelo poder.

Coincide com estas opções temáticas, se não estou forçando demais minha leitura, o surgimento de novos movimentos sociais no Brasil; punks, negros, darks, feministas, neo-pentecostais, sem-terra, sem-teto, de ajuda mútua (como a campanha contra a fome e a miséria, do Coordenador de uma ONG Herbert de Souza), mas também movimentos separatistas, neonazistas, nacionalistas e grupos de extermínio, sem falar da multiplicação de comportamentos desviantes, como os traficantes de drogas, os arrastões (como são denominados os assaltos planejados por grupos marginais), a proliferação de vendedores ambulantes, de meninos de rua.

O que dizer de uma parte desta produção, que a meu ver, estetiza a miséria ou o setor informal da economia como sendo grupos de resistência ao sistema capitalista e à modernidade?

Sob a inspiração de alguns estudos de Foucault, pretende-se, conforme afirma Habermas acabar com uma historiografia global a qual concebe a história como uma macro-consciência. (...) pretende-

se uma história no singular (que) tem de voltar a ser dissolvida (...) num pluralismo de ilhas discursivas que emergem sem regra para voltarem a submergir.⁴ Uma história que revela a descontinuidade do tempo e a dispersão dos poderes.

Como em Foucault, preocupa-se com a tecnologia do poder, única regularidade que se evidencia na vontade de saber moderna - mais precisamente, não de um único poder, mas de poderes diluídos em todo o organismo social, não inseridos dentro de uma hierarquia piramidal e sim numa rede interconectada e inextricável.

Mas não tanto como em Foucault, nestes estudos o homem é representado como um objeto do poder, moldado segundo vontades que lhe são exteriores, incapaz, aos olhos desta historiografia, de criar resistências.

O homem neste discurso histórico é, na maior parte das vezes, submetido recorrentemente a manifestações insidiosas de poder, é seu resultado, seu produto. O homem é, enfim, fabricado pelo poder. Seja o poder manifesto em práticas ou em discursos (estes últimos, sempre mistificadores). E mesmo quando este homem logra qualquer resistência, não o opera no espaço de um determinado contra-poder, alinhado portanto ao circuito de onde o poder emana - opera-o sim de fora, no espaço da transgressão, no universo dos saberes alternativos, o que provoca ainda mais a dispersão. Não poucas vezes, a oposição extra-parlamentar, movimentos outsider e até mesmo aqueles pautados na linguagem da violência são compreendidos como estratégias quase que necessárias face a um poder que imobiliza qualquer oposição.

Observa-se ainda até um certo otimismo com as identidades particulares em detrimento dos sujeitos universais, estes entendidos como mistificadores. Estas identidades particulares são celebradas na proporção inversa com a qual foram condenadas pelos filósofos iluministas: não cedem a argumentação, não desenham um projeto abrangente para toda a esfera pública, teimam em não serem institucionalizados.

Dito, isto, perguntamo-nos: quais os desdobramentos desta historiografia no Brasil, quando temos em conta de ser esta produzida

por militantes e ao mesmo tempo veiculadas intensamente nos media?

Ao meu ver, e eu serei propositadamente radical em minha crítica, no intento de fomentar o debate, esta tendência estimula, em seus limites, a tentação fundamentalista, ou o fundamentalismo como atitude moral. E isso, obviamente não poderia ser tributado a Michel Foucault. Mas talvez ao fato de pertencermos, na era da globalização, à periferia do sistema, de termos sido (e ainda sermos) colonizados pela pátria iluminista, que nos garantiu uma emancipação que não se verificou.

Para concluir, eu apenas tecerei alguns comentários sobre estas tendências:

1. A rígida dicotomia entre imaginação e razão, aquela vista como única força criativa, o que também já foi mencionado pelo Professor Rüsen. Esta pode vir a ser uma atitude de fuga para a poesia e para a mística, num abandono da história enquanto atividade que se propõe interventora no processo de conhecimento a partir de critérios sistematizados;
2. A valorização das identidades particulares em detrimento das universais, numa reedição do que o Professor Rüsen estigmatizou como o *small is beautiful* e que possui na micro-história uma ancoragem significativa; daí à refeudalização da esfera pública, basta somente um passo. Mas um passo que nos reenvia à oposição extra-parlamentar, extra-sindicato, extra-academia, o que, uma vez ampliada como atitude política, alargaria o fosso, no Brasil, entre a sociedade civil e a sociedade política.
3. Da primeira e segunda resultante: o auto-isolamento ou a auto-exclusão; a organização de pequenos guetos, formados por comunidades afetivas. Este auto-isolamento é justificado pela necessidade de purificação de identidades perdidas, o que reenvia tais grupos ao passado, passando-o a enxergá-lo como alternativa. Esta fuga para o passado é alimentada por uma visão excessivamente pessimista sobre o progresso, o iluminismo, a modernidade. Donde o abandono da própria História como um conhecimento que orienta o horizonte de

expectativas para o futuro a partir da compreensão do passado. Não por acaso, estes mesmos acadêmicos, olham com simpatia para os defensores do fim da História.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 OLIVEIRA, Francisco. O primeiro ano do governo Fernando Henrique Cardoso. In: *NOVOS ESTUDOS* n.º 44, março de 1995. São Paulo: CEBRAP, p.60,

2 TENFELDE, Klaus. Dificuldades com o cotidiano. *História: questões e debates*. Curitiba: v. 13, n. 24, p.56-77, jul/dez 1996, p. 32.

3 Citem-se alguns exemplos: CUNHA, Clementina Pereira. *O espelho do mundo*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese. Doutorado, 1986. ANTONACCI, Maria Antonieta. *A vitória da razão(?)*. São Paulo: CNPQ/Marco Zero, 1993 (1986). LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus/Editora da UNICAMP, 1986. ALVES, Paulo. *A verdade da repressão: práticas penais e outras estratégias na ordem republicana*. São Paulo: Universidade de São Paulo. Tese. doutorado, 1990.

4 HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. Lisboa: Dom Quixote, 1990. p. 237.

EXPLICAR O HOLOCAUSTO - DE QUE JEITO? O LIVRO DE DANIEL GOLDHAGEN CRITICADO À LUZ DA TEORIA DA HISTÓRIA

Jörn Rüsen

Professor de Teoria, Metodologia e
Didática da História na Universidade de Witten
Presidente do Instituto de Ciências da Cultura do
Estado da Renânia do Norte
Vestfália /Alemanha

(Tradução de Estevão de Rezende Martins, Universidade de Brasília)

O livro de Daniel Goldhagen sobre o Holocausto (*Os carrascos voluntários de Hitler*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. Tradução brasileira de Luis Sérgio Roizman)¹ caiu feito uma bomba. Nos Estados Unidos, os comentários nos jornais contam-se por centenas e, na Alemanha, correm rios de tinta sobre ele. No semanário alemão “Die Zeit”, Volker Ulrich ² anunciou que nos encontraríamos diante de uma nova querela de historiadores. ³ Se essa previsão corresponde à expectativa de um vivo debate e ampla controvérsia entre os especialistas, pode-se dizer que a profecia não se realizou. A crítica dos especialistas, pelo contrário, foi claramente negativa. O autor não teria levado em conta o estado atual das investigações desse episódio, a nova interpretação do Holocausto não seria convincente, e, na melhor das hipóteses, Goldhagen somente teria desenvolvido alguns aspectos novos e os teria sustentado empiricamente. ⁴ No entanto, já a primeira querela entre os historiadores trouxe pouca ou nenhuma inovação empírica. No fundo, tratou-se mais de uma controvérsia política, para bem além dos limites da especialidade histórica.

O livro de Goldhagen, igualmente, versa sobre questões mais abrangentes e fundamentais, diversas das que são propriamente da especialidade historiográfica. O livro se propõe, contudo e sem a menor dúvida, a responder a uma pergunta crucial: a de uma explicação histórica satisfatória para o Holocausto. Goldhagen pretende oferecer uma resposta plausível à questão de como teria

sido possível que o Holocausto acontecesse. Sua resposta, todavia, impõe que se ultrapasse as fronteiras da história científica, se houver a intenção de discutir objetivamente a questão e de levar em conta sua repercussão política. Não creio que o âmbito político deva ser superestimado, julgando-se e explicando tudo o mais a partir dele e com seus critérios. Pelo contrário: por estarmos aqui diante de um bloqueio peculiar do procedimentos cognitivos para o entendimento e a ação política, trata-se de o investigar, compreender e analisar. O efeito político está em relação lógica íntima e indissolúvel com a estrutura de pensamento, com o modo de explicar de que Goldhagen é tributário. Essa circunstância faz de seu livro um caso especial da cultura histórica da lembrança do Holocausto.

Não desejo repetir o equívoco de muitos comentaristas e tomar o livro de Goldhagen de forma extrínseca, ao perguntar apenas por seu impacto, pelo que estaria por trás dele ou pelas intenções que teriam movido o autor. Ao revés, adoto a regra hermenêutica de, inicialmente, colocar-me na posição do próprio autor, entendê-lo desde a perspectiva de sua própria concepção e, assim, criticá-lo “por dentro”, e não com uma medida que lhe seja estranha.

Goldhagen caracteriza seu livro como “primeiramente explicativo e teórico” (*primarily explanatory and theoretical*, p. 463). Ele pretende fornecer uma “explicação especificamente histórica” (*historically specific explanation*, p. 420) do Holocausto. Levo a sério, pois, essa pretensão de fornecer uma explicação histórica fundamentada teoricamente e passo a discutir o livro a partir dela.

De início gostaria de tratar da estrutura lógica da explicação histórica que está à base do livro de Goldhagen. Logo passo a mostrar que essa estrutura, por si mesma, engendra uma função política que provocou tanto concordância (sobretudo nos Estados Unidos) como divergência (em particular na Alemanha). Por fim, tenciono demonstrar que essa função política não é extrínseca ao livro, subsistente apenas nos seus leitores, mas lhe é intrínseca, decorrente da forma mesma com que lida, no modo de explicar, com o próprio Holocausto.

A tese basilar de Goldhagen afirma que o Holocausto tem de ser explicado a partir do código cultural de um anti-semitismo

excludente e aniquilante (“demonológico”), que encontrou, sob Hitler, as condições políticas externas para a realização de suas intenções genocidas. Tratar-se-ia de um código cultural dos alemães, um modelo mental, profundamente enraizado, de interpretação de si próprios e da experiência do mundo, que se constituía como propriamente a causa decisiva, determinante (*sufficient cause*, p. 418) do Holocausto. Esse código teria suas raízes históricas no anti-semitismo cristão e alcança, na segunda metade do século XIX a forma típica e a eficácia característica que teria tido, entre os alemães. Essa tese clara é, em princípio bem simples. Em comparação com as muitas explicações complexas dos especialistas, essa tese é facilmente entendível e Goldhagen a conecta com uma crítica fundamental a todas as interpretações do Holocausto publicadas até hoje: nenhuma é suficiente para explicar a peculiaridade do Holocausto, que o distingue de todos os demais genocídios da História. Essa peculiaridade estaria não apenas em suas dimensões monstruosas e em sua maquinária industrial de aniquilação, mas sobretudo na crueldade - que nos incomoda - com que os judeus - diversamente das demais vítimas do regime nazista - foram tratados. A máquina da morte não teria sido fria e indiferente, mas posta em movimento e operada com intenção consciente, com dedicação plena de seus perpetradores. Para o autor, somente se essa íntima convicção dos autores for posta no centro da análise é que se poderá explicar convenientemente o Holocausto. Seu argumento depende, pois, de que se tome os autores como homens agindo consciente e intencionalmente, e não como engrenagens passivas da máquina.

Longas passagens deste livro servem à impressionante descrição dessa peculiaridade na tenebrosa perpetração do genocídio. O comportamento dos destacamentos de polícia nos territórios ocupados, o tratamento dos judeus nos campos de trabalho e as colunas da morte ao final da guerra mostram, de modo aterrorizante, com quanto de iniciativa própria e de participação pessoal os autores agiram. Esse fato foi mais escamoteado do que desvelado pela pesquisa, até os dias de hoje. Para a descrição e a explicação do Holocausto, Goldhagen se apoia, por conseguinte, decididamente, no fator subjetivo. Não porém, como na investigação anterior, nas convicções e intenções dos líderes nazistas, mas nas opiniões e

intenções da massa dos autores.

O livro situa-se, destarte, na tendência atual da história cultural, na qual a subjetividade tornou-se a categoria dominante do pensamento histórico, tanto para o entendimento dos conteúdos experienciais do passado quanto para a interpretação histórica inspirada na etnologia.⁵

A explicação de Goldhagen está, pois, integralmente fundada no fator “subjetividade”. O Holocausto não é explicado a partir de circunstâncias objetivas. Uma explicação ‘objetiva’ deduz os acontecimentos de circunstâncias e de regras gerais. Um exemplo conhecido desse tipo de explicação são os experimentos de Stanley Milgram, que tornam possível explicar o ato genocida por recurso a uma regra psicológica: homens normais (no caso, estudantes universitários alemães) são capazes de tratar outros homens com incrível crueldade, somente se isso lhes for exigido por uma autoridade reconhecida (no caso, uma pesquisa científica). Temos aqui um determinado esquema explicativo: o da explicação ‘nomológica’ ou ‘racional’.⁶ De acordo com esse esquema, o Holocausto poderia ser explicado pela utilização da regularidade do comportamento humano estabelecida pelo experimento de Milgram (homens estão prontos a obedecer a uma autoridade mesmo quando esta lhes exige algo que contradiga suas representações morais habituais), combinada com as circunstâncias de um regime cuja autoridade exigiu o genocídio. O essencial nesta explicação, decerto mais complicada se tomarmos caso a caso isoladamente, consiste em que seu fator explicativo determinante é algo que se situa fora da decisão voluntária consciente e intencional dos agentes; seu agir é determinado, antes de qualquer intenção, pelas circunstâncias previamente dadas. O agir decorreria, então, ‘cegamente’ - poder-se-ia mesmo dizer: ‘mecanicamente’ - de tais circunstâncias. Por isso - o que é certamente decisivo para a função política de tal explicação do Holocausto - não se poderia atribuir indistintamente culpa pelo Holocausto a todos os sujeitos, pois ele não irrompeu diretamente do cerne de suas subjetividades.

Essa figura argumentativa da explicação do Holocausto a partir das circunstâncias externas, por recurso a leis explicativas ou a regularidades gerais, presumivelmente válidas para toda a

humanidade, é decididamente rejeitada por Goldhagen. Ele acusa os defensores desta posição de abstracionismo. Ela perderia o foco da peculiaridade histórica e do que é relevante no Holocausto. Essa peculiaridade é vista por ele na subjetividade dos autores. São as intenções subjetivas internas e não as condições objetivas dos autores que explicam seus cruéis atos. Tratar-se-ia, pois, das intenções ou motivos orientadores do agir, das razões íntimas do agir humano, daquilo que se poderia chamar genericamente de ‘sentido’, de determinação de sentido ou de qualidade cultural do agir humano. Goldhagen segue, pois, um modelo “intencional” de explicação, e não o “nomológico” ou “racional”. No modelo “intencional”, um ato é explicado - ou melhor: tornado entendível - pelas intenções orientadoras do agir do autor. A lógica dessa explicação é completamente diversa da explicação nomológica por causas e regularidades. Causas seriam aqui as intenções e regularidades, as interpretações e orientações dos sujeitos em seu mundo próprio. Eu entenderia uma ação quando conhecesse os motivos de seu autor e como ele estimou as chances de realização de seus motivos na situação em que agiu.

É com este esquema de pensamento que Goldhagen interpreta o Holocausto. Tratar-se-ia da ação de um sujeito coletivo: ‘os alemães’. Para poder asseverar isto, Goldhagen quer produzir a prova de que os grupos de agentes eram representativos da sociedade alemã de seu tempo (‘homens normais’). O ato teria tido por fundamento um motivo determinante, uma intenção coletiva profundamente enraizada, expressa com clareza no antisemitismo alemão. A ditadura nacional-socialista seria entendida como a ocasião de pôr esta intenção em prática.

A explicação do Holocausto por Goldhagen já foi examinada inúmeras vezes, sem que se houve assumido a lógica de sua própria argumentação. De início, esta tem uma vantagem: não recorre a legalidades universais e está, assim, coerente com o fato de que o pensamento histórico não obedece ao modelo nomológico. Além disso, nela os agentes humanos são despidos de seu caráter de meros executores de estruturas superpoderosas e revestidos de subjetividade determinante do agir (por mais assustador que isso possa parecer). Goldhagen fala, pois, conseqüentemente, da *humanity* dos agentes

(p. 392). É com isso que emerge a dimensão de sentido da coletividade ‘Holocausto’. Tange-se, dessa forma, uma dimensão essencial da historicidade, pois sem agir humano com significado não se pode pensar a história. O significado do agir humano é constitutivo para a história; é ele que traça a linha divisória entre natureza e história.

Trata-se, destarte, de homens no passado, das determinações de sentido de sua vida enquanto homens e das quais decorrem as intenções de seu agir. A explicação de Goldhagen firma-se inteiramente no sentido. Parece, assim, que seu pensamento está particularmente próximo da história. (A Teoria da História certamente reconhece a lógica da explicação intencional ou compreensiva como propriamente histórica, já que ela se distingue, pelo fator ‘sentido’, da lógica da explicação nomológica, - sem, contudo, a contradizer). Desejo mostrar que esta aparência engana e que falta, à tentativa de explicação compreensiva de Goldhagen, uma condição lógica indispensável a uma explicação especificamente histórica.

Mesmo assim, é pertinente percorrer, de início, a argumentação de Goldhagen. Ele explica o Holocausto, pois, como um ato decorrente de motivos orientadores do agir, vale dizer: dos elementos de sentido próprios à subjetividade dos agentes (*the identity of the perpetrators*, p. 392). Para poder explicar o Holocausto a partir da subjetividade dos agentes não basta tomar os homens individualmente. É preciso ter-se um sujeito único, se se tratar do Holocausto como ato. Tal sujeito somente pode ser um sujeito coletivo, uma grandeza social, que há de ser considerada como macrosujeito, se o esquema explicativo deve funcionar. Sem um sujeito deste tipo, uma explicação compreensiva a partir de significado e intenções é impossível. Esse sujeito é indigitado por Goldhagen: **os alemães**. Conquanto logicamente incontornável, essa identificação é empiricamente insatisfatória. Por essa razão Goldhagen esforça-se por apresentar provas de que os verdadeiros agentes revelados pelas fontes foram sobretudo os destacamentos policiais, representativos de ‘todos’ os alemães. É possível rejeitar sua tese da representatividade? Entendo que ele tem argumentos que não admitem uma refutação pura e simples. Doutra parte, todavia, requer-se uma determinação mais precisa do que se supõe ser, aqui, a representativa. Goldhagen não o fez, preferindo-lhe a impressionante retórica de

uma peroração acusatória.

Os alemães aparecem, assim, como um sujeito coletivo, como agente de uma ação. A subjetividade de um sujeito coletivo deste tipo é por nós chamada de cultura ou mentalidade. Poder-se-ia, assim, falar de um código cultural profundo do agir coletivo. O pressuposto de um código profundo não é nada de novo ou inabitual, pois pertence ao arsenal da interpretação histórica ou sociológica. Um exemplo marcante está nos trabalhos de tipologia da cultura de Johann Galtung⁷, freqüentemente utilizados na pesquisa comparada das culturas.⁸ Goldhagen também lida com comparações: os alemães são comparados com ‘outros’ povos ocidentais, emergindo, na perspectiva de uma antropologia da cultura, como os estrangeiros.

Goldhagen descreve a subjetividade interna - na linguagem da histórica cultural poder-se-ia falar de ‘espírito’ - do sujeito coletivo dos alemães como constituída fundamental e determinantemente pela atitude de um antisemitismo homicida, genocida, que ele chama de *demonological antisemitism*. Esse antisemitismo seria o fundamento determinante do Holocausto. É ele a intenção que engendra o ato do Holocausto. Nele, Auschwitz já seria uma realidade mental, antes mesmo de o campo de concentração ter sido construído e utilizado. O Holocausto, enquanto forma peculiar, radical e aniquilante, do antisemitismo, seria uma realidade no espírito do povo alemão antes mesmo de ocorrer. (O livro deixa aberta a questão desse mesmo espírito após 1945). Não é de admirar que essa explicação tenha provocado, ao menos na Alemanha, grande indignação. (Carece ainda mais de explicação o fato de o público americano ter recebido o livro com forte entusiasmo).

É fácil concordar com a indignação, mas cabe lembrar que entre nós (alemães) esse tipo de explicação é comum. Conhecê-mo-lo na tradição explicativa do historicismo clássico. Nela também se fala do ‘espírito’ do povo como fator determinante dos acontecimentos históricos. As narrativas principais da historiografia historicista do século 19 trabalham, todas, com o sujeito coletivo de uma nação e com um código cultural que lhe é inerente (espírito do povo). Goldhagen pôde recorrer ao famoso e influente escrito programático de Wilhelm von Humboldt, de 1821, “Sobre a tarefa do historiador”,

que afirma ser a história, no fundo, o “esforço de uma idéia, por efetivar-se na realidade”.⁹ Goldhagen exprime-se também de forma concisa e percuciente: *The spirit moved them* (p. 365 - relativamente aos civis que, nas filas para a morte, assistiram e apoiaram os carcereiros em seus atos homicidas). Aliás, na polémica dos historiadores, Ernest Nolte valeu-se de estratégia semelhante (conquanto empregando argumentação mais complexa) ao afirmar que o nazismo pode ser entendido historicamente como uma mobilização coletiva contra o bolchevismo. A explicação mediante uma intenção coletiva foi fundamentada por Nolte também com circunstâncias acessórias, como a experiência desnorteadora que muitos alemães tiveram na revolução russa. Em Goldhagen, ao invés, o antisemitismo surge praticamente como autóctone, inato.

O modo explicativo utilizado por Goldhagen é, por conseguinte, desafiador e controvertido, pois suscita inevitavelmente a questão da identidade. O código coletivo de sentido de uma sociedade ou de um povo pertence a sua identidade. Goldhagen usa, pois, a categoria “identidade”; ele fala, por exemplo, da *identity of perpetrators* (p. 390). Seu fundamento explicativo do Holocausto está naquilo pelo que os alemães se distinguem dos ‘outros’; pois afinal foram os alemães que perpetraram o Holocausto, e não os outros (os cúmplices não-alemães, cujo número não era pequeno, são vistos por Goldhagen como inexpressivos). A questão aqui é a especificidade dos alemães. Goldhagen fala do “coração da cultura política alemã (*the heart of German political culture*, p. 428). A metáfora do coração visa o cerne da cultura alemã, justamente onde repousa a identidade dos alemães.

Identidade é uma determinação diferenciadora, uma distinção. Goldhagen introduz essa diferença, de início, de modo puramente acadêmico, ao adotar a estratégia metódica da antropologia histórica, fazendo de seu objeto de pesquisa, os alemães enquanto autores, um ‘estranho’, de modo a decifrar-lhe o código cultural. Os alemães tornam-se, assim, uma espécie de estranha tribo de aborígenes perdida em pleno mundo civilizado moderno da Europa. É cabível aceitar-se tal procedimento como método de interpretação, até com perspectivas de eficácia cognitiva (sem excluir as de auto-conhecimento). Está em jogo, no entanto, algo mais do que um método

de pesquisa. Pois quem seriam os ‘outros’, por contraste com os quais os alemães teriam sua especificidade diferenciada? Goldhagen os identifica, simplesmente, como “nós mesmos” (p. 45). A interpretação de Goldhagen nutre sua própria lógica, pois, em questões de identidade. O livro pode ser, destarte, uma resposta inequívoca sobre a questão da identidade para todos os que o autor conta entre “nós mesmos”: Nós somos diferentes do que foram os alemães que perpetraram o Holocausto. Nós é que defendemos a civilização, conosco o Holocausto é historicamente impossível. O espírito do Holocausto está nos outros. Para os alemães, todavia, as coisas não estão assim tão claras. Como é que nós, alemães, inserimos o Holocausto, historicamente, nas dimensões de nossa identidade histórica? É indiscutível que a questão da identidade nacional renovou-se, para os alemães, a partir de 1989. Uma resposta amplamente satisfatória (ainda) não foi alcançada. O livro de Goldhagen, na melhor das hipóteses, torna a questão mais aguda. Ela parece, porém, ter sido engolida pelo vórtice da crítica provocada por sua forma de explicação histórica e pelo modo com que pôs o problema da identidade. Isso significaria, por certo, perda de uma bela chance.

O esquema explicativo adotado por Goldhagen repousa sobre uma práxis quotidiana elementar da explicação plausível do agir por motivos dos sujeitos. Ao explicar pela compreensão, pressuponho um sujeito que permanece o mesmo ao longo do ato. É possível fazer essa pressuposição quando se lida com processos históricos, com evoluções de longo prazo? Essa questão remete a problemas básicos da explicação compreensiva em história. Esses problemas estão na própria lógica da explicação. Essa lógica põe o sujeito agente como uma constante, em sua qualidade subjetiva, no decurso de todo o período considerado, como duração na profundidade de seu código identitário. Com relação a seu antisemitismo genocida, os alemães do século 19 seriam os mesmos no Terceiro Reich. Isso significa, portanto, que o Holocausto já existia, virtualmente, na medida em que os alemães tenham constituído sua identidade com a peculiaridade do antisemitismo que lhes seria própria. Sua eventual atualização se deveria apenas a circunstâncias extrínsecas. Hitler e seu regime seriam tais circunstâncias. As circunstâncias que operam a passagem do Holocausto da virtualidade para a atualidade aparecem aqui, em

comparação com a questão que se quer esclarecer, como meramente casuais. Para a força probante da explicação de Goldhagen elas não teriam importância alguma, pois o fator explicativo é o mesmo, que se trate da concretização atual do antisemitismo no barbarismo dos perpetradores ou nas meras elucubrações do pensamento. Por essa razão o livro repetidas vezes afirma que Hitler somente teria liberado ou desencadeado o espírito homicida da cultura alemã. No ato coletivo do Holocausto, Hitler nada mais teria feito do que dar aso a que o espírito homicida da cultura alemã se exercitasse.

Permito-me aqui uma observação. A interpretação de Goldhagen revela uma concordância fatal com a auto-consciência dos nazistas e de Hitler: Adolf Hitler encarnaria e realizaria o espírito do povo alemão. Daí Goldhagen citar como confirmação de sua tese, sem qualquer prudência metódica, o testemunho de autores como Otto Ohlendorf e Reinhard Maurer.

A referência de Goldhagen ao código profundo do antisemitismo na cultura alemã não é de todo a-histórica. Ele o interpreta como a passagem de atitudes pré-modernas para a modernidade sob a forma de uma longa duração da história alemã. No mais tardar ao final do século 19, porém, o antisemitismo se haveria cristalizado como fator fixo e constante. A longa duração prevaleceria. E depois de 1945? Escondida nas notas de rodapé encontra-se a curta afirmação de que ela poderia ter-se modificado em algo (p. 582). Mas é claro: todo o texto insiste expressa e repetidamente em dizer que o antisemitismo assassino dos alemães recua para fases de latência, podendo passar despercebido, tão-somente para irromper, em outros tempos, de forma ainda mais virulenta.

Com que código cultural o próprio Goldhagen leva a cabo sua explicação, vinculada à identidade, do Holocausto? Que concepção de sentido fundamenta sua explicação? Com seu “nós mesmos” ele se refere ao código cultural do mundo moderno civilizado ocidental. Esse código é suposto de forma meta-histórica e normativa, devendo ser legitimado e reforçado - indubitavelmente - pela explicação “histórica” do Holocausto por seu oposto. Como se dá esse reforço? A argumentação de Goldhagen se funda em uma lógica da constituição histórica da identidade amplamente estabelecida na

cultura. Ele concebe identidade mediante uma distinção clara e nítida entre o intrínseco e o extrínseco, entre ‘nós’ e ‘os outros’, entre ‘familiar’ e ‘estranho’. Tal distinção faz desvanecer o que é próprio ao outro. O Holocausto existe onde existam os outros. Ele evidencia o que nós não somos.

Vejo nisso um problema. O Holocausto é compreendido de forma tal que sua possibilidade nos contextos diversos da vida de seus próprios intérpretes não poderia mais ser pensada. Modernidade e Holocausto excluir-se-iam totalmente nesta argumentação. Não considero convincente a tese (pós-moderna) de que o Holocausto deva ser visto como marca da modernidade. Com isso não fica dito que a modernidade não abra possibilidades de a ação humana, submetida a determinadas condições, chegar a fazer coisas parecidas com o Holocausto. Essas possibilidades históricas são omitidas no esquema explicativo de Goldhagen. Vou um pouco além: a lógica da constituição histórica da identidade, por ele adotada, não se inclui também nessas possibilidades? Em todo caso, tem-se aqui uma exclusão dos outros e uma distinção entre o bem e o mal que só vê o ‘ser outro’ do outro como uma diferença com relação a ‘nós mesmos’ caracterizada por mera negatividade. O próprio eu é formado e consolidado pela negação do outro.

A explicação de Goldhagen para o Holocausto, no fundo, apesar de sua aparência de proximidade do mundo histórico, é a-histórica. Com respeito à ação a ser explicada, o autor põe como constante o fator explicativo ‘sentido’, extraindo-o assim da evolução histórica e das constelações de condições envolventes. O ‘histórico’ da ação desaparece igualmente na pura casualidade das circunstâncias que deixam de merecer interpretação histórica. O acontecimento histórico em si mesmo, essa dinâmica temporal da mudança que entendemos como história, é explicada de forma compreensível como uma intenção. Na história cultural do pensamento histórico essa figura argumentativa é conhecida como teológica. Nessa figura, contudo, o sujeito agente é o próprio Deus, que realiza suas intenções nos acontecimentos da história. Falou-se com razão de uma “lógica absolutista” de uma consideração teleológica da história, entrementes sucedida, de há muito, por uma outra lógica, reconstrutiva.¹⁰

Por que esse tipo de explicação seria a-histórico? Porque considera a casualidade das circunstâncias do agir como irrelevante para se entender os processos temporais e as empurra para fora do pensamento histórico, embora elas estejam, por força de sua contingência, no centro dele, pois nada do que se quer explicar teria acontecido sem tais circunstâncias. Quando e por quê se necessita explicar alguma coisa historicamente? Sempre que aquilo que se quer explicar pode ser explicado sem recorrer a intenções ou a leis. Fala-se de ‘história’ no processo das ações humanas justamente quando não ocorre o que os atores possam ter querido, quando o resultado das complexas coordenadas das ações no processo temporal de forma alguma pode ser referido a uma determinada intenção de agir. É então que se precisa narrar a história que expõe porque tal ocorrência se deu, afinal, de forma não intencionada.

Wilhelm Busch encontrou a fórmula certa para esse fenômeno elementar do histórico: “Em primeiro lugar as coisas acontecem de um jeito, e só em segundo lugar como se as pensa”. Justamente porque se dá dessa forma o processo temporal do mundo humano requer uma explicação histórica. Tal explicação ocorre mediante a narração de uma história. Narrar para explicar obedece, contudo, a uma lógica de constituição de sentido diversa da que é própria à explicação de uma ação pelas intenções de seu sujeito. Pode-se pensar a Revolução Francesa como resultado de uma ação para a qual haja um sujeito identificável e uma intenção compreensível? Decerto não, a menos que se recorra a uma abstrusa teoria da conspiração. Pode-se pensar a revolução industrial como intenção de agir de um sujeito coletivo e explicá-la assim? Pode-se considerar plausível uma explicação histórica da fundação do império alemão em 1871 como mera realização de uma intenção política de Bismarck?

A história se constitui na diferença entre intenção e resultado das ações humanas. O espaço dessa diferença, que é a experiência propriamente histórica, é camuflado e obscurecido no esquema explicativo de Goldhagen. A pressuposto lógico de sua explicação tem um preço alto: a própria história. Poder-se-ia mesmo dizer: no esquema do pensamento teleológico o Holocausto é escamoteado em um construto ideológico, tornando-se linha de demarcação de uma formação excludente de identidade. Como desafio radical da

constituição histórica de sentido, o Holocausto é neutralizado na aparente linearidade inequívoca de imputações a-histórica.

Para Goldhagen, o código cultural profundo do anti-semitismo alemão é “causa suficiente” (*sufficient cause*, p. 418) do Holocausto. Por certo ele não ignora as transformações por que passou a mentalidade coletiva dos alemães entre a segunda metade do século 19 e o Holocausto. Assim, ele mesmo propõe uma periodização do anti-semitismo alemão em três fases. O decisivo para ele não é, todavia, a evolução histórica que esta periodização enuncia, mas a continuidade de sua variante alemã, a assassina. A estratégia genocida permaneceria a mesma, apenas a tática variaria. A evolução propriamente dita é vista apenas como aproximação progressiva de uma meta de destruição fixada desde o início, em conseqüência de circunstâncias cada vez mais favoráveis. Tudo isso é pensado teleologicamente; Adolf Hitler tornar-se-ia o telos do povo alemão. (O próprio Hitler e seus sátrapas não parecem ter estado tão seguros disso. De outro modo, não teriam cuidado tanto de evitar que a população alemã, no território do *Reich*, ficasse sabendo do Holocausto).

Uma explicação histórica não marginaliza circunstâncias contingentes, mas as integra em um processo temporal explicativo, apresentado como história. História significa, pois, que o processo temporal não segue uma regularidade universal nem pode ser entendido como efeito prático de uma intenção. O especificamente histórico não é explicado segundo leis gerais, tampouco de modo compreensivo, mas sim pela narrativa, justamente sob a forma de uma história. O sentido desta é diverso do sentido de uma ação guiada por intenções. (Como exemplo desse tipo de determinação de sentido remeto à tese de Broszat¹¹ e de Mommsen¹² sobre a “radicalização cumulativa”, que deixa claro ser impossível explicar a ocorrência do Holocausto sem levar em conta constelações contingentes de circunstâncias que determinam o processo temporal de forma não intencional).

Não resta dúvida, no entanto, que Goldhagen trabalhou certos fenômenos empíricos importantes para uma explicação histórica do Holocausto. O quê das descobertas de Goldhagen era ou não

conhecido dos pesquisadores, tenho de deixar por conta dos especialistas. Não se pode afirmar, no entanto, que ele só tenha repetido o que já era sabido. Que conhecimento temos, realmente, das intenções dos agentes? A idéia minimizadora de que elas fossem sobretudo objeto de manipulação externa não se sustenta. As constatações feitas por Goldhagen, de uma engenhosa energia para a crueldade relativamente aos judeus, não podem ser ignoradas. Elas exigem uma explicação que não negligencia os aspectos intencionais. (Nesse contexto, já é mais do que tempo que a ciência histórica se articule sistemática e intensamente com a psicanálise e com outras propostas e perspectivas da psicologia. Não basta consultá-las apenas quando a lembrança do Holocausto nos perturbar). Goldhagen não distingue entre motivações conscientes e inconscientes e se priva, assim, de uma diferenciação importante. Para ele, a intencionalidade de tudo estaria patente).

O debate sobre o Holocausto deve continuar e não se dar por satisfeito com uma recusa da interpretação de Goldhagen ou crítica a ela. A polêmica em torno desta interpretação, ou de outras mais plausíveis, deve situar-se, porém, no contexto de uma concepção da cultura histórica no qual os modos de explicação e as argumentações históricas são vistos como integrantes de um processo social global da memória histórica constituidora de identidade. Nesse contexto a questão da identidade deve e precisa ser suscitada. Movemo-nos em alguma outra lógica do que a da distinção entre o “eu” e o “ser outro”, segundo o modelo de interno e externo? Utilizamos uma lógica da constituição histórica de sentido na qual percebemos a nós mesmos no espelho do outro? (No espelho das vítimas, espectadores e perpetradores, que nos são antepostos pela diferenciação histórica do passado?).¹³ Com essas questões poderíamos suscitar uma polêmica entre os historiadores que valeria a pena. O livro de Goldhagen até agora não a provocou. Devemos retomar a polêmica anterior, sobre a historicização do nazismo, no ponto em que ela foi efetivamente produtiva e deixou questões em aberto, como por exemplo, na polêmica por cartas entre Saul Friedländer e Martin Broszat.¹⁴ Deve-se tratar de explicação, constituição histórica de sentido e identidade. E o Holocausto deve continuar como o desafio mais radical ao pensamento histórico que

busque exercer, criticamente, seu potencial de constituição histórica de sentido.¹⁵

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Goldhagen, Daniel Jonah: *Hitler's Willing Executioners. Ordinary Germans and the Holocaust*. New York: Knopf, 1996. Ulrich, Volker: "Hitlers willige Mordgesellen. Ein Buch provoziert einen neuen Historikerstreit: Waren die Deutschen doch alle schuldig?", em: *Die Zeit*, Nr. 16, 12 de abril de 1996, p. 1.

2 Ulrich, Volker: "Hitlers willige Mordgesellen. Ein Buch provoziert einen neuen Historikerstreit: Waren die Deutschen doch alle schuldig?", em: *Die Zeit*, Nr. 16, 12 de abril de 1996, p. 1.

3 A querela anterior (Historikerstreit), em torno dos cinquenta anos do fim da 2ª Guerra Mundial e a propósito da identidade e da índole dos alemães, provocou intensos debates entre historiadores e políticos sobre o papel e a consciência da Alemanha no 3º Reich, durante a guerra e no meio século que se seguiu. Inúmeros artigos, discursos, simpósios e livros abordaram a questão. Dentre eles, destacam-se, a título de exemplo: Wehler, Hans-Ulrich: *Entsorgung der deutschen Vergangenheit?* Munique, 1988; James, Harold: *Vom Historikerstreit zum Historikerschweigen*. Frankfurt, 1993; Wippermann, Wolfgang: *Wessen Schuld?* Berlim, 1997 [Nota do tradutor].

4 Cf. em especial os artigos, conquanto não coincidentes, de Hans-Ulrich Wehler e Ulrich Herbert no *Die Zeit* de 24 de maio e de 14 de junho de 1996, respectivamente.

5 É a isso que remete Ingrid Gilcher-Holthey em seu artigo no *Die Zeit* (7 de junho de 1996). No plano programático, essa abordagem é certamente adequada. Parece duvidoso, contudo, que o ponto de vista etnográfico a que se recorre alcance efetivamente a realidade empírica. No meu entender, não ficou consistentemente demonstrado que o antisemitismo foi fator central do código profundo "dos" alemães na longa duração das atitudes básicas valorativas, determinantes do agir.

6 A propósito dos diversos esquemas explicativos que abordarei a seguir, ver Rüsen, Jörn: *Rekonstruktion der Vergangenheit. Grundzüge einer Historik II: Die Prinzipien der historischen Forschung*. Göttingen, 1986, p. 22ss. (Reconstrução do Passado. Teoria da História II: Os princípios da pesquisa histórica. N. do T.: A Editora da Universidade de Brasília prepara a tradução desta obra para a língua portuguesa).

7 Galtung, Johan: *Peace by Peaceful Means*. Londres, 1996, e "Die

‘Sinne’ der Geschichte” [“Os ‘sentidos’ da história”] em Müller, Klaus E.; Rüsen, Jörn (eds.): *Historische Sinnbildung. Problemstellungen, Zeitkonzepte, Wahrnehmungshorizonte, Darstellungsstrategien*. [Formação histórica de sentido. Problemas, Concepções de tempo, horizontes de percepção e estratégias de apresentação]. Reinbeck, 1997.

8 Eisenstadt, Shmuel Noah: “Soziologische Betrachtung zum historischen Prozess”, em Faber, Karl-Georg; Meier, Christian (eds.): *Historische Prozesse (Beiträge zur Historik, vol. 2)* Munique, 1978, pp. 441-459, esp. pp. 45 lss. - Acerca da lógica da comparação histórica de culturas e dos problemas que suscita, cf. Rüsen, Jörn: “Die Individualisierung des Allgemeinen - Theorieprobleme einer vergleichende Universalgeschichte der Menschenrechte”, em Rüsen, Jörn: *Historische Orientierung. Über die Arbeit des Geschichtsbewusstseins, sich in der Zeit zurechtzufinden*. Colônia, 1994, pp. 168-234; Rüsen, Jörn: “Some theoretical approaches to an intercultural comparison of historiography”, em *History and Theory*, 1997, Beiheft (no prelo).

9 Humboldt, Wilhelm von: “Über die Aufgabe des Geschichtsschreibers”, em Humboldt, Wilhelm von: *Werke*, edit. por Andreas Flitner e Klaus Giel, vol. 1: *Schriften zur Anthropologie und Geschichte*. Darmstadt, 1960, pp. 585-606 (Obras completas [Edição da Academia] IV, pp. 35-56), cit. p. 605 [56].

10 Dux, Günter: “Wie der Sinn in die Welt kam und aus ihm wurde” em Müller, Klaus E., Rüsen, J. (eds.): op. cit. (ver nota 7).

11 Broszat, Martin: *Nach Hitler. Der schwierige Umgang mit unserer Geschichte*. Munique, 1988.

12 Mommsen, Hans: “Die Realisierung des Utopischen: Die ‘Endlösung der Judenfrage’ im ‘Dritten Reich’”, em Mommsen, H.: *Der Nationalsozialismus und die deutsche Gesellschaft. Ausgewählte Aufsätze*. Reinbeck, 1990, pp. 184-232

13 Para os alemães, pelo menos, é no espelho dos perpetradores que devem procurar ver si mesmos, pois estão a eles vinculados pela cadeia das gerações e por sua imbricação mental.

14 Broszat, Martin. Friedländer, Saul: “Um die “Historisierung des Nationalsozialismus. Ein Briefwechsel”, em: *Vierteljahresshefte für Zeitgeschichte* 36 (1988) pp. 339-372.

15 Cf. Rüsen, Jörn: “Auschwitz: How to Perceive the Meaning of Meaningless - a Remark on the Issue of Preserving the Remnants”, em Kulturwissenschaftliches Institut: *Jahrbuch* 1994, pp. 180-185. Rüsen, Jörn: “Trauer als historische Kategorie. Überlegungen zur Erinnerung an den Holocaust in der Geschichtskultur der Gegenwart”, em Loewy, Hanno (ed.): *Erinnerung, Gedächtnis, Sinn*. Frankfurt, 1996.

COMENTÁRIO I

Dennison de Oliveira

Professor Titular do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

A Linha de Pesquisa *Cultura e Poder* do Departamento de História da Universidade Federal do Paraná alçou, desde o seu surgimento, à condição de principal questão a ser enfrentada em qualquer processo de investigação histórica, o entendimento da relação entre as formas de organização material e simbólica e as manifestações do poder nas sociedades. Neste sentido, partimos do pressuposto de que as questões afetas à cultura somente se tornam inteligíveis se remetidas à discussão sobre as maneiras pelas quais se manifestam e realizam as relações de poder. Da mesma forma pressupomos que os projetos de dominação não podem se realizar somente com base no uso da força e/ou de uma variedade de retribuições materiais feitas pelas grupos dominantes aos demais. Impõem-se, no que diz respeito aos detentores do poder político, o uso de uma variedade de recursos simbólicos, imagísticos e comportamentais.

Neste sentido, dentre os diversos fenômenos históricos que ocupam lugar de destaque entre as preocupações dos integrantes dessa linha, encontram-se aqueles afetos à cultura política.

Quando usamos o termo “cultura política” queremos nos referir as atitudes e posturas, tanto da massa quanto da elite, relativas ao sistema político, às relações entre as instituições e aos lugares que devem ser ocupados pelos cidadãos na vida política e a forma pela qual devem ser tratadas as questões públicas. Numa palavra, o termo pode ser empregado para descrever a forma pela qual os integrantes de determinada sociedade encaram e se comportam diante de suas instituições públicas e a maneira pela qual exercem suas atividades políticas.

Nesse sentido, parece plausível supor a existência de um nexos evidente entre a cultura política dos cidadãos e o tipo de regime político

prevalecente. De fato, um volume considerável de pesquisas foi desenvolvido ao longo das décadas de 1940 e 1950 buscando demonstrar que as características de determinado sistema político poderiam ser derivadas da forma pela qual os seus cidadãos encaravam e se comportavam diante de suas instituições públicas e as formas assumidas pelo exercício de suas atividades políticas. Nesse sentido, a cultura política seria a determinante principal da forma e do conteúdo assumidos por determinado sistema político.

Num outro extremo do espectro teórico, encontra-se uma outra tradição de estudos, para a qual as atitudes, posturas e representações relativas ao sistema político nada mais são do que produto da maneira pela qual este se estrutura. Neste sentido, a cultura política seria mero resultado da imposição de um determinado modelo de dominação política - supostamente o mais adequado a realização das necessidades inerentes a manutenção da hegemonia do bloco no poder, para usar uma terminologia cara à tradição Gramsciana.

Sem negar os consideráveis avanços legados pelos trabalhos e pesquisas identificados com alguma destas duas tradições teóricas, gostaria de defender aqui a idéia de que, no estudo da cultura política e do seu correspondente regime político, é arriscado falar-se de uma causalidade estrita de um pólo da questão relativamente ao outro. Parece sensato, então, colocar-se alternativamente a hipótese da existência de uma relação de interdependência entre um e outro fenômeno. De fato, pode-se arrolar toda uma série de conjunturas históricas nas quais se percebe de que forma a cultura política dos cidadãos ajudou a moldar determinado tipo de regime político e, simultânea e inversamente, o impacto que exerce sobre a constituição da cultura política a mecânica de funcionamento das instituições existentes.

O entendimento desta inter-relação entre estes dois fenômenos se torna mais claro ao passarmos para o exame dos vários tipos de cultura política descritos na literatura especializada. Segundo essa tipologia, as culturas políticas podem ser definidas segundo uma dupla determinação.

Em primeiro lugar, no que diz respeito ao grau maior ou menor de homogeneidade dessa cultura. No interior de determinada nação, pode-se encontrar tanto uma cultura política comum partilhada pelo conjunto dos seus cidadãos quanto, num caso extremo, uma

variedade dessas culturas, produzidas e mantidas por diferentes grupos sociais, étnicos e religiosos.

Em segundo lugar, a cultura política pode também ser definida em função do grau de envolvimento e participação dos cidadãos com a competição política e a vida pública. Num caso, pode-se falar em cultura política ativa, na qual o conjunto dos cidadãos, ou pelo menos a maior parte deles, se envolve e participa regularmente da vida política da nação. Num caso oposto, referimo-nos a uma cultura política passiva, para designar o caso no qual a maior parte dos cidadãos evita, deliberada ou inconscientemente, envolver-se nas questões e debates afetos a vida pública. E é do cruzamento de ambas características que podemos perceber a interação entre cultura política e regime político e os efeitos daí produzidos.

As culturas políticas ativas homogêneas caracterizam-se por contarem com um grande contingente de cidadãos regularmente envolvidos nos assuntos coletivos, trabalhando para encontrar o caminho para as políticas que são desejadas e para derrotar aquelas que são tidas como indesejáveis.

O caráter pacífico da política nas culturas ativas homogêneas repousa sobre sua coesão subjacente. A despeito de todo ativismo político permanente, os cidadãos concordam no essencial, no que diz respeito ao funcionamento do regime. Esta similaridade de pontos de vista reduz a tensão política em dois aspectos: 1) as disputas e os desacordos políticos raramente tocam os valores fundamentais; 2) não existe discordância sobre a continuidade ou não da estrutura constitucional prevalecente. E, certamente, não se discute sobre o princípio de que todos os partidos tem o direito de disputar eleições e continuar existindo.

Em resumo, a disputa política nessa cultura é sobre questões menores. As tensões políticas raramente chegam ao nível, por exemplo, de levar as pessoas a espancar ou matar seus oponentes para assegurar sua própria vitória. Ainda que o alto nível de envolvimento dos cidadãos produza naturalmente uma corrente contínua de desacordo e confrontação, os choques ocorrem mais ou menos no âmbito da política, e nunca num nível mais profundo, psicológico, que seria aquele onde residem os valores ou crenças daquela sociedade. Desta forma, as culturas políticas ativas e homogêneas se caracterizam por conduzirem os processos de

formulação e constituição de governos e políticas sem recurso a violência aberta.

A disputa política nas culturas ativas e homogêneas raramente produz violência também por uma segunda razão: o reconhecimento amplamente disseminado entre as pessoas de que partilham uma humanidade comum com seus opositores políticos. As democracias capitalistas adiantadas certamente se enquadram nessa categoria.

Isso não quer dizer, por outro lado, que a homogeneidade dessas culturas seja um dado da natureza. Não podemos perder de vista que os grupos politicamente dominantes nessas sociedades desenvolvem um esforço considerável e permanente para impedir a emergência e a disseminação de crenças, idéias e valores que se contraponham àqueles prevalentes.

Exemplo disso é a ofensiva ideológica desencadeada pelo empresariado norte-americano no segundo pós-guerra. Trata-se de uma época em que expressivas parcelas de setores economicamente dominantes sentiam-se ameaçados pela maré montante do movimento sindical, pela emergência e ampla aceitação de discursos condenatórios dos lucros auferidos pelos capitalistas, pelas contínuas interferências do governo federal em defesa de trabalhadores e consumidores e, talvez o mais preocupante, pelo confronto com alternativas concretas ao sistema político e econômico prevalente, fossem tanto de inspiração social-democrata quanto propriamente socialista.

Nestas circunstâncias, as principais entidades representativas do empresariado norte-americano detonam uma ambiciosa e prolongada campanha de divulgação dos ideais da empresa privada, da livre iniciativa e, claro, em defesa da justiça do lucro, que atinge os meios de comunicação de massa, o ensino fundamental e superior e conta também com a cumplicidade das igrejas cristãs. O resultado de tamanho esforço educacional e publicitário é a modelagem da cultura política norte-americana que passa a - ou melhor, volta a - considerar como consensuais e não passíveis de discussão política os valores e idéias afetos ao modo capitalista de produção.

Nas culturas ativas e heterogêneas, por outro lado, inexistem regras do jogo que sejam amplamente aceitas por todos os participantes da política. Aliás, face a especificidade ou, no limite, ao caráter antagônico das diferentes culturas partilhadas pelos diferentes grupos

sociais, o estabelecimento de regras pode tornar-se uma impossibilidade histórica. Em qualquer caso, os oponentes não vêem a política com um jogo. Trata-se de uma atividade perigosa, no limite, mortalmente séria, destinada a proteger um certo meio de vida, ou a própria vida, contra adversários que poderiam destruí-la. O caso dos Estados herdeiros da extinta Iugoslávia, país que abrigava enormes populações de pelo menos três confissões religiosas diferentes e antagônicas, para não mencionar a variedade de etnias preexistentes, parece se constituir num exemplo óbvio dessa situação. Da mesma forma na América Latina, nos países onde mesmo após a colonização permaneceram e proliferaram expressivos contingentes indígenas, pouco ou nada identificados com os valores trazidos pelos colonizadores, o fenômeno se repete e, certamente, é uma dos principais fatores de instabilidade da política local.

Já nas culturas homogêneas passivas, a cidadania é tanto coesa quanto profundamente inativa. Afinal de contas, faz sentido evitar envolvimento político quando tal atividade se mostra ser infrutífera ou perigosa. Se o governo sempre ameaça as pessoas de privação da liberdade ou mesmo de suas vidas ao primeiro sinal de protesto político, os cidadãos vão aprender a abandonar todas as atividades políticas, exceto aquelas integralmente aprovadas pelo governo. Se a crítica ao governo não produz resultados políticos e mais ainda cria problemas aos que a enunciam, é improvável que as pessoas se tornem críticas do governo. A maior parte dos cidadãos neste tipo de cultura irá evitar envolver-se na política porque ela é demasiado perigosa. Aqueles que se tornarem ativos politicamente acabarão por se engajar nos quadros da elite política dominante. As culturas homogêneas passivas, então, irão produzir cidadãos que ou são refratários a participação ou que irão compor o quadro de líderes para o regime.

Neste padrão é possível enquadrar a cultura política brasileira do período mais negro da ditadura militar (1968-1974) quando pelo menos um observador constatava espantado que a violência da repressão institucional, somada a censura, havia chegado a tal ponto que a elite política do país havia se reduzido a dois conjuntos bem definidos: aqueles que apesar da sua discordância para com o regime silenciavam em sua crítica e aqueles que aderiram ao poder, por convicção ou oportunismo. No que diz respeito ao conjunto da

população a ditadura adotou procedimentos igualmente desmobilizadores. De fato, contrariamente tanto às ditaduras fascistas quanto ao regime populista deposto, a ditadura militar nunca pretendeu mobilizar politicamente as massas, ainda que fosse para virem em seu apoio.

É igualmente possível enquadrar o regime Stalinista nesse caso. Na vaga de expurgos políticos dos anos 1930 que prepararam a instauração de uma ditadura totalitária, o mais leve traço de deslealdade ou inconformismo por parte dos indivíduos poderia produzir consequências catastróficas, variando da prisão, perda de cargos, deportação e até a morte. Nestas circunstâncias, “... o mais simples a fazer era evitar responsabilidades, buscar a aprovação do superior para qualquer coisa, obedecer mecanicamente a qualquer ordem recebida, a despeito das condições locais...”¹

Tanto num exemplo histórico quanto noutro, fica evidente que o regime político trabalhou árdua e consistentemente para embotar o processo de modelagem de uma cultura política de perfil participativo.

Cumprir notar que tais culturas políticas - como de resto, qualquer fenômeno cultural - não se desenvolvem da noite para o dia. Elas são o resultado de uma longa, original e prolongada sequência de eventos históricos que sempre refletem ocorrências acidentais, imprevistas e imprevisíveis. Se fizermos uma distinção entre regimes políticos abertos ao revezamento das elites no poder (poliarquia) e aqueles que não são (oligarquia) podemos isolar alguns fatores relevantes, os quais se constituem em variáveis que indicam o conteúdo historicamente possível de cada regime.

A primeira dessas diz respeito a estrutura de classes sociais. Se as diferenças de classes são agudas e profundas e representam enormes barreiras para aqueles que desejam ascender de uma classe para outra, então a desconfiança entre os grupos será alta e o conflito será intenso. Quanto mais tempo prevalecer essa situação, mais provável será a instalação de fissuras e fraturas que tornarão difícil obter-se a coesão cultural.

A segunda diz respeito ao nível de bem-estar e de distribuição da riqueza nacional. Existe um razoável consenso de que as nações empobrecidas são menos capazes de desenvolver instituições competitivas, livres e estáveis. O bem estar coletivo, contudo, não é

por si só suficiente para a estabilidade política. Se a riqueza do país é desigualmente distribuída, ressentimentos profundos entre aqueles que tem e os que não tem irão se desenvolver, levando à violência. A riqueza necessariamente tem de ser minimamente bem distribuída, para assegurar a sobrevivência da poliarquia. Afinal, se muitos grupos sociais estão razoavelmente bem, nenhum grupo pode fazer uma demanda razoável de direitos e privilégios em níveis claramente superiores. Se poucas pessoas estão mal, nenhum grupo irá desenvolver um medo excessivo “das massas”, isto é, ninguém irá pensar, por exemplo, em privar do direito de voto as pessoas mais pobres da sociedade. Somente quando a maioria dos cidadãos tem uma participação na riqueza nacional e um nível de bem estar razoável, é que uma cultura favorável à poliarquia poderá se desenvolver. De outra forma, veremos ou o domínio da elite ou a rebelião das massas, e tanto uma quanto outra situação irão impedir o avanço rumo a poliarquia.

Em terceiro lugar caber mencionar o conjunto de crenças e valores dos ativistas e lideranças políticas. Aqueles que são mais ativos e mais poderosos em uma dada instituição ou país terão sempre a maior responsabilidade pela sua modelagem. Desta forma, os ativistas e líderes políticos têm um impacto substancial na vida política de seu país. Onde estes desenvolvem práticas congruentes com os processos democráticos - como o respeito para com aqueles com quem discordam, apoio à ampliação da participação popular, aceitação para com a legitimidade das ações do governo das quais discordam - o compromisso da sociedade como um todo com a poliarquia irá crescer.

Em quarto lugar cabe reiterar o problema fundamental subjacente a qualquer cultura heterogênea. Vale dizer onde existe um grande número de culturas políticas antagônicas e distintas. Em uma nação dividida por conflitos étnicos, raciais e regionais, dificilmente poderemos esperar encontrar cidadãos pensando uns aos outros como iguais, respeitando os pontos de vista uns dos outros, aceitando a possibilidade de membros de um grupo político adversário ganhar o poder. Em resumo, o desenvolvimento de normas afetas a poliarquia não irá se desenvolver onde a animosidade entre os grupos é alta. Poucas nações com subgrupos grandes, coesos e dramaticamente diferentes irão permanecer poliárquicas por muito

tempo.

Finalmente cabe apontar a importância do desenvolvimento histórico particular de cada nação para o entendimento do processo de constituição de sua cultura política. Dentre as tantas variáveis que valem a pena serem citadas estão a ocupação estrangeira, e o maior ou menor gradualismo da entrada das massas na política eleitoral.

As evidências históricas apontam que a prolongada dominação por estrangeiros pode trazer sentimentos de alienação e desconfiança. As pessoas podem desenvolver sentimentos de individualismo negativo característico de culturas fragmentadas, gerando um espírito permanente de “salve-se quem puder” e/ou de “cada um por si”. Naturalmente, tal postura é incompatível com a construção de um espírito participacionista e coletivista.

Da mesma forma, as evidências sugerem que, se repentinamente as massas adentram a política, diminuem as chances da nação se tornar uma poliarquia estável. A poliarquia não se desenvolve quando uma massa não constituída de cidadãos, não formada nos hábitos, normas e ideais da democracia, repentinamente obtém o direito de voto. Nestas circunstâncias retrocessos consideráveis no processo de construção da ordem democrática tendem a ser comuns.

Se observarmos a trajetória histórica dos países que desenvolveram os mais estáveis e duradouros regime democráticos iremos perceber a importância dos eventos certos terem acontecido na época certa. Estes eventos incluem um histórico de competição política; gradual envolvimento dos cidadãos na disputa política; o reconhecimento da legitimidade da oposição e de seu direito a concorrer a eleições livres e limpas que deve ser irradiado da elite para as massas; e, finalmente, uma tradição de educação de massas. A maioria das nações altamente educadas são poliarquias ou nações que se dirigem em poliarquia. A maioria de nações com populações iletradas não são poliarquias.

À luz dessas considerações podemos arriscar algumas hipóteses sobre a trajetória política da Alemanha neste século, a qual inclui eventos de importância fundamental para a conformação do mundo contemporâneo. Dentre estes eventos cabe destacar a fase final do Império, a República de Weimar, o regime nazista e a

reconstrução do país no segundo pós-guerra em moldes democráticos e capitalistas.

À época do império a Alemanha constituiu um caso típico de cultura política passiva e homogênea. Nela, a elevação do nível de vida e dos padrões de educação da população coexistiu com um regime político autoritário, o qual excluía a maior parte da população do exercício do voto e preservava os privilégios e o poder político da elite de nobres, burocratas de carreira, militares e religiosos, todos zelosos guardiães da ordem semi-autocrática vigente que punha uma ênfase incansável nas virtudes prussianas da disciplina e obediência. Mesmo a emergente burguesia industrial, temerosa dos desafios feitos a ordem estabelecida pelos movimentos social-democratas, acabou por se identificar com o regime autoritário de Guilherme II, esforçando-se mesmo por aderir a cultura nobiliárquica e exclusivista do regime, como o prova o seu empenho em obter para si os títulos de nobreza concedidos pela coroa e a promoção de casamentos de seus filhos com os das elites de nobres, burocratas de carreira e militares.

Subitamente, com o fim do império, assiste-se na Alemanha a instauração de uma autêntica democracia parlamentar, onde inexistiam restrições de ordem legal à organização partidária e que implementou, de fato, a universalização do direito de voto.

Contudo, caberá à jovem República enfrentar as terríveis tensões sociais derivadas do processo de reconstrução da economia nacional, esgotada pela mobilização requerida por quatro anos de guerra total, providenciar o pagamento de vultosas indenizações de guerra e fazer face a duas intensas e prolongadas crises econômicas mundiais, uma das quais - a de 1929 - não tinha precedente nos registros históricos.

Sabemos que um determinado nível de bem-estar e distribuição de renda são, de fato, pré-requisitos para a consolidação da democracia. Neste caso, o destino da República de Weimar desde o início se apresentava como sombrio. Mais ainda, os ativistas e lideranças políticas pareciam pouco inclinados, a partir do seu exemplo, a irradiar para as massas recém chegadas na política as virtudes de respeito as regras do jogo democrático, confiança no funcionamento da disputa eleitoral e respeito e reconhecimento à eventual vitória de seus adversários. A vaga revolucionária de esquerda do início do regime, o prolongado terrorismo de extrema-direita e os sucessivos

enfrentamentos de milícias partidárias, nos quais os poderes públicos, tendenciosamente, acabavam desenvolvendo de alguma forma - fosse por apoio ou omissão - comprovam suficientemente este traço da cultura política então prevalecente. Tudo isso, somado ao renitente autoritarismo das instituições vigentes, às sucessivas frustrações das tentativas de retomar o crescimento econômico, bem como a desconfiança para com um regime que havia sido “imposto” ao país pelos vencedores da Primeira Guerra Mundial, devem ter contribuído muito pouco para estabelecer entre os alemães uma cultura política favorável a consolidação da democracia.

As características da cultura política alemã no período nazista, por seu turno, dispensam maiores comentários. Nele verificou-se a erradicação dos partidos políticos, das eleições, o nivelamento dos opositores ou mesmo dos críticos do regime à categoria de traidores do povo, tudo isso somado a um relativo êxito econômico, principalmente no que diz respeito ao combate ao desemprego e à eliminação da inflação. Nestas circunstâncias, as críticas oficiais do regime à “falência” da democracia e a “decadência” das potências de regime parlamentar (“confirmada”, aliás, pelas suas sucessivas derrotas militares frente às forças armadas alemãs) levaram, certamente, ao recrudescimento das tradições autoritárias herdadas da ordem política vigente no império Guilhermino.

Como corolário dessa matriz autoritária, desenvolveu-se uma intensa e sem precedentes campanha de extermínio físico dos grupos sociais e políticos considerados hostis ao regime ou inimigos do povo alemão. Aqui, coube ao regime nazista intensificar e disseminar ao máximo as componentes racistas, anti-socialistas e anti-semitas da cultura alemã, levando-as a um novo auge cujo produto mais espantoso foi, certamente, a adesão de amplas massas de cidadãos alemães à política de genocídio daqueles grupos conduzida em escala industrial, fosse pelos grupos de extermínio, fosse pelos campos de concentração.

Tudo isso pressagiava um destino sombrio para a democracia alemã que se (re)inicia no segundo pós-guerra. Sobre um país transformado em ruínas pelas devastações típicas das operações militares e ocupado pelos exércitos dos vencedores, avultava a lembrança das atrocidades e crimes perpetrados por cidadãos alemães comuns, os quais se colocaram a serviço do regime para perseguir seus opositores e, no caso particular dos judeus, eslavos e outros

povos “inferiores”, exterminá-los fisicamente.

Contudo, pelo menos no caso da Alemanha Ocidental, o destino que se seguiu foi bem diferente do que se temia. No que diz respeito à economia, o embalo da expansão do mercado mundial dos anos 1950 e 1960, bem como dos financiamentos à reconstrução do Plano Marshall (1947/48), permitiu a Alemanha tornar-se a terceira potência capitalista do planeta. Nestas circunstâncias, não foi difícil obter-se aquele mínimo de bem estar material e de distribuição de riqueza que, sabemos, são indispensáveis a consolidação da ordem democrática.

Em segundo lugar, cabe destacar a disposição da elite dirigente do país (recrutada maciçamente entre os quadros marginalizados ou de oposição à ditadura nazista) em inculcar na população o apreço às práticas e hábitos democráticos. Nestes esforços de educação política tiveram papel de destaque também as próprias forças de ocupação daquele país. Mais ainda, ao generalizarem o acesso da população ao ensino (inclusive e talvez principalmente o de nível superior) os governos democráticos da Alemanha Ocidental aumentaram também a consciência da competência cidadã dos alemães. Tudo isso ajuda a entender a “revolução” participativa que marcou aquele país nos anos 1970 e 1980, da qual o Movimento Ambientalista e o Movimento Pacifista são apenas duas das manifestações mais evidentes.

Essa história de sucesso está agora passando por sua maior prova. Com a recente reunificação do país e o ingresso na ordem nacional de massas que viveram os últimos sessenta anos sob alguma forma de regime totalitário (nazista ou comunista) a cultura política alemã deverá passar, necessariamente, por mais um período de prolongadas e intensas transformações cujo sentido e significado ainda estamos longe de poder descrever.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 GOLDMANN, M.I. USSR in crisis, p. 40. Citado em KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências*. Rio de Janeiro: Campus, 1986, p. 312.

BIBLIOGRAFIA

FONES-WOLF, E. *Selling free enterprise: The business assault on labor and liberalism*. Chicago: Univ. of Illinois Press, 1994.

GOLDHAGEN, D.J. *Os carrascos voluntários de Hitler: o povo alemão e o Holocausto*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.

HUYSEN, A. The inevitability of nation: Germany after unification. In: RAJCHMAN, J. (org.) *The identity in question*. Routledge, London: 1995, pp. 73-72.

KENNEDY, P. *Ascensão e queda das grandes potências: transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1986.

MAYER, A. J. *A força da tradição: a persistência do antigo regime*. São Paulo: Cia. da Letras, 1987.

MOISÉS, J. A. Os Brasileiros e a democracia: bases sócio-políticas da legitimidade democrática. *São Paulo: Ed. Ática, 1995*.

SKIDMORE, T. *Brasil: de Castello a Tancredo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

WOSHINSKY, O. H. *Culture and politics: an introduction to mass and elite behavior*. Prentice Hall: Englewood Cliffs, 1995.

COMENTÁRIO II

Francisco Carlos Teixeira da Silva

Professor Titular de História Moderna e Contemporânea
Laboratório de Estudos do Tempo Presente da
Universidade Federal do Rio de Janeiro
UFRJ

Introdução: a recorrência do fascismo

O debate em torno do livro de Daniel Goldhagen *Os carrascos voluntários de Hitler*, como temos visto nos dois últimos dias de debate travados aqui em Curitiba, implica numa série de questões sobre a própria historiografia do fascismo. Particularmente perigoso se nos afigura dois dos pontos fundamentais do texto de Goldhagen: 1. a suposição de uma predisposição dos alemães ao nazismo e, conseqüentemente, seu caráter (do nazismo, compreendido aqui como fascismo) exclusivamente alemão, portanto fenômeno único da história; 2. a suposição seguinte, e talvez a chave do entendimento do sucesso do livro junto ao público alemão, de que a vitória dos aliados na II Guerra Mundial teria, definitivamente, curado os alemães de sua inclinação histórica ao fascismo. Assim, de um lado, o nazismo seria um fenômeno único na história, especificamente alemão, e, de outro, já estaria superado, sem qualquer possibilidade de um *revival*.

A obra coloca, ainda uma vez, a questão ao meu ver crucial para a historiografia e sua dimensão política da especificidade do fascismo, do fascismo alemão e, em especial, do anti-semitismo fascista alemão. Ao propor uma explicação específica para o anti-semitismo alemão volta-se o autor para o manancial teórico que identifica na situação histórica da Alemanha as origens e a natureza deste mesmo anti-semitismo.

Ao lançar sobre uma pretensa natureza alemã toda a responsabilidade do que representou o *III Reich*, inclusive o

Holocausto, acaba-se por banalizar o fenômeno do fascismo ao atribuir antes ao alemão e só então ao fascista alemão a responsabilidade pela produção industrial do genocídio. Estando na natureza alemã a possibilidade do inumano, pode-se esperar, enfim, de qualquer regime, alemão naturalmente, ações discriminatórias e exterminacionistas. Tal interpretação nada tem de original e iniciou-se no decorrer da II Guerra Mundial sob a denominação de *Sonderweg*, ou seja, o desvio da história alemã (desde Lutero, Frederico, o Grande, Bismarck, ...) em direção ao inumano.

Como corolário de tal percepção tende-se a uma sistemática suavização dos fascismos congêneres, principalmente o italiano, húngaro, croata ou romeno. Destaca-se aí a resistência italiana à conversão ao anti-semitismo, antes de 1938, sem considerar a insignificância da população judia na Itália e, portanto, a sua inadequação na construção do outro conveniente, no inimigo que justifica a mobilização total da sociedade contra um inimigo interno. Claro, as prisões da *Polizia de Securità*, com seus campos de internamento, repletos de comunistas, liberais, homossexuais ou testemunhas de Jeová não são levados em consideração. Um pouco mais além: as leis racistas italianas aplicadas aos etíopes e aos árabes, membros forçados do Império de Mussolini, ou as ações de extermínio - uso maciço de gás na Etiópia - parecem não fazer parte de uma história européia.

Assim, não se percebe como uma permanente característica do fascismo, a recusa à alteridade, a discriminação e a transformação de ciganos, *gays*, bolcheviques, deficientes físicos e outros - em inimigos públicos, no outro conveniente à mobilização permanente do regime. Desta forma, ao se erigir o anti-semitismo fascista alemão em elemento *sine qua non* do próprio fascismo, todas as demais experiências fascistas seriam, automaticamente, desqualificadas como tais. Devemos notar, e isto me parece fundamental, que vários destes regimes - a Itália de Badoglio e Vitor Emanuele, pós-Mussolini, é um bom exemplo, mudaram rapidamente de lado na guerra, e o conjunto das forças conservadoras que apoiaram e conspiraram com o fascismo, apresentaram-se rapidamente como vítimas do próprio fascismo. Assim, o exército italiano, exterminacionista na Etiópia, podia mostrar-se como anti-alemão na Europa.

Ora, tal análise, para além do oportunismo político praticado a partir dos primeiros sinais do ocaso do *III Reich*, parte, ao nosso ver, de dois desconhecimentos básicos: 1. da universalidade do anti-semitismo como variação histórica da recusa à alteridade; 2. do fascismo como fenómeno universal, autónomo, recorrente, capaz de reinventar permanentemente o seu outro conveniente, como o marroquino na França de Le Pen, o turco na Alemanha dos *Republikaner*, o caucasiano na Federação Russa ou os traidores apontados, genérica e vagamente, entre nós, pelo PRONA.

Devemos, desta forma, retornar à teoria do fascismo, abandonando a historicidade única, a vocação ou a história específica de um povo, para explicar o exterminacionismo. A historicidade forçada (o Tratado de Versalhes, a crise de 1929, o carisma de Hitler, etc.) não poderia mais dar conta de um fenómeno que transborda a prisão do tempo e se renova a cada momento. O próprio neofascismo é, talvez, o melhor argumento contra as teses de uma especificidade, e de uma cura, do povo alemão em relação ao fascismo.

A fuga à historicidade forçada deveria recolocar as condições da possibilidade fascista enquanto fenómeno onde, por exemplo, a crise de 1929 possa ser aposta à crise simultânea, nos anos 80, do estado socialista burocrático e do estado de Bem Estar Social, de tipo fordista-keynesiano. Neste caso, não é o desemprego na Itália pós-guerra ou da crise de 1929 que possibilitariam o fascismo. A fonte do extremismo de Direita residiria, aí sim, no mal-estar e no estranhamento gerados pelas mutações rápidas do mundo do trabalho, na produção em massa da desesperança. Desta forma, a destruição da certeza no mundo do trabalho, a demolição do aparato de protecção social e o elogio do desempenho *yuppie* e do consumismo *high-tech* em meio à generalização do fim do emprego e do isolamento do indivíduo confrontado com sua própria culpa pelo fracasso, surgem como elementos da possibilidade do fascismo.

É neste sentido que a busca do outro conveniente, aquele que por sua simples existência explica a minha dor, real ou imaginada, constitui-se em base da condição genética dos extremismos.

Frente a tal paralelismo - 1922/29 e 1982/97 - poderíamos nos libertar da historicidade dominante para teoricamente lançar-nos

sobre as condições de construção de uma teoria autônoma do fascismo, em especial partindo da situação de anomia, em uma vertente, e de estranhamento do outro e de si mesmo, em outra vertente.

Aquilo que não se quer ver: os velhos e os jovens fascistas.

Os últimos acontecimentos na Europa, muito especialmente na Alemanha, Itália e Federação Russa, envolvendo grupos neo-fascistas, estrangeiros, minorias e lugares de memória do Holocausto, impuseram ao historiador uma reflexão mais aprofundada sobre o fenômeno da ressurgência do fascismo nos anos 90.

Não se trata, agora, como o foi nos anos 60, da aparição de pequenos grupos saudosistas, compostos de veteranos da *Wehrmacht* ou do Partido Nazista, com velhas palavras de ordem e com um certo ar de *déjà vu*, reunidos em um hotel de província qualquer. Em 1964, por exemplo, numa conjuntura internacional fortemente marcada pela Guerra Fria, na Alemanha, o Partido Nacional Democrata da Alemanha (NPD), constituído por quadros médios do antigo Terceiro *Reich* tinha por objetivo testar o sistema político da República Federal da Alemanha. O clima de Guerra Fria com o forte sentimento anticomunista existente na Alemanha Ocidental, ao lado da presença soviética na República Democrática Alemã (DDR), a chamada “zona de ocupação soviética”, eram compreendidos como fatores capazes de atrair simpatias para um movimento que se erguia como tendo sido historicamente uma barreira face à expansão comunista. Da mesma forma, a forte presença, de quase três milhões de pessoas, expulsas dos territórios das antigas províncias alemãs da Prússia Oriental (anexados à Polônia e à URSS), constituía uma clientela capaz de garantir um eleitorado fácil a quem se dispusesse a propor visionariamente a revisão dos Acordos de Ialta e Potsdam. Neste sentido, o NPD, com suas palavras de ordem, tiradas do movimento de rua dos anos 30 e sua plataforma política de revisão das consequências da II Guerra Mundial, apontava para o passado e era constituído por homens do passado. Sua passagem meteórica pelo cenário político alemão ocidental constituía-se em um fenômeno

residual, fortemente conjuntural.

Por sua vez, o sistema político alemão ocidental reage, declarando o NPD em 27 de setembro de 1968, através da Corte de Justiça de Hannover, um partido contrário à Constituição. A Justiça o caracterizava como “... atuamente inimigo, antidemocrático, neonazista, radical de direita e (...) através de [sua] defesa das idéias nazista (...) inimigo da ordem democrática”. Com isso encerrava-se a primeira tentativa de renascimento fascista na Alemanha.

Na Itália, ao longo dos anos 60, o clima político mostrava-se ainda menos propício ao desenvolvimento de uma organização de tipo fascista. A forte presença de dois grandes partidos de massa, a Democracia Cristã e o Partido Comunista Italiano, historicamente antifascistas, ocupavam largamente o cenário político nacional. O MSI, Movimento Social Italiano, fundado logo em 1946 por ex-integrantes do partido fascista mussoliniano, mantinha-se como um movimento saudosista, centrado fortemente na figura de Mussolini, enquanto grande administrador e garantidor da unidade nacional. Para os adeptos do MSI, o fascismo propriamente dito, enquanto movimento político antidemocrático, era visto como algo secundário, diante das propostas principais de um estado forte e anticomunista. Os males infligidos à Itália por Mussolini eram justificados como conseqüências da associação com a Alemanha hitlerista. A carreira inicial do fascismo, com a violência política, a supressão das liberdades, atentados e assassinatos era, pura e simplesmente, reescrita. Com este programa o MSI jamais apareceu, no pós-guerra, como uma alternativa válida de poder. Talvez resida aí a explicação básica do fermento golpista da extrema direita italiana e sua adesão ao terrorismo.

Ao longo dos anos 60 e 70, nada permitia prever a possibilidade de um amplo movimento de massas, capaz de levar ao poder, pela via do voto, um partido de caráter fascista. As condições sócio-econômicas características dos anos 80 e, em especial, o período posterior a 1989-91, ensejaram motivações para uma ampla explosão do fascismo, agora com caráter de movimento popular.

A estratégia neofascista.

Os anos de 1989-1991 marcaram uma forte mudança, em relação aos anos 60 e 70, na atuação dos diversos grupos fascistas existentes na Europa.

As diversas medidas restritivas colocadas em prática na Alemanha e na Itália, chegando inclusive à proibição constitucional de organizar partidos de nome “fascista”, tiveram, nos anos 60 e 70, um sucesso apenas relativo. De um lado, as organizações atingidas pelas limitações jurídicas, quando constatado o seu caráter “fascista”, procuravam se registrar com um nome diferente, tão logo eram proibidas; de outro lado, a fase política de atuação era, então, caracterizada, pelos próprios grupos, como “organizativa”.

Tratava-se, naquele momento, de reunir quadros, montar estruturas de contato e alistamento, organizar as finanças. Ao mesmo tempo, os temas tradicionais do fascismo, particularmente o ataque às instituições democráticas e o racismo, eram, provisoriamente, deixados em segundo plano. Além de toda a atividade organizativa dever-se-ia, então, centrar fogo na “defesa do ocidente”, da civilização e da cultura ocidental frente à ameaça representada pela “barbárie comunista”. Em meio a toda a verborragia da Guerra Fria, exaltada e exagerada em ambos os lados, a fraseologia fascista era plenamente aceitável.

O nacionalismo exaltado e o anticomunismo serviam de ponta de lança aglutinadora para grupos fascistas, como um biombo justificador. O clima da Nova Guerra Fria - a Era Reagan - iria reeditar inúmeros clichês tais como “Império do Mal”, “potência satânica”, “os totalitários”, etc. confundindo-se com o próprio discurso fascista. Três ordens de fatores marcam, a partir dos anos 80, a passagem para uma “segunda fase” na ressurgência fascista: (1) a desmoralização e crise do socialismo de estado, tal qual existia no Leste europeu; muito especialmente o neo-stalinismo, com o domínio da gerontocracia soviética (Breznev, Andropov, Chernenko) surgia como derrocada política e moral do socialismo, mesmo antes do colapso físico das instituições soviéticas; dessa forma, expandiam-

se, contra todos os argumentos do governo soviético, as oposições internas, validando as críticas de direita; (2) a vitória, nas principais democracias de massa, de regimes conservadores com forte desconfiança face ao “Estado de Bem Estar” - *Welfare State* - possibilitando a valorização do individualismo, do culto *yuppie* ao sucesso, do consumismo *high-tech*, ao mesmo tempo que surgiam escândalos de corrupção desacreditando as grandes democracias liberais (em particular na Itália e no Japão) e, (3) de forma fundamental, a persistência da crise econômica, acompanhada de elevados patamares de desemprego, associada a uma política econômica, que valorizava altamente o não intervencionismo estatal, por alguns denominada *reaganomics*.

Estas transformações nos países avançados, da mesma forma que no Leste Europeu e na América Latina, originaram um amplo movimento de massas fascista. O mal-estar decorrente da gestação de um novo modo de regulação, das relações entre Capital, Trabalho e Estado atinge profundamente os setores menos organizados da sociedade e, em especial, os jovens.

A estrutura sindical tradicional, os encargos sociais, a presença marcante de trabalhadores estrangeiros e os programas de ajuda ao desenvolvimento são erroneamente identificados como causas do desemprego.

É este o contexto que leva ao crescimento de partidos fascistas como o Partido Liberal Democrático, de Jirinowski, na Rússia; a Frente Nacional, de Le Pen, na França; a transformação do velho MSI em Aliança Nacional, de Gianfranco Finni, na Itália, além da intensificação do ativismo neonazista na Alemanha. Ao mesmo tempo, amplia-se uma cultura da violência, expressa em canções racistas, de bandas de *hard-rock*, como *The Cure* ou *Guns n'Roses*. Um grande número de filmes, particularmente dedicados aos jovens, elogia a violência como solução para as questões do cotidiano. Mesmo o mundo doméstico dos *videogames* é invadido por vídeos, com seqüências de violência explícita.

A questão do desemprego surgia então como um elemento chave para explicar o descrédito das democracias de massa e o sucesso dos novos partidos de extrema direita.

A condição fascista: o moderno mal-estar

O ressurgimento do desemprego estrutural - também denominado desemprego tecnológico - e as taxas de desemprego crescentes nos países altamente industrializados, a partir dos anos 70, são a manifestação mais visível da crise e do esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano. Momento marcado pela transição para o regime de acumulação, denominado de flexível, que sinaliza uma alteração profunda também no modo de regulação, ou seja, nas relações institucionais entre Capital, Trabalho e Estado.

De par com o desemprego estrutural inicia-se, além disso, o desmonte do *Welfare State*, sob o impacto da idéias de Reagan e Thatcher, popularizadas pelo FMI como poção mágica válida tanto para a Rússia como para o México. A expressão, cada vez mais em moda, passa a ser flexibilização, contraposta sempre à rigidez fordista.

Flexibilização da Seguridade Social, flexibilização dos direitos e garantias trabalhistas, flexibilização no processo de trabalho, na prática, redução de custos para as empresas e corte nos direitos e garantias trabalhistas para os assalariados. Assim surge o conceito de produção enxuta em lugar da produção em massa, típica do fordismo.

A produção fordista, principalmente de bens de consumo duráveis, padronizados e em série, em grandes lotes, pressupunha a ampliação do mercado consumidor, incluindo as massas trabalhadoras e impunha, em consequência, uma norma salarial que contemplasse o aumento do poder aquisitivo destas massas. Pressupunha, além disso um padrão de consumo que permitisse aos trabalhadores a aquisição destes bens de consumo duráveis (casa própria, carro, TV, etc.), implicando na garantia de sua solvência e, portanto, em garantia de continuidade de emprego e de renda ou em mecanismos que assegurassem esta última durante os períodos de desemprego ou doença, através de sistema de seguro desemprego e da seguridade social.

No período que vai do final da II Guerra Mundial a meados dos anos 70, os “30 Gloriosos”, o modo de regulação fordista

expressava, de modo geral, a confluência de interesses entre Capital e Trabalho, e o Estado -*Welfare State* - refletia essa confluência.

A partir de então, surgem as manifestações de esgotamento do regime de acumulação fordista-keynesiano, em consequência de taxas de lucro decrescentes e do volume excedente de capitais - petrodólares, eurodólares, *hot-money* - em busca das aplicações mais lucrativas possíveis e o acirramento da concorrência atinge até mesmo as grandes corporações internacionais. O processo de trabalho fordista, e seu uso extensivo de mão de obra especializada, torna-se cada vez menos adequado às necessidades do capital e passa a ser substituído pela produção enxuta, flexível, diversificada e em pequenos lotes.

A produção enxuta caracteriza-se por eliminar custos decorrentes de desperdícios - uso inadequado do equipamento, peças e componentes defeituosos - pela polivalência dos trabalhadores - em contraposição à extrema especialização dos trabalhadores sob o fordismo -, o que elimina boa parte dos níveis de gerência mais baixos e pela extrema redução de estoques - *just-in-time*. A redução de custos e a rotação mais rápida do capital tornam-na muito mais rentável e, portanto, competitiva em relação à produção em massa, fordista.

No nível da organização industrial, as empresas, que sob o fordismo, estruturavam-se em grandes unidades de produção, passam agora a organizar uma rede de subcontratação em torno da unidade produtiva principal - a montadora de automóveis, por exemplo. A partir disso estão criadas as pré-condições para a segmentação dos mercados de trabalho - entre, fundamentalmente, (1) assalariados multi-especializados, polivalentes e flexíveis, com alguma forma de garantia de emprego, seguridade social e direitos trabalhistas, (2) trabalhadores das empresas terceirizadas ou subcontratadas, que recebem salários mais baixos, cujos empregos não têm a mesma garantia e (3) formas de assalariamento precário, por tempo determinado e (4) novas formas de trabalho doméstico em que os trabalhadores entram formalmente na categoria de prestadores de serviços, de trabalhadores autônomos. Reduz-se assim, a folha salarial das empresas, ao mesmo tempo em que constitui-se numa fonte do

mal-estar moderno.

Quem são os atingidos? Os contramestres, pequenos gerentes, pessoal de escritório, vendedores, representantes, a força de trabalho não qualificada de modo geral, e com a instauração plena do novo modelo, o funcionalismo público. O Estado de Bem Estar Social estaria sendo substituído por um estado de mal-estar?

A segmentação dos mercados de trabalho e as formas de fragmentação 'flexível' dos assalariados, aliadas ao desemprego estrutural por um lado, colocam, os sindicatos diante de novos desafios no que se refere à estrutura organizacional e, principalmente, no que se refere à unidade dos assalariados, de forma a evitar ou, pelo menos, reduzir a concorrência entre eles mesmos.

Longe da aparente confluência de interesses entre Capital e Trabalho, característica do modo de regulação fordista, encontramos, portanto, diante de interesses e, mais do que isso, de necessidades manifestamente contraditórias entre Capital e Trabalho.

Este contexto atual de insegurança e incerteza diante do futuro e do próprio presente, de profundas modificações sociais que afetam os indivíduos e no qual o desemprego estrutural é apenas o fenômeno mais visível, está claramente oposto a um contexto de certeza e previsibilidade do fordismo consolidado, fazendo com que o tempo presente nos recorde do contexto do entre-guerras, com os fascismos históricos em ascensão.

POR UMA HISTÓRIA DA ALIMENTAÇÃO

Carlos Roberto Antunes dos Santos

Professor Titular do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

O tema da alimentação, finalmente, começa a invadir a História, impulsionando um maior diálogo com a Literatura, Arte, Etimologia, Antropologia, Sociologia, Psicologia, Geografia e Economia e fazendo com que as editoras invistam cada vez mais nessa área. Livros com manuais de receitas culinárias tornam-se best-sellers, recuperando o tempo da memória gustativa. Há hoje uma obsessão pela história da mesa, fazendo com que a gastronomia saia da cozinha e passe a ser objeto de estudo com a devida atenção ao imaginário, ao simbólico e às diversas formas de sociabilidade ativa. No Brasil, entretanto, a História da Alimentação ainda é uma grande novidade, pois são raríssimos os trabalhos produzidos pela nossa historiografia.

Este breve texto tem como objetivo apontar algumas das possibilidades apresentadas pelo tema da gastronomia para os historiadores, que impelem na direção das desejáveis relações multi e interdisciplinares. O presente estudo está dividido em quatro partes, sendo que na primeira busca-se trabalhar com as perspectivas metodológicas e o lugar do tema no âmbito da História e da Historiografia; a segunda parte traça a historicidade de alimentos básicos como o pão e a carne e as distinções entre os estados de assado e cozido; as possibilidades que o tema da cozinha oferece em termos de articulação entre a História com outras disciplinas, são reflexões localizadas na terceira parte do texto; e a quarta parte encerra as potencialidades trazidas pelas novas fontes para os estudos de história da alimentação, principalmente aquelas relacionadas com as artes e a literatura.

O DESENHO DO MÉTODO

Na obra *Estudo de História Geral da Alimentação*, BOUDREAU (1894, p. 5) afirmava que “para a ciência exata dos assuntos humanos um cardápio é mais instrutivo que uma narrativa de feitos de guerra; um livro de receitas é mais instrutivo que uma coletânea de atas diplomáticas e uma estatística de alimentos mais do que as intrigas de corte”. Estas palavras escritas no final do século passado revelam que o interesse pela história da alimentação não é uma novidade na Europa, acentuando-se hoje como um grande campo de pesquisa e estudos multi e interdisciplinares.

A evolução do método histórico e a conseqüente renovação dos estudos históricos demonstram que não pode haver contradição entre alimento e guerra, cozinha e diplomacia, vida cotidiana e vida política; entre a chamada grande história (própria dos domínios da História Política, Econômica e Social) e aquela considerada “pequena” (as micro-histórias). Esta contraposição é artificial, pois se é verdade que o privado não é público, e o individual não é coletivo, também é verdade que todos os aspectos da vida humana estão intimamente ligados entre si, e separá-los ou contrapô-los é metodologicamente discutível.

Os projetos que temos desenvolvido no campo da História da Alimentação apontam na direção dos estudos e pesquisas multidisciplinares, com a integração sendo o único modo de enfrentar o problema de maneira positiva e construtiva, não isolando-o, mas sim enquadrando num contexto o mais amplo possível, combinando vários tipos de variáveis históricas e dialogando constantemente com outras disciplinas.

De posse das ferramentas próprias dos campos multidisciplinares, não há como cair numa história da alimentação ao nível do *événementielle*, em uma história do pitoresco, do trágico, e do exótico. Nesse sentido, estamos convencidos que, no âmbito dos métodos históricos, o problema não consiste em contrapor temas históricos diversos, mas sim em confrontar modos diversos de fazer

História com outras Ciências Sociais, com a Arte e a Literatura, sem que a História perca a sua identidade, mas que possa captar a riqueza trazida pelas referências conceituais mais diversificadas.

que vale para a história da alimentação, vale, digamos, para a história das heresias ou para a história das guerras. Na história das guerras, não se questiona nem as batalhas e nem suas importâncias históricas. Se trata de como se pode estudá-las, recuperando em torno delas toda a complexidade do momento histórico que expressam (nisto George Duby foi um maestro). Portando o que vale para as batalhas, vale para toda expressão da vida e da história humana, vale para a história da alimentação (MONTANARI, 1993, p.20).

A história da alimentação, do mesmo modo, pode converter-se em história de guerra, se diluirmos seu significado em uma multiplicidade de acontecimentos, datas, lugares. Entretanto, para uma grande parte da historiografia, a história da alimentação permanece às sombras. Isso quer dizer que, do ponto de vista desta historiografia, estudar a produção de gêneros alimentícios de subsistência, o abastecimento, a penúria e a carestia dos alimentos, o padrão e a cultura alimentar através do hábitos e práticas alimentares, não é suficiente para ser historiador de vanguarda. Portanto, não há como ver a história da alimentação como algo diferente: um historiador das batalhas certamente não poderia prescindir de conhecer o abastecimento do exército; de maneira análoga, um historiador da alimentação não deveria prescindir do contexto político-institucional em que se move sua pesquisa. Caso assim fosse, acabaria trabalhando o tema da subsistência, da alimentação básica com um caráter histórico.

HISTÓRIA E ALIMENTOS: O PÃO NOSSO DE CADA DIA

Cada civilização se define por um alimento básico substancial e insípido: o trigo no Ocidente, o arroz no Oriente, assim como o

milho na América Central, contam histórias de longa duração. Tais alimentos, além do valor nutritivo, representam um valor cultural básico, como o trigo consagrado no “pão nosso de cada dia”, a sacralização secular do milho no México e a simbolização milenar do arroz na Índia, China e Japão. A propósito, para BRAUDEL (1970, p. 86),

a agricultura contou ou teve que contar, desde a origem, com tal ou tal planta dominante, e depois construir-se em função desta antiga escolha prioritária, de que tudo ou quase tudo em seguida terá dependido. Três dentre elas terão conhecido uma sorte retumbante: o trigo, o arroz e o milho; continuam a disputar as terras aráveis do mundo de hoje. São plantas da civilização, que organizaram a vida material e por vezes psíquica dos homens muito em profundidade, a ponto de se tornarem estruturas mais ou menos irreversíveis [...] Passar de um para outro destes cereais, será dar a volta ao mundo.

Daí o peso considerável que tiveram estes cereais sobre a população camponesa e a vida global dos homens.

Na Idade Média a base da alimentação era cerealista e o trigo era aí fundamental. Há menos de cem anos cada francês consumia em média um quilo de pão por dia. Todo o resto servia apenas de condimento para o pão: cebolas, queijo, gordura, salsichas, chocolate, etc. A sopa tomada no jantar também era feita com pão fervido com alguns legumes. Já a refeição básica do camponês oriental era composta por arroz, cozido sem qualquer acréscimo. Qualquer tempero é acrescentado depois. Assim estas substâncias ajudaram a definir a civilização que lhes é específica. Seu caráter fundamental facilmente lhes confere um valor sagrado. Para muitos, estas substâncias merecem respeito. O pão é considerado como alimento sagrado e não pode ser desprezado ou desvalorizado, constituindo isso uma profanação, um sacrilégio. Tanto no público como no privado, no sagrado como no profano, o pão é respeitado. Numa aula de religião em escola católica, o padre professor ensina que o pão foi

santificado por Jesus na Eucaristia. Na escola pública o professor ensina que o pão simboliza o trabalho do homem.

O trigo sempre foi o referencial e o termômetro dos outros alimentos. O trigo com preços elevados puxa os outros alimentos para cima. E para os pobres se falta trigo, tudo falta. Os estudos de LABROUSSE (1944) sobre o movimento da produção e dos preços do trigo e de outros cereais na França, revelam a importância dos mesmos, principalmente do trigo, para a eclosão da Revolução Francesa, no séc. XVIII. Portanto, além das peripécias dos Estado Gerais na França, também a baixa oferta de cereais e a conseqüente elevação dos preços do trigo, foram reveladores da explosão revolucionária de 1789, que derrubou o Antigo Regime.

O homem ocidental teve que se submeter às penúrias crônicas pela falta de trigo, apelando para cereais secundários, outros “trigos”, como a cevada, a aveia, o centeio e o milho. Ao longo do séc. XVIII, diante da escassez de trigo e das alternativas trazidas pela nova cozinha, novos produtos, isto é, os cereais supletivos, são introduzidos na dieta ocidental: os legumes secos, as lentilhas, as favas, as ervilhas negras, brancas e pardas e o grão de bico, que constituíam-se em fontes baratas de proteínas. Dos “outros trigos”, como a cevada e a aveia, se produzia o “pão de escassez”, consumido pelas classes pobres. Para BRAUDEL (1966, p. 518) “há trigo e trigo, pão e pão e que há um pão para os pobres e um pão para os ricos, e que só este último era de trigo”. O pão dos pobres, a preço mais acessível, era de farinha superior, pouco peneirada, misturada com cereal secundário, conhecido como pão preto. O pão dos ricos era o pão branco, de farinha pura, fina, superior e bem peneirada, do verdadeiro trigo, a preço mais elevado. Portanto, desde a Idade Média, a hierarquia das pessoas continuava-se a definir também, pela cor do pão que comiam e pela qualidade do que bebiam.

Se o trigo constitui o alimento que caracteriza o Ocidente (assim como o arroz constitui expressão do Oriente) a carne sempre foi o alimento mais avidamente procurado ainda que sujeito as proibições rigorosas. O exemplo da carne de porco sempre é citado pelo fato de ser proibida na cultura judaica e muçulmana. Mesmo hoje, a nossa relação com a carne está estreitamente ligada com a

religião. Nos países de tradição protestante, carne e açúcar são freqüentemente vistos como sendo de algum modo relacionados ao mal.

Nosso desejo vertiginoso pela carne, já vem desde os tempos da caça, na busca da carne. Não nos esqueçamos que o homem tem sido caçador-coletor por, praticamente, toda a sua existência. Foi a caça que levou à evolução do cérebro e das mãos. Para FISCHLER (1993), geralmente se considera que o ato de comer carne na antigüidade era antecipado pelo sacrifício dos animais. O ato de trincar o animal, p. ex., era conhecido como participativo, ou seja aquele que toma a sua parte. Príncipe denotava aquele que era servido primeiro e privatus (o privado em oposição ao público) descrevia as pessoas que não participavam do banquete. A história da alimentação aponta que o consumo de carne é prova de que se toma parte na vida pública, enquanto o vegetariano pode ser interpretado como uma recusa em aceitar as leis da sociedade. Os pitagoristas, seguidores de uma seita vegetariana da Grécia, faziam de sua recusa de comer carne um ato de rebelião política.

A carne sempre foi vista como um alimento de homens. A máxima “diga-me o que comes e dir-te-ei quem és” ou “o homem é aquilo que come e é aquilo que é” tem raízes muito profundas. Somos todos os animais, criaturas de carne e osso. Por essa razão, comer carne constitui uma transgressão, ou, como diz LÉVIS-STRAUSS (1984), um ato incestuoso. Nosso modo de ver a carne encerra uma ambivalência. Onde fica a linha divisória entre humanos e animais? Um modo de enxergar a carne possui forte conotação sexual, devido à continuidade entre carne animal e carne humana. A carne pode despertar apetite ou excitação, mas continua sendo carne. Para FISCHLER também existe a idéia que um dos sexos é predador. E o caçador, neste caso, é o macho, o homem. A linguagem mostra o quão profundamente essa idéia está enraizada em nosso modo de pensar. As mulheres podem ser vistas como “gostosas”, como algo que dá vontade de comer. Nos casos mais extremos o desejo sexual pode ser impelido ao limite. Foi o caso de um japonês, num famoso caso no Japão, que desejava tanto a sua namorada a tal ponto que a comeu. (1996, p. 7)

Portanto, para FISCHLER, a carne possui forte conotação sexual, numa relação estreita entre o comestível e o desejável.

Ainda no tocante à carne, a oposição entre assado e cozido está também relacionada com certas distinções, pois, como acentua ROLIM, “o cozido tem a conotação de estreitamento das relações sociais e está associado à vida na cidade, ao sexo feminino. Já o assado tem a conotação da expansão dos vínculos familiares e sociais e está estreitamente relacionado à vida na floresta e ao sexo masculino”. (1997, p.10)

O prato que conhecemos como churrasco, geralmente preparado ao ar livre, tem toda uma técnica - o preparo do fogo, o salgar e os cortes da carne, a presença quase constante de instrumentos como espetos, grelhas, grandes garfos e facas - que acentua o seu caráter masculino. Portanto, “a atribuição do assado aos homens e do cozido às mulheres é quase geral para todas as sociedades” (ROLIM, 1997).

Produzir uma pesquisa sobre história da sociedade rural e das estruturas agrícolas não é tarefa fácil: a imprecisão cronológica é a mais comum; quase não existem fontes manuscritas para se cobrir o espaço agrário e a descontinuidade das mesmas impede, muitas vezes, a abordagem de um passado mais distante. E sempre que foi trabalhada a história da agricultura no Brasil, houve o predomínio total da agricultura de exportação, como o açúcar, o café e a soja. E os gêneros alimentícios básicos à população, como o feijão, o arroz, o trigo, o milho, a mandioca e a carne? O exemplo da mandioca é extremamente significativo, pois já se consumia no Brasil muito antes da descoberta e consome-se das mais diversas formas, e com os mais diversos nomes: mandioca, macaxeira, aipim, cará e inhame, que permitiram novos pratos na nossa culinária como: o pirão, o mingau, a farofa, a tapioca, o pão, o virado de feijão, o bolinho, e tantos outros. A propósito para FREYRE (1997, p. 40-41), “A mandioca está presente de forma muito ecológica e sociologicamente significativa tanto na culinária de sobremesa como na da mesa, mais características não só do Nordeste, em particular, como do Brasil, em geral”. E não há em nosso país uma história da mandioca.

Não basta se sentir autorizado em falar de alimentação, da

mesma maneira como se está capacitado para comer. Se na Europa o tema da subsistência, da alimentação goza hoje de amplo crédito, tendo conseguido com firmeza um papel importante no panorama historiográfico europeu, no Brasil somente agora se está considerando mais o tema.

OS SABORES DA SOCIEDADE

Há algumas formas de trabalhar o tema da alimentação, como no sentido da vida material. A dimensão do ato alimentício pode ser basicamente nutritiva: balanças de calorias, porções individuais e coletivas, fome, excedentes, subalimentação, etc. Seria uma alternativa frente à história institucional e à cultural. Entretanto, como pergunta REVEL (1996, p. 31), como comer bem sem realmente se alimentar? Não se trata, neste caso, de uma espécie de revanche do corpo sobre o espírito. Mas, devemos nos precaver contra as armadilhas ao se opor cultura material contra cultura intelectual. É importante ter em vista que a história da alimentação não comporta apenas os alimentos consumidos e as calorias dos mesmos, mas também as idéias sobre nutrição, os valores, os símbolos, as mensagens, a transmissão de receitas, os níveis de produção, as técnicas de tratamento do solo, a circulação dos produtos e a formação dos mercados. O saber culinário familiar e suas transmissões intergerações, foi considerado por Gilberto FREYRE, como uma espécie de maçonaria das mulheres.

Devemos ter uma noção mais ampla do conceito de cultura no universo do tema da alimentação, mais na linha da Antropologia e menos na linha conceitual de cultura clássica que contrapõe corpo e espírito, idéia e matéria. Na linha da Antropologia histórica, o homem é aquilo que come, como é aquilo que é (diga-me o que comes que dir-te-ei quem és).

Não é suficiente que uma coisa seja comestível, para que efetivamente seja consumida. É necessário uma série de condicionamentos como o biológico, o psicológico, o cultural e o social para que se dê um passo. Esta sensação que nós chamamos de gosto,

resulta de um efeito de combinações de informações que procedem de diversos outros sentidos, do que o gosto propriamente dito: estes sentidos tem por origem os receptores da língua (o frio e o quente), e sobretudo a mucosa (o olfato) que é estimulada pelo cheiro do alimento quando do ato de comer. Muitas vezes, em caso de gripe, se diz que a comida não tem gosto, mas, na verdade, é o olfato que falta. A comida continua com gosto.

Os fatores culturais, sociais e psicológicos atuam na formação e na transmissão, na exclusão e nas preferências do gosto, do sabor alimentar, e portanto, são muito mais do que eles próprios. Para SAVARIN (1989, p. 49), “a necessidade de comer, que era inicialmente apenas um instinto, tornou-se uma paixão influente que ganhou uma ascendência marcada sobre tudo o que forma a sociedade”. Nesse sentido, o gosto alimentar é determinado não apenas pelas contingências ambientais e econômicas, mas também pelas mentalidades, pelos ritos, pelo valor das mensagens que se trocam quando se consome um alimento em companhia, pelos valores éticos e religiosos, pela transmissão inter-geração (de uma geração à outra) e intra geração (a transmissão vem de fora, passando pela cultura no que diz respeito às tradições e reprodução de condutas) e pela psicologia individual e coletiva que acaba por influir na determinação de todos estes fatores. Portanto, há aí a importância, como já foi acentuado, de se abordar o tema com a devida atenção ao imaginário e ao simbólico. Do exposto, o termo gastronomia, utilizado por SAVARIN, aí se aplica, pois constitui “o conhecimento racional de tudo o que diz respeito ao homem quando se alimenta” (1989, p. 53).

A propósito das exclusões, do ponto de vista social, FLANDRIN considera que “as novas maneiras de comportar-se à mesa sem dúvida ampliaram o fosso entre as elites sociais e as massas populares. Parece que essa ampliação de fosso entre as maneiras populares e as das elites foi acompanhada de uma maior segregação social dos comensais, com a qual sem dúvida tem estreitas relações” (1993, p. 272). As diversas recomendações sobre as maneiras à mesa, a partir do Séc. XVIII, privilegiam a afinidade de culturas, de maneiras e de gostos, portanto, de segregação e de exclusão.

O tema da gastronomia é extremamente propício à integração da História com outras disciplinas. As práticas e os hábitos alimentares constituem um domínio desta integração, que respeita a tradição e a inovação, onde o necessário diálogo entre o passado e presente se coloca a fim de satisfazer as necessidades contemporâneas. A história da alimentação assim concebida, nos domínios da memória da vida material, do imaginário e do simbólico, constitui espaços de sociabilidade ativa, marcada pelo prazer, invenção, criatividade, sensibilidade, comunicação e amizade. Para ROLIM (1997), “o comer e beber entre amigos reforça, sem dúvidas, os laços sociais de amizade”, sendo o gosto e o prazer sentidos que se manifestam nos pequenos gestos da vida cotidiana. Em torno de uma mesa, tais sentidos criam e recriam os espaços de sociabilidade ativa, os rituais de comensalidade e de alteridade.

O ato de alimentar-se vai muito além do seu composto nutricional. O alimento constitui uma categoria histórica, pois os padrões de permanências e mudanças dos hábitos e práticas alimentares tem referências na própria dinâmica imposta pela sociedade, com ritmos diferenciados em função do grau de aceleração na busca de seu desenvolvimento. À medida que uma sociedade se desenvolve, as novas condições de hábitos e consumos alimentares adquirem maiores significados e transformações vinculados ao estilo de vida. Nesse mesmo sentido, para ROLIM (1997, p. 13), “o comer não satisfaz apenas as necessidades biológicas; os alimentos não são somente alimentos. Eles são uma atitude. Eles estão ligados aos usos, aos protocolos, às situações, às condutas, que não são somente alimentares”. Esta historicidade da sensibilidade gastronômica explica manifestações culturais como espelhos de uma época, e que marcaram uma época.

O prazer à mesa já era um tema preferido de MONTESQUIEU (1943, p. 227), destacando aí um sentimento de alegria que unida a certa “domesticidade modesta” chamava de civilização. E salientava que, “mais que um ornamento, o prazer a mesa era uma explosão imprevisível de refinamento combinado com a alegria de viver e com o prazer sutil da conversação cintilante”. E neste séc. XVIII, aconteceu uma verdadeira ruptura com o passado, pois a França pôs-se a exportar, juntamente com os seus exércitos

que levavam na ponta das baionetas a Declaração dos Direitos do Homem, também exércitos de cozinheiros, cabeleireiros, alfaiates, professores de dança, síntese das tendências de uma nova civilização. Conforme CAMPORESI (1996, p. 7), esta civilização “invade a Europa, fazendo prevalecer a ciência do saber viver” ditando uma certa modernização do convívio entre as pessoas.

No tocante à cozinha, a França, no Século das Luzes, já havia rompido com as amarras que a ligavam à cozinha medieval/renascentista, isso significando, para REVEL (1996, p. 17), “um novo estado de espírito, uma virada na história do gosto”. Se substitui, segundo este autor, “uma cozinha fundada na justaposição, no acúmulo, na mistura e na ditadura da pimenta-do-reino, da canela e da noz-moscada e outras especiarias em doses maciças, por uma cozinha mais sutil” (idem, p. 18). Analisando o mesmo tema, CAMPORESI (1996, p. 48) trata do gosto “reformado”, que passa a ditar as leis da nova mesa: “uma dieta leve, racional e livre dos ingredientes, da magnificência da cozinha antiga - as carnes gordurosas e pesadas, os sabores fortes, os aromas violentos (queijo, cebola e alho) e socialmente inconvenientes. Ainda, segundo este autor, “sobre o paladar barroco triunfa uma cozinha do olhar, dirigida aos espíritos mais leves e requintados...”, com os olhos substituindo o olfato. Portanto, haverá o rompimento com o modo tradicional de se alimentar, com a reestruturação dos gostos passando por novas categorias e fazendo com que o prazer gastronômico seja marcado por esta nova cozinha do olhar, atraído pelas cores dos alimentos, marcada pela delicadeza dos aromas e das ervas finas. Tais combinações elaboradas e servidas em diversas fases, trazem consigo também nova forma de servir, o servir francês, de forma vertical.

No século das Luzes se rompe com o modo tradicional de se alimentar, e é neste século que se dá a descoberta da noite. O tabu da noite foi quebrado pelo Iluminismo. Acontece a descoberta da noite, o prazer de consumir o tempo por meio de conversas em torno de uma mesa de alimentos. É aí que se institucionaliza a ceia, o jantar. A noite deixa de ser predomínio imaginário das feiticeiras, dos fantasmas, dos espíritos, dos libertinos perturbadores da noite, tão apregoados e contestados pela Igreja, e passa a ser um tempo social. O tempo da vida social também muda, pois com a conquista

da noite o emprego do tempo encontra novas dimensões, havendo “a substituição do tempo da natureza pelo tempo da cultura” CAMPORESI (1996, p. 20).

A nova mesa, a partir da 2^a. metade do Séc. XVIII, constituiu-se numa síntese do saber viver, e já não se constituía como apanágio de alguns. Para CAMPORESI (1996, p. 34), “nascia uma nova, uma terceira cozinha ao lado de duas antigas e clássicas, a nobre e a popular. Assumia cada vez mais consistência a cozinha da classe média e da pequena burguesia dos artesãos”.

Portanto, o mundo ocidental na 2^a. metade do Séc. XVIII, foi predomínio da civilização do requinte, do refinamento, da delicadeza e da sensibilidade. Foi, indiscutivelmente, o período da expansão da cozinha francesa, cujo referencial pode se resumir nesta frase de Jean-Jacques Rousseau citada no “Emílio”, e referendada por CAMPORESI (1996, p. 43): “os franceses acham que só eles sabem comer; e creio que se dá justamente o contrário. É que aos outros bastam um bom alimento e um bom apetite, enquanto os franceses precisam também de um bom cozinheiro”. É importante ainda destacar que a cozinha francesa, ao longo do Séc. XVIII, foi abastecida e enriquecida pelos novos sabores vindos do Novo Mundo, isto é, das Américas.

Ao longo dos tempos, a descoberta da cozinha e dos prazeres da mesa como produtos da ciência do saber viver, tem revelado uma certa linguagem social, comportamentos, representações, valores e mensagens, relações de alteridade, quando se consome o alimento em companhia, tudo isso como expressão de sociabilidade, e estimuladores de novos campos de estudos. A recuperação da memória gustativa implica em passar pelo conflito entre dois valores: valorização da tradição; valorização da invenção (REVEL, 1996, p. 309). E no âmbito destas querelas, novos confrontos podem aparecer estimulados pelos espaços do público e do privado, como, p.ex., as qualidades da cozinha regional e internacional. Entretanto, seja nos espaços do público como do privado, é possível encontrar, através dos alimentos, um valor sentimental traduzido “como a manifestação do gosto e do prazer de estar degustando aquele delicioso prato” (ROLIM, 1997, p. 228), feito por aquela pessoa, naquele ambiente,

com aquelas companhias, com o prazer daquele bate-papo. Para HORTA (1996, p. 15-16) a comida de alma que “é aquela que consola, que escorre garganta abaixo quase sem precisar ser mastigada, na hora de dor, de depressão, de tristeza pequena. Não é, com certeza, um leitão pururuca, nem um menu nouvelle seguido à risca. Dá segurança, enche o estômago, conforta a alma, lembra a infância e o costume.” Se tudo tem de ser especial na comida de alma, é porque naquele momento a memória constitui-se como um elo de ligação entre passado e presente, uma reconstrução de fragmentos, pois “a história da cozinha não é somente a das inovações, das aquisições, das criações; é também a dos desaparecimentos, das perdas, das destruições” (RAVEL, 1996, p. 314-315).

NOVAS FONTES, NOVA HISTÓRIA

Para avançar no universo do tema alimentação, deve-se dar tratamento ao problema das fontes, buscando entender mesmo entre linhas, num sentido transversal, as mentalidades dos homens através da história oral, da recuperação da memória, que evidencie seus sentimentos, suas sensações e seus sistemas de valores. As fontes documentais como contratos, inventários, fontes estatísticas, relatos de viajantes, obras literárias, livros de memórias, correspondências, relatórios, fontes de imprensa, almanaques, filmes, programas de TV, livros de receitas, cardápios e menus, guardam dados e ricas informações a serem exploradas. Tais fontes permitem entender as vicissitudes da vida cotidiana e da longa duração (história econômica, social, material, ideológica e mental) enfim, do universo histórico da alimentação.

Cumpre destacar que as fontes literárias permitem interpretações para a História da Alimentação, que, por vezes, os livros de receitas culinárias omitem. Geralmente os livros de cozinha perpetuam um passado distante, e muitas vezes aí permanecem, explicados pelas condições da época: os utensílios (fogões e panelas, dentre outros), as técnicas de cozimento, o tempo aí gasto, e os sabores e aromas aí difundidos. Entretanto, segundo RAVEL (1996, p. 11),

“a terminologia da cozinha e do serviço de mesa modifica-se constantemente; os próprios produtos mudaram, com a evolução da pecuária, da agricultura, da horticultura, e nem sempre para pior”. Nesse sentido, a explicação do universo da cozinha, tendo a literatura como fonte, torna mais dinâmico, pois “a imaginação gastronômica, com efeito, precede a experiência, a acompanha, e, em parte a supre”(REVEL, 1996, p. 12). O exposto acima demonstra que a riqueza dessa documentação literária está, acima de tudo, nos relatos e depoimentos, que, mais do que prescrever, tendem a descrever, de forma descomprometida, os modos de preparo, as recomendações, as práticas e os hábitos alimentares, enfim numa reconstituição imaginativa e criadora da cozinha artesanal.

A História da Alimentação descobre ainda nos relatos dos artistas, escritores, pintores, cineastas e outras personalidades, um tempo peculiar da cozinha gustativa. As aventuras de certas personalidades através de fogões, panelas e garfos descrevem uma cozinha a partir da literatura e da arte. No artigo “A gastronomia como uma das belas-artes”, sua autora, J. MONTELEONE (27/jul/1997), faz comentários sobre alguns escritores e pintores que empreenderam suas aventuras pela cozinha e pela mesa: na obra “Em Busca do Tempo Perdido”, Marcel Proust revela as suas aptidões para a cozinha, demonstrando ser ainda um refinado gourmand. Em Honoré de Balzac encontramos um grande glutão, que descreveu suas paixões pelos pratos mais rústicos, próprios do campo, da zona rural. O pintor Toulouse-Lautrec se afeiçoava pelas extravagâncias gastronômicas nos cabarés, encomendando faustosas refeições compostas de faisões, caviar, foie gras e caças. As receitas do pintor Paul Cézanne já estão hoje publicadas, revelando um verdadeiro clássico da cozinha. E ainda, conta-se uma receita surrealista de Salvador Dali: “pegue um pato, deixe-o preso num poço com água e mel. Faça uma fogueira ao redor do poço. Com o calor, o pato tomará a água e adoçará a própria carne. Daí para a panela é um pulo”.

O cinema tem se mostrado como uma fecunda fonte para a história gastronômica, revelando não apenas os prazeres da mesa e a arte do bom chef, mas também os problemas sociais oriundos da trilogia guerra/escassez/fome, com seus retornos periódicos. O cinema tornou-se um grande divulgador das situações de penúria e carestia

de alimentos básicos, que gera a fome para milhões de pessoas. Os filmes de Charles Chaplin, o Carlitos, como “A corrida do Ouro” e “O Garoto” são exemplos de um cinema engajado, divulgador das questões sociais. Ao mesmo tempo, a vulgarização dos conhecimentos científicos fez penetrar nas sociedades os progressos da dietética moderna que, através do cinema, tiveram ampla divulgação.

Há filmes importantes para o tema da alimentação, sendo que a culinária acabou constituindo-se num importante filão para a sétima arte, assim como os canais de TV especializados em pratos originais. Em Alfred Hitchcock, que se considerava um gourmet, vamos encontrar sutis e elegantes referências gastronômicas, muitas vezes temperadas com sexo. E em vários de seus filmes, o menu galinha está sempre presente. Ele parece fascinado pela carne de galinha, e sempre dizia, em suas entrevistas, que trocara o sexo pela comida, pois sua primeira paixão era a comida e a segunda também. O menu galinha encontra-se em alguns do seus filmes famosos: em “Suspeita”, “Interlúdio”, “Trama Macabra”, “Ladrão de Casaca” e “Os Pássaros”. O filme “A Época da Inocência”, de Martin Scorsese retrata a mulher do Séc. XIX, “onde a culinária, e a administração do lar, ou a economia doméstica, andavam de mãos dadas. Os livros de cozinha ensinavam não só a cozinhar, mas a limpar pratos, manter o verniz, colar o quebrado. As mulheres tinham como profissão maior O Lar” (HORTA, 1995, p. 178). A comida tornou-se o elo de ligação entre o tenente, os índios e os lobos, no filme “A Dança com Lobos”, de Kevin Costner. No filme “Como Água para Chocolate”, a cozinha é o centro do mundo, onde tudo gira em torno das 12 receitas criadas pela cozinheira. E o filme “A Festa de Babette”, de dar água na boca, constitui um conjunto de dedicação e sensibilidade aliados à liberdade do prazer de cozinhar. Babette, a cozinheira, revela-se aos poucos, dando cordas à sua arte, ao seu saber culinário que é a sua força e poder. E pretende fazer do jantar um verdadeiro caso de amor, permeado pelo sagrado e pelo profano. Entre os convidados, ao longo do requintado e artístico jantar, suas resistências físicas e espirituais vão sendo saciadas face à qualidade dos pratos que degustam. Ainda no final, quando as irmãs lamentam que toda a fortuna de Babette foi gasta no jantar e que iria ficar pobre, ela responde: “um artista nunca fica pobre”.

A leitura de todos estes documentos, feita pela ótica da História da Alimentação, revelam inéditos sabores iluminados, que se constituem em verdadeiras usinas de fontes para o historiador da cozinha.

CONCLUSÃO

A revolução trazida pela cozinha, ou a chamada idade de ouro gastronômica, coincide com a evolução dos métodos históricos e a conseqüente renovação dos estudos históricos. As micro-histórias estão dando o tom. A História da cozinha e dos prazeres à mesa ajudou a construir a ciência do saber viver, com o passado ensinando o presente e este, muitas vezes, se constituindo na própria renovação do passado.

História da Alimentação aponta na direção dos estudos e pesquisas multi e interdisciplinares, integração necessária para se dar um passo adiante. Nesse sentido, o gosto alimentar é portador de laços sociais. Os fatores culturais, sociais e psicológicos atuam na formação e transmissão do sabor. A promoção do gosto alimentar está intimamente ligado à uma forte verbalização. O prato, a cozinha, os instrumentos, os alimentos, as bebidas, são objetos de discursos, de discussões, de debates, de preferências e de exclusões.

Ter gosto é estar de posse das condições de apreender sensorialmente os alimentos, como também de verbalizar e compartilhar as sensações que daí provém. Sensações estas que foram as mesmas do passado, e que se conta que sejam as mesmas do futuro.

O ato de alimentar-se vai muito além do seu composto nutricional, pois “o alimento constitui categoria histórica importante de ser resgatada pela historiografia, onde as permanências e as mudanças tem referencia na própria dinâmica imposta pelo social”. (SANTOS, 1996, p. 123).

A História em torno de uma mesa cria e recria os espaços de sociabilidade ativa, os rituais de comensalidade e alteridade. As

novas fontes vislumbram estes horizontes. É um desafio aos historiadores, principalmente aos historiadores brasileiros. Portanto, à mesa!

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ACKERMAN, Diane. *Uma história natural dos sentidos*. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1996.
- ANDERSON, Michael. *Elementos para a história da família ocidental*. Lisboa : Ed. Quercó, 1984.
- ARIÈS, Paul. *Les Fils de McDo : La McDonalísalisation du Monde*. Paris : L'Harmattan, 1997.
- AYMARD, Maurice et alli. *Le temps de Manger*. Paris : Ed. de la Maison des Sciences de l'Homme, 1993.
- BIHL-WILLETTE, Luc. *Des Tavernes aux Bistrots*. Lausanne : L'Age d'Homme, 1997.
- BOLETIM . Curitiba : Comissão Paranaense de Folclore, n. 4, ago/1980.
- BOUDREAU, H. *Etudes d'Histoire Générale Histoire de l'Alimentation*. Paris: 1894.
- BRAUDEL, Fernand. *La Méditerranée et le monde Méditerranée a l'époque de Philippe II*. Paris: Armand Colin, 1966.
- _____. *Civilização material e capitalismo*. Lisboa: Cosmos, 1970.
- CAMPORESI, Piero. *Hedonismo e exotismo : a arte de viver na época das luzes*. São Paulo : Editora da UNESP, 1996.
- CERTEAU, Michael et alli. *A invenção do cotidiano : morar, cozinhar*. Petrópolis, Rio de Janeiro : Vozes, 1996.
- COLIN, Jean Claude. *Voyage au Bout de la Bière*. Luxembourg : Éd. Schortgen, 1997.
- DUMAY, Raymond. *Guide du Vin*. Paris : Stock, 1967.
- ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro : Zahar Ed. 1990.
- FAMILLE: les délices du gourmet. Paris : ECM SA, 1971.
- FERRO, João Pedro. *Arqueologia dos hábitos alimentares*. Lisboa : Publicações Dom Quixote, 1996.
- FLANDRIN, Jean-Louis. A distinção pelo gosto. In: CHARTIER, Roger. *História da vida privada*, 3: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Cia das Letras, 1993, p.267-309.
- FISCHLER, Claude. *L'Homnivore*. Paris : Ed. Odile Jacob, 1993.
- FISHER, Mary F. K. *Um alfabeto para gourmets*. São Paulo : Cia. das Letras, 1996.

- FREYRE, Gilberto. *Açúcar*. São Paulo : Cia. das Letras, 1997.
- HORTA, Nina. *Não é sopa* : crônicas e receitas de comida. São Paulo : Cia das Letras, 1995.
- KUPER, Jessica. *La cocina de los Antropólogos*. Barcelona : Tusquets Editores, 1984.
- LABROUSSE, Ernst. *La crise de l'Économie à la fin de l'Ancien Régime et au début de la Revolution*. Paris: PUF, 1944.
- LACERDA, Maria T.B. *Café com mistura*. Rio de Janeiro : CODECRI, 1984.
- LAURIOUX, Bruno. *A Idade Média à mesa*. Mira-Sintra : Publicações Europa-América, 1992.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *El origen de las maneras de mesa*. Mitológicas III. 5.ed. México : Siglo XXI Editores, 1984.
- MACFARLANE, Alan. *História do casamento e do amor*. São Paulo : Cia. das Letras, 1990.
- MARENCO, Claudine. *Manières de table, modèles de mœurs - 17ème/20ème siècle* Cachan : ENS, 1992.
- MIQUEL, Maryvonne. *À table !* Paris : Ed. Tallandier, 1996.
- MONTANARI, M. *Historia, alimentación, historia de la alimentación*. Problemas Actuales de la Historia. Salamanca : Universidad, 1993.
- MONTELEONE, Joana. *A gastronomia como uma das belas-artes*. Gazeta Mercantil, São Paulo, 12/jul/1997.
- MONTESQUIEU, Charles-Louis. *Riflessioni e pensieri inediti*. Torino : Einaudi, 1943.
- PFIRSCH, Jean-Vicent. *La saveur des sociétés*. Rennes : PUR, 1997.
- ROWLEY, Anthony. *À table* : La Fête Gastronomique. Paris : Découvertes Gallimard, n° 228, 1997.
- R.C.M. *O cozinheiro imperial*. São Paulo : BestSeller, 1996.
- REVEL, Jean-François. *Um banquete de palavras*. São Paulo : Cia. das Letras, 1996.
- ROLIM, Maria do Carmo. *Gosto, prazer e sociabilidade: bares e restaurantes de Curitiba, 1950-60*. Curitiba: 1997. Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.
- ROSS, Ciro B. *Eu sou o Chef*. Niterói, RJ : Casa Jorge Editorial, 1996.
- SANTOS, Carlos R.A. *História da alimentação no Paraná*. Curitiba : Coleção Farol do Saber, 1995.
- SAVARIN, Brillat. *A fisiologia do gosto*. Rio de Janeiro : Salamandra, 1989.
- TOKLAS, Alice. *O livro de cozinha de Alice B. Toklas*. São Paulo : Cia das Letras, 1996.

RELIGIÃO E IGREJA: A CONSOLIDAÇÃO DO PODER INSTITUCIONAL

Euclides Marchi

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

Os conceitos de Religião e Igreja e sua aplicabilidade na análise da Igreja Católica no Brasil tornam-se cada vez mais instigantes quando se estabelece uma articulação com o conceito de poder. Todavia, para melhor entendê-los é preciso levar em conta tanto as análises produzidas pelos clássicos da sociologia, da filosofia e da história, sobretudo aquelas que abordam aspectos da organização institucional, quanto as práticas pastorais e litúrgicas, os ritos e símbolos e as múltiplas manifestações da religiosidade popular individual e coletiva.

Por outro lado, pensar em conceituar religião é enfrentar uma questão controvertida não somente no âmbito sociológico, mas também para outras áreas do conhecimento interessadas em estudar o fenômeno religioso, como por exemplo a Filosofia da Religião, a Antropologia Cultural ou a História das Religiões. Em qualquer circunstância, chega-se à percepção de que religião é um conceito polissêmico e possui uma dinâmica historiográfica, cuja compreensão exige, necessariamente, uma articulação com a idéia de salvação e com a prática do poder.

Assim, à simples pergunta “O que é religião”?, poderemos formular tantas respostas quantas forem as teorias desenvolvidas pelas escolas do pensamento sociológico, ou pelas correntes teológicas sustentadas pelos pregadores das múltiplas tendências religiosas. O conjunto das respostas fundamenta-se em pré-compreensões que cada uma das ciências sociais tenha de sociedade.

É muito provável que o conjunto das controvérsias ocorridas sobretudo no decorrer do século XIX, tenha sido responsável por recolocar a religião no palco dos debates. Neste período, as crises

que abalaram as estruturas e as instituições sociais e políticas, também contribuíram para que se multiplicassem as querelas religiosas, as heresias, as seitas e as disputas teológicas. A imprensa e os centros de cultura difundiam idéias anti-clericais, atéias, racionalistas, céticas, agnósticas, materialistas e cientificistas com a intenção explícita de diminuir o poder material, político e cultural das instituições que representavam a antiga ordem dominadora. Há que se acrescentar que a pressão dos acontecimentos políticos, as cisões internas, os conflitos sociais e filosóficos e os embates econômicos contribuíram para que também as instituições religiosas flexibilizassem suas análises sobre a realidade social.

O abalo da credibilidade nas instituições religiosas, tornou propício o trabalho daqueles que pretendiam lançar as bases de uma sociologia da religião. Comte, Marx, Engels, Saint Simon, Proudhon, entre outros, podem ser lembrados como pioneiros nessa tarefa. Na favorabilidade do cenário criado pelo final do século XIX e início do XX, autores como Durkheim, Weber e Sombart construíram suas idéias à luz de uma ciência social que tratava a religião como elemento da própria dinâmica da sociedade.

Na Sociologia da Religião passou a dominar a idéia de que o caráter complexo e conflitivo das relações sociais produziu explicações teológicas dos fenômenos religiosos que encobriam o verdadeiro significado e a dimensão histórico-cultural das crenças e das práticas religiosas. Afirmava-se que as reais funções da religião não eram compreendidas pela maioria dos crentes e que seus efeitos concretos sobre a sociedade geralmente eram escamoteados. (MADURO, 1983: 44-45)

Os sociólogos Durkheim, Marx e Weber convergiram na tese de que, geralmente, aquilo que os fiéis acreditavam ser o motivo de seu comportamento, as estruturas de sua Igreja ou seita, ou o que afirmavam ser as conseqüências sociais de suas vidas, não correspondia ao que de fato acontecia. O desconhecimento dessa realidade permitia à instituição produzir explicações de si mesma de acordo com as tradições, intenções e a situação dos crentes. (MADURO, 1983: 45)

Tanto Marx como Weber viam na religião um instrumento

de conservação da ordem social, de legitimação do poder e domesticação povo. Esta concepção contém uma visão até certo ponto reducionista, porque transforma a religião em mero instrumento a serviço de classes ou instituições, sem objetivos próprios e específicos. Weber superou esse reducionismo quando afirma que não se poderia reduzir o discurso religioso a um reflexo direto das estruturas sociais. Para ele, um grupo específico de porta-vozes, investidos de poderes especiais, de caráter institucional ou não, representando ou não uma Igreja, se apropriava da religião, definia práticas e construía discursos com o objetivo de atender a uma categoria especial de necessidades.

A hipótese de Durkheim sobre a gênese social dos esquemas de pensamento, percepção, apreciação e ação e a divisão da sociedade em classes induz a pensar que existe uma correspondência entre as estruturas sociais e as mentais, correspondência essa que se estabelece por intermédio da estrutura dos sistemas simbólicos, língua, religião, arte.

Mais recentemente, Pierre Bourdieu destaca que a religião contribui para a imposição dos princípios de estruturação, percepção e visão do mundo e, em particular do mundo social, na medida que impõe um sistema de práticas e de representações cuja estrutura, objetivamente fundada em um princípio de divisão política, apresenta-se como a estrutura natural-sobrenatural do cosmos. Essas representações se traduzem num sistema simbólico, expresso em crenças e práticas religiosas aceitas e assumidas pelos fiéis. Paralelamente monta-se um processo de operacionalização e controle dessas ações que transforma as demandas coletivas em ofertas particulares dos bens sagrados. Instalam-se processos especializados de produção, reprodução e difusão dos bens religiosos, bem como uma sistematização e moralização das práticas e das representações religiosas que vão do mito à ideologia, do tabu ao pecado, do deus primitivo ao deus guardião, protetor da ordem natural e social. Para que isso se efetive, é preciso constituir associações ou ordens de sacerdotes ou leigos com objetivos materiais e simbólicos específicos e capazes de construir um campo de interesses religiosos relativamente autônomos em relação às estruturas sociais, políticas e econômicas.

A constituição desse corpo de especialistas da religião, detentores de competência específica para produção, reprodução e organização de um campo de conhecimentos secretos, de esquemas de pensamento, idéias e normas, objetiva garantir o monopólio da gestão dos bens de salvação e permite o controle sobre os sistemas simbólicos (como por exemplo os mitos) e sobre as ideologias religiosas (como as teogonias, as monogonias e a teologia). Sua existência implica na exclusão da grande maioria dos crentes, qualificada como leiga, geralmente destituída daqueles conhecimentos.

Cabe ressaltar que qualquer instituição religiosa, na disputa pelo monopólio da gestão e distribuição dos bens da salvação e da produção de sistemas simbólicos, pode lançar mão de seu poder para modificar as representações e as práticas dos leigos, inculcando-lhes outras, melhor ajustadas aos interesses do momento. Sua capacidade de mobilização e a durabilidade das novas representações depende da força material e simbólica dos bens e serviços oferecidos e da habilidade de satisfazer as necessidades religiosas dos seguidores.

Por seu turno, a religiosidade dos fiéis depende, em grande parte, da manutenção de um adequado mercado de bens sagrados, da produção de sistemas de salvação, bem como do reconhecimento explícito da legitimidade e garantia do monopólio sobre sua distribuição ou venda. Por isso, qualquer contestação a esse monopólio significa uma séria ameaça institucional, o que implica a necessidade de absorver ou reprimir toda a ação individualizada de distribuição desses bens. Isso torna compreensível o tratamento dispensado a muitos profetas, conselheiros, feiticeiros, bruxas e até mesmo a leigos rebeldes. O mesmo ocorre também com determinadas “seitas” que, ao alcançar determinado êxito, tendem a se transformar em “Igreja” e, portanto, depositária e guardiã de uma ortodoxia sustentada por uma hierarquia religiosa ou clerical. Sua existência, certamente, suscitará querelas no controle/quebra do monopólio e disputa do mercado de bens sagrados. A lógica do funcionamento de uma instituição religiosa e a mensagem que impõe a seus fiéis resultam de uma ação conjugada de coerções internas e externas, produto das demandas de uma burocracia que reivindica o monopólio e legitimação do exercício do poder e a gestão dos bens de salvação. Portanto, o surgimento de novas Igrejas ou a presença de profetas e feiticeiros

como novos empresários de tais bens, acirra a concorrência e constitui-se numa ameaça ao monopólio das práticas religiosas.

Por esta razão, as religiões institucionalizadas buscam substituir as manifestações livres e espontâneas do culto, do misticismo e do profetismo por discursos e ritos burocratizados que diminuem os espaços da relação entre o crente e o sagrado e aumentam o vácuo entre as práticas da religiosidade e os exegetas.

Controlar o discurso religioso, além de estratégico e extremamente importante, porque é através da linguagem que se pode controlar as formas de comunicação, desde o gesto ritual, o mito oral e escrito e o discurso teológico formal. Durkheim, ao considerar a religião como uma dimensão da sociologia do conhecimento, mostra que, através da reorganização lingüística do mito e do rito é possível uma reestruturação do mundo, onde o mundo religioso se objetiva no mundo real (MENDONÇA, 1984: 10) e sua função é dar uma visão explicativa da realidade. Weber e Marx aproximam-se ao destacar que a função da religião é conservar a ordem social, constituindo, nos termos de sua própria linguagem, a legitimação do poder dos dominantes e a domesticação dos dominados. Por sua vez, os especialistas da religião buscam os meios de correlacionar o discurso mítico aos interesses em jogo, tanto de quem o produz quanto de quem o recebe. Por isso, divulgam-se crenças, conforme os interesses e as estratégias daqueles que exercem o controle sobre o monopólio dos bens da religião que são destinados a públicos diferenciados (MENDONÇA, 1984: 10).

Nesta perspectiva tanto Weber, quanto Bourdieu captaram a influência que o processo de crescimento da urbanização exerce sobre as alterações, mudanças e permanências nas formas de manifestação da religiosidade, nas trocas simbólicas e na aproximação ou afastamento dos fiéis em relação ao sagrado. No âmbito da cidade cresce o corpo de especialistas da religião, e, ao mesmo tempo, ocorre uma espoliação simbólica pela qual os fiéis ficam cada vez mais pobres de seus bens de religião, provocado por um distanciamento em relação aos seus deuses. Se o rito pode ser apreendido e reproduzido pelos leigos, a linguagem sagrada fica distante de seu alcance e em poder dos especialistas. Como consequência, a religião se transforma e se

desequilibra entre o gesto (rito) e a linguagem.

A necessidade de manter a face religiosa do discurso exige uma técnica especial da alegoria que consiste na arte de se pensar e dizer outra coisa com as mesmas palavras, ou dizer as mesmas coisas de outra maneira. O domínio da técnica da alegoria por parte dos especialistas da religião afasta os fiéis do sagrado porque a relação entre ambos é intermediada por um discurso que eles não dominam e por isso se afastam em busca de uma religiosidade santorial, própria para o seu autoconsumo e satisfação de suas necessidades.

Talvez seja por esta razão que Otto Maduro define a religião como uma estrutura de discursos e práticas comuns a um grupo social referentes a algumas forças (personificadas ou não, múltiplas ou unificadas) tidas pelos crentes como anteriores e superiores ao seu ambiente natural e social, frente às quais os crentes expressam certa dependência (criados, governados, protegidos, ameaçados) e diante das quais se consideram obrigados a um certo comportamento em sociedade com seus semelhantes (MADURO, 1983: 31). Mesmo sabendo-se que o conceito não se esgota nessa definição, nem que se possa abstrair a dimensão teológica e filosófica, ela traz uma importante contribuição para se compreender a religião como um fenômeno imerso numa complexa rede de relações sociais.

Ao se estudar os analistas percebe-se que quando tratam do tema da religião verticalizam suas análises atrelando-as institucionalmente ao conceito de Igreja. Todavia, para o historiador é preciso ir além. Estudar a Igreja significa compreendê-la a partir de uma determinada especificidade e não apenas da existência de um corpo de especialistas, dado que ela não pode ser confundida com uma confraria sacerdotal. Por isso, deve-se acrescentar que Igreja implica numa comunidade moral formada por todos os crentes da mesma fé, tanto fiéis como sacerdotes.

Nesta dimensão, constituem uma Igreja todos aqueles que se dizem membros e como tal são reconhecidos socialmente pela comunidade dos fiéis, envolvendo tanto os que lhe garantem o substrato teológico como legitimador de suas declarações, quanto aqueles que compõem a comunidade popular. Em síntese, Igreja significa aquilo que seus membros querem significar: a instância religiosa a que se

filiam pelos sinais visíveis da fé e da prática da religiosidade.

Leonardo Boff em sua obra *Igreja, Carisma e Poder* diz que houve épocas, especialmente a partir da reforma gregoriana, em que a Igreja era sobretudo o clero. A partir daí, a Eclésia docens tende a constituir um estado sociológico à parte. A constituição de um corpo de peritos dicotomizado da comunidade, vem acompanhada de um processo de expropriação objetiva do poder religioso dos demais membros que passam a ser meramente leigos, destituídos de força produtora de bens simbólicos, relegados a simples espectadores da vida da Igreja. Ressalta ainda Boff que a separação rígida entre clérigos e leigos é enfatizada por Gregório XVI (1831-1846) ao dizer que “ninguém pode desconhecer que a Igreja é uma sociedade desigual, na qual Deus destinou a uns como governantes, a outros como servidores. Estes são leigos, aqueles são os clérigos”. Para ele, Pio X foi ainda mais rígido ao declarar que “somente o colégio dos pastores tem o direito e a autoridade de dirigir e governar. A massa não tem direito algum a não ser o de deixar-se governar qual rebanho obediente que segue seu pastor”. Isso marca uma separação nítida entre aqueles que ensinam e os que aprendem, os que tudo sabem e que tudo interpretam e os que nada sabem, nada produzem e tudo recebem. (BOFF, 1982: 218).

Mesmo que uma determinada Igreja estabeleça como núcleo central de sua ação a propagação da fé através de sua mensagem religiosa, dos atos litúrgicos e das práticas pastorais, certamente, como toda e qualquer instituição também defenderá outros interesses e buscará expandir sua influência, porque sabe que sua força e poder estão profundamente articulados ao seu relacionamento com outras instituições, ao número de sacerdotes que tiver, à quantidade de seguidores, ao crescimento institucional e à situação financeira, bem como ao intercâmbio que estabelece com os poderes constituídos, sua inserção no universo das relações econômicas e sociais e sua capacidade de atuar nas estruturas da sociedade em que se insere.

Nisto recorro a Roberto Romano para lembrar que a historicidade de sua presença numa determinada sociedade, sua atuação nas estruturas econômicas e sua influência nas esferas políticas, implica na compreensão do sistema de representações com

as quais ela própria apreende essas realidades e a linguagem com que as transfigura simbolicamente. Por isso, o conceito de Igreja requer, necessariamente, uma valorização do discurso teológico como fator explicativo da legitimidade social da instituição e das manifestações religiosas dos seus adeptos (ROMANO, 1979: 19).

Portanto, assim como a religião, a Igreja não pode ser analisada desprovida de substância, ou como mera cumpridora de funções ideológicas, submissa às burocracias estatais, desqualificada e incapaz de definir objetivos próprios e representações específicas. As Análises (reducionistas) que a definem como um aparelho ideológico do Estado, submetendo-a a determinadas leis de funcionamento, iguais às que regem outras instituições, pouco contribuem para a compreensão de seu real significado.

Os mais recentes estudos sobre a Igreja ressaltam a necessidade de compreender as múltiplas possibilidades e as diferentes formas de leitura do social elaboradas pelo pensamento teológico no seu confronto histórico entre Igreja e a diversidade de culturas nas quais se insere. Essa capacidade de (re)leitura garante sua auto-reprodução no tempo, à luz dos princípios e dos critérios da contínua necessidade de reformar-se e adaptar-se às novas realidades sócio-históricas. Isso permite-lhe uma ação flexível e autônoma, bem como a construção de um discurso próprio e revelador das representações sociais, que vai além da simples reprodução mecânica e rotinizada de idéias vazias, caracterizando-se por uma cuidadosa construção da mensagem soteriológica. A compreensão da soteriologia constitui-se na chave da explicação do sistema de representações e é ele que a diferencia das demais instituições e que informa a ação de bispos, padres e leigos em suas crenças, práticas litúrgicas, pastorais e doutrinárias.

Esse sistema de representações construído pela idéia de salvação tem como objetivo interpretar e explicar a História a partir de uma intervenção direta da divindade e operar as mais variadas representações culturais e políticas da sociedade, qualificando certos fatos como reveladores dos sinais de Deus. No plano do discurso recria-se a realidade social a partir de conceitos teológicos, baseados no princípio da soteriologia. E, apresentando-se como o único caminho

para se alcançar a vida eterna, institucionaliza a salvação e elege a sua mensagem como a única verdadeira e capaz de promover a fé.

O compromisso com a salvação universal (em oposição à salvação de uns poucos eleitos) pressupõe a adesão de todos, independente de classe social, raça ou diversidade de concepções políticas. Na afirmação da soteriologia, compromete Deus com a História, feito homem com o objetivo de salvar a todos indistintamente. Revelando-se nos grandes momentos, integra o homem nas suas ações e exige um compromisso na busca da salvação. Por seu turno, a Igreja constitui-se na testemunha viva de Sua presença no mundo e na fiel depositária das ações salvíficas do homem, tanto individual, quanto coletivamente. Em situações extremas, a Igreja traz a salvação para o interior da sociedade e da História e, deslocando o ideal do céu para a terra, constrói um discurso profetizante, no qual Deus se manifesta na condução pública da vida popular. O compromisso divino adquire uma dimensão política efetiva.

A representação de Deus como assunto privado é entendido como manipulação da fé ou como astúcia política e, conforme convém a uma argumentação ideológica, Deus é arrastado para os seus domínios, instrumentalizado e posto a serviço da ordem estabelecida. Seu campo precípua de ação situa-se no plano ideológico de produção e distribuição de bens de salvação e estruturação de sistemas simbólicos.

Com isso, há que se admitir que o conceito de Igreja caracteriza-se como um objeto de estudo pluridimensional, no qual convivem instâncias institucionais e pessoas, colocadas como membros de uma sociedade bipolarizada civil e religiosa, exigindo do historiador o esforço de reconstruí-la e compreendê-la, sem perder de vista os processos de auto compreensão individual e coletiva. Um trabalho que se desenvolve levando em conta realidades que implicam desde o estar-na-Igreja não refletido, até a concepção da Igreja como instituição social, a diversidade de formas históricas e suas múltiplas auto compreensões.

A polissemia do conceito torna a tarefa do historiador da história da Igreja complexa e delicada, porque mesmo que faça referência a uma Igreja como totalidade, capaz de se compreender e

de se exprimir a si mesma, de tal sorte que naquela expressão todos os seus membros se reconheçam, sabe-se que esta concepção jamais terá unicidade. Ênfases diferenciadas, valorações específicas, divergências hierárquicas, pluralidade de conhecimentos e experiências, crenças e simbologias variadas, constituir-se-ão num objeto uno e múltiplo a ser historicamente reconstruído.

Thomas Bruneau mostrou ter uma compreensão muito própria dessa situação e, por esta razão, destaca que enquanto o estudo da Igreja interessou a historiadores e cientistas políticos, as crenças e práticas religiosas interessaram mais a sociólogos e antropólogos. Isto significa que, no campo dos estudos, diferenciou-se as estruturas e organizações das crenças e práticas (BRUNEAU, 1979: 9). No entanto, para se entender o sistema de representações, bem como, para se estabelecer o campo da produção e distribuição dos bens simbólicos, é indispensável relacionar sistematicamente as estruturas da Igreja com as práticas e crenças. A instituição torna-se imprescindível para que se atinja o objetivo essencial e o fim último: a salvação pessoal.

Nesta perspectiva, a Igreja caracteriza-se como instituição complexa e dinâmica capaz de perceber e reagir às ameaças externas e desempenhar seu papel de detentora dos bens de salvação não por causa de sua teologia, mas pelos vínculos particulares, historicamente consolidados. Bruneau entendeu que a maneira mais satisfatória de se analisar a Igreja era considerá-la como instituição historicamente vinculada ao Estado e à sociedade. Todavia, embora esta vinculação possa mostrar um dos aspectos reveladores de seu poder, o que é decisivo é a infusão de valores inerentes à instituição e que são assumidos pela maioria dos membros.

Se o conceito é polissêmico, não menos diferenciadas foram as formas como os historiadores o aplicaram. Isso revela a potencialidade do objeto e mostra como “Religião e Igreja”, plasmadas pela cultura e pela história, suscitaram o interesse de inúmeros pesquisadores, com a produção de trabalhos que superaram as análises simplificadoras ou reducionistas nas quais religião se confunde simplesmente com Igreja e esta com hierarquia, dogmas, formalismos teológicos, lutas religiosas, querelas intestinas, ou como uma instituição

qualquer. Mostrando uma história na qual transparece a religiosidade, as mentalidades religiosas, as simbologias e as articulações da instituição com as demais instâncias da sociedade revelam que a história da Igreja caiu no domínio público e, submetida a metodologias apropriadas, tornou-se reveladora das consciências e das ações dos crentes e que como tal se auto compreendem.

Certamente uma história que contribui para recriar uma memória individual e coletiva, que não se desenvolveu na linearidade das instituições, mas que, uma vez perdida, conduziria a uma crise de identidade. Uma história onde mito e realidade, crença e ideologia se entrecruzam num rico sistema simbólico, numa pluralidade de autocompreensões e numa multiplicidade de representações. Suas interrelações constroem um amplo e articulado sistema de controle e de poder.

Com base nestas concepções, cabem algumas considerações em torno da trajetória das relações entre a Igreja e Estado ou Igreja e Poder político no Brasil no decorrer das primeiras décadas após o fim do sistema de padroado, estabelecendo-se parâmetros mínimos para a compreensão da convivência entre as duas instituições vistas como historicamente situadas, cujas atividades se estendem do divino-religioso ao político social, numa dupla dimensão temporal e espiritual, individual e coletiva.

Para facilitar a discussão, pode-se partir de uma compreensão simplificada desses dois conceitos - Igreja e Estado - considerados aqui fundamentalmente sob o aspecto institucional, representando instituições sociais e históricas, formadas pelos mesmos cidadãos, que ocupam lugares diferenciados na estrutura hierárquica interna, pertencentes a categorias sociais diferentes, disputando espaços nas relações de trabalho e sendo portadores de uma compreensão própria da instituição e da sociedade da qual participam. Trata-se de duas instituições da sociedade, vistas sob o ponto de vista da nação brasileira, compostas por pessoas de dupla qualificação: cidadãos e católicos ou cidadãos cuja única opção religiosa era ser católico.

As semelhanças institucionais não impedem que se diferenciem no nível da finalidade e da representação. Enquanto a

Igreja procura perpassar pelas diferentes classes sociais, buscando um equilíbrio através do discurso escatológico tendo a fé como elemento de harmonia e de superação das diferenças materiais e temporais, o Estado identifica-se com os objetivos de uma das classe e busca superar os conflitos sociais através de propostas permeadas por concepções como as do bem-estar ou as do interesse coletivo.

Semelhanças e diferenças contribuíram para que ao longo da história do Brasil se estabelecessem relações nas quais predominou uma convivência minimamente amistosa. O texto do professor Francisco José da Silva Gomes, denominado - *De súdito a Cidadão: os católicos no Império e na República* (1997) destaca que a adoção do catolicismo como religião oficial, incorporado à Constituição Imperial, bem como a subsistência do Padroado, garantiram à Igreja privilégios exclusivos, ao Estado direitos de intervenção nos negócios da religião e aos cidadãos coube como alternativa optar pelo catolicismo. Essas relações são aceitas pela historiografia como amigáveis, relações de submissão e atrelamento, registrando-se, de quando em vez, conflitos pontuais e sem maiores consequências institucionais.

Observando tais relações de forma mais acurada, percebe-se que os governantes pouco primaram pela dedicação ao catolicismo e suas crenças. Uma legislação regalista, uma política intervencionista e de esvaziamento das ordens religiosas, um descrédito generalizado em relação ao clero e o esfacelamento das práticas do catolicismo definiram os espaços de atuação das duas instituições.

Todavia, se o Império manteve-se preso aos princípios regalistas, a Igreja, a partir da segunda metade do século XIX, iniciou um processo de transformação e reforma (tanto da hierarquia quanto do clero) que a levaria a afastar-se dos governantes e do Estado. Por esta razão, a somatória de crises ou divergências representaram um progressivo divórcio entre Igreja e Estado. Ao afastar-se dele, a Igreja aderiu abertamente à centralização romana, buscava moralizar os costumes, reformava o clero e as práticas litúrgicas e feria os princípios constitucionais regalistas. Construíu seu corpo de especialistas e passaria a ter o controle sobre os bens sagrados.

A partir dessa situação, os confrontos já não eram tão

esporádicos e a Igreja efetivamente passava a disputar seu espaço na sociedade brasileira. Os limites interpostos pela legislação já não eram respeitados e a hierarquia já não se conformava com uma Igreja transformada em repartição pública do Estado. Caracterizava-se uma disputa onde o que estava em jogo era o poder. A Igreja iria obedecer ao supremo prelado romano ou ao governo brasileiro? A definição do impasse representava a continuidade do preceito constitucional ou a separação entre a Igreja e o Estado.

A resposta dos governantes a este comportamento (entre eles estavam maçons, positivistas, livre-pensadores) foi a implantação de um Estado liberal, leigo e secularizado, um Estado sem Deus e um governo sem religião. Sua estratégia era colocar a República e a nação no palco das sociedades modernas e civilizadas. Esta opção abalava as centenárias relações com Igreja, culminando com um processo sumário e unilateral de separação, pondo fim ao sistema de padroado, ao Estado confessional e regalista. A Igreja era, legal e juridicamente, equiparada às demais confissões religiosas, livre para atuar na sociedade brasileira e o catolicismo deixava de ser a religião oficial do Estado. Estava decretada a alforria: ambos, após centenária convivência, partiam para a (re)construção da instituição de forma autônoma, independente e livre.

Enquanto o Estado construía a República, a Igreja consolidava-se uma instituição nos moldes europeus ou ultramontanos, livre do Estado, mas irremediavelmente atrelada a Roma. Uma trajetória sem opções, um discurso com parâmetros preestabelecidos e uma reforma previamente delineada.

Cabe lembrar que o sistema de padroado mantido pela constituição imperial, sobrepunha o Estado ao aparelho Eclesiástico e transformava os brasileiros em súditos e cidadãos católicos. Essa ambigüidade afetava tanto o comportamento dos católicos quanto o aparelho eclesiástico. Constituíra-se um clero vacilante entre manter seu “status” de funcionário público e, ao mesmo tempo, ser um sacerdote de uma Igreja sem personalidade. Um clero que, ao manifestar-se sobre temas não litúrgicos ou pastorais, ou que se referissem às questões institucionais, criou constrangimentos junto a Ministros e outras autoridades imperiais, com o envolvimento de padres

e bispos em querelas que exigiram intervenção da autoridade eclesiástica e, por vezes, a imperial.

Isso impediu que a instituição se fortalecesse, porque criara uma situação confortável para ela, com presença garantida na sociedade e com o poder público exigindo dos súditos a adesão ao catolicismo. Somente assim seriam considerados cidadãos completos. Os não católicos eram apenas meio cidadãos. A eles não cabiam certos direitos ou era-lhes impossibilitado o acesso a determinados cargos públicos e direitos, supostamente à disposição de todos num estado Liberal. Fica evidente que o Império vivia a contradição entre uma política que se dizia liberal, mas que não satisfazia os mínimos preceitos da democracia e da igualdade social.

Ao findar o século XIX, a Igreja dava sinais flagrantes de decadência institucional, com padres pouco afeitos ao exercício do ministério sacerdotal, seminários funcionando precariamente, culto abandonado, ordens religiosas minguando por falta de candidatos, perda do patrimônio e a pregação do Evangelho completamente esquecida. Somava-se a isso um explícito desprezo governamental para com as questões da religião, impedindo a expansão do número de dioceses e paróquias, deixando vagos os cargos de vigário colado e de professor para as cadeiras dos cursos de formação do clero e dificultando a consolidação do poder pontifício. Estava posta para a Igreja a dificuldade de formar um corpo de especialistas adequadamente preparados para as exigências de uma catolicidade europeizada.

Estagnação, abandono e decadência contribuíram para que o episcopado e as lideranças leigas avaliassem a posição da Igreja sob o regime de Padroado e concluíssem que, embora a Monarquia tivesse optado pelo catolicismo como religião oficial, atrelando a ele a definição de cidadania, a instituição, de fato, vivera na periferia das grandes decisões nacionais. Desde a segunda metade do século, muitos bispos reagiram a essa situação e, assumindo atitudes declaradamente ultramontanas, estreitavam os vínculos com o Vaticano, reformavam a estrutura de funcionamento dos seminários, interferiam na formação do clero, reforçavam sua vigilância em relação ao celibato, determinavam a clericalização do culto,

controlavam as práticas litúrgicas e exigiam obediência à autoridade hierárquica. Os bispos D. Antônio e D. Vital, numa atitude mais contundente, passaram a interferir nas irmandades, tentando submetê-las ao poder episcopal. Alegando estar combatendo a maçonaria, feriam abertamente a legislação monárquica e o estatuto jurídico daquelas instituições, provocando a imediata e decisiva reação do governo em defesa da lei.

Por esta razão, a separação entre Igreja e Estado liberava o episcopado para iniciar a (re)construção institucional, fixar diretrizes e normatizar as atividades pertinentes aos serviços da religião e, especialmente, para adotar as medidas necessárias à implantação das orientações ultramontanas. Intensificava-se o reordenamento interno que vinha ocorrendo desde a segunda metade do século XIX, romanizavam-se os procedimentos pastorais, litúrgicos e devocionais e publicava-se um conjunto de normas e resoluções que iriam orientar o povo católico na prática da religiosidade e na sua inserção na Igreja.

Todavia, o episcopado não se limitou apenas às reformas institucionais e à tomada de medidas de reordenamento interno. Elaborou, também, um discurso que garantiria a base filosófica e teológica dos procedimentos da hierarquia. Discurso esse que, produzido sob o impacto da separação, transitou entre o polêmico e o autoritário, o épico e o acomodatório, privilegiou fatos específicos, absolutizou significados e institucionalizou práticas, buscando, sempre, tornar-se dominante e único. No centro de sua produção estava explícito um jogo de poder e uma relação dinâmica e pedagógica entre os interlocutores. Era, portanto, um discurso datado e direcionado, com fins político-institucionais, com características sociais e ideológicas, com autores e ouvintes qualificados.

Para garantir os caminhos da espiritualidade e o sucesso das medidas romanizadoras, a hierarquia ampliou o número de dioceses e paróquias, implantou novas formas de culto, incentivou a presença dos católicos nas cerimônias religiosas.

O momento pós-separação, longe de se caracterizar como um período de desânimo ou de “trevas”, foi de grande vitalidade, no qual as atividades expansionistas e a elaboração do discurso doutrinário marcaram um dos mais ricos processos de confirmação institucional.

Reafirmava-se uma Igreja capaz de superar o longo período de aliança institucional com o Estado e de produzir quadros de clérigos e leigos convictos defensores de uma reforma europeizante e romanizadora e engajados nas causas da catolicidade. Conseguiu reconstruir e modernizar as casas de formação de seu clero, consolidar sua rede de escolas, seus institutos de assistência, celebrar alianças e organizar sua burocracia (MICELLI, 1988). Isto representava criar as estruturas adequadas para consolidar seu poder no interior da sociedade.

Contudo, essas opções não significaram a negação dos anteriores mecanismos de poder, nem o afastamento entre as elites e o clero. Mantiveram-se inabaladas muitas alianças com partidos e poderes locais, sobretudo quando estas contribuíam para a consolidação da ordem republicana. Embora salvar almas e pregar a mensagem católica fossem prioridades institucionais, para viabilizá-las era necessário uma instrumentalização adequada. Por isso, o discurso e as práticas católicas na Primeira República revelam que a instituição adaptara-se rapidamente às transformações da sociedade, maximizara sua influência no interior do Estado, rearticulava seus quadros profissionais e reconstruía alianças capazes de garantir e defender seus interesses, aumentando o número de seus seguidores e preservando a própria instituição.

Aos ataques dos adversários reagiu com um conjunto de iniciativas que significaram, sobretudo, o fortalecimento institucional e a garantia das condições de sobrevivência em meio à concorrência ideológica e cultural do mundo moderno. A separação constituiu-se num momento decisivo para a (re)construção da instituição e (re)definição dos espaços do poder, no qual o episcopado brasileiro dedicou-se à elaboração de um discurso uniforme e coletivo, garantindo assim, a unidade dos procedimentos e das ações em todas as dioceses e paróquias do Brasil. Para isso, obedecendo às prescrições do Concílio Plenário Latino-Americano de 1899 e às recomendações de Leão XIII, reunia-se nas Conferências Episcopais, de três em três anos, covalidando a política do Vaticano de unir os bispos em torno de determinados princípios doutrinários e pastorais. Destas Conferências resultaram as Cartas Pastorais Coletivas compondo uma das mais importantes fontes para se entender a constituição de um poder religioso e a força do discurso da mais alta

hierarquia católica no Brasil sobre religião, política e formas de governo.

A primeira Carta Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro (E. B.), datada de 19 de março de 1890, contém um discurso catastrófico e começa com um parágrafo ameaçador: “Melindrosa, cheia de perigos, de imensas conseqüências para o futuro, (...) é a crise, que, neste revoltoso período da história, vai atravessando nossa pátria. Crise para a vida ou para a morte. Para a vida, se todo o nosso progresso social for baseado na religião; para a morte se não o for”. (E. B., 1890).

Uma abertura que tendia ao épico, com enunciações figurativas envolvendo um trono afundado **“no abismo dos princípios dissolventes”**, e um altar de pé **“todo embalsamado com o odor do sacrifício, sustentando a Cruz, sustentando o Tabernáculo, onde está o tesouro dos tesouros (...)”** (E. B., 1890). Sob o paradigma da Igreja, construía-se uma visão maniqueísta da nação, do Estado e da sociedade. De um lado, os que defendiam a causa da religião, a causa de Deus, do outro, aqueles que queriam banir Deus e Jesus Cristo da sociedade. (E. B., 1890)

O diagnóstico induzia ao trágico! Os inimigos procuravam destruir a fé, a caridade, os costumes, as doutrinas e a Igreja, além de empreender uma guerra contra o papa e contra os fundamentos do catolicismo. Porém, dizia a carta, em meio ao turbilhão, o episcopado estava alerta! **Alerta pelo Brasil, pelos governantes e pelos governados e para que o Brasil não se tornasse uma terra maldita de Deus.**

O épico se aguçava no final da introdução: “Que será de ti, coitado e querido povo do Brasil; se além de tudo te roubam também a tua fé, e ficas sem Deus, sem Deus na família, sem Deus na escola, sem Deus no governo e nas repartições públicas, sem Deus nos últimos momentos da vida e até na morte e sepultura sem Deus! Será possível!” (E. B., 1890).

O discurso atribuía à separação um poder inusitado, capaz de varrer Deus da face da terra, apagar a religião das mentes humanas, desorganizar completamente a sociedade, abrir a porta a

todos os vícios e males, ao ateísmo e a irreligiosidade; dilúvio de erros que arrastaria tudo em suas águas lodosas: família, leis, religião, enfim, a sociedade.

Para os bispos, os cidadãos que constituíam a sociedade civil e a religiosa eram os mesmos e os membros do Estado eram também membros da Igreja. Como poderiam, pois, Igreja e Estado, governar os mesmos súditos sem estarem de acordo? Com base nestas reflexões afirmava o episcopado brasileiro: “Em nome, pois, da ordem social, em nome da paz pública, em nome da concórdia dos cidadãos, em nome dos direitos de consciência, repelimos, os católicos, a separação da Igreja do Estado; exigimos a “união” entre os dois poderes”. (E.B., 1890)

Deixava claro que esta união não era aquela do regalismo, mas aquela em que os negócios do Estado pertenceriam aos ministros de Estado e os da Igreja aos membros da Igreja. Não desejava aquela união em que o Estado se transformava no árbitro supremo de todas as questões religiosas e os membros do clero subalternos dos ministros civis. A união pretendida resultava do acordo e da harmonia, do respeito à dignidade e à preservação dos direitos mútuos.

Ultrapassando as considerações em torno da separação, conclamava para a luta dizendo: “É hora de surgir do sono, de despertar da inércia, de estimular os brios, de agir com valor e de concerto, de combinar um grande e generoso esforço para defender, restaurar e fazer florescer a nossa religião e salvar nossa pátria”. (E. B., 1890).

O discurso episcopal instigava os fiéis à luta, unidos aos bispos, buscando aproveitar toda a liberdade e reativar a fé. Ninguém deveria ser hostil ao governo ou à República e que não deveria haver conflitos por parte da Igreja, bastando que para isso “(...) o Estado fique na sua esfera. Nada tente contra a Religião. Não só é impossível, nesta hipótese, que haja conflitos; mas, pelo contrário, a ação da Igreja será, para o Estado a mais salutar; e os filhos dela, os melhores cidadãos, os mais dedicados à causa pública, os que derramarão mais de boa mente o seu sangue em prol da liberdade da pátria” (E. B., 1890).

Dez anos eram transcorridos quando em 1899, o papa Leão XIII, convocara os bispos da América Latina para um Concílio Plenário em Roma. Nele ficavam definidos os rumos para a Igreja na América e o episcopado brasileiro retornava com diretrizes muito claras sobre os procedimentos a serem adotados por toda a cristandade latino americana. Ficavam instituídas as reuniões episcopais, bem como as relações com o poder civil e com os Estados nacionais.

Festejava-se o quarto centenário da descoberta do Brasil, quando o episcopado brasileiro voltava a manifestar-se coletivamente. O discurso referia-se ao fim de um século apóstata, que desapareceria na eternidade. Afloravam as mágoas contra a monarquia que assim como protegera a Igreja, também o fizera em relação às heresias. Um governo no qual todos puderam insultar a religião católica e durante o qual, um país favorecido por Deus, revelava-se ingrato, atentando contra o Criador. Os males do país deveriam ser reparados pelo povo católico através da penitência e do retorno a Cristo, lutando para que a sua religião não fosse nivelada ao protestantismo, ao positivismo e às demais crenças. Aos católicos caberia a responsabilidade de homenagear a Deus pelo novo século que se iniciava, reparando os insultos e desprezos a Ele dirigidos pelo que findava.

Aos quatrocentos anos um diagnóstico nada animador: Fugiu a confiança da sociedade, extinguiu-se o respeito a autoridade em si, dissolve-se a harmonia nas famílias, multiplicam-se com pavorosa frequência homicídios, roubos, sacrilégios e outros crimes nefandos, de que anteriormente havia apenas notícia; o interesse material é às vezes sórdido, parece o móvel único dos atos públicos e particulares, sem se fazer caso nenhum da justiça, do dever, das consciências, nem de Deus, sintoma manifesto de dissolução social; porque faltando a religião, segue-se a destruição do povo. (E. B., 1900)

Já não se referiam à separação, mas reiteravam que os males que assolavam o país, as crise políticas, a intranquilidade da população eram como que a mão de Deus que flagelava. O discurso abandonava o caráter épico e a Igreja já não era a grande vítima. Diziam os bispos: “Não fomos adverso ao regime passado, nem o somos ao que

atualmente nos rege. Nos magistrados que regem a Nação reconhecemos depositários da autoridade divina, e somos obrigados a respeitá-los e obedecer-lhes, quando seus preceitos não vão de encontro aos de Deus” (E. B., 1900).

Superado o trauma da separação, a Igreja voltava-se para as questões da espiritualidade procurando manter viva a fé, através das práticas religiosas e das obras de piedade. O discurso político assumia um tom moderado, em busca da paz, da concórdia e da prosperidade da Nação.

O Estado já não preocupava o episcopado. Suas atenções voltavam-se para o resgate do povo católico, do culto litúrgico, das devoções ao Sagrado Coração de Jesus, da reza do terço, das associações devocionais e da espiritualidade. A pátria seria resgatada não pela aliança entre Igreja e Estado, mas pela espiritualidade. Era, sem dúvida, o discurso da concórdia: Queremos que a pátria aflita consiga, por nossos atos de piedade, a concórdia de seus filhos, a santidade das leis, a repressão dos crimes, o respeito do povo a seus magistrados, o respeito dos magistrados à autoridade de Deus, de quem são depositários, a união da Nação com a Igreja de Jesus Cristo, da qual se divorciou violentamente, e com esta união sem prepotência, sem predomínio, união de amizade e não de cativeiro, consiga a prosperidade, que anda fugitiva de nós. (E. B., 1900).

Se na política apontava-se para a concórdia, na religião assumia a tônica do controle e o monopólio dos bens sagrados e de salvação. Por isso, no trabalho de reconstrução institucional, trienalmente realizavam-se reuniões com o objetivo de elaborar as Constituições Provinciais da Igreja no Brasil.

Em 17 de janeiro de 1915, publicava-se uma das mais importantes cartas pastorais coletivas. A Carta vinha acompanhada de decretos e resoluções, que iriam orientar toda a Igreja do Brasil durante décadas. Um documento construído nas cinco conferências realizadas pelo episcopado das Províncias Eclesiásticas Meridionais (Sul do Brasil) e adotadas também pelo das Províncias Setentrionais (Norte do Brasil).

A carta apontava o despreparo do povo brasileiro para

combater os vícios e os males, sua propensão para as superstições, uniões ilícitas e para as associações inimigas de Deus e da Igreja. Enfim, sua ignorância religiosa. Lamentava, acima de tudo, a falta de zelo e de empenho de alguns sacerdotes para impedir o avanço do espiritismo e do protestantismo, causadores de sérios estragos nas almas e nos corpos da população.

Além de pedagógico, o discurso assumia também um viés social. Opunha-se aos assaltos à propriedade privada, aos cofres públicos, aos crimes contra a justiça, aos roubos, às demissões de empregados, à baixa remuneração e às injustiças sociais. O povo católico era conclamado a se opor aos erros e à impiedade do mundo moderno e a lutar pelo ensino religioso nas escolas públicas. Abandonava o caráter político e assumia o litúrgico-pastoral. Mostrava que a amargura da separação estava completamente superada, e a Igreja estava refeita do abalo e em condições de redefinir sua trajetória. Nenhuma referência era feita ao Estado. Havia sim, uma grande preocupação em manter o controle sobre a religião do povo. Por esta razão, se por um lado, combatia abertamente o espiritismo e o protestantismo, por outro, incentivava o povo católico a se organizar em associações de meninos, de moços, de donzelas, associações piás, de caridade, de zelo para com os pobres e enfermos. Ao clero recomendava submissão e obediência aos bispos e respeito às prescrições pontifícias.

Ao final da carta o episcopado dizia: Ensinemos ao povo a observar as leis, a respeitar as autoridades legítimas, a amar o trabalho, a acatar os direitos alheios; cimentemos e promovamos a união e concórdia, o amor entre os indivíduos e entre as classes sociais. Ensinemos que devemos concorrer para o bem da pátria com nosso voto livre e conscientemente prestado a cidadãos, que por sua honestidade privada, por sua probidade civil e econômica, por seu patriotismo e por sua fé destemida e franca o mereçam, com exclusão dos ímpios, imorais e sem caráter. (E. B., 1915.)

Alguns assuntos mereciam especial atenção do episcopado: Em primeiro lugar destacam a imunidade e preservação da autoridade da Igreja em todas as coisas que dizem respeito à religião. O leigo, apesar de elogiado pelos Bispos, não deveria ultrapassar os limites

da ortodoxia, mantendo-se subordinado aos legítimos pastores. Por seu turno, o movimento social católico, não poderia se sobrepor às prerrogativas da Igreja para a salvação das almas e para a prosperidade cristã dos povos. A ação leiga era considerada como cooperadora e nunca substitutiva da ação da Igreja. Ênfase especial foi dada à formação do clero nacional, pois dele dependeria o futuro da Igreja brasileira, a regeneração do povo e da sociedade. Embora as ordens religiosas estrangeiras prestassem importantes serviços à Igreja do Brasil, o episcopado não poderia se eximir do esforço de formação do clero nacional.

Finalmente, ressaltam que nas relações com o poder civil é preciso usar da máxima prudência. A República estava aceita, a laicização já não incomodava tanto, as adaptações já haviam ocorrido. A Igreja, reconstruída institucionalmente, aceitava aproximar-se do Estado e colaborava com os governantes. Era um novo discurso; suave, voltado para seus fiéis, para a espiritualidade, para as obras pias, para o respeito às leis, para a defesa da pátria e da religião católica.

Em algumas décadas estava remodelada. Bastam alguns dados para perceber-se a transformação: em 1891 tinha apenas doze dióceses, em 1900 já tinha dezessete, em 1910 trinta e em 1920 cinquenta e oito.

No momento da separação, o episcopado teve que iniciar um aprendizado da liberdade e, apesar das dissensões internas, revelou-se capaz de manter a coesão em níveis que lhe permitiram superar as cisões e construir a instituição, preparando um corpo clerical e leigo capaz de enfrentar os embates com as diversas correntes de pensamento não católicas ou mais especificamente anti-clericais e garantir uma presença majoritária na oferta de bens sagrados. O esforço para a clericalização e europeização das práticas litúrgicas, embora implicasse a perda da domesticidade e docilidade do catolicismo popular, manteve a religiosidade, os cultos e sobretudo a fé católica sob seu controle.

E se para o Estado e para o governo pouco interessavam a religiosidade ou a religião do povo, reconstruir sua relação com a Igreja, oferecendo-lhe privilégios e favores em troca das colaboração

e apoio, era, acima de tudo, uma opção política. Para a Igreja estava mantida a lei do monopólio e o poder institucional esta constituído.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E FONTES

IGREJA CATÓLICA. Bispos. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro ao clero e fiéis da Igreja do Brasil. São Paulo: Tipografia a Vapor de Jorge Seckler & Cia, 1890.

_____. Pastoral Coletiva do Episcopado Brasileiro ao clero e fiéis das duas Províncias eclesiásticas do Brasil. Mariana: Tipografia Episcopal, 1900.

_____. Pastoral Coletiva dos Senhores Arcebispos e Bispos das Províncias Eclesiásticas de São Sebastião do Rio de Janeiro, Mariana, Cuyabá e Porto Alegre, reunidos em conferências de 13 a 17 de janeiro de 1915 em Nova Friburgo. Rio de Janeiro: Tipografia Leuzinger, 1915.

BRASIL. Congresso. Câmara dos Deputados. A Igreja na República. (Sel. e Intr. de Anna Maria Moog Rodrigues). Coleção pensamento político republicano. Brasília : Ed. Universidade de Brasília. 1981.

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon. *Instituição e poder* : análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro : Graal, 1986.

BATAILLE, Georges. *Teoria da religião*. São Paulo: Ática, 1983.

BENEDETTI, L. Roberto. *Os santos nômades e o Deus estabelecido*. São Paulo: Paulinas, 1983

BERGER, P. *O dossel sagrado* : elementos para uma teoria sociológica da religião. São Paulo: Paulinas, 1985.

BOFF, Leonardo. *Igreja, carisma e poder*. Petrópolis : Vozes, 1982

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo : Perspectiva, 1974

_____. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

BRUNEAU, Thomas C. *Religião e politização no Brasil* : a Igreja e o regime autoritário. São Paulo: Loyola, 1979.

CASSIRER, E. *Linguagem e mito*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

DURKHEIM, Emile. As formas elementares da vida religiosa. In: Janotti, J. A. *Os Pensadores*. São Paulo : Abril. v. 33.

ELIADE, Mircea. *O sagrado e o profano*: a essência das religiões. Lisboa : Livros do Brasil, s/d.

_____. *Mito e realidade*. São Paulo : Perspectiva, 1972.

GOMES, Francisco José da Silva. *De súdito a cidadão*: os católicos no Império e na República. Rio de Janeiro, 1997 (Texto não publicado).

ITURRA, Raul. *A religião como teoria da reprodução social*. Lisboa: Escher, 1991.

JULIA, Dominique. História Religiosa. In: Le GOFF, J. *História: novas abordagens*. RJ : F. Alves, 1976

MADURO. O. *Religião e luta de classes*. Petrópolis : Vozes, 1983.

MAINWARING, Scott. *Igreja católica e política no Brasil : (1916-1985)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

MARCHI, Euclides. *A Igreja e a questão social : o discurso e a praxis do Catolicismo no Brasil (1850-1915)*. São Paulo : USP, 1989. (Tese de doutorado).

MARX, K. e ENGELS, F. *Sobre a religião*. (org. de G. Badia et alii). Lisboa : Edições 70, 1975.

MICELLI, Sérgio. *A elite eclesiástica brasileira*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.

POULAT, Emile. Compreensão Histórica da Igreja e Compreensão Eclesiástica da História. In: Concilium 1971/7: *História da Igreja*. Petrópolis : Vozes, 1971.

ROMANO, R. Brasil: *Igreja contra o Estado*. São Paulo: Kairós, 1979.

WEBER, M. *Economia y Sociedad : Esbozo de sociología comprensiva*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1969.v I.

_____. *Ensaio de Sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

WEILER. A. História Eclesiástica como auto compreensão da Igreja. In: Concilium 1971/7: *História da Igreja*. Petrópolis : Vozes, 1971.

“A PROPAGANDA POLÍTICA NO VARGUISMO E NO PERONISMO”: ASPECTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS DE UMA ANÁLISE SOBRE HISTÓRIA POLÍTICA

Maria Helena Rolim Capelato

Professora Titular do Departamento de História da
Universidade de São Paulo
USP

O texto que ora apresento tem como objetivo indicar algumas referências teóricas e o percurso metodológico que realizei no estudo sobre a propaganda política varguista e peronista. Nessa investigação procurei compreender o significado de uma nova cultura política posta em prática a partir desses regimes em vigência no Brasil entre 1937-1945 e na Argentina entre 1946-1955. O objeto de análise em questão implicou na definição de uma metodologia de trabalho na linha da história política, com ênfase na construção do imaginário coletivo. Por se tratar de um tema contemporâneo, o estudo exigiu uma reflexão sobre as possibilidades e limites da “história do tempo presente”. Ainda no campo metodológico, a história comparada colocou questões às quais procurei responder ao longo da tese, demonstrando os aspectos comuns e as especificidades das experiências analisadas.

A problemática central da tese refere-se ao caráter autoritário da propaganda veiculada através dos meios de comunicação, educação e produção cultural com o objetivo de conquistar os “corações e mentes”. A montagem de um sistema propagandístico, nos moldes criados pelo nazismo e fascismo, representou uma tentativa de reformular os mecanismos de controle social considerados inadequados aos novos tempos. Valendo-se das técnicas sofisticadas de comunicação de massas, os representantes do varguismo e peronismo procuraram canalizar a participação das massas na direção imposta por esses regimes. Na tentativa de impedir a expressão de conflitos sociais e das manifestações políticas com sentido de oposição, negou-se o princípio da pluralidade da vida social,

característica das experiências democráticas, substituindo-o pela proposta de construção de uma sociedade unida e harmônica.

O interesse pela questão da propaganda política surgiu a partir das campanhas eleitorais de Carlos Menem na Argentina (1988) e Fernando Collor de Mello no Brasil (1989). Num contexto histórico bem diverso, os dois candidatos a cargos presidenciais recuperaram, com eficácia, imagens, símbolos e mitos das políticas varguista e peronista, tidas como definitivamente superadas. A utilização de elementos da propaganda postos em prática pelos regimes denominados populistas não significa, obviamente, ressurgimento do fenômeno, mas julguei importante indagar porque esse tipo de apelo ao passado encontrou ressonância em sociedades que viviam uma conjuntura de transição política voltada para a consolidação da democracia.

A conjuntura brasileira dos anos 1980 apresentava, para a sociedade, o desafio de conciliar a democracia com a crise econômica; a redemocratização esbarrava tanto nas dificuldades econômicas estruturais e conjunturais (inflação, recessão e profunda desigualdade na distribuição de renda) como na persistência de elementos de uma cultura política autoritária, excludente e personalista. Essa realidade remeteu os pesquisadores a se indagar sobre a constituição e natureza do autoritarismo no passado mais recente e no de longa duração.

Na Argentina, as dificuldades econômicas enfrentadas na fase da redemocratização eram ainda maiores que no Brasil. O governo Radical, impossibilitado de dar solução aos problemas, foi derrotado; as eleições presidenciais deram vitória ao candidato peronista. Ainda que a política de Carlos Menem tenha tomado um rumo contrário às propostas justicialistas dos anos 1940, a vitória eleitoral desse Presidente, demonstrou a força política dos peronistas na atualidade.

O interesse pela compreensão do regime peronista e varguista, a partir de novos ângulos de abordagem, explica-se, portanto, pelas questões colocadas no presente.

A problemática da relação autoritarismo/democracia enfrentada no momento de abertura política nos dois países e os

desafios relacionados à consolidação democrática, deixou claro que a conquista de direitos sociais e da cidadania em novos moldes implica na destruição de um legado autoritário que foi reforçado com a introdução da política de massas no varguismo e peronismo.

O varguismo e o peronismo, analisados em conjunto ou separadamente, foram considerados como expressões mais típicas do populismo na América Latina. Esse fenômeno, amplamente analisado por sociólogos, cientistas políticos, economistas, mereceu, nos últimos anos, a atenção dos historiadores que se voltaram para esse tema buscando esclarecer aspectos da história desse período não contemplados nas investigações anteriores. Os modelos e tipologias construídos para explicar o populismo na América Latina não levaram devidamente em conta as particularidades nacionais nem as especificidades conjunturais. O enfoque genérico impossibilita a recuperação do evento na sua plena historicidade. Mesmo quando analisados como casos isolados, as grandes sínteses abarcam períodos muito extensos. Esta última observação é válida, sobretudo, para o caso do Brasil: várias análises se referem ao populismo varguista como um todo indiferenciado e definido a partir de marco cronológico muito longo: 1930-1964.

O método explicativo mais amplo não permite a colocação de questões específicas sobre cada momento do processo denominado populista, interpretado como um modelo econômico e político que tipifica uma etapa do capitalismo.

Um dos elementos apontados pelos modelos e tipologias construídos em torno do populismo diz respeito aos movimentos sociais e políticos entendidos como reflexos mecânicos e imediatos de variáveis sócio-econômicas. Nessa perspectiva, explica-se o comportamento político das classes a partir de determinantes estruturais (processo de industrialização, origem rural da classe trabalhadora). A adesão das classes trabalhadoras ao populismo é interpretada a partir da estrutura social, sem se levar em conta elementos de ordem política ou cultural. Esse enfoque que descreve os processos históricos em seus resultados, sem se preocupar com o ato de sua produção, foi contestado pelos investigadores que revisitaram o período (Piozzi, 1982).

A teoria da modernização elaborada pelo sociólogo argentino Gino Germani teve grande impacto na América Latina. Nessa perspectiva, o populismo foi caracterizado como um momento de transição de uma sociedade tradicional para a moderna (o que implica num deslocamento do campo para a cidade, do agrário para o industrial). No que se refere ao político, a teoria explica o populismo como uma etapa do desenvolvimento de sociedades latino-americanas que não conseguiram consolidar uma organização e ideologia autônomas. Supunha-se que a ideologia classista deveria substituir a ideologia populista quando o desenvolvimento capitalista se completasse na região. A política populista (mescla de valores tradicionais e modernos) correspondia ao momento de transição da sociedade tradicional para a moderna. Nesse sentido o populismo foi visto como etapa necessária de passagem para uma sociedade desenvolvida e democrática.

O capitalismo constitui referencial de análise nesse tipo de interpretação mas a distinção proposta entre países “atrasados” e “países desenvolvidos” indica uma relação de exterioridade entre esses dois mundos. Dessa forma o sistema capitalista se desintegra pela dissociação das partes em relação ao todo. A sociedade capitalista “moderna”, apresentada como modelo a ser seguido pelas sociedades “tradicionais” e a divisão entre essas duas partes indicam o lugar onde se localiza o modelo ou caminho a ser seguido pela história na sua evolução por etapas. Tal perspectiva, de caráter progressista e etapista, foi questionada nas revisões sobre o período.

Por um outro ângulo de abordagem, que interpreta o capitalismo em termos de totalidade não dissociada, é possível entender o mundo capitalista se reproduzindo contraditoriamente no tempo e no espaço. Considerando o “moderno” e o “tradicional” como partes constitutivas de um mesmo todo onde elas se integram de forma contraditória, o período pode ser compreendido como um momento específico da conjuntura histórica mundial (o período entre guerras) em que novas formas de controle social foram engendradas com vistas à preservação da ordem ameaçada por conflitos sociais. Num movimento simultâneo e internacional, as sociedades européias e americanas buscaram soluções específicas, adequadas a suas

realidades históricas.

Partindo do princípio de que as diferentes realidades não se mantêm isoladas, havendo entre elas um movimento constante de circulação de mercadorias, experiências e idéias cabe indagar de que forma as experiências externas foram interpretadas e reproduzidas entre nós, como bem observou Maria Sylvia de Carvalho Franco em suas análises sobre a sociedade brasileira.

Além da dissociação entre o moderno e o tradicional, a teoria da modernização acenava para um futuro de desenvolvimento econômico e consolidação democrática nos países que viveram a experiência transitória do populismo. Os golpes militares desencadeados na América Latina, nos anos 1960-70, abalaram a credibilidade dessa teoria¹.

As teses do Partido Comunista sobre o período, não se identificam com o modelo funcionalista de Germani; mas, numa perspectiva evolucionista e etapista, também interpretam o populismo como um momento de transição (que possibilitaria a afirmação do capitalismo e do Estado democrático) necessário à passagem para o socialismo.

Os trabalhos realizados na década de 1980 recusaram os pressupostos que constituíram o arcabouço das tipologias sobre o populismo, entre outras as que apontavam para a fragilidade e inconsciência da classe trabalhadora e da classe burguesa, definindo o Estado como sujeito privilegiado do processo histórico. Os estudos de Francisco Weffort sobre o populismo representaram uma contribuição importante para a revisão das análises. O autor interpreta o populismo a partir de dois níveis: o das determinações estruturais e o das conjunturas (campo da história). As determinações estruturais constituem um nível de abstração válido somente porque se inscreve na história das relações sociais e das estruturas de uma formação social, mas são as determinações históricas que possibilitam a passagem das determinações estruturais para as análises concretas. Nesse sentido, propôs a recuperação das situações históricas específicas para se chegar à compreensão da política populista na América Latina, que apresenta como traço comum a emergência das classes populares no cenário político.

O autor argentino Alberto Ciria, referindo-se à conceituação do peronismo como populismo afirma que o termo populismo foi utilizado para definir distintas tendências políticas no espaço e no tempo. Realiza um balanço das interpretações que se valeram desse conceito para estudar as realidades latino-americanos e conclui que antes de submeter o peronismo e outros populismos em marcos teóricos demasiadamente abstratos seria necessário cobrir os “vazios empíricos” existentes até o presente e tratar de aprofundar exemplos específicos. (Ciria, 1983, p. 52). Em outra passagem afirmou que as comparações entre as diferentes experiências indicam um caminho frutífero de análise (idem, p. 40).

A análise da propaganda política varguista e peronista compartilha das críticas às abordagens anteriores. Partindo de pressupostos teóricos e metodológicos diversos dos que fundamentaram a construção dos modelos, busca, numa perspectiva da história comparada, trazer à tona novos elementos para a compreensão das experiências varguista e peronista.

A historiografia que se interessou, mais recentemente, pelo tema, propõe um caminho inverso ao percorrido na elaboração das interpretações generalizantes: privilegia as particularidades nacionais e os recortes mais específicos. Em lugar das grandes sínteses que, certamente, trouxeram contribuições muito importantes para o estudo dos fenômenos, os historiadores buscam, hoje, a “reconstituição histórica concreta” dos vários “populismos”.

Os intelectuais brasileiros, ao vivenciarem a experiência da redemocratização, interessaram-se pelo problema do autoritarismo imposto pelo regime militar e pelo desvendamento das causas do golpe de 1964. Esta questão motivou um retorno ao pré-64, orientado pela busca de raízes mais profundas do autoritarismo brasileiro. (Gomes, 1996, p. 63-5) Nesse contexto, o Estado Novo varguista ganhou destaque na produção historiográfica².

No caso da Argentina, a permanência do peronismo no imaginário coletivo e na sociedade como força política capaz de eleger o Presidente da República, explicam a aparição de novos estudos sobre o tema, realizados não só por argentinos, mas também por pesquisadores de outros países, norte-americanos, especialmente.

O Estado Novo se impôs como objeto específico de estudo na historiografia brasileira a partir do momento em que os historiadores enfrentaram o desafio de estudar um período da história recente. As investigações se voltaram para os aspectos políticos e culturais dessa experiência³. O mesmo ocorreu na Argentina com relação às novas interpretações históricas sobre o peronismo.

Nos dois casos, cabe indagar porque os historiadores decidiram enfrentar o desafio de estudar um período mais recente da história e qual a razão da escolha de novas abordagens.

A explicação para o interesse recente dos historiadores pelos regimes varguista e peronista implica uma reflexão sobre o contexto interno e externo que motivaram a proliferação de trabalhos no campo da história política. Muitos autores estrangeiros e brasileiros têm feito referências à renovação da área⁴. Ângela Castro Gomes considera que ela se impôs, nas últimas décadas, como uma reação não só à ênfase no estrutural enquanto definidor do processo histórico, mas também aos enfoques deterministas que não levavam devidamente em conta a liberdade de escolha e de ação dos sujeitos na história. O tema da revolução que norteou as interpretações historiográficas até os anos 1970, estimulou pesquisas sobre as estruturas econômicas e sociais. Mas, à medida em que os diferentes modelos de revolução foram demonstrando sua fragilidade, os esquemas teóricos predominantes entraram em crise. O questionamento dos paradigmas estruturalistas de diferentes tendências abriu espaço para a história política que trouxe consigo orientações inovadoras.

A história que hoje se impõe afasta-se das anteriores na medida em que coloca o estudo do poder no centro da nova problemática; esse estudo não se confunde com as teorias do Estado e se caracteriza pelo reconhecimento de outras formas políticas consideradas tão importantes quanto as instituições estatais. Isto possibilitou a exploração de novos temas de pesquisa relacionados à cultura política ou à história das representações políticas constituídas por imagens, símbolos, mitos e utopias.

A produção dos historiadores sobre o varguismo e peronismo merece destaque pela inovação temática, pela abordagem de questões originais que motivaram o estudo de novos objetos baseados em fontes

inéditas⁵.

Cabe ressaltar também que, anteriormente, havia uma tácita divisão de trabalho entre historiadores e outros cientistas sociais. A historiografia colocava para si como limite temporal a década de 1930 e raramente os historiadores avançavam para além desse marco. Por esse motivo o varguismo e o peronismo receberam pouca contribuição da historiografia. Prevalencia a concepção de que o distanciamento era imprescindível à boa reconstituição historiográfica.

Com as revisões interpretativas da história nas últimas décadas, e sobretudo com a renovação da vertente política, o “tempo presente” ganhou prestígio. Na França, o grupo de “Histoire du Temps Présent”, passou a ter grande repercussão a partir dos bons resultados de pesquisa sobre décadas mais recentes. Para seus representantes, o desenvolvimento dessa prática está relacionado ao “retorno à história política”, que repousa sobre uma definição repensada do “acontecimento”. A novidade não tem a ver com a oposição entre os dois tempos, mas com a análise das interações entre o tempo curto e o tempo longo. Insurgindo-se contra a idéia de que o historiador do político se liga ao efêmero do instante, e diferenciando-se dos analistas da história social ou das mentalidades, citam René Remond, quando afirma: “A oposição [tempo longo x tempo curto] despreza a pluralidade de ritmos que caracteriza a história política. Esta se desenvolve simultaneamente sobre registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento”. (Peschanski e outros, 1991, p. 27-8).

Levando em conta as grandes transformações que ocorreram no mundo nos últimos anos, e também o enorme desenvolvimento das tecnologias da comunicação, que metamorfosearam os modos de percepção do real (passado, presente, futuro), os referidos historiadores consideram que o acontecimento mudou de dimensão: é agora imediato, posto em cena e compartilhado por indivíduos, grupos e nações. Por isto, insistem que o historiador não pode, como antes, mostrar desinteresse pelo acontecimento do tempo presente, devendo, ao contrário, conferir-lhe um lugar especial (idem, p. 14).

Os trabalhos realizados por historiadores sobre o período

varguista e peronista constituíram o ponto de partida para a investigação da propaganda política nesses regimes. O estudo da propaganda se insere na linha de história das representações políticas, com ênfase na construção dos imaginários coletivos.

Outros historiadores brasileiros já haviam demonstrado a importância desse campo de trabalho. Alcir Lenharo estudou o Estado Novo sob o prisma do “imaginário político”, abrindo perspectivas novas para a historiografia política brasileira. O autor analisou o período através de textos políticos e literários, identificando a construção de um imaginário voltado para a reafirmação do controle social. A transposição de imagens religiosas para o discurso do poder gerou a Sacralização da política, mecanismo de representação que visava dotar o Estado de uma legitimidade capaz de tornar mais eficientes os novos dispositivos de dominação engendrados pelo novo regime (Lenharo, 1986)⁶.

Nessa mesma direção, Eliana Freitas Dutra realizou uma pesquisa sobre os anos 1930, onde reconstitui um quadro esboçado em torno de dispositivos, estratégias e conteúdos reveladores de uma disposição totalitária da sociedade brasileira que preparou o terreno para o advento do Estado Novo. A leitura desse texto deixa evidente que o campo do imaginário é o campo do enfrentamento político onde a luta de forças simbólicas provoca mudanças na sociedade. Como as imagens respondem aos conflitos sociais e às relações antagônicas, elas tem um peso muito grande nas práticas políticas de arregimentação: mobilizam ressentimentos, frustrações, medos e esperanças com intuito persuasivo. (Dutra, 1990)

Na Argentina, estudos mais recentes sobre o peronismo também exploraram o campo das representações políticas. O livro do historiador Mariano Plotkin *Mañana es San Perón* (1994) enfoca a propaganda, os rituais políticos e a educação no regime peronista (1946-1955), mostrando os mecanismos produzidos para gerar consenso político e mobilização massiva.

A história política que hoje retoma o tema do varguismo e o peronismo a partir dessas novas perspectivas, além de colocar em cheque as interpretações anteriores sobre o populismo, vale-se de novos conceitos para definir essas experiências. Participando do

debate internacional que introduziu o totalitarismo como noção definidora de experiências políticas como a stalinista, autores brasileiros e argentinos o incorporaram nas análises sobre os imaginários políticos varguista e peronista⁷.

O conceito de totalitarismo adquiriu tal força na América Latina que alguns autores chegaram a identificá-lo com os regimes militares dos anos 1960-70. No entanto, os acontecimentos mundiais recentes provocaram um debate sobre a possibilidade do uso dessa definição em diferentes realidades históricas.

Passado o momento em que a contraposição do totalitarismo à democracia cumpriu seu papel político de crítica e denúncia dos vários tipos de violência e repressão cometidos em vários países - além de prestar-se à redescoberta das virtudes do pluralismo, do Estado de direito e preservação das liberdades - ocorreu, já no final da década de 1980, uma mudança de enfoque no que se refere ao totalitarismo. Segundo Pierre Birnbaum, os novos dados de pesquisa impuseram uma reflexão mais sistemática sobre o conceito para que se possa distinguir melhor situações totalitárias (como nazismo, fascismo e stalinismo) que são próximas por certos aspectos, mas se distinguem, fundamentalmente, por outros. (Birnbaum, 1986, p.725)

O autor considera que, longe das puras representações da filosofia política, a análise sócio-histórica contemporânea dos fenômenos totalitários leva a uma revisão tanto do conceito como das críticas frequentemente enunciadas de maneira normativa. Da mesma maneira que um Estado não pode ser totalitário sem desaparecer enquanto tal, ao inverso, uma sociedade organizada de modo totalitário não se torna menos habitada por reivindicações de autonomia e de preservação de formas múltiplas de auto-organização, afirma Birnbaum (ídem, p. 731).

Roberto Romano trouxe esta discussão para a nossa realidade. Em *O conceito de totalitarismo na América Latina*, argumenta que a definição de totalitarismo não se aplica, em sua plenitude, a nenhum país americano. Mesmo no campo europeu o uso da noção é problemático. Numa perspectiva ideal, o totalitarismo implica na união absoluta entre massas nacionais e Estado, mas “quando olhamos para as várias experiências européias - nazistas,

fascistas, stalinistas - podemos constatar que apenas em alguns instantes de exacerbação, com base o mais das vezes na propaganda, efetivou-se este pesadelo.”(...) “Mesmo nos momentos mais críticos, sob o regime nazista, fascista e stalinista, não é possível dizer que desapareceram absolutamente a oposição ao poder no interior da sociedade”. Na América do Sul, acrescenta o autor, até os casos mais conspícuos de regimes autoritários dos anos 1930-40, o argentino e o brasileiro, não se mostram adequados ao conceito. Apenas em níveis ideais, propagandísticos ou em tentativas isoladas pode-se falar em totalitarismo (Romano, 1996, p. 311).

Concordo com o autor quando argumenta que os traços totalitários são identificáveis nos discursos e práticas de Vargas, mas não se pode dizer que houve, no período, “efetivação histórica do conceito em plano macroinstitucional e societário”. Durante o Estado Novo, as oposições democráticas e os adversários do varguismo na luta pelo poder, continuaram atuando. A repressão foi intensa e as liberdades foram anuladas nesse período, mas não ocorreu o monopólio absoluto do Estado no plano físico, jurídico ou econômico. O imaginário totalitário tinha receptividade numa parte significativa da sociedade, como mostra o trabalho de Eliana Freitas Dutra, mas a imagem da sociedade UNA, homogênea e harmônica veiculada pela propaganda política, longe esteve de se traduzir numa prática de constituição da opinião única em torno do regime e de seu líder. Cabe ressaltar que nem mesmo entre os ideólogos do regime havia convergência quanto a aceitação do nazi-fascismo como modelo de organização da sociedade e do Estado.

No caso da Argentina, a definição do peronismo como totalitarismo é ainda mais problemática porque essa experiência ocorreu após a derrota do nazi-fascismo, o que tornava muito difícil a realização de um regime de natureza similar. O peronismo atuou nos limites do Estado de direito, característica que o diferenciou, inclusive, do Estado autoritário brasileiro dos anos 1937-1945.

A pesquisa empírica sobre a propaganda varguista e peronistas me levou a concluir que a referência ao totalitarismo não contribuiu para a melhor compreensão da natureza dos regimes varguista e peronista. Por essa razão, identifico-me, no plano

conceitual, com a perspectiva historiográfica que procura afastar-se dos conceitos extremamente generalizantes que não levam na devida conta as especificidades de cada situação histórica particular. A análise comparativa, segundo vários autores, ajuda a compreender como um fenômeno universal assume características distintas nas conjunturas históricas específicas⁸.

Num momento em que os estudos históricos atuais buscam recuperar as diferenças, a história comparada permite apontar, ao mesmo tempo, os pontos comuns e as especificidades de um determinado fenômeno histórico.

A análise comparativa da propaganda política varguista e peronista leva em consideração essas questões postas pelas revisões historiográficas⁹.

Compartilhando das opiniões de Marc Bloch sobre a importância do método comparativo em história, considero necessário reproduzir suas observações a propósito de: por que comparar, como e o que comparar? Segundo o autor, deve-se comparar para levantar novas questões, novos problemas que permitam o surgimento de novos enfoques, novas interpretações. Quanto ao “como” e “o que” comparar, propõe o estudo de sociedades ao mesmo tempo vizinhas e contemporâneas, influenciadas umas pelas outras, submetidas, em função da sua proximidade e sincronismo, à ação das mesmas grandes causas e remontando, ao menos parcialmente, a uma origem comum. Com isso se espera chegar a conclusões menos hipotéticas e mais precisas (Prado, mimeo.,1993).

O estudo comparativo da propaganda política nos regimes varguista e peronista se encaixa perfeitamente nessa perspectiva apresentada por Marc Bloch. Muitos autores que estudaram o tema do populismo na América Latina procuraram estabelecer comparações entre os fenômenos. Sem negar a contribuição desses trabalhos, propus uma abordagem comparativa em outros termos. Partindo das evidências empíricas para a formulação das proposições, pretendi chegar a conclusões gerais, mas levando em consideração, ao mesmo tempo, as situações comuns e as diferenças que marcaram a experiência histórica do varguismo e peronismo.

A ampliação das pesquisas empíricas sobre o período permite

apontar os traços de uma experiência universal e as especificidades que as situações históricas particulares apresentam. O estudo comparado da propaganda política varguista e peronista ganha importância ainda maior ao se levar em conta que ambas se inspiraram nas experiências nazifascistas, tanto no que se refere à forma de organização da propaganda como nas mensagens e apelos realizados com o intuito de sensibilizar o receptor para práticas políticas de sustentação do poder.

Parto do princípio de que as diferentes realidades (fascismo, nazismo, varguismo, peronismo) não se mantêm separadas, havendo entre elas um movimento constante de circulação de idéias, imagens e relatos de práticas políticas, que ao se transportarem da Europa para a América são apropriadas e reproduzidas, ganhando nova interpretação. Considero, portanto, impossível estudar os dois casos latino-americanos sem levar em conta suas relações com as referidas experiências européias.

Como bem frisou Alcir Lenharo, nos anos 1930, os regimes fascistas, o nazismo e o stalinismo, não necessariamente identificados entre si, intercambiaram febrilmente fórmulas e experiências que pretendiam congelar os focos de tensão da história e resolver, definitivamente, a questão social, redimindo, da exploração, as populações trabalhadoras. (Lenharo, 1986, p.13). Nesse contexto, imagens e símbolos circularam por várias sociedades, sendo retrabalhados, mas utilizados na propaganda política com o mesmo fim: o de transmitir aos receptores das mensagens um conteúdo carregado de carga emotiva, capaz de obter respostas no mesmo nível, ou seja, reações de consentimento e apoio ao poder.

A propósito dessa questão, Roberto Romano adverte: “para quem vive em sociedades como a nossa, a construção dos imaginários tem uma importância particular” (...) “Não se mexe com símbolos impunemente. Eles são o resíduo ético de tradições seculares, preconceitos arraigados nos corações e mentes” (Romano, 1986, p.316).

No livro *Conservadorismo romântico: origens do totalitarismo*, o autor apresentou como traço essencial do pensamento totalitário, a manipulação das massas através dos símbolos. Esta pesquisa sobre

a propaganda política no varguismo e peronismo foi inspirada, em grande parte na referida obra.

O imaginário político divulgado pela propaganda nazi-fascista, encontra terreno cultural fértil para penetração nas sociedades brasileira e argentina; a formação ibérica as habituou ao uso e culto de imagens/símbolos propagados pelo catolicismo desde a conquista e colonização. Desconstruir esse imaginário, analisar seus elementos constitutivos e relacioná-lo com o contexto histórico da sua produção é tarefa a que os historiadores tem se dedicado ao revisitar o Estado Novo varguista e o peronismo da primeira fase. Pretendi seguir nessa linha de abordagem.

O estudo da propaganda política insere-se, como já foi dito antes, no elenco de trabalhos de história política renovada, onde a análise dos imaginários e da cultura política ganham destaque. Nesse campo em que o estudo das idéias, imagens, símbolos, mitos, utopias permite a conexão entre política e cultura, a análise sobre a propaganda política nos regimes de massa encontraram um caminho muito profícuo¹⁰.

A propaganda política entendida como fenômeno da sociedade e cultura de massas, adquiriu enorme importância nas décadas de 1930-40, quando ocorreu, em âmbito mundial, um avanço considerável dos meios de comunicação. A propaganda nazista teve enorme impacto não só na Europa, mas também na América. Os regimes varguista e peronista procuraram seguir esse modelo¹¹.

A propaganda política se vale de idéias e conceitos, mas os transforma em imagens e símbolos; os marcos da cultura são também incorporados ao imaginário que é transmitido pelos meios de comunicação. A referência básica da propaganda é a sedução, elemento de ordem emocional de grande eficácia na atração das massas. Nesse terreno onde política e cultura se mesclam com idéias, imagens e símbolos, define-se o objeto propaganda política como um estudo de representações políticas. Tal perspectiva de análise se relaciona diretamente com o estudo dos imaginários sociais, que constituem uma categoria das representações coletivas¹².

Bronislaw Bazcko afirma que a história dos imaginários

sociais se confunde, em larga medida, com a história da propaganda. Nas sociedades contemporâneas, os meios de comunicação de massa passaram a dispor de aparatos técnicos e científicos altamente sofisticados; eles permitem a fabricação e manipulação dos imaginários coletivos que constituem uma das forças reguladoras da vida social e peça importante no exercício do poder.

Para se alcançar a dominação através dos imaginários sociais, é necessário o controle dos meios de comunicação, instrumentos de persuasão destinados a inculcar valores e crenças. É neste ponto que o autor relaciona a história dos imaginários sociais com a história da propaganda. Os meios de comunicação fabricam necessidades, abrindo possibilidades inéditas à propaganda que se encarrega, ela mesma, de satisfazê-las.

Em qualquer regime, a propaganda política é estratégica para o exercício do poder, mas ela adquire uma força muito maior naqueles em que o Estado, graças ao monopólio dos meios de comunicação, exerce censura rigorosa sobre o conjunto das informações e as manipula procurando bloquear toda atividade espontânea.

A imagem totalitária, segundo Claude Lefort, oferece o acabamento perfeito para o ocultamento dos sinais de divisões e conflitos sociais. A ilusão do UNO serve para eliminar a indeterminação que persegue a existência democrática e tende a soldar o poder à sociedade (Lefort, 1983).

A maioria dos homens deixa-se atrair pela idéia de unanimidade e harmonização com seu semelhante; a propaganda tende a reforçar essa tendência, criando, artificialmente, a impressão de unidade, afirma Jean-Marie Domenach. O autor estabelece uma relação entre a propaganda e o mito: o mito reaviva o desejo de felicidade e a promessa de comunhão (Domenach, 1954).

A propaganda joga com os sentidos e com a imaginação utilizando diversos símbolos. Atua sobre os instintos, suscitando reflexos. A força motriz que ela tende a fazer nascer e dirigir é de natureza sentimental: age sobre os sentimentos, buscando modelar os comportamentos coletivos.

O imaginário totalitário, segundo Pierre Ansart, produz

estruturas socio-afetivas que se caracterizam por uma dimensão emocional intensa. A propaganda política em regimes dessa natureza, opera no sentido de exaltar as sensibilidades, tendendo a provocar paixões¹³ (Ansart, 1983).

As emoções tendem a se exacerbar nos espetáculos festivos organizados pelo poder. A teatocracia regula a vida cotidiana dos homens em sociedade, afirma George Balandier. Nas políticas de massa as potencialidades dramáticas são mais fortes e o mito da unidade ligado à imagem do líder tornam o cenário da teatralização especialmente adequado ao convencimento.

O poder utiliza meios espetaculares para marcar sua entrada na história (comemorações, festas de todo tipo, construção de monumentos). As manifestações do poder não se coadunam com a simplicidade; a grandeza, a ostentação, o luxo as caracterizam (Balandier, 1980).

No terreno das representações do poder, a propaganda política desencadeia uma luta de forças simbólicas; aí se instaura uma violência de tipo simbólico que visa ao reforço da dominação, consentimento em relação ao poder e interiorização das normas e valores impostos através das mensagens propagandistas. No entanto, como esclarecem De Certeau e Chartier, a incorporação da dominação pelo receptor não exclui a possibilidade de desvios. A eficácia das mensagens depende dos códigos de afetividade, costumes e elementos histórico/culturais dos receptores. Por isso, o efeito não é unívoco e a mesma mensagem pode ser interpretada de maneiras diferentes, produzindo ações diferentes. Esta constatação ajuda a explicar porque uma propaganda política organizada em moldes similares a outras produz resultados diversos (De Certeau, 1975; Chartier, 1986).

A propaganda política constitui, pois, um elemento preponderante da política de massas que se desenvolveu no período de entre-guerras a partir das críticas ao sistema liberal considerado incapaz de solucionar os problemas sociais. Nesses anos vivenciou-se, de forma genérica, uma crise do liberalismo. Os impactos da Primeira Guerra e da Revolução Russa provocaram, segundo inúmeros autores, uma crise de consciência generalizada que, por sua vez, resultou em críticas à democracia representativa parlamentar

individualista. O pensamento anti-liberal e anti-democrático, de diferentes matizes, revelava extrema preocupação com a problemática das massas. Os ideólogos nacionalistas de extrema direita que se projetaram na década de 20 continuavam, na trilha de Gustave Le Bon, Scipio Sighele e outros, manifestando desprezo e horror às massas “primitivas”, “irracionais”, “delinquentes”. Mas, nessa época, outras vozes se levantaram colocando novas soluções para o controle popular: para evitar a eclosão das revoluções, propuseram que o controle social fosse feito através da presença de um Estado forte comandado por um líder carismático, capaz de conduzir as massas no caminho da ordem. Nesse contexto a propaganda política foi considerada como elemento importante de atração das massas na direção do líder.

A integração política das massas também preocupou as elites de países latino-americanos. O crescimento de movimentos sociais e políticos nos anos 20 fez com que o fantasma da Revolução Russa assombrasse ainda mais os mantenedores da ordem. A questão social colocou-se, desde então, no centro das críticas ao liberalismo, considerado incapaz de solucionar os problemas sociais.

As economias latino-americanas foram muito afetadas com o “crack” da bolsa de Nova York, em 1929. A conjuntura de crise favoreceu as mudanças políticas e em alguns países, como no caso do Brasil, as correntes anit-liberais se fortaleceram e passaram a atuar com vistas à derrocada das instituições liberais. A revolução de 1930 preparou o terreno para o advento de uma nova cultura política, que se definiu a partir de um redimensionamento do conceito de democracia norteadada por uma concepção particular de representação política e de cidadania; a revisão do papel do Estado se complementou com a proposta inovadora do papel do líder na integração das massas e apresentação de uma nova forma de identidade nacional.

Com o advento do Estado Novo, ocorreu a consolidação da política de massas, que, na década seguinte, foi introduzida na Argentina.

O estudo da propaganda varguista se restringe ao Estado Novo porque foi nesse momento que ela se consolidou como um dos

pilares do exercício do poder. O novo regime, constituído a partir de um golpe de Estado, sem qualquer participação popular, explica a busca de legitimação e apoio de setores mais amplos da sociedade através da propaganda política. Isto não significa que, no segundo governo Vargas (1951-1954), o recurso à propaganda tenha sido pouco importante. No entanto, o sistema montado no Estado Novo não se adequava à nova fase e os objetivos a serem atingidos pela propaganda, nessa conjuntura, eram bem diferentes. A diferença mais significativa entre os dois períodos, no que se refere à propaganda, reside no fato de que os opositores, silenciados no Estado Novo, utilizaram, no segundo governo, as mesmas armas propagandísticas para combater Getúlio Vargas e dispunham de maior força para atacar o poder na guerra de imagens.

No caso da Argentina, a propaganda política se organizou no interior do sistema liberal mas sua natureza e propósito de conquista das massas a aproximavam da brasilieria. A propaganda varguista e peronista apresentavam, em comum, a característica de representarem uma das bases de sustentação de um novo estilo de poder que foi introduzido nos dois países. Apesar da defasagem de uma década, a comparação entre a propaganda política posta em prática no Estado Novo varguista e no regime peronista, justifica-se pela possibilidade de indicar os problemas comuns que deram origem à política de massas nos dois países e o perfil específico que cada qual apresentou tendo em vista as conjunturas históricas particulares.

O estudo da propaganda política requer uma pesquisa de fontes muito diversificadas. O Estado novo foi fértil na produção de textos: biografias de Vargas, memórias, escritos políticos, discursos, livros de apologia ao regime, obras de natureza teórica produzidas pelos ideólogos do Estado Novo, textos de natureza didática, revistas de cultura e de divulgação ideológica, jornais, livros didáticos de História para o secundário. Esse material escrito raramente vinha acompanhado de ilustrações, mesmo no caso dos textos de natureza didática, destinados a crianças. Além desse núcleo mais forte da propaganda, as fotos, cine-jornais, filmes de ficção, cartazes, panfletos, programas radiofônicos, radionovelas, músicas, pinturas, esculturas, obras arquitetônicas, moedas, medalhões, hinos, bandeiras, completavam o elenco de dispositivos utilizados na propagação das

realizações do regime e na conquista de apoio de amplos setores da população.

A propaganda peronista valeu-se de material similar com certas particularidades: o recurso a textos escritos foi menos significativo no peronismo do que no varguismo, resumindo-se, praticamente, aos discursos de Perón. No entanto, as ilustrações eram abundantes e os desenhos ilustrativos estampados em livros, álbuns comemorativos, revistas, livros didáticos causavam maior impacto do que as fotos, também numerosas. Diferentemente do caso brasileiro, a literatura (romances, contos, poemas, peças de teatro) teve grande importância e representou uma arma de luta contra a oposição, que dela também se valeu com igual força. Os livros de leitura para alunos de primeiro grau constituem, juntamente com o álbum comemorativo das realizações peronistas *La Nación Argentina. Publicación especial comemorativa*, 1950, com mais de 800 páginas, representam o material mais rico para análise da propaganda. Os jornais, revistas e suplementos literários, também constituem fontes importantes para este estudo. Além desse material impresso, os emblemas, escudos, bandeiras, panfletos, cartazes foram muito mais abundantes na Argentina do que no Brasil. A produção de músicas, filmes, fotografias equiparam-se nos dois casos. O material fabricado em torno da figura de Eva Perón e suas realizações é muito superior ao referente a Perón ou Vargas. Os líderes têm destaque similar na propaganda política, mas as biografias sobre Vargas e as obras apologéticas sobre o Estado Novo não têm correspondente na Argentina.

A partir dessas fontes procurei analisar, de forma comparativa, as mensagens de propaganda política veiculadas de maneiras diversas durante os regimes varguista e peronista. O resultado desse trabalho foi apresentado como tese de Livre Docência no Departamento de História da Universidade de São Paulo em dezembro de 1997.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Guita Grin Debert em *Ideologia e populismo* questiona a teoria de Gino Germani em seus pressupostos de análise: o autor concebe o siste-

ma social como algo que se apresenta em equilíbrio estável e explica as transformações sociais como resultados dos efeitos acumulados de suas disfunções. Nessa perspectiva, o conflito de classes surge como consequência de disfunções do sistema e não como chave para a compreensão dos processos de mudanças sociais e políticas; ao explicar a participação das classes populares a partir de razões psicossociológicas provocadas pelo processo de mudança (transição do tradicional para o moderno) elas aparecem como consequência e não como agentes do processo histórico, afirma a autora. (Derbert, 1980)

2 A coletânea de textos intitulada *O feixe e o prisma: uma revisão do Estado Novo* coloca questões novas sobre o período. A referida obra, publicada em dois volumes, recupera contribuições do colóquio promovido pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, por ocasião dos 50 anos do Estado Novo. O organizador da publicação, o historiador José Luiz Werneck da Silva, deixou evidente, na Introdução, o sentido político do Encontro. Os textos apresentados deveriam contribuir para uma reflexão sobre o fenômeno do autoritarismo nos múltiplos tempos em que ele ocorreu no processo ideológico brasileiro, dando ênfase às perspectivas de história comparada no plano nacional e internacional. A importância atribuída à relação presente/passado também fica clara na alusão à expressão “para não esquecer”, subtítulo do Colóquio. Na abertura do Encontro, o Reitor da UFRJ, Prof. Horácio Macedo, demonstrou receio de que experiências como a de 1937 e 1964 ainda tivessem condições de acontecer no Brasil. (Werneck da Silva, 1991, p. 23).

3 O segundo governo Vargas não mereceu igual atenção dos historiadores, registrando-se poucos trabalhos referentes a esse momento que, em contrapartida, suscitou grande interesse por parte dos cientistas políticos e sociólogos. (Gomes, 1996)

4 A esse respeito consultar Jacques Le Goff (1972), Pierre Rosanvallon (1986), René Remond (1992), Peter Burke (1991), Maria Stella Bresciani (1990), Vavy Pacheco Borges (1991/2 e 1996), Maria de Lourdes Mônaco Janotti e Márcia D’Aléssio (1996), Maria Helena Capelato (1996), Ângela Castro Gomes (1996).

5 A propósito dos novos estudos sobre o Estado Novo consultar René Gertz (1990). Maria Helena Capelato (1997, no prelo)

6 Alcir Lenharo inspirou-se nas análises de intelectuais europeus, franceses especialmente (Felix Guatarri, Cornelius Castoriadis, Claude Lefort), que fizeram a crítica do stalinismo, mostrando a importância da construção do imaginário político caracterizado como totalitário. As reflexões de Roberto Romano (1979 e 1981) também serviram de fundamentação para a análise de Lenharo, que procura mostrar de que forma o culto das imagens e símbolos

do cristianismo foram apropriados e retrabalhados pelo discurso político.

7 Na década de 1980, o conceito de totalitarismo pareceu adequado às análises sobre o poder em nova perspectiva: Alcir Lenharo recorreu a ele na interpretação do imaginário estadonovista; na Argentina, o termo foi utilizado por Juan José Sebreli ao estudar *Los deseos imaginarios del peronismo* (1985).

8 Francisco C. Falcon, referindo-se ao fascismo, afirma que, nesse campo de estudo, hoje se busca “perceber as diferenças, (...) desconfiando-se das generalizações apressadas, produzidas no calor da hora, talvez eficazes para a prática político ideológica, mas de pequena ou nenhuma valia para o trabalho sério do historiador. Considera que, passado o tempo das grandes sínteses, ou das brilhantes generalizações ‘teóricas’, tremendamente ambiciosas nas abrangências de suas pretensões, buscam os historiadores de hoje reconstituição histórica concreta dos vários fascismos. (Falcon, 1991, p.41-2).

9 A perspectiva de realização de estudos dessa natureza, estimulou um debate sobre as possibilidades e limites do campo em diferentes áreas. Maria Lígia Coelho Prado, retomando colocações de vários autores que se posicionaram sobre essa perspectiva, colocou a questão: há um método comparativo em história? Marc Bloch, historiador que utilizou intensamente a comparação, entendia o método comparativo como um instrumento de uso corrente e com resultados positivos. Comparar significa, para o autor, fazer uma escolha em meios sociais diferentes, de dois ou mais fenômenos que apresentam, à primeira vista, certas analogias. Cabe, a seguir, constatar e explicar as semelhanças e diferenças. Já para Raymond Grew, não há método comparativo como tal, mas a comparação pode contribuir para a proposição de novas questões, para a definição mais aguda do problema histórico que se quer resolver e para testar generalizações e hipóteses da investigação social. George Fredrickson também está de acordo que a história comparada não tem um método bem definido, mas serve para alargar a compreensão teórica dos tipos de instituições ou processos, assim contribuindo para o desenvolvimento de teorias e generalizações sociais e científicas.

10 Muitos autores contribuíram, nas últimas décadas, para a reflexão sobre os imaginários sociais. Maurice Aguilhon, em seus estudos sobre a representação da República na França (*Marianne au combat*, (1979) e *Marianne au pouvoir* (1989)) e em outros trabalhos, analisa as alegorias, símbolos, emblemas, imagens, mostrando a distinção entre eles e as modificações ocorridas ao longo do tempo. As investigações desse historiador constituíram ponto de partida para os trabalhos dessa natureza.

11 Nesta análise da propaganda varguista e peronista tomei como referência algumas obras importantes para a compreensão do nazismo e

fascismo nesse âmbito. O trabalho de Laura Malvano sobre Fascismo e política dell'immagine (1988), além das sugestões metodológicas, levantou questões muito pertinentes para a reflexão da propaganda política na sua relação com a cultura. A grande contribuição da autora reside no fato de não estabelecer uma oposição entre “arte pura” e “arte propaganda”, o que permite refletir sobre a relação política e cultura num outro patamar. O estudo do nazismo também recebeu contribuições novas que privilegiaram a análise dos imaginários políticos veiculados pela propaganda oficial. Dominique Pélassy em *Le signe nazi* (1982) estuda, detalhadamente, o significado dos símbolos manejados pelo regime. O(a) autor(a) insiste no fato de que o nazismo não representou apenas uma experiência de uma geração alemã; mas um movimento mais amplo que ocorreu na Europa do entre-guerras, época dos grandes fenômenos de massa e surgimento dos fascismos. Considera que a ocorrência desses movimentos levou os investigadores a se interrogarem sobre a lógica de dominação e das estratégias de manipulação que resultam em consentimento. Sugere que a aproximação de experiências similares é muito fértil: elas não se equivalem mas a visão comparativa permite apreciar as especificidades.

12 Os estudos sobre os imaginários políticos e sociais desenvolvidos por autores como Raoul Girardet em *Mitos e mitologias políticas* (1987), Bronislaw Bazcko em *Les imaginaires sociaux* (1984), Pierre Ansart em *Ideologias, conflitos e poder* (1978) e *La gestion des passions politiques* (1983), foram de grande valia para a estruturação da proposta metodológica deste trabalho.

13 A propósito do nascimento da teoria das massas (século XIX) e sua metamorfose no século XX, utilizei, com muito proveito, os artigos constantes da publicação *Masses et politique*, Hermes 2, Editions du CNRS, 1988.

BIBLIOGRAFIA

- ANSART, Pierre. *La gestion des passions politiques*. Lausanne: L'âge d'homme, 1983.
- BACZKO, Bronislaw. *Les imaginaires sociaux*. Paris: Payot, 1984.
- BALANDIER, George. *O poder em cena*. Brasília: UnB, 1980.
- BIRNBAUM, Pierre. “Critique du totalitarisme”. In: Pascale Ory. *Nouvelle Histoire des idées politiques*. Paris: Hachette, 1987.
- CAPELATO, Maria Helena Rolim. “Populismo en América Latina: propaganda política y formas de manipulación de massas”. In: *História Política del siglo XX*. Quito: Ed. Nacional, 1992.

- CHARTIER, Roger. *História cultural entre práticas e representações*. Lisboa: DIFEL, 1986.
- CIRIA, Alberto. *Política y cultura popular. La Argentina peronista 1946-1955*. BA: Ed. De la Flor, 1983.
- DE CERTAU, Michel. *Educação e autoritarismo no Estado Novo*. SP: Cortez/Autores Associados, 1981.
- DEBERT, Guita Grin. *Ideologia e populismo*. SP: T.A. Queirós, 1979.
- DOMENACH, Jean-Marie. *La propagande politique*. Paris: PUF, 1954.
- DUTRA, Eliana Freitas. "O fantasma do outro - espectros totalitários na cena política brasileira dos anos 30". In: *Política & Cultura*. Revista Brasileira de História, n. 23/24, set. 91/agosto 92, SP: ANPUH/Marco Zero.
- FALCON, Francisco C. "Fascismo: autoritarismo e totalitarismo". In: *O feixe e o prisma*. vol. I, RJ: Zahar, 1991.
- GERTZ, René E. "Estado Novo: um inventário historiográfico". In: *O feixe e o prisma*. vol.I, RJ: Zahar, 1991.
- GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial*. CNPq/Marco Zero, 1990.
- JAHAR GARCIA, Nelson. *Estado Novo. Ideologia e propaganda política*. SP: Loyola, 1982.
- LEFORT, Claude. *A Invenção democrática. Os limites do totalitarismo*. SP: Brasiliense, 1983.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas: Papirus,/Ed. Unicamp, 1986.
- MALVANO, Laura. *Fascismo e política daa'immagine*. Torino: Ballati/Boringhieri, 1988.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi e outros. *Estado Novo. Ideologia e poder*. RJ: Zahar, 1982.
- PÉLASSY, Dominique. *Le signe nazi*. Paris: Fayard, 1983.
- PESCHANSKI, Denis e outros (org.). *Histoire politique et sciences sociales*. Bruxelles: Complexe, 1991.
- PLOTKIN, Mariano. *Mañana es San Perón*. BA: Ariel, História Argentina, 1994.
- PIOZZI, Patrícia. *O ato livre*. Dissertação de Mestrado, SP, USP, 1983.
- PRADO, Maria Lúcia Coelho. *História Comparativa*. SP: USP(mimeo), 1993.
- ROMANO, Roberto, "O conceito de totalitarismo na América Latina: algumas considerações". In: *América Latina contemporânea: desafios e perspectivas* SP: Edusp/Expressão e cultura, 1996.
- SIRVÉN, Pablo. *Perón y los medios de comunicación (1943-1955)*. BA: CEAL, 1984.
- WERNECK DA SILVA, José Luiz (org.). *O feixe e o prisma. Uma revisão do Estado Novo*. vol. I, RJ, Zahar, 1991.

A RELAÇÃO ENTRE CULTURA E PODER NA ANTIGUIDADE TARDIA: O EXEMPLO DA HISPÂNIA VISIGODA

Renan Frighetto

Professor do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

Caracterizado como um período de transição entre o mundo antigo e o mundo medieval, a Antiguidade Tardia¹ apresenta-nos interessantes elementos que configuram a relação entre cultura e poder. Devemos, porém, procurar delimitar tais conceitos. Seguindo a definição clássica de Taylor², cultura seria toda a gama de conhecimentos, crenças, arte, leis, moral e costumes característicos duma determinada sociedade e adquiridos pelo homem enquanto membro daquela. Por certo os elementos de cariz político também fazem parte dos aspectos culturais duma sociedade e são representados tanto pelo discurso e relato oficiais, realizados através da promulgação/outorgação duma legislação pública ou de crônicas históricas, como pela praxis política perpetrada pelos grupos que detêm o poder político na sociedade em questão³. Logo, procuraremos no presente artigo relacionar e delimitar os campos de ação do discurso e da prática política diretamente vinculados ao desenvolvimento cultural e histórico de uma das sociedades mais interessantes da época tardo-antiga: referimo-nos a sociedade hispano-visigoda dos séculos VI/VII.

De fato a história do reino hispano-visigodo, em todas as suas vertentes, vem recebendo uma atenção especial por parte dos estudiosos da Antiguidade Tardia⁴. Este interesse, em nossa opinião, vincula-se fundamentalmente com a continuidade sócio-política e cultural do reino hispano-visigodo em relação a época Baixo-Imperial ao mesmo tempo que já apresenta-nos certos sintomas peculiares duma sociedade eminentemente medieval, caracterizando-o como um reino típico do período de transição entre a Antiguidade e a Idade Média. E este paradoxo pode ser bem observado no estudo de algumas

fontes hispano-visigodas de finais do século VI e do século VII que referem-se aos poderes e a legitimidade do monarca.

Quando referimo-nos aos elementos teóricos de sustentação da monarquia hispano-visigoda recordamos, de imediato, o pensamento político de Isidoro de Sevilha, indubitavelmente o mais importante ideólogo da monarquia e o expoente máximo da cultura hispano-visigoda do século VII⁵. Em sua obra mais conhecida, as *Etimologias*⁶, o hispalense apresenta-nos o essencial do seu pensamento político resumido à um famoso provérbio que diz *Rex eris si recte facias, si non facias non eris*.⁷ Um provérbio baseado na tradição política dos autores romanos clássicos, neste caso específico retirado das epístolas de Horácio⁸. Portanto observamos que no pensamento político isidoriano existe uma preocupação pela preservação e adaptação dos ideais político-culturais da época romana clássica à realidade hispano-visigoda, ao menos no campo teórico⁹. E a retidão do monarca seria um destes elementos, indubitavelmente primordial para a sua aceitação como *rex* diante dos altos dignatários do reino, as nobrezas laica e eclesiástica, bem como dos demais grupos sociais do reino hispano-visigodo¹⁰.

Devemos observar que a retidão a qual Isidoro faz menção deve ser enquadrada num rol de virtudes cristãs que fariam do *rex* o ideal de monarca cristão perfeito¹¹. Quer em suas *Sententiarum*¹², quer no cânone 75 do IV Concílio toledano do ano de 633¹³, Concílio este notoriamente marcado pelo pensamento político-doutrinal isidoriano¹⁴, o hispalense descreve-nos aquelas virtudes régias: o *rex* deveria ser justo, piedoso, misericordioso, humilde e caridoso para ser considerado por todos os grupos sociais como legítimo condutor do reino¹⁵. Ao fim e ao cabo o *rex* deveria ser o espelho de David, o ungido do Senhor e modelo ideal de soberano para Isidoro¹⁶. Caso contrário se o *rex* não seguisse aquelas virtudes apontadas pelo pensamento político isidoriano que apresentavam-no como modelo de monarca cristão perfeito, então seria enquadrado no protótipo do verdadeiro *tyrannus*, antítese do soberano ideal e, portanto, passível de perder a sua condição de monarca legítimo¹⁷.

Dos exemplos de *tyranni* contemporâneos do hispalense¹⁸ destacamos o interessante caso de Hermenegildo, príncipe visigodo

filho do monarca Leovigildo que em finais do século VI liderou uma rebelião nobiliárquica centrada em Sevilha contra o poder de seu pai¹⁹. Uma atitude caracterizada por Isidoro e por outro autor hispano-visigodo, João de Bicláro²⁰, como tipicamente tiranizante²¹. Chama-nos a atenção o fato de que tanto Isidoro como João de Bicláro em nenhum momento mencionam a provável conversão de Hermenegildo do cristianismo ariano ao católico relatada pelo papa Gregório Magno, motivo principal que teria oposto Hermenegildo ao seu pai²². Inclusive, Gregório Magno denomina Hermenegildo como *rex wisigothorum*²³, não considerando a sua rebeldia como uma atitude notoriamente tirânica mas sim uma autêntica profissão de fé em defesa do catolicismo²⁴. Nesta perspectiva Gregório Magno apresenta-nos a Hermenegildo como autêntico mártir cristão, herói torturado e morto em 585²⁵ e precursor da conversão visigoda ao catolicismo, idéia que vai ser recuperada na P. Ibérica em finais do século VII pela obra de Valério do Bierzo²⁶ contrariando, dessa forma, a versão oficial apresentada por João de Bicláro e Isidoro de Sevilha e que foi seguida pelos mais insígnies representantes do episcopado hispano-visigodo durante o século VII.

Destes elementos da mais alta hierarquia eclesiástica hispano-visigoda, integrantes da denominada “era isidoriania” por serem discípulos do pensamento ideológico, moral e cultural do bispo hispalense²⁷, destacamos a personalidade de Juliano de Toledo, bispo da cidade régia em finais do século VII²⁸. Em uma de suas obras mais difundidas, a *Historia Wambae*²⁹, Juliano de Toledo descreve-nos os acontecimentos ocorridos nos primórdios do reinado de Wamba, ou seja, entre os anos de 672 e 673.

Um elemento comum aos acontecimentos narrados por Juliano diz respeito ao equilíbrio e, ao mesmo tempo, a ameaça à instituição régia hispano-visigoda promovida pela ação buliçosa da potente nobreza hispano-visigoda, tanto de índole laica como eclesiástica. De fato, a nobreza hispano-visigoda surge como elemento central quer do processo de eleição e proclamação de Wamba como soberano, quer no movimento de rebelião da *Prouincia Narbonense*. No primeiro dos fatos, narrado por Juliano e corroborado pela crônica do monarca asturiano Alfonso III³⁰, foi o grupo de *fidelis regis* vinculados ao monarca hispano-visigodo Recesvinto que, logo após a

sua morte em Gérticos no ano de 672³¹, aclamou Wamba como *rex* dentro do melhor estilo de eleição germânica³² - chegando inclusive a obrigar ao novo *rex* a aceitar incondicionalmente a sua escolha³³. Contudo, seguindo o relato juliano, Wamba retorna à cidade régia de Toledo e ali reúne a um maior número de *seniores illustres*, laicos e eclesiásticos, para que todos reconhecessem-no como o novo monarca hispano-visigodo³⁴. Alguns detalhes da cerimônia de coroação de Wamba descritos por Juliano sugerem que nesta ocasião fez-se a primeira unção régia, devidamente documentada, da história visigoda³⁵.

Todavia a rebelião nobiliárquica da Narbonense demonstra, por um lado, a existência de resistências nobiliárquicas locais e regionais contra o poder do monarca de Toledo. Nobrezas estas que contavam, indubitavelmente, com amplos poderes em suas áreas de influência que denotam uma tendência à autonomia e à auto-suficiência político-econômica³⁶. O episódio da Narbonense é um sinal desta tendência, mas que não foi o único ao longo da Antigüidade Tardia - basta recordarmos por exemplo o caso acima mencionado de Hermenegildo. Porém o apoio prestado a Wamba por grande parte da nobreza peninsular foi-lhe crucial para derrotar aos nobres rebeldes da Narbonense liderados pelo *Dux* Paulo³⁷. A partir desse momento é que o relato de Juliano apresenta-nos as outras virtudes do *rex* Wamba: este, numa atitude de piedade e misericórdia, poupa a vida do Duque Paulo e dos nobres rebeldes que sobreviveram³⁸. Mas, por sua vez, aplica-lhes a humilhação pública da *decalvatio* e do cortejo vitorioso na urbe régia³⁹, além de relega-los ao cativeiro e retirar-lhes todos os seus títulos e propriedades⁴⁰ - este sim um duro golpe para aqueles *potentes*. Seja como for, Juliano realça em todas as atitudes de Wamba a grandeza de um *rex*, ideal do *princeps christianus*⁴¹.

Apesar da descrição oferecida por Juliano, sabemos que o reinado de Wamba caracterizou-se como o de um monarca enérgico e de difícil relacionamento com os estamentos nobiliárquicos do reino hispano-visigodo. A prova mais cabal para constataremos esta postura do *rex* pode ser vista na famosa lei militar de Wamba - a *L. V.IX, 2, 8*⁴² - que obrigava a todos os *domini*, laicos e mesmo eclesiásticos, a prestarem auxílio militar ao monarca em caso de rebeliões internas e ameaças externas⁴³. O não cumprimento desse auxílio militar levaria

à perseguição, captura, prisão e exílio do *dominus* infiel, bem como a perda de seus títulos e propriedades⁴⁴. Ora, a imposição de tal lei militar - bastante severa para aqueles que fossem acusados de *infidelitas* - certamente que provocou um tremendo mal-estar entre os membros da nobreza, acostumados a uma ampla autonomia e que viam naquela *lege* uma verdadeira intervenção do monarca. Um exemplo deste atrito entre as grandes famílias da nobreza hispano-visigoda e Wamba nos é apresentado pelo relato de Valério do Bierzo que descreve, em poucas linhas, a perseguição promovida pelo monarca, que em nossa opinião é Wamba, contra uma *opulentissima domus* que detinha um amplo poder sócio-econômico e político no quadrante noroeste da península ibérica⁴⁵. E os termos apresentados por Valério para explicar-nos a perseguição contra aquela família revelam-nos a figura dum monarca ímpio e, sobretudo, injusto⁴⁶. Ou seja, Wamba é descrito nesse caso como antítese do soberano ideal. Isso, aliado a insatisfação de uma parcela da nobreza hispano-visigoda, pode explicar-nos em grande medida o fato de Wamba - modelo de *princeps christianus* para Juliano de Toledo no começo do seu reinado - ter sido atingido por uma trama conspiratória - da qual participou inclusive o próprio Juliano - que o destituiu do trono hispano-visigodo⁴⁷.

Estes casos que acabamos de descrever servem como exemplos de que as teorias de poder formuladas pelos grupos dirigentes da monarquia hispano-visigoda dificilmente tinham seu reflexo na prática política dos próprios soberanos. Teorias que obviamente eram idealizadas pelos representantes da cultura e do saber do reino hispano-visigodo que eram, em sua maioria, oriundos da nobreza eclesiástica. Vale porém ressaltar que os Bispos, e até mesmo os abades de certos mosteiros, estavam intimamente vinculados, por via de parentesco, aos elementos pertencentes à nobreza laica e a realaleza. Estas teorias representavam, portanto, os ideais dos grupos nobiliárquicos como um todo, interessados sobretudo na definição das áreas de influência e de poder entre as instituições real e nobiliárquica.

Enfim, podemos dizer que os elementos que envolvem o binômio Cultura e Poder na Hispânia Visigoda do século VII estão relacionados, nesses casos que analisamos, com a tentativa por parte das nobrezas laica e eclesiástica, bem como da realaleza, de tentarem

alcançar o equilíbrio e a paz institucional que fariam possível a existência do reino hispano-visigodo. Mas a *praxis* política levada a cabo pelos grupos dirigentes hispano-visigodos demonstrou-nos que tal tentativa conduziu o reino hispano-visigodo à sua desestruturação política em princípios do século VIII.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Definições sobre a Antigüidade Tardia podem ser vistas em MARROU, H.I.: *Decadência Romana ou Antigüidade Tardia?*, Lisboa: 1979,p.15, “...a Antigüidade Tardia não é somente a última fase de um desenvolvimento contínuo: é uma outra antigüidade, uma outra civilização, que temos de reconhecer em sua originalidade e julgar por si própria e não através dos cânones das épocas anteriores...”; nesta mesma linha BROWN, P. *O Fim do Mundo Clássico - De Marco Aurélio à Maomé*, Lisboa: 1972,p.8, “...O Império Romano abrangia um território extenso e vasto. As metamorfoses que experimentou neste período foram numerosas e complexas...”; ver também STRAUB, J.A. “Conciencia de Imperio y sentimiento nacional en las provincias romanas. Hispania y el Imperio Romano en la concepción de Floro”, in: *Antigüedad y Cristianismo VII - Cristianismo y Aculturación en tiempos del Imperio Romano* (ed. A. González Blanco e J. M. Blazquez), Murcia: 1990,p.649-67.

2 TAYLOR,E.B.: *Primitive Culture. Researches into Development of Mythology, Philosophy, Religion, Art and Custom*, Gloucester: 1871.

3 Em relação ao nosso estudo, podemos citar dois recentes trabalhos que fazem esta relação entre cultura e poder político através da análise do discurso e da *praxis* política dos governantes romanos: RODRIGUEZ GERVÁS,M.J.: *Propaganda Política y Opinión Pública en los Panegíricos Latinos del Bajo Imperio*, Salamanca,1991,164p.; e HIDALGO DE LA VEGA,M.J.: *El Intelectual, la Realeza y el Poder Político en el Imperio Romano*, Salamanca,1995,276p.

4 Citaremos, a título de ilustração, três importantes encontros científicos realizados que tiveram como temática central os Visigodos e o Reino Visigodo de Toledo: *Visigothic Spain - New Approaches* (ed. E. James), Dublin,1975 (publicada em Oxford,1980); *Semana Internacional de Estudios Visigóticos - Los Visigodos: Historia y Civilización*(ed. A. González Blanco), Madrid-Toledo-Alcalá de Henares,1985 (Atas Publicadas em *Antigüedad y Cristianismo III*, Murcia,1986); e *L'Europe Héritière de l'Espagne Wisigothique* (ed. J. Fontaine e C.Pellistrandi), Paris,1990 (Atas

Publicadas em Madrid, 1992).

5 Vale que destaquemos algumas opiniões de autores contemporâneos de Isidoro, como *Ild. Tol., De Uir. Ill., 8: Isidorus(...)Vir decore simul et ingenio pollens, nam tantae iucunditatis adfluentem copiam in eloquendo promeruit, ut ubertas admiranda dicendi ex eo in stuporem uerteret audientes, ex quo audita is qui audisset, nonnisi repetita saepius, commendaret...*; V.F., 1,6-15: *...Isidorum reuerentissimum scilicet uirum Spalensem episcopum(...)autem oris nitore clarens, insignis industriae, sophistae artis indeptus praemicans dogmata reciprocauit Romanorum(...)actiuae uitae industrie uniuersam extrinsecus erudiuit Spaniam(...)Jegregio rutilans eloquio in libris claruit aedificationis...*; importantes para o estudo sobre Isidoro de Sevilha são os trabalhos de FONTAINE, J.: *Isidore de Séville et la Culture Classique dans l'Espagne Wisigothique*, Paris, 1959, 2v.; DIESNER, H.J. *Isidor von Sevilla und das westgotische Spanien*, Trier, 1978; e CAZIER, P. *Isidore de Séville et la Naissance de l'Espagne Catholique*, Paris, 1994.

6 Uma boa edição das Etimologias isidorianas é a de OROZ RETA, J. e CASQUERO, M.: *San Isidoro de Sevilla. Etimologias*, Madrid: 1982, 2v.

7 *Isid., Etym., 9,3,4.*

8 *Hor., Epist., 1,1,59-60: ...At pueri ludentes, rex eris, aiunt / si recte facies...*

9 Sobre a preservação da tradição romana clássica, em termos políticos, na obra isidoriana vide REYDELLET, M.: “La Conception du Souverain chez Isidore de Seville”, in: *Isidoriana*, Leon, 1966, p.457-64; de uma forma mais genérica, DIAZ Y DIAZ, M.C. “La Penetracion Cultural Latina en Hispania en los Siglos VI-VII”, in: *De Isidoro al Siglo XI - Ocho estudios sobre la vida literaria peninsular*, Barcelona, 1976, p.9-55; e FONTAINE, J. “Grammaire Sacrée et grammaire profane: Isidore de Séville devant l'exégèse biblique”, in: *Antigüedad y Cristianismo III - Los Visigodos. Historia y Civilización*, Murcia, 1986, p.311-29.

10 Sobre este tema vide nossos estudos “Aspectos da Teoria Política Isidoriana: o cânone 75 do IV Concílio de Toledo e a Constituição Monárquica do Reino Visigodo de Toledo”, in: *Revista de Ciências Históricas*, Porto: Universidade Portucalense, 1997 (prelo) e “O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo”, in: *Gerión 16*, Madrid, Universidad Complutense, 1998 (prelo).

11 Com respeito a estas virtudes, ver ORLANDIS, J.: “El Rey Visigodo Catolico”, in: *De la Antigüedad al Medievo (Siglos IV-VIII) - III Congreso de Estudios Medievales*, Ávila, 1993, p.54-64.

12 Isidoro de Sevilha, *Sententiarum libri tres*, in: CAMPOS, J. e ROCA, I. *Santos Padres Españoles II*, Madrid, 1971, p.226-525.

13 *Conc. IV Tol., a.633, c.75: [De commonitione plebis ne in principe delinquatur]*, in: VIVES, J. *Concilios Visigóticos e Hispano-romanos*, Barcelona/Madrid: 1963, p.217-21.

14 Cf. SAYAS ABENGOCHEA, J. J. e GARCIA MORENO, L.A. *Romanismo y Germanismo: el despertar de los pueblos hispanicos (Ss. IV-X)*, Barcelona, 1981, p.345; ORLANDIS, J. e RAMOS LISSON, D. *Historia de los Concilios de la España Romana y Visigoda*, Pamplona, 1986, p.263; e o nosso “Aspectos da Teoria Política Isidoriana...”.

15 *Isid., Sent., III,48,7: Reges a recte agendo vocati sunt, ideoque recte faciendo regis nomen tenetur, peccando amittitur. Nam et viros sanctos proinde reges vocari in sacris eloquiis invenimus eo quod recte agant, sensusque proprios bene regant, et motus resistentes sibi rationabili discretionem componant. Recte enim illi reges vocantur, qui tam semetipsos, quam subiectos, bene regendo modificare noverunt...; Conc. IV Tol., a.633, c.75:...Te quoque praesentem regem futurosque aetatum sequentium principes humilitate qua debemus deposcimus, ut moderati et mites erga subiectos existentes cum iustitia et pietate populos a Deo vobis creditos regatis, bonamque vicissitudinem, qui vos constituit largitori Christo respondeatis, regnantes in humilitate cordis cum studio bonae actionis...*

16 *Isid., Sent., III,49,1: Qui recte utitur regni potestate, ita se praestare omnibus debet, ut quando magis honoris celsitudine claret, tanto semetipsum mente humiliet, proponens sibi exemplum humiliatis David, qui de suis meritis non tumuit...; Conc. IV Tol., a.633, c.75:...et dum Dominus dicat: “Nolite tangere Christos meos”: et David: “Quis, inquit, extendet manum suam in Christum Domini et innocens erit?”...*

17 Muito interessante é a definição de *tyrannus* apresentada por *Isid., Etym., 1,31:...ut cum quaeritur quid inter regem sit et tyrannum, adiecta differentia, quid uterque sit definitur, ut ‘rex modestus et temperatus, tyrannus vero crudelis’...; Id., Ibid., 9,3,20: Iam postea in usum accidit tyrannos vocari pessimos atque improbos reges, luxuriosae dominationis cupiditatem et crudelissimam dominationem in populis exercentes...*, onde termos como *crudelis/crudelissimam/pessimos/improbos/ cupiditatis* são antônimos de todas as virtudes inerentes ao bom soberano.

18 Casos como os de Witerico e Suintila, descritos por *Isid., Hist. Goth., 57:...Quem in primo flore adulescentiae Wittericus sumpta tyrannide innocuum regno...; e Conc. IV Tol., a.633, c.75:...Ut neque eundem vel uxorem eius propter mala quae commisserunt neque filios eorum unitati nostrae unquam consociemus...; com relação ao caso da condenação de Suintila como *tyrannus*, descrito pelo cânone 75 do IV Concílio de Toledo, vide nosso “Aspectos da Teoria Política Isidoriana...”.*

19 Este tema foi abordado em inúmeros estudos. Destes destacamos FONTAINE, J.: “Conversion et Culture chez les Wisigoths d’Espagne”, in: *Culture et Spiritualité en Espagne du IVe au VIIe siècle*, Londres: Variorum Reprints, 1986, p.86-147; GARCIA MORENO, L. A. *Historia de España Visigoda*, Madrid, 1989, p.123-31; e o nosso “O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo”, in: *Gerión 16*, Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 1998 (prelo).

20 João de Bicláro, *Chronicon*, in: CAMPOS, J. *Juan de Bicláro. Obispo de Gerona. Su vida y su obra*, Madrid:1960, p.79-100.

21 Ioan. Bicl., *Chron.*, a.579,3:...*Nam eodem anno filius eius Hermenegildus factione Gosuinthae reginae tyrannidem assumens in Hispalis civitate rebellionem facta recluditur...*; *Isid.*, *Chron.*, 117: ...*Gothi per Hermenegildum Leovigildi regis filium, bifarie divisi, mutua caede vastantur...*; *Isid.*, *Hist. Goth.*, 49:...*Hermenegildum deinde filium imperiis suis tyrannizantem obsessum exsuperavit...*

22 Greg. Mag., *Dial.*, III,31,2:...*Quem pater arrianus, ut ad eandem heresem rediret, et praemiis suadere et minis terrere conatus est. Cumque ille constantissime responderet, numquam se ueram fidem posse relinquere quam semel agnouisset, iratus pater eum priuauit regno rebusque omnibus expoliavit. Cumque nec sic uirtutem mentis illius emollire ualuisset, in arcta illum custodia concludens collum manusque illius ferro religauit...*

23 *Id.*, *Ibid.*, 31,1:...*Hermenegildus rex...*

24 Vide nota 22.

25 Ioan. Bicl., *Chron.*, a.585,3:...*Hermenegildus in Urbe Tarraconensi a Sisberto interficitur...*

26 Com respeito a interpretação valeriana, vide nosso “O Soberano Ideal na Obra de Valério do Bierzo”.

27 ORLANDIS, J. e RAMOS LISSON, D. *Op. cit.*, p.263; DOMINGUEZ DEL VAL, U. “Cultura y Teologia en la España Visigoda”, in: *Salmanticensis 14*, Salamanca: Universidad Pontificia de Salamanca, 1970, p.581-2; como indica-nos ORLANDIS, J. “Le Royaume Wisigothique et son unité religieuse”, in: *L’Europe Héritière de l’Espagne Wisigothique*, Madrid: 1992, p.11,”...Tous ces événements se déroulèrent au zénith de ce que l’on appelle l’ère isidorienne, quand Isidore de Séville était la figure de proue de l’Espagne wisigothique...”.

28 Sobre Juliano de Toledo, vide GARCIA MORENO, L.A. *Prosopografía del Reino Visigodo de Toledo*, Salamanca: 1974, p.119-21.

29 Juliano de Toledo, *Historia Wambae*, in: LEVISON, W. *Corpus Christianorum. Series Latina CXV*, Turnholt: 1976, p.213-55.

30 *Adefonsi Tertii Chronica, editionis Rotensis*, in: GIL

FERNANDEZ, J.; MORALEJO, J.L. e RUIZ DE LA PEÑA, J. *Cronicas Asturianas*, Oviedo, 1985, p.114-49.

31 *Iul. Tol., Hist. Wamb., 2:...**dum decidentis Recesuindi principis morte exequiale funus...*; *Id., Ibid., 3:...**ad suam pacem recepit, et tamen dilato unctionis(...).Gerebantur enim ista in uillula, cui antiquitas Gerticos nomen dedit, quae fere centum uiginti milibus ab urbe regia distans in Salamanticensi territorio sita est...*; *Chron. Adf. III(Rot.),1: Recesuindus Gotorum rex ab urbe Toletto egrediens in uillam propriam uenit, cui nomen erat Gerticos...*

32 Com respeito a esta tradição da eleição germânica e a sua presença em solo ibérico, vide GARCIA MORENO, L.A. “La Invasión del 409 en España: Nuevas Perspectivas desde el punto de vista germano”, in: *Ejército y Sociedad - Cinco Estudios sobre el Mundo Antiguo*, Leon: 1986, princ.p.69-72.

33 *Iul.Tol.,Hist.Wamb.,2:...**Cui acriter reluctanti unus ex officio ducum, quasi uicem omnium acturus, audacter in medio minaci contra eum uultu propiciens dixit: 'Nisi consensurum te nobis modo promittas, gladii modo mucrone truncandum te scias. Nec dehinc tamdiu exhibimus, quamdiu aut expeditio nostra te regem accipiat aut contradictorem cruentus hic hodie casus mortis obsorbeat'...*

34 *Id.,Ibid.,4:...**quo sanctae unctionis uexillam susciperet, in praetoriensi ecclesia, sanctorum scilicet Petri et Pauli, regio iam cultu conspicuus ante altare diuinum consistens, ex more fidem populis reddidit...*

35 *Id.,Ibid.,3:...**et per eorum obsequentia regali cultu iam circumdederant magna officia, ungi se tamen per sacerdotis manus ante non passus est...*; *Id.,Ibid.,4:...**Deinde curbatis genibus oleum benedictionis per sacri Quirici pontificis manus uertici eius refunditur et benedictionis copia exibetur, ubi statim signum hoc salutis emicuit. Nam mox e uertice ipso, ubi oleum ipsum perfusum fuerat, euaporatio quaedam fumo similis in modum columnae sese erexit in capite, et e loco ipso capitis apud uisa est prosilisse, quod utique signum cuiusdam felicitatis sequiturare speciem portenderet...*

36 Oferecemos este enfoque em alguns de nossos estudos, como *Panorama Económico-Social del NO de la Península Ibérica en Época Visigoda. La Obra de Valerio del Bierzo*, Tese de Doutorado defendida na Universidad de Salamanca, 1996, princ.p.187-265; “Poder e Sociedade na Gallaecia Hispano/Visigoda, segundo a obra de Valério do Bierzo”, in: *Preactas Poder e Sociedade - Jornadas Interdisciplinares*, Lisboa: Universidade Aberta, 1995; e “Um possível exemplo de *redemptus captiuus* no NO Peninsular hispano/visigodo: Valério do Bierzo”, in: *Gerión 15*, Madrid: Universidad Complutense, 1997, p.341-51.

37 Inicialmente Paulo fora enviado por Wamba à Narbonense para sufocar uma rebelião nobiliárquica, conforme *Iul.Tol.,Hist.Wamb.,7: Fama haec cucurrit ad principem, moxque ad extinguendum seditiosorum nomen exercitum per manum Pauli ducis in Gallias destinatur...*, acabando por apoiar a rebelião, segundo *Id.,Ibid.,7:...Regni ambitione illectus, spoliatur subito fide. Promissam religiosi principis maculat caritatem, praestationis obliuiscitur patriae et, ut quidam ait: tyrannidem celeriter maturatam secrete inuadit et publice armat...*; sobre Paulo, vide também GARCIA MORENO, L.A.: *Prosopografia...*, p.65-8.

38 *Iul.Tol.,Hist.Wamb.,27:...Tunc antiquorum more curba spina dorsi uestigiis regalibus sua colla submittit, deinde coram exercitibus cunctis adiudicatur cum ceteris, quum universorum iudicio et mortem exciperent, qui mortem principi praeparassent. Sed nulla mortis super eos inlata sententia, decaluationis tantum, ut praecipitur, sustinuere uindictam...*

39 *Id.,Ibid.,30: Etenim quarto fere ab urbe regia miliario Paulus princeps tyrannidis uel ceteri incentores seditionum eius, decaluatis capitibus, abradis barbis pedibusque nudatis, subsqualentibus ueste uel habitu induti, camelorum uehiculis imponuntur...*

40 *Id.,Ibid.,Insultatio,7:...Quum enim iusta tibi seruitus pro merito deberetur, ut uere sanum caput languenti membro compatiens, redactae tibi in seruiturem libertatis hostiam donans et ueteres perfidiae tuae notas clementiori manu obliterans, ante te elegit suae sociam dignitati, quam tu paenitendo ablueres maculas quas fecisti, scilicet ut, quia impia temeritate libertatis perdideras titulum, testimonium reciperes gloriosum...*

41 Sobre esta questão, vide TEILLET, S.: "L'Histoire Wambae est-elle une oeuvre de circonstance?", in: *Antigüedad y Cristianismo III - Los Visigodos. Historia y Civilización*, Murcia: 1986, p.415-24.

42 *Lex Visigothorum*, ed. ZEUMER, K.: *Monumenta Germanica Historica, Legum Sectio I, Leges Nationum Germanicarum I*, Hannover e Leipzig: 1902, p.34-456.

43 *L.V.,IX,2,8(Wamba Rex):...Nam iustum est, ut qui nobilitatem sui generis et statum patrie, quod priscae gentis adquisiuit utilitas(...)qui notabiliter superioribus culpis adscriptus(...), ut recte doleat, et dignitatem se amisissimam nobilium et predia facultatum, cuius maligna vel timida factio(...)et statim ad vindicationem aut regis aut gentis et patrie vel fidelium presentis regis, contra quem ipsum scandalum excitatum extiterit, non citata deuotione occurrerit et prestinum se in eorum adiutorio ad destruendum exortum scandalum non exhibuerit;(...)aut fortasse ex officio*

palatino, in quocumque sit ordine constitutus vel quilibet persona fuerit dignitatis...

44 *Id.,Ibid.,2,8:...huius infidelitas scelere, non solum exilio religetur, sed de eorum facultatibus quidquid censura regalis ex inde facere vel iudicare voluerit...*

45 *Val.,Ord.Querm.,7,5-8:...subito regia furoris saevissima irruente sententia, protinus memorata domus in atrocissima subversionis mittitur vastatione ejusque proprii heredes comprehensi, procerrimae captivitatis dirissimis religantur exiliis...*

46 Aprofundamos esta idéia em nosso estudo “O Soberano Ideal na obra de Valério do Bierzo”, in: *Gerión 16*, Madrid: Universidad Complutense, 1998 (prelo).

47 Este episódio, conhecido como a penitência de Wamba, é narrado de forma bastante interessante pela *Chron.Adf.III(Rot.)*,2:...*Erbam ciu nomen est spartus illi dedit potandam; statimque ei memoria est ablata. Quumque episcopus ciuitatis seu et obtimates palatii qui regis fideles erant, cui penitus causa potionis lateuat, uidissent regem iacentem et memoriam nullam abentem, causa pietatis comoti, ne rex sine ordine migraret, statimque ei confessionis ordinem seu et penitnetie dederunt. Quumque rex a potione surrexit et factum persensit, ad monasterium perrexit ibique quamdiu uixit in religione permansit...*; vide também ORLANDIS, J. e RAMOS LISSON, D. *Historia de los Concilios...*, p.397-9.

FAMÍLIAS E CIDADES: ESPAÇOS DE SOBREVIVÊNCIA E DE SOCIABILIDADE NO SÉCULO XIX

Eni de Mesquita Samara

Diretora do CEDHAL

Centro de Estudos de Demografia Histórica da América Latina

Professora Associada do Departamento de História

Universidade de São Paulo

USP

1 – Vida Urbana, Solidariedade e Conveniência.

As vilas e cidades foram espaços onde as transformações trazidas pelo século XIX, encontraram terreno fértil para se desenvolver plenamente. A urbanização, a industrialização, o crescimento dos mercados internos, as mudanças no sistema de mão-de-obra, nos hábitos e nos costumes da população, inovações trazidas com a “modernidade”, instalaram-se na América Latina especialmente no espaço urbano.

Entrepasto de comércio, ponto de passagem, centro de negociações políticas, local de parada de tropas, lugar de distribuição interna da produção para o abastecimento, o ambiente das vilas e cidades era cercado, portanto, de muito movimento. Nessa complexidade, as relações sociais fluíam menos ao sabor dos interesses das elites abastadas. Longe da obediência, da obrigação e dos favores pessoais, os habitantes das cidades ligavam-se mais por solidariedade e convivência. Tudo isso, sem dúvida, exercia grande fascínio sobre o homem pobre da zona rural, que lançava-se para o cotidiano urbano.

Assim, as dificuldades econômicas encontradas no campo, bem como a maior rigidez das relações sociais, mantidas pelo poder do grande proprietário, foram responsáveis pela migração de um grande número de trabalhadores que almejavam encontrar, nas cidades, melhores oportunidades para sobreviver. A diversificação

das ocupações era o que, sem dúvida, atraía a mão-de-obra que não encontrava espaço na zona rural. Uma vez na cidade, os trabalhadores deparavam-se com um vasto rol de atividades, distribuídas em setores específicos que atendiam as necessidades e os interesses de uma divisão social do trabalho mais nítida.

Dessa forma, as áreas urbanas comportavam uma população de origem e condições bastante distintas. Livres ricos, remediados ou pobres, escravos e libertos conviviam lado-a-lado, buscando sempre encontrar uma ocupação e conseqüentemente uma posição social melhor definida. Não conseguindo estabelecerem-se em nenhuma atividade oficial, apegavam-se às tarefas informais ou tornavam-se “marginais”, pedintes e mendigos.

Na cidade de São Paulo, por exemplo, a população agrupava-se em três grandes extratos, organizados distintamente em várias funções e corporações.¹ No extrato inferior apareciam os que exerciam atividades de jornaleiros, agregados, pequenos comerciantes, tropeiros, pescadores, ofícios mecânicos, ofícios artesanais e os carentes de recursos. No extrato médio, estavam os criadores, donos de tropas, negociantes, profissionais liberais, militares, funcionários e clero. Entre a elite, o alto clero, grandes negociantes e autoridades governamentais.²

Assim como ocorria em São Paulo, em várias outras áreas urbanas da América Latina, a definição das atividades dava-se, como no campo, através do *status* social. Na cidade mexicana de Guadalajara, em 1821, por exemplo, a hierarquia de ocupações manuais estabelecia-se entre espanhóis, índios e mestiços.³

Da mesma forma, em Montevidéu, Uruguai, a definição das atividades, segundo a posição social, estabelecia para a população masculina economicamente ativa diversas categorias de ocupação, como a de proprietários, comerciantes, empregados do estado e militares; assalariados ligados à funções portuárias, à construção civil, à serviços comunitários e à manufatura, peões, profissionais com ocupações qualificadas, entre outras que nessa ordem compunham o mercado de trabalho dos uruguaios, na segundo metade do século XVI. Entre as mulheres, as comerciantes, religiosas, dependentes e aquelas ligadas aos serviços domésticos, desempenhavam as funções

mais freqüentes.⁴

Fora dessas atividades uma grande parte da população, principalmente a mais pobre, voltava-se ao desempenho de papéis informais. Estes, apesar de não reconhecidos oficialmente e de pouco valorizados, integravam o cotidiano, com importância econômica reconhecida na prática da sobrevivência. Além disso, essas funções deram um novo perfil ao sistema patriarcal latino-americano, desmistificando o papel exclusivo reservado aos sexos e a rígida divisão de tarefas e incumbências, mais presentes na zona rural, apesar das diferenças regionais.

A existência do trabalho informal garantia, portanto, à pobres, livres, escravos, libertos, fossem homens ou mulheres, a possibilidade de desempenhar uma atividade produtiva e de sobreviver, numa economia que poucas oportunidades oferecia a essas categorias, consideradas “marginalizadas”. O sexo feminino, então, por necessidade ou circunstância, participava do mercado de trabalho. Assim, no México, reformas nas leis educacionais permitiram às mulheres, principalmente às mais abastadas, dedicarem-se aos estudos, tornando-se professoras primárias. Ocupação rara, mas, no entanto, possível no século XIX.⁵

Na América Latina, era comum as mulheres serem as responsáveis pelo gerir das economias domésticas. Entre as camadas mais altas essa posição era tomada por herança, viuvez ou ausência do marido. As mais pobres, por sua vez, ganhavam o espaço das ruas, desempenhando as mais diversas atividades. Sem recursos os cativos, sobreviviam, principalmente, do artesanato doméstico e do pequeno comércio ambulante.⁶ E entre esses grupos definiam-se hierarquias próprias e intensos laços de solidariedade, o que chegava, inclusive, a formar redes de distribuição e de troca de produtos básicos.

Assim como no meio rural, ter escravos e dependentes nas cidades, também significava sinal de prestígio e *status* social. Em vista das oportunidades de ocupações abertas às mulheres nas áreas urbanas, as escravas desempenharam papel importante como trabalhadoras. Eram, em geral, as cativas que se colocavam nas ruas ou batiam de porta em porta comercializando seus produtos, muitas vezes feitos por elas mesmas, na casa do senhor. Este, por sua vez,

permitia-lhe essa atividade extra, desde que lhe pagasse, diariamente, uma quantia determinada, ou seja, o “jornal”. Além dessa função, era habitual os escravos, homens e mulheres, dedicarem-se ao serviço doméstico junto as famílias, e é esse outro espaço de sociabilidade que veremos a seguir.

As famílias abastadas, nos países de colonização espanhola, por exemplo, conviviam com uma variada quantidade de pessoas, envolvidas em atividades da própria estrutura familiar, como os escravos, servos formalmente empregados, agregados e dependentes.⁷

No Peru, assim como no Brasil, os setores que mais utilizavam mulheres cativas foram o urbano e o doméstico. Como empregadas nos serviços da casa ou nas ruas, como jornaleiras ou “escravas de ganho”, conquistaram maior independência e muitas vezes, a liberdade.⁸

Para as livres, entretanto, os tipos de atividade não eram diferentes. Nas lojas não se admitiam mulheres como balconistas e apenas uma ou outra mais remediada tinha o seu comércio estabelecido, armazém ou loja de molhados. O mesmo acontecia com as costureiras e fiandeiras, que trabalhavam contratadas por dia, em sua próprias casas, com encomendas que vinham das raras fábricas de tecidos.⁹

Na Argentina onde o papel de trabalhador estava intimamente ligado ao poder dentro da família, ou seja, à figura do homem, a falta de emprego deste ou a extrema pobreza eram as razões fundamentais, para a mulher lançar-se no mercado de trabalho.¹⁰ Na prática, muitas vezes, tinha que se adaptar a outros tipos de atividades, como alfaiataria, artesanato, produção têxtil, substituindo, então, a mão-de-obra masculina.

Desse modo, aprenderam a ter vida própria, reivindicar e negociar seus direitos, muito antes que as medidas oficiais disso se encarregassem ou as perseguissem, como ocorria com as roceiras e vendedoras brasileiras, que viviam continuamente, sob as vistas desconfiadas das autoridades locais.¹¹

O grande movimento da população masculina, que migrava,

geralmente, por melhores condições de vida, lançava, obrigatoriamente, as mulheres no mercado de trabalho, de modo a suprir as necessidades básicas de sobrevivência. Constituíam, assim, em muitas regiões, a maior parte da população, participando ativamente da sociedade, em sua luta cotidiana pelo sustento do lar. Brancas pobres, libertas, escravas e índias, geralmente, mães solteiras, vivendo sozinhas com sua prole ilegítima, desempenhavam com destreza, o duro papel de chefes de família. Essas “mulheres sós de maridos ausentes”, detiveram a preocupação de autoridades governamentais que, através de várias determinações legais, regularizaram suas tarefas.¹² Essa mobilidade espacial da população explica, portanto, o aumento significativo, nas áreas urbanas, das mulheres como chefes de domicílio, e dos índices de solteirismo e de ilegitimidade.¹³ Eram, portanto, mães que trataram de manter sua prole, apesar da expropriação e exploração sexual a que estiveram submetidas.

A cidade com essas atividades informais, voltadas para o abastecimento e serviços, criou, então, uma infra-estrutura específica para atender a população destinada às ocupações principais, como a agricultura e a indústria. E é exatamente nisso que repousa a importância dessas “pequenas” funções e do ambiente urbano, pois integrava a vida das cidades e dos arredores rurais ao conjunto da economia. Além disso, permitia à família, principalmente à mulher, sair às ruas em busca de sobrevivência e de uma melhor posição social. Assim, havia um desdobramento contínuo entre a casa e a rua, espaços onde as dependências mútuas e as várias formas de relações sociais e de trabalho interagiam.

2. Relações no cotidiano e vida familiar.

No século XIX a organização das famílias e domicílios também espelhava a complexidade de relações existentes na sociedade. Marcados por diferenciações regionais, temporais e de classe, estruturavam-se de maneira multiforme, muitas vezes ditadas por necessidades de sobrevivência, em contextos econômicos

variados.

Cabe, no entanto, ressaltar que apesar dessas especificidades, as famílias na América Latina apresentavam características comuns na sua essência, o que define ao menos em princípio, um modelo patriarcal de relações entre seus membros apesar das diferenças temporais, de classe, étnicas e regionais.

Assim, a família do tipo patriarcal, assentada na dependência da autoridade paterna e da solidariedade entre seus membros, foi a composição ideal em determinados momentos, da nossa história, especialmente nas áreas rurais. As extensas, geralmente, eram formadas de um núcleo central, (chefe, esposa e legítimos descendentes), cercados de uma complexa camada periférica composta por parentes, filhos ilegítimos ou de criação, afilhados, amigos, serviçais, agregados e escravos. Além desses, apareciam os vizinhos (pequenos sitiantes, lavradores e roceiros), os trabalhadores livres e migrantes, que por razões econômicas, políticas ou pessoais juntavam-se à esse grupo.¹⁴ Dada sua importância, especialmente nas áreas rurais, essas famílias eram ao mesmo tempo unidades familiares e de produção, como centros da vida econômica e social em várias regiões.

No entanto, esse modelo apesar de fundamental na conformação da sociedade, não foi o predominante, o que durante o século XIX nos leva a pensar na idéia de famílias latino-americanas.

No Chile, especificamente na região central dos Andes, entre os anos de 1835 e 1865, as fazendas tinham um maior número de famílias compostas apenas do casal e seus filhos.¹⁵ Algumas vezes, entretanto, essas famílias nucleares estabeleciam-se numa mesma unidade habitacional, com espaços privados. Longe da dependência ou do domínio de um senhor, visavam a organização do trabalho.¹⁶

Apesar de constataremos a sua presença em várias áreas rurais, ao longo do tempo, o lugar comum da família nuclear era, no entanto, a cidade. A variedade de ocupações e a intensa movimentação populacional ligadas às maiores oportunidades de sobrevivência, distanciavam a necessidade de dependência, permitindo que os indivíduos vivessem com seus cônjuges e poucos filhos, sozinhos,

com alguns criados ou mesmo que as mulheres chefiassem a casa e sustentassem sua prole. Nesse sentido, o meio urbano dava maiores oportunidades ao indivíduo para ganhar a vida e manter sua casa.¹⁷

Em São Paulo, Brasil, por exemplo, na terceira década do século XIX, os modelos de família eram variados. Consequentemente, fica difícil falar num padrão único de família paulista. A predominância de nucleares, com estruturas mais simples, se alternava com domicílios minoritários de relações mais complexas de parentesco, amizade e trabalho. Entre os grupos dominantes, interessados em perpetuar fortunas e privilégios, a família e o casamento eram estratégicos, o que de certa forma contrastava com os demais segmentos que optavam por uniões ilegítimas e papéis informais.

Branco proprietários, geralmente endinheirados, constituíam famílias legítimas e com mais componentes, vivendo de negócios e da agricultura nas mansões assobradadas. Não chegavam a representar 27% das casas no recenseamento do ano de 1836.¹⁸

Ao lado das famílias nucleares, dos solteiros e viúvos com filhos e dos casais de prole pequena (35,4%), chama a atenção ao observador atento, o rol dos domicílios singulares (16,6%), principalmente na parte central da cidade, mais dedicada ao comércio. Especialmente na Sé, em meio ao burburinho das quitandas e vendas, viviam solitários, homens e mulheres, celibatários por convicção ou circunstância, por falta de dote ou de pretendentes.¹⁹

Os domicílios sem relações de parentesco entre os proprietários e os demais integrantes, representavam 27,7% do total. Ali dominavam as relações de trabalho entre os casais sem filhos e solteiros com escravos e agregados.

Tentando entender a estrutura da família latino-americana e as mudanças ocorridas, historiadores têm privilegiado a modernização política e econômica, em detrimento dos fatores sociais, para visualizar esse processo.²⁰

Nessa perspectiva, as transformações trazidas com a “modernidade” do século XIX, permitiram que novas formas de agrupamentos familiares viessem a tona, simplificando a antiga família patriarcal, onde uma vasta rede de parentesco estendia-se

verticalmente, pela miscigenação e horizontalmente, através do casamento entre a elite branca.²¹ Esqueceram, no entanto, que famílias nucleares sempre existiram desde os inícios dos tempos coloniais, com tipos específicos de morada, de relações sociais e de vida cotidiana.

Assim, no século XIX às transformações econômicas e políticas seguiram-se modificações nos hábitos e costumes da população, que no espaço público e no privado, deparava-se com novidades trazidas pelas idéias estrangeiras. O modo de viver, morar, constituir família e as necessidades materiais básicas tomaram novas feições, segundo as especificidades regionais.

No entanto, independentemente da dimensão espacial da morada e do *status* do morador, a casa era o local que, por excelência, as relações pessoais mais básicas ocorriam. O cuidado dos pais com os filhos, o respeito destes para com os progenitores, a escolha do cônjuge, os entendimentos pré-nupciais, as brigas e as separações enfim, toda uma gama de fatores importantes, para o andamento do lar.

Unidos legitimamente ou não, o certo era que, uma vez vivendo sob o mesmo teto, homens e mulheres tinham incumbências específicas à seu sexo. No rol de direitos e deveres cabia ao marido o poder de decisão formal, o papel de “cabeça do casal”, chefe de família, administrando os bens e sendo provedor e protetor da mulher e dos filhos. A esposa, por sua vez, respondia, com obediência, pelo bom desempenho do governo doméstico, da moral e dos laços familiares. Teoricamente, portanto, ambos desempenhavam funções de igual importância, mas desiguais na responsabilidade.²²

Na prática cotidiana, entretanto, o peso das responsabilidades femininas era muito maior. Como já indicamos anteriormente, em muitos casos mulheres casadas, viúvas e até mesmo solteiras, com ou sem prole, assumiam os negócios de pais e maridos ausentes, respondendo pelo andamento da casa, como verdadeiras chefes de domicílio.

Às mulheres reservavam-se, então, dois tipos de comportamento, determinados pela condição social. As pertencentes

às classes abastadas, geralmente, restringiam-se ao ambiente doméstico, à vida em família, ao marido e aos filhos. Afastando-se das relações ilícitas estavam mais próximas do ideal tradicional feminino, de reclusão e dedicação ao lar. As pobres, brancas, negras, índias ou mestiças lançavam-se às ruas, buscando a sobrevivência e, muitas vezes, lidando com outros códigos de moralidade.²³ Esse esquema geral não impedia, entretanto, que as mulheres ricas procurassem por uma efetiva participação social, saindo às ruas, então, com outros propósitos, onde fora do ambiente familiar buscavam novos espaços de sociabilidade.

E foi sem dúvida, o espaço público da rua, o que mais se transformou com as inovações do século XIX. Integrando pessoas de diferentes classes, cor, origem e ocupação, que transitavam rapidamente ou demoravam em conversas nas esquinas, ficava-se mais exposto ao “novo”. Nesse diário vai-e-vem, comercializava-se, fazia-se política, trabalhava-se, flertava-se e divertia-se, sem, contudo, esquecer-se de reforçar as disparidades dos vários *status* e funções existentes na sociedade.

Desse modo, em todos os momentos, a realidade oitocentista fazia questão de mostrar as diferenças de condições entre os gêneros, entre as classes, entre as regiões e, consequentemente entre as diversas ocupações. Assim, nas festas, no comer, no vestir e na maneira de se relacionar, cada categoria social possuía modelos característicos de sua própria especificidade, embora os padrões da elite, de modo geral, fossem impostos à sociedade como um todo.

A vestimenta funcionava como um desses diferenciadores, auxiliando a identificação da população nas diferentes classes sociais. Além disso, era um meio de medir a aculturação, exercida sobre índios e negros que passavam a querer imitar, quando possível, o traje dos senhores.²⁴ E era nos festejos, espaços precípuo da sociabilidade que esta aparecia com mais nitidez distinguindo ou por vezes homogeneizando os grupos sociais.

Como se pode perceber, eram distintos os modos de viver no mundo rural e no urbano, o que de certa forma refletia as divisões por classes, *status* social, poder e dignidade. Assim, trabalhavam, moravam, comiam, casavam, vestiam-se e divertiam-se, segundo as

limitações impostas, socialmente, à sua condição. A que se contar, também, com as transformações sócio-econômicas que ocorreram na América Latina, durante o século XIX. Convivendo com tradição e “modernidade”, a população latino-americana de algum modo vive essa transição, incorporando o “novo” sem desprezar as heranças culturais de suas respectivas regiões.

Isso explica um cenário de estruturas de famílias variadas, de relações sociais complexas e de redes de poder e de dominação, perpetuando-se ao longo do tempo, com resíduos especialmente na primeira metade do século XIX. Com o desenvolvimento dos núcleos urbanos e as transformações advindas do processo de industrialização, novas realidades serão incorporadas à vida dos habitantes. Alterações na demanda externa, outros pactos econômicos e políticos e mudanças no sistema de mão-de-obra vão operar, mais tardiamente no século XIX, inovações mais efetivas. Soma-se a tudo isso o processo de imigração e a abertura de novas oportunidades, para homens e mulheres no mercado de trabalho. Isso, sem dúvida, tem reflexos marcantes nas relações sociais e nos espaços e formas de sociabilidade que se definem com maior nitidez, já na virada para o século XX.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 As corporações referiam-se aos ofícios manuais, controlados pelo poder municipal. Possuíam, cada uma, sua bandeira específica, com a qual desfilavam nas ocasiões solenes e procissões obrigatórias. Estruturavam-se em *officiaes*, *mecânicos* e *mestres artistas*, após avaliação do Juiz de Ofício e autoridades das cidades. Ver: MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo - povoamento e população 1750-1850* [com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos] (trad.: da autora). São Paulo: Pioneira Editora/ EDUSP, 1974, p. 133 e 134.

2 RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980, p. 123.

3 ANDERSON, Rodney D. Race and social stratification: a comparison of working-class Spaniards, Indians, and Castas in Guadalajara,

Mexico, 1821. In: HAHR, The Duke University Press, vol. 68, nº 2, May 1988. pp. 235-237.

4 PELEGRINNO, Adela e CAMOU, Maria. *Montevideo, 1858-1859: población y estructuras familiares*. Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Historia Americana. s/d.pp. 13-17. Sobre a participação da mulher no mercado de trabalho, ver KUZNESOF, Elizabeth Anne. *A History of domestic service in Spanish America (1492-1980)*. (mimeo)

5 KEEN, Benjamin and WASSERMAN, Mark. *A short History of Latin America*. op. cit., p. 233.

6 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984, p. 9.

7 KUZNESOF, Elizabeth Anne. *A History of domestic service in Spanish America (1492-1980)*. op. cit., p. 14.

8 HUNEFELDT, Christine. *Mujeres: esclavitud, emociones e libertad - Lima 1800-1854*. Instituto de Estudios Peruanos - IEP. Peru: 1988. (Documento de Trabajo, 24). p. 6.

9 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*. São Paulo: USP, nº 114, p. 31-45, janeiro-junho, 1983. p. 33.

10 GUY, Donna J. *Lower-class families, women, and the law in nineteenth-century Argentina*. *Journal of Family History*. 1985. pp. 318-331. p. 322

11 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Mulheres sem história*. op. cit., p. 33.

12 DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. op. cit. e SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria Estadual de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

13 Sobre a filiação ilegítima e sua relação com os hábitos e costumes da população, como concubinato, adultério, prostituição, legitimação, mobilidade espacial e processo de herança, ver: LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

14 SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 3 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986, (coleção Tudo é História, 71) p.11 e CANDIDO, Antonio. The brazilian family, In: SMITH, Lynn and MARCHAND, Alexander (eds.). *Brazil portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951, p. 291-311.

15 MEZA, René Salinas. *Familia y hogar en Chile Central a mediados del siglo XIX, Los Andes, 1835-1865*. Congreso sobre História da População da América Latina. Ouro Preto, Brasil: 1989. p. 01-20. p. 2.

16 Ibid., p. 6.

17 RAMOS, Donald, *A estrutura demográfica de Vila Rica às margens da Inconfidência*. V Anuário do Museu da Inconfidência. Ouro Preto: 1978.

18 Ver: SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. op. cit.

19 Sobre os tipos de famílias na cidade de São Paulo, ver: Ibid.

20 LEVI, Darrel E. *A família Prado*. (trad.: José Eduardo Mendonça). São Paulo: Cultura 70 - Livraria e Editora S/A, 1977, p. 34.

21 Ibid., p. 22.

22 SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. op. cit., p. 107.

23 SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. op. cit., p. 112.

24 KEEN, Benjamin and WASSERMAN, Mark. *A short History of Latin America*. op. cit., p. 228.

BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, Rodney D. Race and social stratification: a comparison of working-class Spaniards, Indians, and Castas in Guadalajara, Mexico, 1821. In: *HAHR*. The Duke University Press, vol. 68, n° 2, May 1988. pp. 235-237.

CANDIDO, Antonio. The brazilian family. In: SMITH, Lynn and MARCHAND, Alexander (eds.). *Brazil portrait of half a continent*. New York: Dryden Press, 1951, p. 291-311.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. Mulheres sem história. *Revista de História*. São Paulo: USP, n° 114, pp. 31-45, janeiro-junho, 1983.

GUY, Donna J. Lower-class families, women, and the law in nineteenth-century Argentina. *Journal of Family History*, 1985. p. 318-331.

HUNEFELDT, Christine. Mujeres: esclavitud, emociones e libertad - Lima 1800-1854. *Instituto de Estudios Peruanos - IEP*. Peru: 1988. (Documento de Trabajo, 24).

KEEN, Benjamin and WASSERMAN, Mark. *A short History of Latin America*. Second edition, Boston: Rutgers University, 1984.

KUZNESOF, Elizabeth Anne. A History of domestic service in Spanish America (1492-1980). (mimeo)

LEVI, Darrel E. *A família Prado*. (trad.: José Eduardo Mendonça) São Paulo: Cultura 70 - Livraria e Editora S/A, 1977.

LOPES, Eliane Cristina. *O revelar do pecado: os filhos ilegítimos na São Paulo do século XVIII*. São Paulo: FFLCH/USP, Dissertação de Mestrado, 1995.

MARCÍLIO, Maria Luiza. *A cidade de São Paulo - povoamento e população 1750-1850* [com base nos registros paroquiais e nos recenseamentos antigos]. (trad.: da autora) São Paulo: Pioneira Editora/ EDUSP, 1974.

MEZA, René Salinas. Familia y hogar en Chile Central a mediados del siglo XIX, Los Andes, 1835-1865. *Congresso sobre História da População da América Latina*. Ouro Preto: Brasil, 1989. pp. 01-20.

PELEGRINNO, Adela & CAMOU, Maria. Montevideo, 1858-1859: población y estructuras familiares. Universidad de la Republica, Facultad de Humanidades y Ciencias, Departamento de Historia Americana. s/d.pp. 13-17.

RABELLO, Elizabeth Darwiche. *As elites na sociedade paulista na segunda metade do século XVIII*. São Paulo: Editora Comercial Safady, 1980.

RAMOS, Donald. A estrutura demográfica de Vila Rica às margens da Inconfidência. V *Anuário do Museu da Inconfidência*. Ouro Preto, 1978.

SAMARA, Eni de Mesquita. *A família brasileira*. 3a edição, São Paulo: Brasiliense, 1986, (coleção Tudo é História, 71).

SAMARA, Eni de Mesquita. *As mulheres, o poder e a família - São Paulo, século XIX*. São Paulo: Marco Zero, Secretaria Estadual de Cultura do Estado de São Paulo, 1989.

A NOÇÃO DE SOCIABILIDADE NAS OBRAS DE KANT E NORBERT ELIAS

Luiz Geraldo Silva

Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

Muitos dos comentadores das obras de Norbert Elias já estabeleceram relações entre o legado deste importante sociólogo alemão e as perspectivas teóricas de outros pensadores do mundo Ocidental. Em alguns casos, trata-se de justaposições pouco justificadas, como os vínculos estabelecidos por Renato Janine Ribeiro (1993) entre a obra daquele sociólogo e algumas proposições contidas em estudos produzidos por Michel Foucault. Em outros casos, percebe-se vínculos mais sensíveis e apropriados, como os que guarda a obra de Elias com teorias desenvolvidas por Sigmund Freud e Max Weber - aliás, interlocutores explicitamente evocados por aquele. Estes pensadores, contudo, aparecem na obra eliasiana não apenas enquanto teóricos que contribuíram, de alguma maneira, para o estabelecimento do projeto referente à investigação do chamado “processo civilizador”, mas, mais ainda, suas análises são vistas por Elias criticamente, pois se elas contêm méritos inegáveis - os quais são amplamente reconhecidos -, ao mesmo tempo, elas carregam certas noções que dificultam o pleno desenvolvimento do pensamento sistêmico levado a cabo pelo sociólogo aqui em questão.

Exemplo desta afirmação diz respeito ao fato de que se Elias, no segundo volume de *O Processo Civilizador* (1993), remete-se explicitamente a Max Weber ao tratar da questão da monopolização e da legitimação do uso da violência por uma autoridade central, ele nega as concepções em torno da noção de “racionalidade” tal como esta foi definida por este sociólogo. O fato de haver, após inícios da época moderna, uma monopolização da violência concomitantemente ao desenvolvimento dos Estados centralizados no Ocidente não significa que esta ocorrência se operou “racionalmente”, mediante a

ação intencional de algum indivíduo ou de um grupo social. Como veremos melhor adiante, paralelamente ao processo de desenvolvimento do Estado e dos monopólios tributários e da violência, operou-se lentamente um processo de autocontrole dos indivíduos - algo que Elias denominou de processo de “contenção e moderação das paixões” -, o qual nada remete a uma suposta “racionalidade”.

Por outro lado, sabe-se, igualmente, o quanto Norbert Elias é tributário das teorias levadas a cabo por Sigmund Freud. Contudo, se as concepções deste referentes à estrutura psíquica dos indivíduos são largamente utilizadas pelo primeiro, nada impede Elias de indicar os limites do emprego dos conceitos freudianos no projeto de investigação do processo civilizador. Na verdade, em termos puramente teóricos, Elias sugere que o quadro conceitual da psicanálise tem características muito comuns ao quadro conceitual da Sociologia, pois em ambos os casos o indivíduo aparece radicalmente apartado da sociedade (Elias, 1994). Ora, não há uma evolução autônoma da consciência humana ou da “razão” e, conseqüentemente, não se pode falar de um “inconsciente” “concebido como um *id* sem história”, o qual constitui o dado mais importante em toda estrutura psicológica.

Nossa intenção, aqui, não é buscar as fontes do pensamento de Norbert Elias, tarefa imensa, aliás, realizada com mérito por alguns de seus comentadores (Chartier, 1990; Malerba, 1996), mas apenas verificar a possibilidade de sugerir algumas linhas de análise em torno da noção de *sociabilidade* a partir de seu sistema de pensamento. Para aquém da obra eliasiana, contudo, tentaremos observar, a partir da problemática da sociabilidade, alguns vínculos possíveis entre certas idéias deste importante pensador do século XX e as proposições de um filósofo do século XVIII, cuja vida se estendeu até inícios do século seguinte: trata-se de Immanuel Kant (1724-1804). Neste sentido, vamos observar num primeiro momento como Kant elabora as noções de “desígnios da natureza” enquanto um fio condutor da história humana e de “sociabilidade insociável dos homens”. Num segundo momento, veremos como Elias pensa as relações entre indivíduo e sociedade e a noção de “configurações sociais”.

Inicialmente, cabe considerar que Kant não partilhava do

projeto de empreender a construção de um sistema metafísico de ampla aplicação e influência, como se pode perceber no projeto intelectual de alguns de seus contemporâneos, como Hegel (1770-1831), por exemplo; mesmo sua idéia de “desígnios da natureza” como fio condutor *a priori* da história humana foi pensada em termos muito comedidos. Neste sentido, para ele, sua idéia de “história universal” não pretendia “(...) por de lado o estudo da história única e propriamente *empírica*. É apenas uma idéia daquilo que uma mente filosófica - que de resto teria de ser profundamente versada em história - podia tentar a partir de um ponto de vista diferente” (Kant, 1984). Tal sugestão está contida numa de suas poucas reflexões sobre o processo histórico, um texto breve e de título curioso, publicado em 1784. Trata-se do ensaio *Idéia de uma História Universal de um Ponto de Vista Cosmopolita*, o qual foi também traduzido sob o título de *Idéias sobre uma História Universal, do Ponto de Vista de um Cidadão do Mundo*.

Neste breve ensaio, no qual estão contidas nove proposições gerais, mas firmemente encadeadas, Kant sugere que a história seria guiada, para além das ações humanas, não por uma concepção abstrata como a do Espírito hegeliano e sua essência, qual seja, o desenvolvimento da idéia de Liberdade; no lugar desta, encontramos a noção de “Natureza”. Conforme escreveu Kant naquele ensaio, seria impossível ao filósofo pressupor e identificar um “propósito racional” nos homens ou nos seus atos em geral; assim, ele não teria outra solução senão tentar “descobrir um *desígnio da natureza* nesta marcha absurda das coisas humanas”; só assim, diz-nos Kant, seria possível identificar uma história que obedeça a um determinado plano - neste caso, um plano da natureza (Kant, 1984).

Mas, de que modo a natureza se insinua no mundo histórico? Para Kant, o homem tem dadas disposições naturais a desenvolver, e dentre estas se encontra a razão. Embora a razão nos lembre que o homem tem sempre algo de artificial, ela constitui, ao contrário do que se pode pensar à primeira vista, uma derivação da Natureza ou, em outras palavras, uma das disposições naturais apresentadas pelo homem. Contudo, o desenvolvimento desta disposição natural não pode ocorrer isoladamente no indivíduo, mas apenas de modo coletivo, em toda espécie. Assim, se a natureza destinou um tempo curto de

vida aos indivíduos, ela requer uma série, “talvez interminável”, diria este filósofo, de gerações que, ao sucederem umas as outras, transmitam suas luzes ao longo do tempo e de modo sucessivo, num processo que culminaria com o desenvolvimento pleno dos “desígnios da Natureza”. A culminância de tal desenvolvimento contém uma perspectiva política e universal, uma vez que a história da espécie humana, ao seguir um “plano oculto da natureza”, produziria uma constituição política perfeita tanto interna às nações como externamente a estas; é esse grande concerto internacional que traduziria a plena efetivação dos “desígnios da natureza”. “E alcançar este momento”, diz-nos Kant, “deve ser, pelo menos idealmente, o objetivo dos esforços do homem; doutro modo, as suas disposições naturais teriam de ser consideradas, em grande parte, como vãs e sem finalidade, o que anularia todos os princípios de ordem prática e faria recair sobre a natureza a suspeita de ter andado a brincar infantilmente só com o homem, ela cuja sabedoria deve servir de princípio fundamental para a apreciação de todas as outras coisas” (Kant, 1984).

A segunda concepção kantiana para a qual queremos chamar a atenção é referente à idéia segundo a qual o meio que a natureza dispõe para levar a cabo o desenvolvimento de todas as disposições naturais, incluindo decisivamente entre estas o desenvolvimento da razão, é o antagonismo no interior da sociedade, posto que é este mesmo antagonismo que requer a regulação da vida social. Aqui Kant observa que a noção de antagonismo se funda no que ele chama de “sociabilidade insociável dos homens”, isto é, a tendência dos indivíduos de conviver socialmente ou de entrarem em sociedade, a qual é, todavia, profundamente urdida a uma tendência oposta, qual seja, a de se separar ou se isolar, de modo a um indivíduo específico tentar impor sua vontade à coletividade. Para Kant, esta manifestação da “sociabilidade insociável” estaria de acordo com a “natureza humana”, e constituiria uma propensão profundamente marcante no curso da história: “O homem”, escreve Kant neste sentido, “tem tendência para se associar, porque neste estado se sente mais que um homem, isto é, sente o desenvolvimento de suas disposições naturais. Mas tem também uma grande tendência para se separar (*se isolar*), porque encontra em si, ao mesmo tempo, a particularidade

insociável de querer dirigir tudo somente de acordo com o seu desígnio” (Kant, 1984).

A noção de “sociabilidade insociável” está no centro da perspectiva histórica elaborada por Kant. É dela, segundo este filósofo, que nasce a resistência de todos aqueles que desejam impor sua vontade à coletividade; e é tal resistência que, por sua vez, desperta todas as forças do homem, que o leva a vencer sua propensão à preguiça e, “(...) levado pela ambição, instinto de domínio e cobiça, a conquistar um lugar entre os seus semelhantes, que ele não *suporta*, mas sem os quais, ao mesmo tempo, não consegue *passar*” (Kant, 1984). É a partir dessa noção de sociabilidade insociável, portanto, que se pode entender, na perspectiva kantiana, os passos que levam a humanidade do barbarismo para a cultura, ou a constituição do talento e do gosto, e é, igualmente, graças a ela que se garante a continuidade de certas tradições, as quais dão ensejo à fundação de uma forma de pensar. É esta elevação que acarretará, enfim, a transformação de um acordo *patologicamente* conseguido em um *todo moral*, socialmente aceitável por todos os indivíduos.

Olhando o futuro ao longo da segunda metade do século XVIII, Kant crê que, de um lado, seria necessário criar uma constituição universal, a qual submetteria todos os senhores a um único senhor e, por outro lado, cada Estado, isoladamente, deveria ater-se a moralizar e a cuidar da formação *interna* de cada um de seus cidadãos. Sociedade e indivíduo, portanto, não deveriam estar separados por um abismo, mas, ao contrário, formar o indivíduo era tarefa prioritária para a construção de uma constituição universal. Apontando, talvez pela primeira vez na história intelectual do Ocidente, para a distinção entre civilização e cultura, distinção aliás retomada, mas de modo diferente, na linha de análise desenvolvida em nosso século por Norbert Elias, Kant nos convida a refletir sobre o processo de “contenção das paixões” que constituiria a base de um relacionamento mais adequado entre os Estados: “Encontramo-nos *cultivados* em alto grau pela arte e pela ciência”, diz-nos ele.

Somos *civilizados*, até ao excesso, para tudo quanto diz respeito à urbanidade e às boas maneiras da sociedade.

Mas ainda nos falta muito para nos podermos já considerar moralizados. Porque a idéia da moralidade pertence ainda à cultura; mas o emprego dessa idéia, limitado apenas à aparência de moralidade no amor da honra e da decência exterior, constitui apenas a civilização. Mas enquanto os estados continuarem a despender todas as suas forças nos seus vãos e brutais objetivos de expansão, impedindo assim continuamente o lento esforço da formação interna do modo de pensar dos seus cidadãos e privando-os mesmo de todo o apoio nesse sentido, nada de semelhante se poderá esperar, pois para isso é necessária uma longa elaboração interna de cada comunidade, atinente à formação dos seus cidadãos. Porém, todo o bem que não seja enxertado numa boa formação moral não passa de mera aparência e de miséria dourada. Será neste estado que a raça humana permanecerá, enquanto não conseguir laboriosamente sair, pela forma que indiquei, do caótico estado em que se encontram as relações entre os Estados” (Kant, 1984).

Esta passagem foi retomada e comentada por Norbert Elias em seu mais importante estudo, *O Processo Civilizador* (1990), editado pela primeira vez em alemão em 1939. Em seu comentário, Elias sugere que Kant não designava, com tal distinção entre civilização e cultura, um *ethos*, ou um sentimento de pertença a uma comunidade alemã, porque a Alemanha, tal como a conhecemos hoje ou tal como Elias a via na década de 1930, ainda não existia; Kant, então um porta voz de uma *intelligentsia* alemã, ou falando do ponto de vista de um “cidadão do mundo”, apontava o contraste interno à sua sociedade entre uma nobreza cortesã “civilizada” em sua aparência, mas moralmente empobrecida aos seus olhos, e uma classe média que falava alemão e preconizava valores distantes dos referenciais franceses que então predominavam na sociedade de corte - os quais incluíam o uso constante da língua francesa, por exemplo. Contudo, ao partir para a crítica à sociologia praticada em sua época e ao utilizar, mesmo que criticamente, utensílios conceituais da psicanálise, Elias caminhou por trilhas muito próximas daquelas desbravadas por Kant na segunda metade do século XVIII.

Uma primeira aproximação destas perspectivas, resguardadas as suas profundas diferenças históricas, dadas, antes de mais nada, pelo avanço de campos epistemológicos referentes às ciências sociais e humanas entre o século XIX e inícios do século XX, diz respeito ao fato de que, para Elias, constitui um absurdo pensar de modo apartado o indivíduo e a sociedade. Neste sentido, em primeiro lugar, leve-se em conta o arcabouço conceitual proposto por Elias em *O Processo Civilizador* (1990; 1993). Ali, Elias identifica uma “psicogênese” e uma “sociogênese” do processo em questão; por psicogênese entende-se o desenvolvimento da contenção e da moderação das paixões que levará o homem do Ocidente ao autocontrole necessário para ingressar em certas formas de sociabilidade que vão se formando desde as casas principescas dos séculos XI e XII, passando pelas cortes absolutistas, até as formações altamente complexas e centralizadoras dos atuais Estados nacionais. A “psicogênese”, portanto, diz respeito diretamente às estruturas de personalidade dos indivíduos, as quais vão se alterando historicamente ao mesmo tempo que o conjunto da sociedade ocidental. Por “sociogênese”, entende-se o fundamento das mudanças ocorridas em toda sociedade e, particularmente, no Estado, as quais nada têm de “racional” ou de teleológico, como se pode deduzir, as vezes muito rapidamente, de aspectos tais como os monopólios da violência e da tributação em mãos de um príncipe absolutista. Na verdade, sem a psicogênese que ocorre paralelamente, pouco ou nada se poderia compreender da sociogênese da sociedade e do Estado ocidentais, conforme o quadro explicativo proposto por Norbert Elias.

Mais amplamente, Elias foi um severo crítico da sociologia do conhecimento, tal como esta era praticada na década de 1930 ou até mais recentemente (década de 1960, quando este elabora a famosa “Introdução” a *O Processo Civilizador*, escrita em 1968). Neste sentido, ele apontou o divórcio injustificado entre um mundo “exterior” que se queria conhecido e um saber “interior”; ora, por esta via tornam-se obsoletas antinomias tais como “natureza” e “sociedade”, “natureza” e “cultura”, “indivíduo” e “sociedade” e “objeto” e “sujeito” (Elias, 1990). Tal problema, a rigor, está inserido na raiz da própria divisão dos saberes presente às ciências sociais e humanas em geral. Como sugere Elias, o

“(…) indivíduo se satisfaz com a metáfora espacial de ‘interno’ e ‘externo’ mas não faz nenhuma tentativa séria de localizar o ‘interior’ no espaço. Embora esta omissão em investigar cada um das suas próprias pressuposições dificilmente seja apropriada ao procedimento científico, tal imagem preconcebida do *homo clausus* domina o palco não só na sociedade em geral mas também nas ciências humanas. Seus derivativos incluem não só o tradicional *homo philosophicus*, a imagem da epistemologia clássica, mas também o *homo oeconomicus*, o *homo psychologicus*, o *homo historicus*, e não menos o *homo sociologicus* em sua versão moderna (...). A fim de superar esse beco sem saída da sociologia e das ciências sociais em geral é necessário deixar clara a inadequação de ambas as concepções, a de indivíduos fora da sociedade e, igualmente, a de uma sociedade fora de indivíduos” (Elias, 1990).

Desse modo, os homens são parte indissolúvel da natureza, tal como os indivíduos não podem ser pensados “fora” da sociedade, nem, inversamente, a sociedade pode ser concebida “fora” dos indivíduos. A sociedade, enquanto rede interrelacional que congrega os indivíduos, é dinâmica; contudo, ela apresenta uma ordem, a qual ninguém planejou, mas que possui inteligibilidade.

“Natureza” e “sociedade” e “indivíduo” e “sociedade”, portanto, não constituem elementos estanques nem na perspectiva kantiana nem na obra de Norbert Elias. Contudo, a proposição de Elias nesta direção aponta para categorias que longe estão de sugerir qualquer imutabilidade ou qualquer teleologia. Não estamos aqui, e isto é óbvio, diante de noções como a de “desígnios da natureza” enquanto fio condutor da história, nem, muito menos, como na perspectiva hegeliana, diante da noção abstrata do Espírito absoluto e sua essência, a idéia de Liberdade; já nos encontramos, na leitura da obra eliasiana, para além mesmo das noções de “sociedade” ou “civilização” como sistemas em estado de repouso, ou enquanto verdadeiros circuitos fechados no interior dos quais caberiam aos sujeitos apenas cumprir “papéis” ou “funções” sociais; trazendo ecos da tradição alemã, aqui consubstanciada na *Idéia de uma História*

Universal de Kant, Elias acena para a elaboração de uma teoria social cujo objeto remete não a um “ser”, mas a um “sendo” (Malerba, 1996). Sua principal lição aos historiadores consistirá na sugestão de não olhar para o passado mediante categorias retrospectivas, ou, teleologicamente, olhar para o futuro esperando a “felicidade geral” como decorrência do processo civilizador, como acreditaram alguns de seus leitores mais ingênuos; trata-se, isto sim, de apreender ação e pensamento individuais e sociais num momento historicamente preciso, dentro do qual não se pode ter a menor idéia acerca de qual curso tomará o rumo dos acontecimentos (Elias, 1994).

Examinemos esta proposição a partir de um caso específico e exemplar. Em seu estudo publicado postumamente, *Mozart, Sociologia de um Gênio* (1995), Elias sugere que este importante compositor do século XVIII se constituía num *outsider* no interior de uma sociedade dominada pelos valores e gostos decorrentes de uma aristocracia de corte. Mozart *tornou-se* um gênio - pois nada é inteiramente inato ou genético - em decorrência de uma formação rígida e aprisionadora, levada a efeito por seu próprio pai, Leopold, desde os seus 3 anos de idade. Tal formação o fez viajar por toda Europa, e travar contato com os maiores músicos da época, tais como Bach e Haendel, em Londres, ou Martini, na Itália. Graças a sua educação rígida e psicologicamente deformadora e a tais contatos com músicos importantes de várias cortes européias, ele pode fundir os vários sub-estilos locais e produzir uma música altamente refinada, a qual se não rompia com os padrões da arte aristocrática, sintetizava excessivamente suas nuances, regionalmente dispersas por toda Europa.

O resultado disso tudo é que sua música tornou-se estranha aos ouvidos dos membros da corte, e mais particularmente da corte vienense, a qual ele amava e desejava por ela ser amado. Ao passo que se auto reconhecia enquanto um “gênio” numa sociedade que desconhecia o conceito romântico de gênio, Mozart lutou, desse modo, para se libertar das relações com aristocratas, patronos e senhores, tentando, ao mesmo tempo, se estabelecer em Viena enquanto “artista autônomo”. Tal categoria de artista, no entanto, não existia em fins do século XVIII; um escritor, por exemplo, poderia viver mais ou menos comodamente naquele contexto histórico, uma vez que se

formava, desde então, um público leitor burguês ou de condição média que o poderia sustentar, ao comprar as suas obras. Mas isto não ocorria aos músicos. A dependência destes em relação à corte e aos patronos era intensa, sobretudo levando-se em conta o gênero caro e dispendioso ao qual Mozart, particularmente, se dedicava mais apaixonadamente: a ópera. Contudo, ao olhar para trás, presunçosamente, os biógrafos de Mozart apenas se deram conta de que ele, em seu conflito com a sociedade de corte, constituiu-se num derrotado, em alguém que perdeu a batalha. Para Elias, esta visão *a posteriori* é a “história”! Na verdade, ela, antes de mais nada, nos impossibilita compreender o significado que, no passado, o curso dos eventos tinha para as pessoas. Como Elias sugere n’*O Processo Civilizador* (1993), muitos dos aspectos das lutas entre a burguesia, ou estratos médios, e a nobreza, ao longo de 8 séculos, foram pouco estudados; um desses aspectos diz respeito exatamente às tensões individuais, internas às pessoas, marcadas por essas lutas. Para tanto, como sugere o sociólogo aqui em questão, é necessário elaborar “(...) um modelo teórico verificável da configuração que uma pessoa (...) formava, em sua interdependência com outras figuras sociais da época”. (Elias, 1995).

Por fim, a idéia de interdependência nos remete, mais uma vez, à noção de sociabilidade, e esta, por sua vez, pode ser melhor observada na obra eliasiana a partir do conceito de *configurações sociais*, o qual está intimamente associado à noção tradicional de *habitus*. E aqui, mais uma vez, ecos do pensamento kantiano, consubstanciados na noção de “sociabilidade insociável”, se fazem presentes, posto que antinomias como “indivíduo” e “sociedade”, como vimos, não constituem, nem na obra sociológica do primeiro nem na obra filosófica de Kant, elementos apartados.

Como sugeriu recentemente Jurandir Malerba em artigo sobre Norbert Elias, o processo de contenção e moderação das paixões e a crescente divisão funcional, articulada por agências especializadas de coordenação e integração, se processam de modo paralelo, “(...) vinculando os indivíduos em cadeias de interdependências que foram se ampliando, inserindo-os em *configurações sociais* as mais diversas”. (Malerba, 1996). É através desta noção que Elias nos impede de fazer qualquer opção forçada

entre “indivíduo” e “sociedade”. Neste sentido, cada pessoa possui uma estrutura de personalidade - que pode ser melhor designada por “estrutura *social* de personalidade” - mediante a qual estabelece interações com os demais indivíduos. Contudo, tal estrutura de personalidade possui íntima relação com o *habitus* social de cada indivíduo; portanto, ela não é inata ou genética, mas algo que é construído socialmente, ao longo de toda a vida da pessoa, à medida que este interage com os que estão ao seu redor. Esse *habitus*, curiosamente, não apenas identifica, mas também distingue um indivíduo dos demais, ou cria um equilíbrio na relação Nós/Eu - o qual é profundamente variável historicamente. A rigor, portanto, ninguém é um “Eu” separado de um “Nós”. Neste ponto, como sugere Elias, não podemos fechar

“(...) os olhos para o fato, bastante conhecido fora do campo da ciência, de que cada pessoa singular, por mais diferente que seja de todas as demais, tem uma composição específica que compartilha com outros membros de sua sociedade. Esse *habitus*, a composição social dos indivíduos, como que constitui o solo de que brotam as características pessoais mediante as quais um indivíduo difere dos outros membros de sua sociedade. Dessa maneira, alguma coisa brota na linguagem comum que o indivíduo compartilha com os outros e que é, certamente, um componente do *habitus* social - um estilo mais ou menos individual, algo que poderia ser chamado de grafia individual inconfundível que brota da escrita social”. (Elias, 1994).

O uso dos pronomes na obra eliasiana sublinha precisamente a grande interdependência entre as noções de indivíduo e sociedade que podem ser melhor captadas através das noções de configurações sociais e de *habitus* social. Na verdade, existem várias configurações no mundo social, e o indivíduo, o “Eu”, pode pertencer a várias dessas configurações, ou a muitos “Nós”. A autoconsciência do indivíduo - aspecto apenas existente entre os homens no conjunto da natureza - pode levar este a ver-se, ao mesmo tempo, como um “Tu”, enquanto

as oposições e conflitos grupais, tribais ou nacionais remetem frequentemente a um “Eles” oposto a um “Nós”. (Elias, 1994). Uma pessoa, desse modo, pode ser membro de uma família, aluno em uma escola, ou associado a uma instituição clandestina, além de pertencer a um país ou a uma região litorânea ou serrana, por exemplo. Cada uma dessas situações incidirá sobre seu *habitus* social, o qual perpassa, por sua vez, as várias redes de sociabilidade nas quais ele estará inserido. O “nós”, assim, num processo contínuo e nada esquemático, influenciará constantemente o “eu”, e *vice-versa*. Definitivamente não estamos diante de uma noção de “sociedade” ou de “indivíduo” fechadas ou dotadas de alguma harmonia imanente, sobretudo porque, como já sugerimos, os pratos da balança que equilibram o “Eu” e o “Nós” variam com frequência ao longo do processo histórico. (Elias, 1994).

Ademais, não estaremos aqui ouvindo ecos da noção de “sociabilidade insociável” elaborada na segunda metade do século XVIII por Immanuel Kant? Ora, segundo este filósofo, como vimos, o “(...) homem tem tendência para se associar, porque nesse estado se sente mais do que um homem (...) Mas também tem uma grande tendência para se separar ... porque encontra em si, ao mesmo tempo, a particularidade insociável de querer dirigir tudo somente de acordo com seu desígnio”. A diferença essencial que depõe a favor dos séculos que separam as concepções aqui em questão, reside precisamente no esquecimento da disposição da natureza humana que rege as relações entre o indivíduo e a sociedade, a qual revelaria para Kant “a ordenação de um criador sábio”. Elias, diferentemente, constrói, por sua vez, a imagem dos milhares, depois milhões, de seres humanos percorrendo o mundo, com seus pés e mãos ligados por fios invisíveis, sem haver nenhum fio condutor que os leve por quaisquer caminhos pré-determinados. (Malerba, 1996).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHARTIER, Roger. Formação social e *habitus*: uma leitura de Norbert Elias. In: CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. *O processo civilizador. Formação do Estado e Civilização*. v. II Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *O processo civilizador : uma história dos costumes*. v. I. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

_____. *Mozart, sociologia de um gênio*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

KANT, Immanuel. Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita. In: GARDINER, Patrick. (org.). *Teorias da história*. Lisboa : Calouste Gulbenkian, 1984.

MALERBA, Jurandir. Sobre Norbert Elias. In : MALERBA, Jurandir. (org.). *A velha história: teoria, método e historiografia*. Campinas: Papirus, 1996.

RIBEIRO, Renato Janine. (1993). Uma ética do sentido. In: ELIAS, Norbert. *O processo civilizador : formação do Estado e civilização*. v. II. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

DEMOGRAFIA HISTÓRICA, ESPAÇO E SOCIABILIDADES

Sérgio Odilon Nadalin¹

Professor Adjunto do Departamento de História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

I - Introdução.

Nesta ocasião tão importante para nós, para mim especialmente, minha fala não se destina a fazer uma abordagem historiográfica, nem uma explanação teórica sobre o que entendo ou o que o grupo ao qual pertenço no DEHIS entenderia como *espaço* e como *sociabilidade*. Se, de um lado, inferimos o segundo conceito como plural, está nos nossos propósitos pelo menos considerar que o “espaço” não seja propriamente singular. De qualquer maneira, nossa linha de pesquisa ainda está em construção – e disso estamos bem conscientes. E esse “em construção” não é uma metáfora do “eterno fazer-se e refazer-se da história”. Tem muito mais a ver com a reorganização que se está fazendo nos cursos de pós-graduação em História da Universidade Federal do Paraná e, da mesma forma, com os novos quadros de professores do Departamento. Portanto, “em construção” espelha a efetiva preocupação dos docentes que compõem nossa linha de pesquisa em organizar um grupo articulado por interesses comuns. Interesses sobretudo temáticos, e não necessariamente de enfoque teórico-metodológico, pois a experiência tem nos ensinado que a diversidade é muito mais instigante que a unidade.

Por outro lado, se a minha comunicação nessa oportunidade tem um propósito, este seria o de refletir sobre a existência de uma “linhagem” neste Departamento, cuja matéria fundadora é a *demografia histórica*. É evidente que – e dificilmente poderia ser diferente –, o eixo dessa reflexão passa pelo meu percurso na

Universidade; ou seja, por um pouco de minha memória.

II - Lembranças.

A minha formação define-se a partir de uma tendência historiográfica que imperou nos anos 70. Era a época de Braudel, da história econômica, da “cliometria”; era o momento da referência principal dos *Annales* e, nesse contexto, do desenvolvimento da história demográfica. Fiz parte da primeira turma deste programa de pós-graduação, que tinha duas opções curriculares, história econômica e história demográfica. Seu *folder* apresentava como ilustração e pano de fundo o supra-sumo da modernidade historiográfica à época – uma série de cartões perfurados.

Como eu ouvi uma vez a Professora Cecília Maria WESTPHALEN comentar, a opção singular de nossos cursos sempre foi *metodológica*; eu diria, até, *técnica*, num certo sentido. Integrávamos no final dos anos 60 um grande projeto, que marcou época, e eu estou me referindo ao *Levantamento de Arquivos*². Era seu objetivo inventariar os arquivos paranaenses, segundo uma metodologia específica e intensamente divulgada³ de modo a indicar aos historiadores o conteúdo relativamente sumário das coleções de documentos custodiadas pelos acervos concernentes.

Naquele tempo, o rito de iniciação de quem pretendia ser historiador na Universidade Federal do Paraná passava pelo arregaçar das mangas, muita saúde, disposição e roupa velha – como herança, geralmente uma renite alérgica –, para *levantar* arquivos; levantar, inclusive, no sentido mais literal da palavra: guardamos evidências de que alguns arquivos do interior foram “levantados” com o providencial auxílio de carrinhos-de-mão. Ao sermos introduzidos na pesquisa, muitos de nós éramos estimulados, igualmente, a refletir sobre tema da imigração estrangeira, conforme sua origem “étnica”. Desse modo, marcado pela metade materna de minhas origens, fui conduzido naturalmente ao levantamento do arquivo cujo acervo continha os primeiros documentos sistematizados que testemunhavam a presença de imigrantes de origem “alemã” na capital paranaense: refiro-me à

paróquia fundada por Luteranos, em 1969 ainda denominada “Comuna Evangélica de Curitiba”.⁴

Tais fatos, entre outros, marcaram igualmente a primeira fase de nosso curso. Sua *opção demográfica* – hoje denominaríamos “área de concentração”, ou talvez “linha de pesquisa” – tinha como suporte o projeto *História demográfica do Paraná*⁵, desdobramento do arrolamento das informações contidas em *registros paroquiais*; no seguimento, conseguiu-se trazer para nosso Departamento cópia das *listas nominativas de habitantes*, cujos originais encontram-se depositados no Arquivo do Estado de São Paulo. É óbvio, dessa forma, que esse projeto estava intimamente articulado ao mencionado programa de levantamento de arquivos paranaenses, que pressupunha uma segunda fase, a do *arrolamento* da documentação. Assim, a continuidade do meu itinerário passou pelo arrolamento de dados demográficos da comunidade dos luteranos em Curitiba.

Arrolamento em termos, pois, na verdade, arrolar significava um trabalho ainda mais penoso, que constituía no “fichamento” de cada documento do arquivo já levantado. Pelo que me lembro, as únicas tentativas nessa direção foram encaminhadas nos exercícios orientados pelo Professor Jayme Antonio CARDOSO junto com seus alunos da antiga disciplina de “Introdução à História”⁶. Grande parte dos docentes do Departamento, e aqui me incluo, investiram na transcrição de informações com características sócio-demográficas obtidas dos livros de casamento, batismos e óbitos de diversas paróquias da capital – e essa tarefa foi empreendida com entusiasmo. Equipes de estudantes e professores foram formadas, lideradas pela Professora Altiva Pilatti BALHANA – responsável pelo projeto – deslocando-se para vários locais da cidade e periferia. Eu e alguns alunos, e Ana Maria BURMESTER depois também colaborou, copiamos abreviadamente em fichas especiais FLEURY-HENRY a base de dados contidos nos registros da comunidade luterana, desde os primeiros assentamentos realizados em 1866, até 1969. Esse investimento, completado com a constituição de um arquivo de fichas de famílias reconstituídas⁷, marcou a história de minhas opções como pesquisador.

Os objetivos do projeto “história demográfica” eram amplos

e verdadeiramente ambiciosos. Em síntese, visava-se o “estudo numérico da população e da estrutura social paranaense no tempo”⁸. Apesar de que, nos desdobramentos dos objetivos, ficasse clara a definição demográfica retrospectiva da investigação pretendida, sua articulação com o “social” estava salvaguardada: mencionava-se também a intenção de reconstruir a estrutura ocupacional da população, obter dados sobre a dimensão da família, sobre o grau de instrução, e o padrão de vida da sociedade paranaense. Por outro lado, embora as características multidisciplinares da demografia histórica fossem mencionadas, o projeto departamental não explicitava de que maneira se passaria de uma fase descritiva da demografia para uma fase mais analítica, abrangida pelo vasto campo que denominamos *estudos populacionais*. Mas o primeiro passo tinha sido dado. A consistência do projeto, sua atualidade historiográfica na época, os investimentos no arrolamento de dados demográficos retrospectivos, tudo o recomendava. E foi assim que nasceu o “grupo do Paraná”.

Logo, também, começaram a acontecer mudanças no programa de pós-graduação. Éramos, cerca da metade dos anos 70, quase todos mestres e doutores. Inúmeras dissertações foram produzidas na área da história demográfica, e ressaltou um dos resultados significativos: pela primeira vez foi indicado de maneira empírica que, pelo menos no Brasil Meridional, a maioria das famílias da sociedade tradicional não se constituía em domicílios extensos ou complexos, o que colocava em discussão o velho paradigma da família patriarcal. Pela primeira vez também reconstituíam-se famílias no Brasil, inclusive de populações luso-brasileiras – o que se dizia ser impossível⁹. Infelizmente, nossa produção não teve visibilidade nacional e, de outro lado, apesar da dedicação de muitos, o empreendimento não frutificou da maneira como desejávamos. O programa era ambicioso – talvez em demasia –, principalmente considerando-se que o grupo se desagregou um pouco no processo de complementação da capacitação docente traduzida pelo doutoramento. Como o próprio projeto original grifava, a história demográfica não era só parte da *história social* – sua *ante-câmara*, numa feliz expressão de DUPÂQUIER¹⁰. A idéia era consolidar pesquisas que alicerçassem gradativamente uma nova opção para o

mestrado, a área de concentração em história social, que o programa considerou amadurecida para ser implantada em 1977.

Todavia, no meu entender, o projeto *História demográfica do Paraná* não dava conta da ampliação pretendida; faltou, na continuidade, um projeto realmente novo que fundamentasse a área de história social como linha de pesquisa, articulando suas raízes. Essas condições dariam uma identidade à nova área de concentração. Porém, paulatinamente, essa opção tornou-se – perdoem-me a expressão, mas ela foi recorrentemente utilizada mais tarde –, um *saco de gatos*. Em outros termos, chegamos a estranha situação de duas áreas consolidadas verem desaparecer sua clientela a olhos vistos, principalmente em relação à história demográfica. A terceira área, mais nova, e pelo contrário, era cada vez mais demandada. E dessa forma eram aceitos no programa um variado leque de projetos cujo denominador comum era o fato de não problematizarem seus temas a partir de recortes ou opções metodológicas oriundos da Economia ou da Demografia.

Penso, igualmente, que a criação do Doutorado em “História Demográfica”, cujo processo depositou-se em 1982, foi uma opção conseqüente. Todavia, sempre tivemos poucos alunos nessa área. Imagino que, pelo mesmo conjunto de fatores de rejeição à opção no mestrado, cujo fundo não cabe nesse espaço especular; além disso, a estrutura proposta era demasiadamente rígida em relação aos novos padrões de cursos de doutorado que começavam a concorrer conosco.

Quanto a mim, antes de tudo isso acontecer, já havia feito a minha escolha: fui fazer meu doutorado com o grande criador da demografia histórica moderna, Louis HENRY¹¹. Embora não fosse muito forte nas matemáticas e na estatística, tinha uma tendência para o *experimental*: nesse sentido, a partir de minha volta da França comecei realmente a pensar na base de dados que havia constituído, configurando um *laboratório*, muito particular, de história da população. Os efetivos da paróquia congregavam-se em uma comunidade étnica e num grupo social bem identificado numa cidade em processo de urbanização, o que se constituiu no fundamento para uma gradativa problematização do que eu viria a chamar de uma

história demográfica da aculturação ¹².

III - A história dos contatos culturais: uma história de “espaços e sociabilidades”?

Mas, como disse, o modelo daquele programa de pós-graduação esgotava-se. Era necessário flexibilizar o currículo, diminuir a exigência de créditos em disciplinas, articular o mestrado e o doutorado de forma objetiva, dinamizar novas áreas de concentração. Desde o final dos anos 80, a partir de uma série de seminários, os professores do Departamento começaram a pensar numa reformulação drástica dos cursos, que resultou, finalmente, numa nova estrutura de mestrado e doutorado, fundada em quatro linhas de pesquisa. Uma delas tinha como referência o antigo recorte demográfico, mas foi recriada de modo a sintetizar uma fórmula historiográfica mais ampla e, na sua origem, anterior ao surgimento da disciplina tal como a conhecemos. Refiro-me à *história das populações* que, como era concebida, traduzia de preferência um *tema* ou *uma situação problema*, em vez de uma opção metodológica e, muitas vezes, simplesmente técnica, como era o caso da demografia histórica. De modo que um tema, como o dos *comportamentos populacionais* deve, pela sua natureza, “pressupor o cruzamento de diversos procedimentos de análise”; ou seja, de um lado, avaliados demograficamente; por outro, “pela lógica de uma dada experiência social” ¹³. Pensando a História das Populações como o recorte diacrônico dos Estudos Populacionais – portanto, um campo de análises multidisciplinares –, apontávamos para as questões que os historiadores estavam formulando, tais como as que ocorriam na história cultural em seu diálogo com a antropologia, e na história do imaginário em sua aproximação com a psicologia.

Éramos (ainda somos) um departamento “jovem”, e continuávamos sendo ambiciosos. O número de docentes do DEHIS, principalmente aqueles envolvidos no pós-graduação, dificilmente comportava quatro áreas de investigação. Muito recentemente, o que consubstanciámos neste anos de 1997, integramos as linhas de

pesquisa anteriores em duas, das quais interessa-me enfatizar uma. Evidentemente, eu continuava insistindo no meu “investimento”, que já havia me propiciado “lucros” e continuava a me dar “benefícios”. Pensava a história das populações articulando algumas tendências no interior dos espaços e das sociabilidades. A partir de minhas fichas de família, eu já havia desenvolvido alguns exercícios interessantes beirando a história cultural. Refiro-me em especial às articulações entre os comportamentos demográficos e a construção da identidade étnica por uma comunidade de origem imigrante¹⁴. Além das virtualidades da utilização metodológica do *ciclo vital* como uma temporalidade própria da história, parece-me que é por onde o conceito de *sociabilidade* encontra um dos seus espaços de aplicação. Na medida que o quadro das possibilidades de análises quantitativas se esgota, principalmente face ao perigo da pulverização em demasia dos dados numéricos, nossa tendência, colorida por novos problemas e novas opções teórico-metodológicas, tem se guiado no sentido de redescobrir o *micro*, o indivíduo. Evidentemente, o indivíduo dentro do grupo, problematizado nas suas relações com a família e com o espaço doméstico, na comunidade e na cidade, no clube, na igreja, e assim por diante. No limite, naturalmente, passando também pelas esferas do *poder*, mas esta já é outra história. Do ponto de vista metodológico, acrescenta-se a possibilidade de reconstituição de histórias de vida, de ciclos familiares e de genealogias; ainda nessa perspectiva, a articulação do indivíduo integrado à sociedade. Enfim, sociabilidades, construídas enquanto “representações coletivas (...)”, ao mesmo tempo coercitivas e assumidas, que fazem dele (quer dizer, do indivíduo) um ser social”¹⁵. É nessa perspectiva que insiro os recentes ensaios metodológicos que realizei utilizando o conceito de *compadrio*¹⁶; da mesma forma, outras *démarches*, como aquelas desenvolvidas recentemente por Cuca Machado e Malu Andreazza (1994 e 1996).

Agora, mais objetivamente, como o tema das sociabilidades aflora das análises dos comportamentos demográficos? A meu ver, contrapondo as *relações sociais* – que explicam e são explicadas pela dinâmica demográfica –, com as “relações” igualmente desenvolvidas pelo *indivíduo* e o(s) grupo(s) ou/e a camada social à qual pertence. Refiro-me novamente, para ficar num exemplo, ao

caso do *compadrio*, fenômeno pertinente às conexões que se produzem no interior e no entorno da “família”. Sem dúvida, sociabilidades desenvolvidas por um determinado casal que pretende consolidar e ampliar laços com parentes consangüíneos e por afinidade, com novos “parentes”; enfim, com a comunidade circundante.

Ora, a problematização do *compadrio* na história de um determinado agrupamento social deve – *porque é história* –, considerar necessariamente a sucessão das gerações no interior do grupo *no tempo*, bem como *o tempo* da constituição dos ciclos vitais. Ou seja, de um grupo de gerações a outro, os imperativos que norteiam a escolha dos compadres nos batismos sucessivos dos vários filhos em função da ordem de nascimento variam, como deve ou pode variar o número de filhos tidos. Quero dizer que, a meu juízo, a escolha dos padrinhos tem como um dos parâmetros a visão de mundo preponderante no contexto social da época e da cultura em referência.

Para explicar o meu ponto de vista, recupero uma história bastante conhecida: se o grupo social encara o casamento e os filhos como *investimento*, os indivíduos deixar-se-ão eventualmente guiar por preceitos *pré-malthusianos*; e, o que é mais provável num tal contexto, serão encaminhados ao matrimônio o mais cedo possível. Numa contextura *comunitária*, a combinação honra, respeitabilidade, *status* e necessidade de mão-de-obra para a produção familiar impedem o desenvolvimento de considerações relacionadas à limitação da prole. Historicamente, no Ocidente foi introduzida a possibilidade de uma nova ideologia da procriação. Encarar a união conjugal e os filhos como *despesa*, como um luxo que tem custos sociais e econômicos, constituiria fruto de uma “nova” racionalidade¹⁷. Essas mudanças recentes nas estruturas mentais permitiram aos casais encarar a possibilidade de controlar o número de crianças desejadas.

De modo que, num regime *prémalthusiano*, os critérios para a escolha de padrinhos são necessariamente diferentes daqueles definidos pelos casais que não só têm poucos filhos – *têm poucos filhos porque assim determinaram!* No mínimo, numa situação como essa, os padrinhos devem ser escolhidos com critérios muito

especiais – e uma variável importante neste caso refere-se ao número deles permitido pela Igreja. Porque, se os padrinhos, como *pais espirituais*, devem substituir os pais na falta deles, as opções para a escolha de compadres têm de ser colocadas em função dessas considerações. Principalmente porque essas premissas colocam-se num sistema onde os benefícios ou os recursos fluem *para baixo*¹⁸, dos pais para os filhos, num contexto que privilegia o individualismo e variados tipos de sociabilidade privada. Numa população do tipo “tradicional”, onde a norma é ter tantos filhos quantos Deus quiser, parece-me que constitui variável importante a *ordem dos nascimentos*. Da mesma forma, a primogenitura ou outros traços culturais que engendram costumes relacionados à transmissão do patrimônio. Parece-me que, nesses casos, apesar do que ditam os preceitos religiosos relacionados ao compadrio – e considerando que está embutida nas regras do jogo a *reciprocidade* (o fluxo dos recursos no sistema apontando *para cima*, dos filhos para os pais¹⁹ – caracterizando portanto um retorno do “investimento”) –, o compadrio estabelecer-se-ia, principalmente, no sentido de fortalecer velhas e criar novas alianças, de homenagear os notáveis da aldeia e, é claro, de reforçar, consolidar e criar novos laços de parentesco.

IV - Para concluir.

Meu companheiro de tantos trabalhos, Alain BIDEAU, disse-me – por ocasião de seu Doutorado *Honoris Causa* nesta Universidade –, a respeito do meu projeto de investigação: *la fécondité, c'est fini!* Pensava, evidentemente, nas técnicas clássicas da demografia histórica e no período que trabalhamos, relativo aos anos 1866-1939. Eu argumentei com ele que, do ponto de vista de uma perspectiva experimental, todo fim é um novo começo. “Descobri” o resultado da articulação entre contatos culturais, urbanização, nupcialidade, fecundidade e sexualidade, numa história singular. Por outro lado, as inferências permitiram outras questões: e o próximo passo será, no que concerne à sexualidade, tratar separadamente a sazonalidade das concepções dos primeiros filhos do casal. Ainda que o universo estatístico seja muito pequeno, a idéia é compará-la

com a frequência mensal do nascimento das crianças geradas *antes* do casamento. Com relação à fecundidade, a distribuição das famílias pioneiras que utilizei para o estudo que resultou em minha tese de doutorado mostrou que, se de um lado a fecundidade traduzia-se em 5 a 6 filhos dados à luz, os casais observados distribuem-se igualmente entre aqueles que não tinham nenhum filho até casais com 8 a 10 filhos. Portanto, o que vale a *média*, observando-se este tipo de distribuição? O importante será tratar de observar “no microscópio” conjuntos de casais, em função do número de filhos tidos. A partir daí, fazer alguns cálculos e, principalmente, tratar de observar seus comportamentos e tentar identificá-los. Dar-lhes nomes. Sair da demografia e da estatística. Pensar o indivíduo e suas relações com o grupo ao qual pertence e como seus componentes utilizam-se uns aos outros.

Para concluir, essa volta ao começo, para mim, significa continuar adiante, e significa também me aproximar novamente dos demógrafos. Mas, traduz igualmente um novo olhar para a história do Brasil, e aí me integro ao grupo que considera novas perspectivas de trabalho investigativo, enfatizando convenientemente o empírico e voltando a pensar o século XVIII no Paraná. De forma que novos temas começam a ser visualizados, tendo em vista espaços diversos que se constroem. Começando pela família, pelo casamento; mas pensando extratos bem definidos da sociedade. Pela utilização de outras fontes de origem religiosas, mas sempre considerando a possibilidade metodológica das ricas coleções de fichas de família, e do acervo de listas nominativas e eleitorais, cuja memória demográfica está sendo gradativamente inserida nos nossos computadores.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 Bolsista do CNPq. Agradeço a colaboração de Maria Luiza Andreazza e Cacilda da Silva Machado na revisão do texto.

2 BALHANA & WESTPHALEN, 1970.

3 BALHANA & WESTPHALEN, 1971.

4 NADALIN, 1969.

5 BALHANA, 1970.

6 Só muito recentemente um grande projeto envolvendo professores do Departamento de História e do Departamento de Biblioteconomia da UFPR e alunos dos dois Cursos realizaram um grande trabalho de levantamento, arrolamento e indexação da documentação do acervo do Arquivo da Câmara Municipal de Curitiba, cujos resultados ainda não foram publicados.

7 Presentemente, às 1496 fichas de família abertas para o período 1866-1939 estão sendo agregadas outras, originadas da proposta de uma continuidade da reconstituição. O que se pretende é incluir mais uma *coorte* de casais, delimitada pelo período 1940-1964 de início de observação. A pesquisa deve ser “fechada” com o auxílio de um censo brasileiro dos luteranos realizado em 1987 (NADALIN, 1997).

8 BALHANA, 1970: 27 e 30.

9 Afirmção fundada no fato de que os sobrenomes luso-brasileiros, ao contrário dos franceses e outros, não apresentavam qualquer padrão de continuidade, de uma geração a outra.

10 1984:17.

11 [†] Do I.N.E.D., *Institut National d'Etudes Demographiques* e da E.H.E.S.S., *Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales*.

12 NADALIN, 1987:144.

13 REESTRUTURAÇÃO dos Currículos, 1992:12.

14 Por exemplo, NADALIN, 1988.

15 GREIMAS, 1981:31.

16 NADALIN, 1994b e 1996.

17 Já me referi ao fato de que é necessário utilizar de maneira crítica a teoria da “transição demográfica”, face ao pano de fundo linear que a encobre, articulada à teoria dicotômica da modernização (NADALIN, 1994a:94-98). As teorias concernentes, mais ou menos articuladas, são etnocêntricas e consideram o “moderno” racional, lógico, civilizado e “bom”. Da mesma forma, fundamentam-se em juízos de valores com relação ao passado “tradicional”: as mulheres sofriam as dores do parto e suas conseqüências, tinham filhos não necessariamente desejados, viviam sob a sombra do poder do marido, inclusive o poder sexual. Em contraposição, o moderno é o progresso, e nesse âmbito, coloca-se o controle da natalidade. O argumento, por exemplo, de Angus MACLAREN é de que em momentos diferentes das diferentes histórias das culturas humanas, processos diferenciados de controle da natalidade foram “tentados” - embora nem sempre tivessem os resultados desejados. O que importa é que havia a idéia da contracepção, muitas vezes vinculados entre as mulheres (e aqui se coloca também o aborto), indicando solidariedades nem sempre passíveis de terem sido testemunhados num

mundo masculino. Ora, é este mundo masculino que deixa traços, servindo de testemunhos aos historiadores (1997:07-18).

18 MACFARLANE, 1990:53.

19 *Ibid.*, 52.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDREAZZA, Maria Luiza. *Paraíso das delícias*: estudo de um grupo imigrante ucraniano, 1895-1995. Curitiba: UFPR/Tese de Doutorado, 1996.
- BALHANA, Altiva Pilatti & WESTPHALEN, Cecília Maria. Levantamento e arrolamento de arquivos (projeto 1). *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, 10:1-18, 1970.
- _____. Projeto de levantamento de arquivos. PAULA, Eurípedes Simões de (org.) *Anais do V Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*; portos, rotas e comércio (V.II). São Paulo: Revista de História, 1971. pp. 243-259.
- _____. História demográfica do Paraná (projeto 3). *Boletim da Universidade Federal do Paraná*, Departamento de História, 10: 27-36, 1970.
- DUPÂQUIER, Jacques. *Pour la démographie historique*. Paris: PUF, 1984.
- GREIMAS, A. J. *Semiótica e ciências sociais*. São Paulo: Cultrix, 1981.
- MACHADO, Cacilda da Silva. *De uma família imigrante*: sociabilidades e laços de parentesco (Curitiba: 1854-1991). Curitiba: UFPR/Dissertação de Mestrado, 1994.
- MACFARLANE. *História do casamento e do amor*. São Paulo: Cia. das Letras, 1990.
- MACLAREN, Angus. *Pequena história da contracepção*. Lisboa: Terramar, 1997.
- NADALIN, Sergio Odilon. Arquivo da Comuna Evangélica de Curitiba. In: *Arquivos Paranaenses*, Boletim da Universidade Federal do Paraná, Departamento de História, 9:19-43, 1969.
- _____. Uma comunidade de origem germânica em Curitiba: demografia e sociedade. In : *História: questões & debates*, 8(14/15):137-146, junho-dezembro 1987.
- _____. Sexualidade, casamento e reprodução. In : *Revista Brasileira de Estudos de População*, 5(2):63-91, dez. 1988.
- _____. *A demografia numa perspectiva histórica*. Belo Horizonte: ABEP, 1994a.

_____. Sugestões metodológicas: o compadrio a partir dos registros paroquiais. In : *Anais do IX Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v. 3. Belo Horizonte: ABEP, 1994b. p. 297-314.

_____. O compadrio batismal a partir dos registros paroquiais: sugestões metodológicas. In : *II Anais do X Encontro Nacional de Estudos Populacionais*. v. 3. Belo Horizonte: ABEP, 1996. p. 1639-1663.

_____. *Construção e “desconstrução” de uma cultura imigrante: comportamentos demográficos numa paróquia de origem germânica em Curitiba - séculos XIX e XX*. Curitiba: DEHIS/UFPR-Projeto de Pesquisa, 1997 (inédito).

REESTRUTURAÇÃO dos Currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação em História. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992 (inédito).

O HOLOCAUSTO DE GOLDHAGEN

Resenha

GOLDHAGEN, Daniel Jonah. *Os carrascos voluntários de Hitler; o povo alemão e o holocausto*. São Paulo: Companhia das Letras, 1977. 655p.

Marionilde Dias Brepohl de Magalhães

Professor Adjunto do Departamento da História da
Universidade Federal do Paraná
UFPR

A tese de doutoramento de Daniel Johnah Goldhagen, defendida nos Estados Unidos e publicada no Brasil pela Companhia das Letras com o título *Os carrascos voluntários de Hitler; o povo alemão e o Holocausto*, causou um grande impacto, tanto no meio acadêmico como na imprensa de consumo difundido, principalmente nos Estados Unidos e na Alemanha.

Tal interesse se justifica pelo próprio tema - o Holocausto, um dos momentos mais dramáticos da história do Ocidente, e que o autor revisita colocando em cheque a maioria das análises até então elaboradas.

Sua tese é extremamente provocativa, pois recoloca a hipótese de terem sido exclusivamente os alemães - e sua cultura - os responsáveis pelo genocídio judeu.

Este enfoque, denominado pelos cientistas sociais como germanocêntrico procura explicar o anti-semitismo, que levaria ao genocídio como resultado da cultura alemã; desenvolvido nas décadas de 20 e 30, foi sendo substituído, desde os anos sessenta, por análises que passaram a compreender o genocídio como um fenômeno da modernidade - seu lado destrutivo e irracional.¹ Não se tratava de um acontecimento que pudesse ser explicado em função do caráter de um determinado povo (se é que é possível adotar para qualquer país um conceito tão homogeneizador), mas um comportamento que

pode eclodir em diversos contextos em que surjam tendências extremistas, quando a violência se sobrepõe às formas políticas de gestão dos conflitos sociais.

Tais avaliações não pretenderam, salvo raras exceções, inocentar os alemães, tampouco retirar-lhes a responsabilidade histórica com respeito à singularidade dos crimes nazistas, mas despertar, segundo seus teóricos, a consciência histórica para com outros fenômenos desta natureza.²

Goldhagen rejeita tais posições. Retorna à hipótese germanocêntrica de forma muito mais radical do que seus predecessores, defendendo contudo o caráter inédito de seus postulados; primeiro, por se propor a desvendar as motivações subjetivas dos alemães (o que não foi, segundo ele, até então, realizado), e segundo, por afirmar que o Holocausto não é um ato de nazistas, mas de todos os alemães, indiscriminadamente.

Segundo o autor, *sem os alemães não haveria o Holocausto* (p. 14). Esta, a primeira convicção. A segunda: os alemães assim procederam por terem sido moldados por uma mentalidade anti-semita de caráter eliminacionista, cujas origens remontam à Idade Média, não podendo portanto ser explicada apenas pela ideologia nazista.

Tendo em vista estas constatações, refuta todas as demais tendências explicativas³, as quais podem ser, grosso modo, assim sintetizadas: a tese da coerção externa - que entende ter o sistema político vigente à época compelido autoritariamente os membros daquela sociedade a cumprirem quaisquer ordens, por mais violentas que fossem; a tese da predisposição à obediência - esta, conquistada pela liderança carismática de Hitler, que arrebatou a consciência de todos, *sufocando o senso moral dos indivíduos* (p. 20); a tese sobre a pressão psicológica exercida pelas autoridades e pelos companheiros de cada perpetrador, que obstaculizou qualquer resistência ao crime; a tese do oportunismo dos funcionários do sistema, homens mesquinhos que almejavam ascender em suas carreiras, donde a aceitação das ordens impostas; e, a tese da fragmentação das tarefas - de que os atos violentos contra os judeus eram propositadamente setorizados e realizados por diversas pessoas, em ocasiões e lugares diferentes, para impedir que se conscientizassem

plenamente do resultado de seus atos.

Todas estas explicações, que envolvem autores como Hannah Arendt, Erich Fromm, Hans Mommsen, Martin Broszat, Stanley Milgram, entre outros, eximem, segundo Goldhagen, os alemães de sua própria responsabilidade. Primeiro, por centralizarem-se no crime e não nos autores do crime, e segundo, por serem altamente indulgentes para com os perpetradores, atribuindo-lhes, em alguns casos, a condição de vítimas do mesmo sistema. Ao contrário, para o autor do livro, aqueles homens estavam plenamente conscientes de seus atos, levados que foram por um sentimento de ódio ao judeu, uma forma de anti-semitismo bem mais radical do que outras vivenciadas naquela conjuntura. Ademais, para Goldhagen, o genocídio contou com o apoio (direto ou indireto) de todos os alemães, e não apenas dos nazistas.

Para provar suas hipóteses, elege três instituições que integraram, ao lado de outras, o governo nazista. A escolha se deve ao fato de terem sido as práticas aí desenvolvidas as que melhor colocam em evidência as motivações e ações dos perpetradores, homens e mulheres que, podendo ter se recusado à matança, não o fizeram, não limitando-se apenas a cooperar com ela, mas revestindo-a ainda da mais cruel brutalidade: *os batalhões policiais* (uma instituição até então pouco estudada), *os campos de trabalho* e as *marchas para a morte*.

Os *batalhões policiais*, formados por homens comuns, selecionados ao acaso, cuja finalidade era, em princípio, a de policiar os territórios ocupados. Os *campos de trabalho*, núcleo central do regime que, segundo Goldhagen, destinavam-se à produção econômica por meio do trabalho dos prisioneiros - adversários do regime, estrangeiros e judeus. E, as *marchas para a morte* - como foram denominados os deslocamentos dos prisioneiros através da área rural européia para despistar ou fugir dos aliados.

Tais instituições, segundo o autor, revelam uma situação singular: naqueles três casos, os alemães, devido à virtual ausência de supervisão por parte da cúpula do regime, podiam agir com relativa autonomia, deixando-se orientar por seus próprios valores e princípios morais.

Por esta razão, as atividades ali desenvolvidas permitem avaliar o maior ou menor grau de devoção ao assassinato e à violência dos alemães com relação aos judeus.

Procedendo desta maneira, o autor, diferentemente de outros especialistas, objetiva identificar *a microfísica da perpretação do holocausto, que é precisamente o ponto onde a investigação sobre as ações dos perpretadores deve começar* (p.32).

Antes de expor o resultado de suas investigações sobre as mencionadas instituições, Goldhagen esclarece o leitor sobre o tratamento teórico a ser dado à temática, explicando porque entende ser o anti-semitismo alemão diferente de seus congêneres europeus.

Segundo ele, a bibliografia especializada supõe, erroneamente, que os alemães eram semelhantes aos indivíduos de sua geração: homens econômicos, racionais, herdeiros do Iluminismo e que foram, por uma determinada conjuntura, assolados por uma crise de irracionalidade ou de desnorteamento coletivo. Isto não se aplica para aquela sociedade: os alemães eram diferentes. Entre eles, o anti-semitismo não era um sentimento virtual ou periférico, mas constitutivo de sua identidade. Tratava-se de uma crença enraizada desde a Idade Média, que à diferença de outras nações, emulou o antijudaísmo (noção religiosa que considerava o povo judeu condenável posto que deicida) ao anti-semitismo (de caráter secular, fundamentado nas doutrinas raciais).

Esta simbiose se desenvolveu nos séculos XIX e XX; de um povo herege, inimigo dos valores cristãos, somou-se a visão de que os judeus eram um povo imoral, anti-social, um grupo religioso que também se constituía numa associação política.⁴ Deste amálgama, resultou a especificidade do anti-semitismo alemão. Além disto, o judeu passou a ser visto como *o outro* do germânico, fosse ele tomado como religião, nação, grupo político ou raça.

Tal preconceito se aprofunda com o nacionalismo, momento em que os judeus são acusados de conspirarem, junto aos franceses, contra os objetivos nacionais alemães e de serem uma nação dentro da nação - um corpo estranho a ela (*Fremdkörper*). Mais do que uma raça inferior, aquele grupo étnico foi compreendido pelo imaginário

social como uma contra-raça (*Gegenrasse*) . Era um povo imoral, avesso ao trabalho, internacionalista, demoníaco e conspirador, enquanto que o povo alemão, modelo de cristandade, honesto, trabalhador, raça pura. Portanto, para que os alemães se tornassem livres, tornou-se premente destruir o seu outro - os judeus. Daí a mentalidade eliminacionista, que se inicia no século XIX e se concretiza com a ascensão de Hitler, líder que aliás, segundo Goldhagen, foi aclamado por seus eleitores por ter desbloqueado um sentimento até então latente em toda a sociedade: o anti-semitismo demonológico, vale dizer, o judeu como encarnação do mal absoluto.

Neste tocante, como prova de que a ascensão de Hitler se deveu essencialmente à ideologia anti-semita, Goldhagen lança mão de dois argumentos: o primeiro, de que Hitler, já num discurso de 1920 teria declarado sua intenção genocida⁵. O segundo, de que a ditadura nazista foi consensual, não contando portanto com oposições ou resistências significativas. Afinal, os alemães elegeram Hitler, e se estivessem frustrados com seu governo, procederiam de forma semelhante à época da República de Weimar, em que ocorreram greves, protestos e outros movimentos sociais contra o governo eleito.

Quanto ao racismo, de igual forma, não havia qualquer oposição. Conforme suas próprias palavras: *Os únicos grupos significativos da Alemanha que **formalmente** haviam abjurado as visões anti-semitas propagadas, (...) eram os **núcleos** dos movimentos socialistas, seus intelectuais e líderes, e a **politicamente ineficaz** elite liberal de esquerda. Esses **pequenos** grupos eram movidos por uma contra-ideologia que negava as premissas subjacentes ao anti-semitismo* (p. 86, grifos nossos).

Feitas estas considerações, atentemos para o desenvolvimento da pesquisa de Goldhagen, a partir das fontes selecionadas como principais exemplos que comprovariam a determinação dos alemães em exterminar judeus.

Na terceira parte do livro, são analisados primeiramente os *batalhões policiais*, órgãos de segurança que tinham por missão policiar territórios habitados por outras nacionalidades. Como parte desta tarefa, impunha-se combater os ativistas, manter a ordem e transferir a população para outras regiões, quando necessário.

Estes homens, cujo contingente quadruplicou de 1938 a 1942, foram recrutados ao acaso entre os reservistas do Exército e atuavam de forma descentralizada, sem treinamento militar ou ideológico. Eram chefes de família comuns, provenientes da pequena burguesia, com uma idade média de 35 anos e não jovens militantes, imbuídos de qualquer impulso revolucionário.

Seu papel no que se refere ao genocídio foi especialmente relevante a partir do ataque à União Soviética, momento em que *passaram a atuar ao lado dos Einsatzgruppen* (grupos especiais)⁶ e, às vezes, *por conta própria* (p.202).

Para demonstrar como o anti-semitismo estava impregnado nestes homens comuns, Goldhagen descreve o tratamento dispensado aos judeus; mais do que outros prisioneiros, eram espancados, degradados moralmente ou mesmo assassinados sumariamente, sob qualquer pretexto.

A desumanidade existente em seus atos fica especialmente evidenciada na descrição dos massacres, como por exemplo, o de Lomazy, em agosto de 1942, quando os perpetradores, após obrigarem os judeus a cavarem um grande fosso (que seria uma cova comum), obrigaram-nos a deitarem-se no seu interior e os foram assassinando por levadas de 20 a 30 homens, de forma a que uma camada de cadáveres se sobrepusesse à anterior até que o fosso ficasse repleto (p. 242 e ss). Nestas e em outras passagens, observa-se que muitas das punições obedeciam muito mais a um critério pessoal do que a algum outro vinculado aos imperativos do regime.

Merecem destaque as ações do Batalhão n.º 101, composto por 290 pessoas que se responsabilizaram pela execução direta de cerca de 35.000 judeus entre 1941 e 1943, sem contar com outros atos brutais, como tortura, violência verbal, degradação física. Fotos de soldados arrancando a barba de judeus, (um dos símbolos mais importantes desta cultura), colocando-os de joelhos à sua frente ou se postando ao lado dos cadáveres, são também arroladas para demonstrar como os soldados se compraziam de suas tarefas. Não eram homens do partido, mas atenderam de bom grado a prática de atrocidades. Mais do que o cumprimento de um dever, pareciam saciar o seu sadismo durante aquelas chacinas.

De grande interesse para os objetivos do autor foi a pessoa do comandante Wilhelm Trapp, por ter este indagado, em diversas ocasiões, se aqueles soldados estavam ou não dispostos a participar das matanças. Segundo ele, somente doze homens se apresentaram, os quais não foram punidos por tal recusa. Mesmo nestes casos, segundo o autor, eram pessoas que rejeitavam a forma horripilante com que a matança era praticada, mas não a necessidade de realizá-la.

Sobre a possibilidade de recusa, gostaríamos de fazer uma restrição a pelo menos uma fonte utilizada pelo autor.

Embora estejamos de acordo de que o maior ou menor grau de brutalidade exercida sobre os prisioneiros dependia, muitas vezes, da disposição individual dos perpetradores, já a desobediência ou resistência com relação àquelas ordens seriam, a nosso ver, mais problemáticas. Segundo o próprio Goldhagen, de 14 registros de recusa à prática da execução (estas, não somente de judeus), 9 foram punidas com morte, 4 com prisão em campos de concentração e 1 com transferência para uma unidade militar penal. Apesar da pequenez da amostra (tais registros eram muito raros, segundo o autor), ela indica que a complacência do senhor Wilhelm Trapp não era uma regra, e sim uma exceção.

A segunda instituição - *os campos de trabalho* são avaliadas pelo autor a partir da sua finalidade mais óbvia: a de produzir bens e serviços contando com o trabalho compulsório dos prisioneiros. Em virtude deste objetivo, eles deveriam ser dirigidos com pragmatismo e racionalidade, tendo em vista as vantagens econômicas daí advindas. Mas também neste caso a ideologia anti-semita se sobrepôs à lógica econômica. O ódio aos judeus - estereotipados como exploradores do trabalho alheio e especuladores financeiros, fazia com que o imperativo da produtividade sucumbisse em favor da degradação física e moral dos prisioneiros. Muitos eram obrigados a levantar e derrubar muros, para depois reerguê-los novamente, a participar de atividades inúteis, a exporem-se ao frio sem motivo algum, à fome, à surra, de maneira que tivessem sua saúde debilitada, tornando-os pouco aptos ao trabalho. Conforme o autor, *os judeus podiam ser mortos em massa a qualquer momento, sem a menor consideração por*

aquilo que produziam, acarretando o fechamento de empresas da noite para o dia (p.311). Neste sentido, o trabalho era uma forma de punição aos judeus pelo que pressupostamente foram no passado, e não uma tentativa de aproveitar suas habilidades produtivas.

Finalmente, a terceira instituição: as *Marchas para a Morte* que, como as outras duas, teria permitido uma atuação relativamente autônoma em relação à cúpula do regime.

Estas marchas consistiam, como já foi mencionado, na transferência de prisioneiros para longe dos aliados, ou para alocá-los em campos de trabalho. Durante estes deslocamentos, eram poucos os contatos dos chefes de batalhões com seus superiores e, teoricamente, a tarefa se limitava à transferência dos presos. No entanto, tais deslocamentos eram acompanhados por assassinatos e deliberação física dos judeus.

Mesmo no final da guerra, quando Himmler, devido à suas negociações com os aliados, determinou que não se matassem mais quaisquer prisioneiros, as atrocidades prosseguiram, para que os maus tratos, a doença e a subnutrição provocassem a morte dos sobreviventes.

Segundo Goldhagen, *as marchas para a morte foram apenas a continuação do trabalho dos campos de concentração e de extermínio, da obra de Hitler e da obra de todos os alemães que contribuiriam para a destruição de pessoas inocentes* (p.395).

Realizada a investigação, com dados estatísticos, depoimentos e processos, conclui que as atrocidades e a matança, no caso destes perpetradores - homens comuns - , foi além das ordens determinadas pelos superiores nazistas, que não o faziam por pressão, servilismo ou anseio de ascensão social, pois, afinal, *poucos sonhavam com o enriquecimento (...)* (p.409), mas por *serem carrascos voluntários* a exterminarem indivíduos por quem nutriam ódio há pelo menos mil anos.

Retoma novamente as interpretações clássicas para novamente rejeitá-las, excluindo todas as demais hipóteses e isolando um único fator explicativo: o Holocausto existiu porque os alemães (e somente eles, nenhum outro povo seria capaz de praticar tais atos)

queriam conscientemente eliminar judeus, pois que *impregnados de um anti-semitismo demonológico, de uma variedade racial virulenta (que) era a estrutura comum de cognição dos perpetradores e da sociedade alemã em geral* (p. 418). E acrescenta ainda: *dado que os alemães eram os perpetradores do Holocausto, este livro é sobre a Alemanha durante o período nazista e os anteriores, seu povo e sua cultura* (p.486).

O estudo de Goldhagen, em que pese seu cuidadoso exame de fontes até então pouco exploradas, deixam lacunas e questionamentos que mereceriam ser levados em conta, dos quais citamos os mais importantes segundo nosso julgamento:

- A importância política e relevância numérica dos movimentos de esquerda na Alemanha pré-hitlerista, o que explica inclusive, a repressão ao parlamento e a extinção dos partidos políticos, bem como o anti-bolchevismo frenético dos nazistas;
- A presença de judeus nos partidos políticos de esquerda, o que indica sua integração à sociedade alemã durante a República de Weimar, e não seu isolamento absoluto;
- A atuação dos intelectuais iluministas junto aos formadores de opinião, tanto à época da República de Weimar como do nazismo, quando a grande maioria foi exilada ou presa, daí sua perda de influência durante a vigência daquele governo;
- O ódio aos judeus como um fenômeno que se verificou em diversas sociedades da Europa desde o século XIX. Dentre estes, citem-se a Rússia czarista, França, Polônia, Romênia, Hungria e Iugoslávia⁷;
- A ausência de um estudo comparativo entre as três instituições analisadas com outras que foram bem mais representativas daquela sociedade, como por exemplo, a Igreja (Católica e Luterana) e o Exército. Apesar de seu apoio oficial (cujo caráter, as pesquisas mais recentes, orientadas pela documentação encontrada na ex-Alemanha Oriental têm

demonstrado com maior detalhamento), ambas as instituições tomaram iniciativas para resistir ou mesmo derrubar o governo.

No que se refere ao Exército, houve conspirações contra Hitler desde o início, culminando com o atentado de 20-07-44.⁸

No caso da Igreja Luterana, cite-se, entre outras iniciativas, aquela encetada pelos líderes da facção denominada “Igreja Confessante”, como Karl Barth e Dietrich Bonhoeffer.

No caso específico de Karl Barth, consideramos extremamente tendenciosas as afirmativas do autor de ser este teólogo um anti-semita, de vez que não estava de acordo com o credo judaico. Ora, parece-nos óbvio que os cristãos não concordem com aqueles que neguem a divindade de Jesus Cristo, o que não implicou, por parte da Igreja Confessante, a aceitação do genocídio; pelo contrário, este foi objeto de contestação em todos os países do mundo em que se verificasse tal tendência teológica. E muito menos Karl Barth, que fez do combate ao nazismo seu projeto de vida.⁹

- Outros apelos eleitorais feito pelo NSDAP, que não apenas a limpeza racial, como o combate ao Tratado de Versalhes e as promessas de pleno emprego;

- A dificuldade em se aceitar que, dentre as motivações dos pequeno-burgueses que compunham os *batalhões policiais*, não estaria presente o desejo de ascensão econômica ou social (p. 409). Apesar de ser impossível qualquer exame psicanalítico em pessoas falecidas há 50 anos, consideramos ingênuo supor que os nazistas não tivessem um mínimo de ambição com relação ao poder ou a quaisquer outras vantagens pessoais. A este respeito, consideramos bastante ilustrativo o comportamento de Schindler, quando iniciou, como tantos outros empresários, seus negócios na Polônia - tão bem retratado no filme de Steven Spielberg, “A Lista de Schindler”;

- O terror dirigido a quaisquer formas de oposição ou resistência, o que impede, por si só, que se possa conceber esta (e de resto, qualquer outra ditadura), como consensual.

Para além destas restrições no que concerne à investigação empírica, o trabalho de Goldhagen padece de uma coerência metodológica que nos parece fundamental: primeiro, ele fala da consciência e da intencionalidade de todos os alemães ao praticarem o genocídio (*a consciência como determinante da existência*, p. 485), o que nos leva a inferir que havia um projeto minimamente pragmático por trás deste intento. Por outro lado, afirma terem sido os alemães acometidos por uma patologia (sentimentos paranóicos em relação ao poderio judeu, sadismo, fanatismo ou uma fúria eliminacionista que contaminou a todos). Não resolve, portanto, se tal comportamento se deveu a uma ideologia previamente elaborada, ou se os alemães foram acometidos por uma crise de irracionalidade profunda. Neste caso, como atribuir a loucos a responsabilidade pelos seus atos?

No entanto, como num tribunal da História, Goldhagen detecta o crime, os criminosos e as vítimas; deixa para o leitor, entretanto, o sentenciamento da pena.

NOTAS DE REFERÊNCIA

1 A este respeito, ver: DUNNIG, Eric & MENELL, Stephen in: ELIAS, Norbert. *Os alemães*. Rio de Janeiro: Zahar, 1997. p. 11-12, e, FELICE, Enzo. *Explicar o fascismo*. Lisboa: Setenta, 1989.

2 Sobre este debate na Alemanha, ver: *REVISTA Tempo Brasileiro*: Jürgen Habermas: 60 anos. Rio de Janeiro: 98:5-21, jul-set 1989. ; GROSSE, Alfred. *Le crime et la mémoire*. Paris, Flammarion, 1989; MEYER, Christian. Sobre o conceito de identidade nacional. *HISTÓRIA: Questões e debates*. Curitiba: 10(18-19):329-347, jun-dez 1989 e, NOLTE, Ernest. O passado que não quer passar. *NOVOS ESTUDOS*. São Paulo: CEBRAP, nº 25, out. 89

3 Neste rol das interpretações por ele comentadas não se inclui qualquer autor que tenha preconizado a tese germanocêntrica, tomada por

ele como de sua exclusiva autoria.

4 Embora Goldhagen atribua a disseminação de tal preconceito a um pensador alemão, Jakob Fries, estas imagens foram veiculadas, conforme Gabriel Cohn e Raoul Girardet, por escritores e propagandistas de diversos países, em panfletos e brochuras que posteriormente seriam conhecidos como “Os protocolos dos Sábios de Sião”, cujas origens e interpretações não podem ser aceitas como provenientes de um único autor. (ver, respectivamente: *Os protocolos dos sábios de Sião: mito ou realidade?* São Paulo: Símbolo, 128 p. e, *Mitos e mitologias políticas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988. 212 p.

5 Trata-se de um discurso que, embora anti-semita, não permite que se infira, conforme nossa compreensão, uma clara intenção genocida, mas as posições de sobre a procedência da adoção da pena capital quando se tratasse de traição à pátria (Ver cit. à página 451)

6 Organizados por Himmler e Heydrich, subordinados à *Sicherheitdienst* (Departamento de Segurança do Estado), para acompanhar os exércitos alemães na Polônia e lá aprisionar judeus e colocá-los em guetos. Após a invasão da União Soviética, em acordo com o Exército alemão, receberam ordens para acompanhar as tropas e realizar a fase que foi denominada como “Solução final”. São também conhecidos pela literatura especializada como “grupos de extermínio” Ver: SHIRER, William L. *The rise and fall of the third Reich*. New York, Fawcet Publications, 1962.

7 ARENDT, Hannah. *Eichmann em Jerusalém*. São Paulo: Diagrama e Texto, 1983.

8 SCHIRER, William L. *The rise and fall of the third Reich*. New York: Fawcet Publications, 1962.

9 A este respeito, ver: BRACHER, Karl Dietrich. *La dictadura alemana; genesis, estructura y consecuencias del nacional-socialismo*. Madri: Alianza, 1973 2 v.; BONHOEFFER, Dietrich. *Resistência e submissão*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968. 208 p., e, PRIEN, Hans J. *Evangelische Kirschewerdung in Brasilien*. Gütersloh, Güterslöher Verlaghaus, 1989. 640 S.

Normas para Publicação

A Revista **História: Questões & Debates** é uma publicação conjunta da APAH - Associação Paranaense de História com o PGHIS - Cursos de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná. Trata-se de uma publicação preocupada com a História enquanto conhecimento, pesquisa e como instrumento de educação. A revista preocupa-se também com as relações da História com as demais ciências e com o valor que a sociedade lhe atribui.

- A revista é organizada a partir de dossiês temáticos e seções de tema- livre, no campo da História, Historiografia e afins.
- A revista aceitará trabalhos sob a forma de artigos, entrevistas, resenhas de livros e transcrições de fontes comentadas.
- Todos os trabalhos enviados serão submetidos a dois pareceristas; havendo conflito entre os pareceres o trabalho será submetido a um terceiro parecerista.
- Os editores, após aprovação no Conselho Editorial da revista, reservam-se o direito de convidar autores ou traduzir artigos considerados relevantes.
- O Conselho Editorial somente apreciará os trabalhos que obedeçam às seguintes normas técnicas:
 1. Extensão: os artigos deverão ter cerca de 30 (trinta) páginas e as resenhas em torno de 8 (oito) páginas;
 2. Os trabalhos devem ser apresentados em 4 (quatro) vias impressas e em disquete devidamente identificado e gravado em padrão *Word for Windows* ou compatível.
 3. Fonte e espaçamento: Utilizar fonte *Times New Roman*, em espaço 1 1/2.
 4. Resumo: até 10 (dez) linhas.
 5. Abstract: em língua inglesa, com até 10 (dez) linhas.
 6. Palavras-chave: Artigos e Resenhas devem conter 3 (três) palavras-chave com tradução para o inglês (*Keywords*).
 7. Do autor: abaixo do nome do autor deverá constar a instituição a que se vincula. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada.

8. As traduções devem vir acompanhadas da devida autorização do autor e do texto original com referência bibliográfica completa.
 9. Notas de Referência: as notas de referência deverão seguir as normas da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e posicionarem-se no final do texto.
 10. Bibliografia: seguir as normas da ABNT e posicionar a bibliografia no final do texto. A bibliografia não será publicada, servindo apenas para apreciação dos pareceristas.
 11. Gráficos, tabelas e/ou ilustrações deverão ser encaminhadas um em cada folha (e arquivo), à parte, devidamente numerados, com títulos e legendas. Deverão estar indicados no texto os locais das respectivas inserções.
 12. Deve acompanhar em anexo folha contendo o nome completo do autor, seu grau acadêmico, a instituição a que pertence e seu endereço completo, inclusive telefone/fax/e-mail para contato.
- Aos autores de artigos serão enviados 5 (cinco) exemplares do número que trazer seu trabalho.
 - Os originais não publicados não serão devolvidos.

Toda correspondência referente à revista **História: Questões & Debates** deve ser encaminhada ao seguinte endereço:

História: Questões & Debates
R. General Carneiro, 460 6º andar
CEP 80060-150
Curitiba - PR
ribeiro@humanas.ufpr.br

Impresso na
EDITAR
graf

no mês de julho de 1998

Uma Publicação da:

APAH - ASSOCIAÇÃO PARANAENSE DE HISTÓRIA

PGHIS - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UFPR

Com o apoio:



INSTITUTO GOETHE - CURITIBA